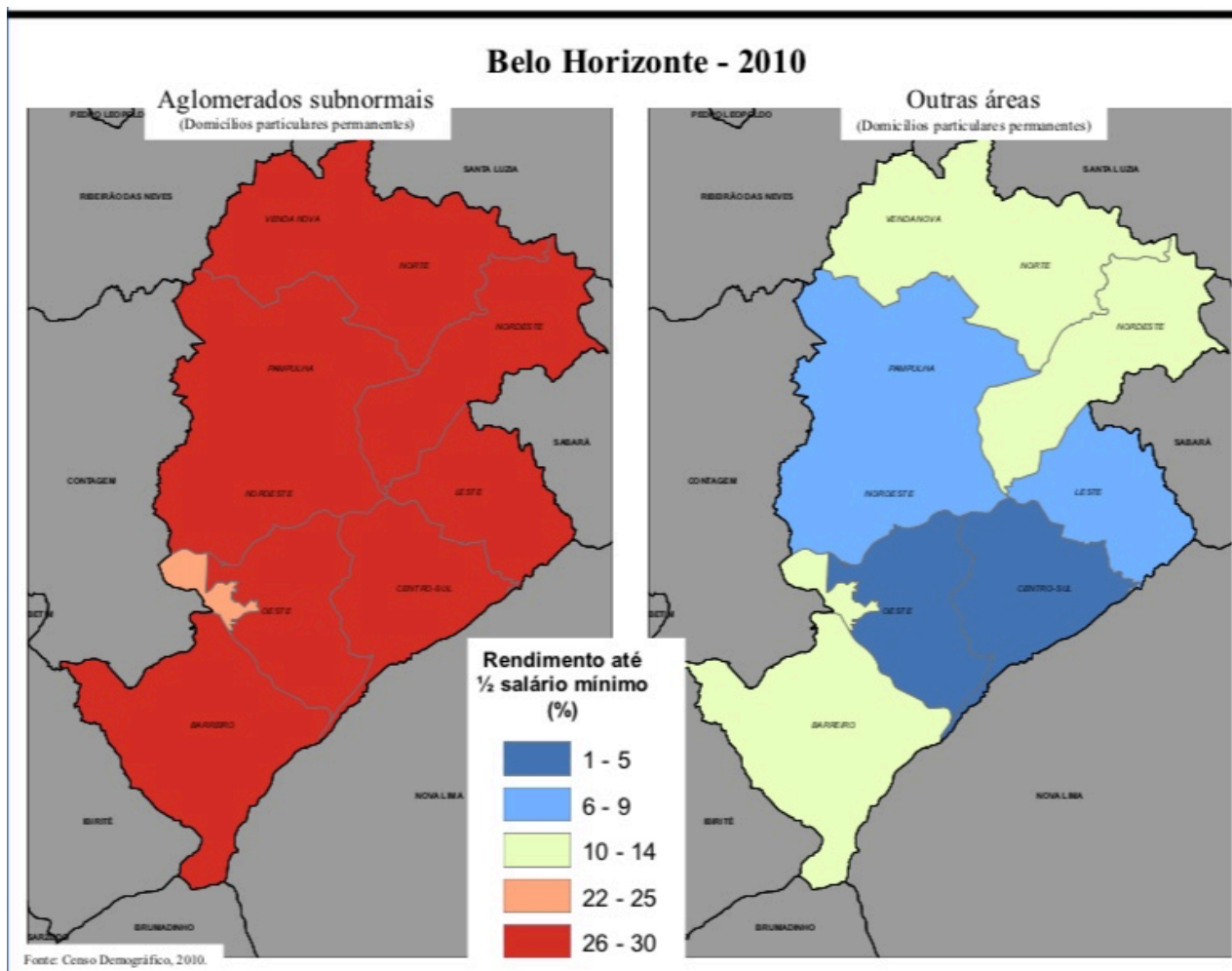


UM OLHAR: o favelário nacional



Leandro Praes Xavier da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Leandro Praes Xavier da Silva

UM OLHAR: o *favelário nacional*

Belo Horizonte
2023

Leandro Praes Xavier Da Silva

UM OLHAR: o *Favelário nacional*

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doralice Barros Pereira
Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte
2023

S586u
2023

Silva, Leandro Praes Xavier da.
Um olhar [manuscrito] : o Favelário nacional / Leandro Praes Xavier da Silva. – 2023.
182 f., enc. il. color.

Orientadora: Doralice Barros Pereira.
Coorientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 178-182.

1. Crítica – Brasil – Teses. 2. Favelas – Teses. 3. Características nacionais brasileiras – Teses. 4. Schwarz, Roberto, 1938- – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Martins, Sérgio. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 316.342.6-058.5(81)

UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"UM OLHAR: O FAVELÁRIO NACIONAL"

LEANDRO PRAES XAVIER DA SILVA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 25 de abril de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Doralice Barros Pereira

IGC/UFMG

Sérgio Manuel Merêncio Martins

IGC/UMG

Felipe Nunes Coelho Magalhães

ICB/UFMG

José Geraldo Pedrosa

CEFET-MG

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Manuel Merencio Martins, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2023, às 07:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nunes Coelho Magalhaes, Professor do**



Magistério Superior, em 28/04/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Membro**, em 02/05/2023, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Geraldo Pedrosa, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2261442** e o código CRC **046015A9**.

parazeza, por parazula

[...]
Não, isto é medonho,
faz adiar nossa esperança
da coisa ainda sem nome
que nem partidos, utopias, ideologias
sabem realizar.
Dentro de nós é que a favela cresce
e, seja discurso, decreto, poema
que contra ela se levante,
não para de crescer.

(Carlos Drummond de Andrade – Dentro de Nós)

RESUMO

Esta dissertação remonta uma linha intelectual que se preocupou em debater os problemas da formação nacional pela perspectiva da vida popular. Nela estão delineados, a partir de contribuições não apenas do campo da geografia, os temas da pobreza, dos momentos fundantes da urbanização brasileira, do pensamento crítico acerca da formação nacional, da (de)formação da categoria trabalho no Brasil e, em especial, do ponto de vista do crítico literário Roberto Schwarz acerca do passado e do presente desses temas. O movimento traçado aponta para a formação da nacionalidade levando em consideração a dualidade originária da particular modernização brasileira. Entende-se que a favela é manifestação de mais um momento de um duplo que não empaca em imobilidade binária. Acompanha-se a demonstração que o pensamento dialético, apesar de por vezes operar com duplos, não esbarra necessariamente no mau dualismo, constituindo outrossim, o próprio movimento da particularidade nacional.

Palavras-chave: Crítica. Formação nacional. Roberto Schwarz. Favela.

ABSTRACT

This text refers to an intellectual line that thought and debated the questions of national conformation from the perspective of popular life. Here we outline, through contributions not only from geographical field, the themes of poverty, the initial problems of brazilian urbanization, the critical theory about national formation, the work category (de)formation in Brazil, and, meanly, Roberto Schwarz's point of view around past and present of these matters. The way we thought leads for the original duality of national formation in brazilian modernization. It's understood that *favela* is a one more moment manifestation that don't stall in binary immobility. We indicate the demonstration that dialectical thought, despite it often functions in two poles, does not stay necessarily on bad dualism, but is the very movement of national particularity.

Keywords: Critical theory. Nacional formation. Roberto Schwarz. Slum.

Sumário

1. Apresentação	9
2. Introdução	17
2.1. Em meio à guerra ao vírus.....	18
2.2. <i>Formação</i> e crítica brasileira.....	22
2.3. <i>Favelário Nacional</i> : um cabo de guerra?.....	26
3. A crítica Brasileira	34
3.1. A alma de uma nacionalidade	34
3.2. Um limiar histórico da pobreza no urbano	55
3.3. Fios de uma mesma meada: onde a vida popular?.....	82
3.4. Sentimento de dualidade: entre o campo e o urbano.....	95
3.4.1. Um <i>Intermezzo</i> para situar Francisco de Oliveira no debate.....	110
3.5. Roberto Schwarz sobe o morro.....	131
4. O favelado	175
Referências	178

1. Apresentação: Whitman, “fica um pouquinho enquanto a tristeza não vem”

“Nothing out of its place is good and nothing in its place is bad”
(Walt Whitman)

Buscar algo próximo ao que se chamou de estilo, aqui para falar da escrita, talvez seja um alvo nos meios onde se escreva. O incomum é começar a apresentação de uma dissertação no campo da geografia tendo em vista esse aspecto que talvez os intelectuais afeitos ao estudo da literatura chamariam formal. Naquele campo do conhecimento – quase como um vício epitetico – acostumado a adjetivar muitas coisas como geográficas, o estilo vem se tornando menos importante; a essa pretendida ciência em vias de positivação, a técnica tende a substituir o cuidado com a expressão. A hora e a vez do geógrafo e da geógrafa, na atual organização do mundo, talvez não seja tão fácil de se localizar, para deixarmos intocada uma das categorias tão caras indicada nas entrelinhas. Continuemos, à revelia dessa primeira ressalva.

Dentre os vários desafios que possam haver em se traduzir as coisas, pensemos por exemplo em poemas; fica clara a questão de estilo, e neste exemplo o ritmo baila à frente. Quando se canta em voz alta os originais de Walt Whitman percebe-se que suas traduções perdem a sonoridade no português. Em inglês – língua na qual foram escritos – declamados lembram algo como ondulações, uma espécie de clamor que escala muitas vezes num crescente. Tome em mãos, por exemplo, um que compôs a segunda edição de *Leaves of Grass: Song of the Open Road*, convite para abrir corpo e mente ao mundo e ao mundano, à estrada aberta, a pessoa que está ao lado, à vida etc. Dizê-lo em português soa diferente, por isso é bom deixar essa apresentação de lado, momentaneamente, e tentar aventurar-se no ritmo de Whitman¹. Com sorte, de volta, descobrir-se-á que faltam estilo e ritmo a essa nossa escrita. Como, por outro lado, também se verá que se exilaram o rigor e alguma coesão mais cartesiana desse texto incompleto. Continuemos, pois, para superar o momento do mostrar a si, também ao texto que afinal é o que interessa, ainda que nos restem algumas referências e analogias para falar propriamente de nós.

Antes de tudo aprendo em contato, ainda que haja momentos do ensimesmar-se. Como havia lembrado um professor ao ser arguido certa vez, seus estudos foram momentos solitários. Para mim, a troca de ideias passa a ser um bom oposto dessa solitude, dando sentido aos momentos de ordem, quando se realizam em diálogos. Talvez, tudo esteja em se preparar para conversar. Mesmo que apenas e pobrememente na esfera de encontros privados ou quase. Afinal,

¹ Às pessoas que, como eu, não leem outro idioma de maneira impecável, há registro em áudio disponível em <<https://youtu.be/xxUTe1IWY6s>>.

o que me despertou interesse nesse percurso, desde o início na graduação em geografia, conheci por meio de alguém. Senão vivamente, pelo que ficou retido entre linhas. Vê-se aqui que faz sentido começar com Whitman, aquele que nos convida a conversar, esse que em sua última edição de *leaves of grass* avisou aos que o lerem: de alguma maneira eu estou aqui presente, nos poemas, mesmo que suas aspirações tenham se perdido no tempo. Por exemplo, perdeu-se a palavra democracia da forma que usara, aquela que evocava à maneira americana, ou antes: à sua própria maneira (a de Whitman) tantas vezes pronunciada, escrita com esperança. Ela fez sentido ali, dotada de conteúdo, quando o belo e o bom compareceram em seus poemas, visitaram suas ideias, povoaram sua vida. Por outro lado, como continuar a cantar a democracia americana sob a radiação nuclear, sobre escombros da ativação dessa força, a mais destrutiva das produções humanas?

Walt Whitman viajou a pé, escreveu, viveu e morreu antes de outra entre tantas mudanças mais, por exemplo, a captada pela fórmula – adiante simplificada – conhecida dos frequentadores de certa geografia: “o turismo pôs fim à viagem”. Que fazer daquele sentimento expresso por Whitman da bela viagem em que se caminha a estrada aberta de coração aceso, e que parece há tempos deslocado? No século seguinte ao seu, poderíamos confrontar, muito brevemente, uma outra experiência da vida nos Estados Unidos frente às antigas aspirações do poeta². Como confrontar aquele sentimento de vida e futuro da viagem ao aforisma adorniano congelado pela ausência de traços na paisagem americana, qual seria o gesto de Whitman vendo dissolvida sua aspiração? Não foi o filósofo que a desmontou com lógica, foi o próprio curso do mundo que deu materialidade à angulosa paisagem. Suspende-se a imaginação de conversa entre o filósofo e o poeta, para fazer o estilo voltar a primeiro plano. Se é que tenha saído dele por algum momento. Assim, deixemos as *constelações* onde estão – nas palavras do poeta.

Mas, antes, outro conjunto de estrelas brilha apontando novamente o viajante, agora desde o sul do mesmo continente americano. Jorge Luis Borges disse em um prólogo a um de seus livros de poemas – do alto dos setenta anos de sua idade – algo que nos interessa. Sobre o estilo, que chamou de estética, não há que se preocupar. Cada texto é um texto e deixe sê-lo³.

² Theodor W. Adorno (1992, p. 41) pôde escrever um aforisma, que se fosse possível deveria ser mostrado ao poeta romântico do século anterior: “Beleza da paisagem americana: que mesmo no mais ínfimo de seus segmentos, enquanto expressão, está inscrita a imensidão de todo o país” (*ibidem*). Resta saber o que é a *paysage* americana para o filósofo. Abordada no aforismo logo anterior ao trecho copiado, de número 28 “*Paysage*”, oferece a medida da desolação de que trata Adorno em sua situação de exílio na América. Ver: Adorno, Theodor. *Minima Moralia*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 41.

³ Os prólogos referidos estão nos livros *Elogio da sombra: Um ensaio autobiográfico* e *O ouro dos tigres*: “Tais astúcias ou hábitos não configuram decerto, uma estética [refere a sua própria escrita]. Além do mais, não acredito em estéticas. Em geral, não passam de abstrações inúteis; variam de escritor para escritor e mesmo de texto para texto e não podem ser mais que estímulos ou instrumentos ocasionais” (Borges, 2009, p. 21-2). Em: Borges, Jorge Luis. *Poesia / Jorge Luis Borges*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

No prólogo do seu próximo livro de poemas, coloca-se uma questão, posta primeiramente por Whitman – justo ele – que vai nos ajudar a dar um passo aonde queremos chegar:

Para um verdadeiro poeta, cada momento da vida, cada fato, deveria ser poético, já que profundamente o é. Que eu saiba, ninguém alcançou até hoje essa alta vigília. Browning e Blake se aproximaram mais do que qualquer outro; Whitman a propôs, mas suas deliberadas enumerações nem sempre passam de catálogos insensíveis. (Borges, 2009, p. 81)

Pelo encontro de vida e texto passaria o momento da procura formal? O problema de estilo agora escorrega do campo da criação, da proposta feita pela poesia – que não perde em ser reposta, repostas às determinações que esvaziam a vida desse sentido de vigília. Desloca-se porque essa preocupação, a de se viver acordado de olhos bem abertos, passou também ao campo da teoria. Em determinadas situações, por meio da crítica, também se propôs fazer olhar o mundo em vias de integração-desintegração com olhos despertos. Um pesquisador das constelações diria: “afetar-se”. Enquanto em situação, a teoria crítica preocupou-se com a negação do viver e da vida.

Dito isso, pensar na geografia deve ser experimentado como a sensação de se ter perdido o bonde. E faz tempo que pararam mesmo de circular. Se, antes, do estar no mundo restou apenas a crítica teórica em uma sobrevida cindida, fazer geografia como que perdeu alguns de seus paradigmas epistemológicos, salvo a retomada de uma crítica teórica ladeada por outros campos das ciências parcelares afins. Uma assim chamada ciência que fez das formas da viagem e/ou, por exemplo, do estilo descritivo, nexos capazes de elevá-la a posto avançado no dizer, o mundo deve repensar um estabelecimento confortável sob os preceitos da razão técnica. Mundo esse que alguns geógrafos suspendem, preferindo retalhá-lo rigorosamente nas cinco, ou mais, já estabelecidas categorias sobejamente discutidas. Por outro lado, há ainda uma possibilidade em tentarmos compreender os sentidos da chamada teoria crítica, um sentido que nos parece próximo ao proposto a partir daquele encontro (e por ele) entre poesia e vida referido acima. O sentido de “vigília” passara ao campo teórico: “[...] a autonomia do lugar pode se reencontrar, sem reintroduzir um apego exclusivo ao solo, e assim trazer de volta a realidade da viagem, e da vida entendida como uma viagem que contém em si mesma todo o seu sentido” (Debord, 1997, 117). Há algo que relaciona esse aforismo 178 da *Sociedade do Espetáculo* à proposição de Whitman. Como também há a mesma sensação de velharia, tão antiga quanto os bondes, na ideia de uma vida que viva. Entre ingenuidade e passadismo, ainda é possível apresentar e se apresentar com alguma inteireza? Apenas a inspirada na literatura kafkiana ou, de outra sorte, apresentar a totalidade de *capharnaüm*, na palavra que abre o último livro da trilogia pós-guerra de Samuel Beckett, que designa uma confusão nos modos de apresentação e exposição do autor.

Na geografia, contudo, também e ainda aparece alguma brisa que movimentaria nossos sentidos: em textos, teses (no sentido da defesa de uma ideia), conversas, cursos etc. Eles tocam e poderiam fazer abrir os olhos, mas esse sopro dificilmente pode comover.

Se eu me perguntasse a razão de escolha do tema que será tangenciado por este texto, existiria um leque de respostas possíveis. Que seja apresentada uma delas.

Foi por estar no campo da geografia que a ideia do fim do bairro me foi apresentada, primeiro referida em conversas, depois, ao longo dessa relação com encontros virtuais, pude conhecer a *Urbanização e fragmentação* do bairro do Limão, pelo texto e – veja que sorte – também por atividades à distância onde Odette Carvalho de Lima Seabra, autora dessa tese, comentou seus capítulos (Seabra, 2003). Esses momentos geraram longas conversas sobre alguns dos temas por ela tratados com... meu avô, hoje ainda vivo nos seus oitenta e seis anos. O que mais suscitou prosa foi o terceiro capítulo, onde são tratados mais especificamente um tempo do bairro Limão que gira entre o futebol de várzea e a disputa entre a igreja romana, mais poderosa, e a fé popular. Meu avô, sendo filho de catequista, lembrou cenas do arco da velha dos idos dos anos 1940; claro, não cabe aqui reproduzi-las na integridade dos casos. Lembrou do sítio onde seu avô – também imigrante italiano – morou, hoje estaria no limite da área central de Belo Horizonte, e descreveu os parentes dos sítios vizinhos, que, no olhar de uma criança, eram velhos de estranhos bigodões, vestidos também estranhamente, falando uma língua outra que não a sua. Se por um lado ele comentou de sua *nonna* e de seu *nonno* italianos, por outro, lembrou de sua avó paterna, que antes de mudar para Belo Horizonte morava em Glaura, no interior de Minas Gerais; cabelos longos e pele escura como os cabelos, vestida por roupas descritas entre a túnica longa e a batina, em suma, vestidos pretos. Ela mantinha costumes de quem se criou na roça, omitidos para poupar imagens mais escatológicas. Aí está uma Belo Horizonte lembrada no início de seu processo.

Sessenta anos depois, eis-me de fraldas ou no carrinho para crianças, mãos dadas às de minha própria avó, observando por diversão a abertura de uma grande avenida na várzea do rio Arrudas, nomeada, antes mesmo de existir, por Teresa Cristina. Alegria inversa à das pessoas que hoje, sobrevivendo agarradas às áreas de cheia do rio, quase anualmente têm suas casas inundadas em tempo de chuvas. Até hoje, morei a maior parte de meu tempo nesse – perdão pelo mal-uso do termo aqui mantido formalmente – bairro, Salgado Filho. Se quando nasci as relações de bairro já não eram mais, pois a elas falta algo que ficou no passado e se perdeu com a modernização da cidade, com o passar do tempo as reminiscências elas mesmas também deixaram de existir. Para ficar apenas com um exemplo, desde há tempos, as velhas do bairro não fazem uma novena como as que presenciei quando criança; como minha avó, muitas

morreram e com elas a novena. Em um exemplo em dois parágrafos vê-se que estudar também, contando com a coincidência, pode fazer com que nos defrontemos com o mundo por outras perspectivas.

Há mais uma coincidência sobre o dito bairro do qual nunca saí: ele está numa “favela”. Claro, bem adequadas as características de espaço e tempo. Sua equalização dota de sentido a frase um pouco confusa; afinal, como um bairro estaria numa favela? É que antes de se chamar Salgado Filho, esse local teve o nome de “Mato da Lenha”. Estou assentado, com algumas décadas de distância, sobre uma das duas maiores favelas belo-horizontinas. O atual “bairro” Salgado Filho foi apontado no mapa elaborado em 1957 pelo geógrafo francês George Teulières, que acabou estudando o processo de formação da outra grande favela naquela Belo Horizonte dos anos 1940, a dos Marmiteiros. Sendo as duas, Marmiteiros e Mato da Lenha, as únicas com mais de 2.500 moradores. Nos anos 1970, esta localidade teve seu nome alterado para Salgado Filho, onde primeiramente abrigou um loteamento de um reconhecido agente imobiliário, que, segundo meu avô, operou como meu tataravô para obter a posse de terras: obviamente em proporções diferentes ambos chegaram e cercaram, de um lado um empobrecido imigrante italiano, de outro um rico agente imobiliário. Bem como de alguma forma também se apropriaram da terra os marmiteiros descritos por Teulières – que frente ao presente pode soar amigável em seus julgamentos de valor. Ainda aqui, décadas atrás, existiu desde o Mato da Lenha um programa de moradias populares destinadas a militares, além dos citados casebres. Afinal, deve ser por esse motivo que Teulières a classificara como uma favela de tipo mista. Tendo o tempo passado, o destino das populações do antigo Mato da Lenha deve ter sido similar ao processo de sua origem⁴.

Contudo, a origem de nosso interesse nas favelas não se relaciona diretamente às descrições mais ou menos antigas, que fazem do ponto de vista de Teulières algo até simpático frente aos fatos contemporâneos; refletindo ainda um espaço urbano que não havia realizado as potências de seu processo de expansão, nem mudado a vida das pessoas até as tripas. Logo, essas pequenas descobertas relacionadas à vida privada foram organizadas posteriormente à nossa ideia inicial, o que faz dessas lembranças e conversas apresentadas como que moduláveis. As lembranças das obras da avenida Teresa Cristina, nos anos noventa, essas sim, tenho muito

⁴ O geógrafo Teulières (1957, p. 16-7) diz brevemente desse processo, afinal seu objeto era outro: “A favela da Universidade, na Barroca, tinha recolhido os remanescentes dos expulsos da Gameleira, em 1942. Está desaparecendo em virtude do grande desenvolvimento do bairro. Residências de abastados comerciantes sírios, libaneses, judeus, tomam o lugar das cafúas. Seus habitantes (os favelados) vão para além de 9 km a oeste, aumentar a favela do ‘Mato da Lenha’, que constitui uma aglomeração de quase 3 mil favelados, do tipo misto, num sítio ainda pouco valorizado” (*ibidem*). Resta saber se o destino das cafúas do Mato da Lenha foi também o trator, para dar lugar ao loteamento anos mais tarde.

bem firmes, porque inúmeras vezes recontadas a mim por minha avó, a idealizadora daquele programa pós-almoço. Ela sempre lembrava como aproveitávamos a visão das máquinas para se fazer a “digestão”. O engraçado é ver a avenida como objeto de litígio entre municipalidade e moradores da vila dos Marmiteiros desde os anos quarenta descrita por Teulière. Apenas na década de noventa realiza-se o projeto de por ela ligar, através do vale do rio Arrudas, centro e Cidade Industrial, no município vizinho que é Contagem.

Lembranças à parte, elas foram modeladas em um segundo momento, posterior, e não dizem sobre o que fez germinar nossa ideia inicial. Para dela nos aproximarmos, é preciso fuçar outro momento de maneira mais verossímil, menos individual, onde surgiu a vontade de abordar o assunto: foi uma imagem que motivou – ao menos a tentativa de – olhar para o que no Brasil são as assim chamadas favelas. Deixemos, portanto, de lado o falseamento de tentar ligar história de vida individual algo empobrecida a um tema para projeto, afinal, há dois anos não se tinha esse paralelo tão delineado. Projeto este que não esteve desde o ponto zero ligado à minha própria vida. Reproduzamos, portanto, o que, talvez, tenha despertado interesse.

Ela compõe o relato de Márcia, uma carioca que por sua formação política e participação em movimentos sociais desde a infância acompanhou o processo de instauração das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Complexo do Alemão, na capital do Rio de Janeiro. A imagem despertou uma forma de interesse, infelizmente, movida pelo terror. Sem querer resumir o relato à sua face mais transparente: o jogo de violência entre policiais e facções, há um complexo de questões mobilizadas no livro onde o relato está publicado que faz dele como que um encerrar-se no absurdo. Fim aberto ao absurdo. É inescapável mostrá-lo:

A criação de uma UPP no Complexo do Alemão, cujo projeto foi anunciado pelo governo estadual em setembro de 2011, não tem por que ser diferente [dos casos falhos antes relatados], segundo Márcia. Ela recorda alguns fatos relacionados à operação policial-militar na região, em 26 de novembro de 2010. Na época, ela foi procurada pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos para realizar uma “intervenção em área de conflito” e entrar no morro com o Exército. Negou-se, porque entendia que não havia conflito nenhum: era mais um caso de jogo de interesses, de negociações. Era sabido que os chefes do tráfico haviam sido retirados da favela pelo Caveirão, o carro blindado do batalhão de operações Policiais Especiais (Bope), e por uma viatura da PM de Cabo Frio; havia rumores de que eles haviam comprado a escolta por R\$ 75 mil. Os que tinham ficado – para serem mortos – eram os varejistas, os pés-sujos, e Márcia pressionou o secretário para que tal acordo fosse reconhecido, o que ele se negou a fazer. Mas então diversos moradores da favela começaram a ligar para ela, falando de execuções, de um grande número de mortos, de corpos queimados, e ela teve de ir. No dia seguinte, ajudou uma mãe a pegar um táxi para furar o bloqueio policial e recolher o corpo do filho, que estava sendo devorado por porcos; quando chegaram já faltavam partes das pernas e do abdome, mas puderam envolvê-lo em um plástico e levá-lo para o Instituto Médico Legal (IML). Era um rapaz excepcional que não tinha nada a ver com a história. (Brito et al., 2013, p. 258-9)

E mesmo que tivesse! A que mãe se desejaria esse extremo? A que filho, essa morte? O que na literatura, na história, faz esse inexprimível dizível? Propor tomar esse ato como ponto de partida é necessário proporcionalmente à dificuldade que isso envolve. Como tentar compreender o corpo desse rapaz comido por porcos? *Antígona* invertida, numa forma de barramento e distorção da razão de Estado, comentada por Sérgio Buarque? O prólogo de Assim Falou *Zaratustra* numa sutileza onde o cadáver se arrasta desde, ou melhor, *até o último homem*. Se na obra nietzschiana o cadáver do equilibrista vai arrastado por boa parte da cena inicial, do prólogo como abertura aos fragmentos filosóficos, por meio de uma escrita próxima à narrativa, nos estudos sobre o Rio de Janeiro o outro cadáver destrinchado encerra esse mesmo termo: “*último homem*” que, além de ter saído da boca do secretário de segurança à época, foi de outra maneira explicitado por *Zaratustra* ao povo⁵. Antes de calar sobre isso, ainda mais duas sugestões.

Walt Whitman cantou o corpo humano em *The song of electric body*. Faz-se outro convite, outro poema, mas tendo em mente o corpo já com pernas e abdome destroçados, comido por animais ao léu da rua. Sem nos enojarmos muito, a insensibilidade fará com que fitemos mais esse entre tantos outros jorros de *sangue e lama*, como enfatizou outro filósofo que fez de sua vida despertar? O que se vê quando se olha o corpo deve ter mudado do século XIX para cá. Mais uma vez, os sentidos das proposições de Whitman perdem o chão, elas mesmas continuam formalmente belas, mas a avalanche da nossa história insiste em soterrá-las. Está tudo em seu lugar e está mesmo bom? Lá se vai o tempo do corpo elétrico, outro corpo tomou seu lugar: “*Où maintenant? Quand maintenant? Qui maintenant?*”⁶ – habitamos ainda a região de Molloy, escrito e descrito num mundo pós-guerra, que continua sendo o nosso mundo. Os versos finais do poema de Whitman têm novamente seu sentido revirado pela marcha histórica: “*Who degrades or defiles the living human body is cursed, / Who degrades or defiles the body of the dead is not more cursed*”⁷. Os porcos são redimidos, enquanto quem violou a vida, sacramento descrita, merece toda irascibilidade.

⁵ Sobre o assassinato e o cadáver desse jovem, o próprio prólogo citado induz uma posição moral bem melhor que insistir na estetização dessa morte violenta, entre tantas outras que ocorrem em assustadora frequência e são encaradas com o piscar de olhos. Diz o *Zaratustra* de Nietzsche (2011, p. 19): “A hora em que dizeis: ‘Que importa minha razão? Procura ela o saber, como o leão seu alimento? Ela é pobreza, imundície e lamentável satisfação!’” (*ibidem*). Sobre o conceito de “último homem” do mesmo autor, ver: (*idem*, p. 24-5), item 5 do prólogo.

⁶ Três perguntas que abrem *l’innommable*. Ver: BECKETT, Samuel. *L’innommable*. Paris: Minuit, 1953. Ver também: BECKETT, Samuel. *Molloy*. São Paulo: Globo, 2014. Para o início da descrição da região que habitamos.

⁷ A tradução escolheu: “Quem degrada ou corrompe o corpo humano vivo é amaldiçoado,/ Quem degrada ou corrompe o corpo morto não é mais amaldiçoado”, uma tradução pensada de outra forma poderia utilizar a palavra profanar para verter *defile*, uma vez que ao corpo vivo, ou mais especificamente à vida, é atribuído caráter sacro; pois quem profana o cadáver não é mais maldito.

Com essa imagem, ressoa a expressão de Paulo Arantes, num apontamento por ocasião de uma intervenção nomeada “Crise e esgotamento”. Ele tira as consequências da descrição global realizada por Mike Davis em *Planeta Favela*: “perdemos”⁸. Até hoje, salvo engano, só comentei sobre a imagem daquele jovem rapaz com uma turma de nono ano do ensino fundamental de uma escola estadual, onde lecionei como professor substituto, localizada no último bairro de Belo Horizonte, divisa com o município de Ibirité. À época, vinha pensando em submeter esse projeto. Não se chocaram, alguns até “zoaram” do trecho. Convidei-os a se colocarem no lugar daquele jovem. E se fosse um de nós, quem sabe até mesmo saindo da escola? Silêncio. O que pensaram naquele momento? Passados mais de dois anos, assim ficam apresentados alguns fragmentos de onde um interesse passa lentamente a despertar entre favela, pobreza e vida. Naquela mesma aula de substituição, ou noutra próxima, para a mesma turma, apresentei os dados de prisão e assassinato de jovens negros até os 29 anos em alguns estados – que compõem outro texto da mesma coletânea referida, chamado *Será guerra?* Até hoje não compus essa estatística e torço para que os adolescentes com quem convivi também não.

Por fim, ainda uma palavra sobre a imagem escolhida para a capa.

Nela, a presença de algo como um mapa inquieta. O que aos produtores de mapas deve-se a um laborioso – e tecnicamente mediado – processo, envolvendo determinações complexas que passam pela programação e outros conhecimentos específicos, aqui o mapa aparece como ponto de partida, quase para ser visto, sem mediações nossas em sua elaboração, tampouco profundo conhecimento crítico das decisões tomadas no momento de fazê-lo representar os dados. Carrega uma ideia, que por si pode ter alguma força argumentativa: põe em relação determinado objeto, chamado pelo instituto que o produziu (IBGE) de aglomerados subnormais, ao dado de renda familiar relativamente baixa por ser de metade de um salário mínimo da época. Mapas como esse geralmente são apresentados em momentos posteriores de um texto, quase sempre apresentando alguns resultados espacializados e espacializáveis. De outra sorte, apresentamos a ideia de partida porque reforça um lugar comum: em geral, a ideia de que a renda média das pessoas que moram em favelas tende a ser menor do que a renda das pessoas que moram, por exemplo, em condomínios fechados. Essa obviedade está desde o início marcada porque, não sendo falsa, é difícil desenvolver algo a partir dessa constatação tendo a via estatística como princípio. De outra sorte, escolhemos outra via.

⁸ O encerramento desta obra de Mike Davis (2006, p. 196) acolhe uma triste afirmação: “As crianças-bruxas de Kinshasa, como as favelas exportadoras de órgãos da Índia e Egito, parecem levar a um ponto zero da existência além do qual só há campos de extermínio, fome, e horror kurtziano” (*ibidem*).

2. Introdução

Será mesmo a favela o eixo de análise para a discussão proposta, ou a pobreza, o trabalho, a formação nacional e a relação entre esses temas? Essa indagação pode ser respondida ao apresentarmos a questão que nos moveu no decorrer desse trajeto de estudos, dos quais essa dissertação é registro. Sim, a favela é uma entrada específica para a discussão, contudo, não produzimos ou acompanhamos um conhecimento positivo acerca de nenhum desses grandes temas, inclusive acerca da favela contemporânea. Os pontos de contato entre esses grandes assuntos demonstram uma questão para o presente que – assim não pode deixar de ser – emerge do passado. À essa forma urbana específica, e aos outros assuntos, não pudemos aprofundar nenhum ponto de nenhuma ciência parcelar nos limites desse estudo. A questão, aqui, pode ser apresentada como um caminho de estudos que, advindo de fora do eixo *mainstream*, nos nutre de força crítica para, além da universidade, nos defrontarmos com esses assuntos na vida em geral, para evocar o próprio *mainstream*: na vida banal. Certamente seria outro caminho produzir, por exemplo, um texto que se deparasse com a pobreza *em* Marx, o urbano *em* Lucio Kowarick, as formações nacionais *em* Benedict Anderson. De outra sorte, caminhamos não para apresentar as questões da favela *em* Schwarz ou em qualquer outro intelectual, ou localidade (a favela em Belo Horizonte, por exemplo), mas para compreender um percurso crítico nutrido de uma série de contribuições vindas de vários intelectuais que guardam afinidades teóricas e diálogos entre si. De outra sorte, poderíamos responder que a favela, dessa forma, não se faz conceito, espaço produzido, lugar, território etc. para esse trabalho. Ela não é seu eixo. Mas, se apenas assim olhássemos o texto que prossegue perderíamos a oportunidade de afirmar que ele diz de um elemento que contribui para o entendimento desse conceito, fenômeno urbano, espaço, território etc. que é a *favela*. Então, o que está feito? Chegamos a uma possibilidade de gênese histórica e a algumas das primeiras apreciações na esfera do pensamento sobre a favela, a partir de contribuições de variados campos do conhecimento, mas, em especial, delineamos a elaboração original de Roberto Schwarz acerca dos assuntos elencados no início desse parágrafo; nos termos do próprio autor, colocamos de pé um ponto de vista.

Para isso, nesta introdução iniciamos com uma reflexão acerca da vicissitude do Covid-19, e colocamos lado a lado tanto a ideia de *Formação* como a de *Favelário Nacional*. Esta última, inspirada por uma série de poemas de Carlos Drummond de Andrade, que funcionam como ponto de fuga para as discussões, talvez as mais positivadas, acerca da favela. Na parte 3.1, movimentamo-nos por meio da intuição de algo como uma “alma nacional” ao introduzimos o testemunho de Machado de Assis. Abordamos, de forma inicial uma crítica específica à ideia de cópia e originalidade que se cola à nossa formação. Foi indicada a ideia de

influxo externo, tomada de perspectivas diferentes, mas que se ligam a um movimento em comum. No item 3.2, um possível limiar da gênese da favela, detemo-nos numa das primeiras interpretações da pobreza urbana, ao acompanharmos o pensamento de Gilberto Freyre, que se resolve numa contribuição de Antonio Candido quando percebe a gênese de um setor específico de acumulação de capital, o imobiliário e rentista, operando já no final do século XIX. No próximo item está colocada uma escolha terminológica que expande o termo pobreza indiferentemente se no campo ou no urbano. Ora, a pobreza pode ser expressada como *vida popular*, que não abraça, apenas, digamos: a carestia. No item 3.4, operamos um deslocamento a partir da indiferenciação do item anterior, seguindo um debate específico entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Passamos a olhar não o mundo rural, mas uma semente da urbanização brasileira, objeto de Roberto Schwarz, um crítico literário. Adiante, o debate citado passa por outro, e aqui – espera-se – mostramos que tratar de um movimento dual nem sempre designa ser dualista. Dissipamos essa suspeita com base no cotejamento das ideias de Francisco de Oliveira e de trechos dos dois autores (autora e autor) envolvidos no debate já referido. Por fim, o último item, 3.5., acompanha detidamente como Roberto Schwarz trata o complexo: pobreza, vida popular, formação do trabalho e do capital nacionais e, enfim, a subida literária e analítica a uma favela brasileira. Esse item compreende como verídica uma reflexão de Antonio Candido acerca da posição de seu próprio fazer como crítico, antes que literário, *sans phrase*.

2.1. Em meio à guerra ao vírus

O período de escrita desse texto, ora apresentado como objeto de diálogo por ocasião de um percurso de estudos, foi vivido em meio ao grassar do vírus COVID-19. O espalhar desse vírus e as respectivas imposições de medidas para mitigação de seu contágio, que se mostrou mundial, fizeram com que a vida das pessoas, em especial nos fragmentos urbanos, mudasse.

Uma das primeiras medidas para tentar barrar o contágio foi a suspensão de aulas em todos os níveis do ensino formal, das creches às universidades; outra foi a suspensão parcial e intermitente de uma série de atividades (empresariais, de comércio e serviços) classificadas como “não-essenciais” em oposição às atividades entendidas como “essenciais”. A divisão de setores do trabalho entre essas duas espécies carrega consigo, como plano de fundo, o problema da *necessidade*. O que é necessário manter? Como se dará tal manutenção de relações? Quem decide sobre o que é necessário? Essas escolhas involuntárias⁹ foram tomadas no Brasil onde

⁹ O oxímoro é inspirado no trecho do coletivo chinês Chuang que do epicentro inicial do vírus publicou em seu blog o estudo *Contágio social coletivo*: “Na própria China é difícil prever a trajetória final desse evento, mas o

se assiste há mais de um ano a presentificação do *statu quo ante bellum* que se arrasta. Contudo, as coisas já não iam bem antes da guerra contra o vírus.

O fato de setecentas mil pessoas mortas no Brasil, também em estimativas conservadoras, expõe a incapacidade subjetiva de tomar como experiência essas, sempre iminentes, mortes de “meus filhos, família e amigos”. George Simmel, em parte negando as possibilidades abertas pelo urbano, mas tirando a seu modo consequências da sociabilidade da mercadoria, identificou a metrópole e a economia do dinheiro como principais causadoras da atitude *blasé* no espírito das pessoas. Ela seria acionada como defesa subjetiva frente aos múltiplos estímulos da metrópole e à perda de qualidade sensível dos objetos nivelados pela troca monetária. No auge da novidade que fora o vírus, um cessar da reação individual frente ao escalar de morticínio, a todo momento transformado em estatística, pôde funcionar como proteção do indivíduo para continuar a exercer as atividades necessárias à sua autopreservação, claro, em seu célebre lugar na economia capitalista. Mesmo que implicasse na exposição ao vírus e no risco de contágio, que aconteceu desde a primeira hora aos/às trabalhadores/as dos chamados ramos essenciais da economia, entre eles os/as da saúde – uma linha de frente no cuidado dos infectados. Por outro lado, foi medido o crescimento do desemprego que irmana os brasileiros aos chineses quando perguntaram, no início da à época chamada pandemia: “teremos comida suficiente? Eu serei pago? Vou conseguir pagar o aluguel?” (ver nota 9).

Houve, ainda, a decisão da Universidade pelo emprego da informática e dos meios virtuais como dispositivos para dar continuidade, da maneira possível, às atividades de ensino e pesquisa. A condição de realização desse percurso de estudos aconteceu integralmente nesse meio virtual, mediado pela *hiperatomizada* relação que substituiu a presença nas atividades de pesquisa e de docência. O que era antes estar no *campus* passou a ser reproduzido em encontros virtuais. Seja por meio do medo, do desemprego e/ou da atomização, o COVID-19 mudou a vida, inclusive a universitária.

momento já trouxe um raro processo coletivo de questionar e aprender sobre a sociedade. A epidemia já infectou diretamente cerca de 80.000 pessoas (na estimativa mais conservadora), mas provocou um choque na vida cotidiana do capitalismo em 1,4 bilhão, presos em um momento de autorreflexão precária. Este momento, embora cheio de medo, fez com que todos fizessem perguntas profundas ao mesmo tempo: O que vai acontecer comigo? Meus filhos, família e amigos? Teremos comida suficiente? Eu serei pago? Vou conseguir pagar o aluguel? Quem é responsável por tudo isso? De uma maneira estranha, a experiência subjetiva é semelhante à de uma greve em massa – mas que, em seu caráter não espontâneo, de cima para baixo e, especialmente em sua *hiperatomização involuntária*, ilustra os enigmas básicos do nosso próprio presente político estrangulado tão claramente quanto as verdadeiras greves de massa do século anterior elucidaram as contradições de sua época. A quarentena, então, é como uma greve oca de suas características comunais, mas mesmo assim capaz de causar um choque profundo na psique e na economia. Somente esse fato já a torna digna de reflexão” (p. 18-9, destaque nosso). Ver: Coletivo Chuang. Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China. São Paulo: Veneta, 2020.

A redução escalar, da metrópole em direção à Universidade, faz sentido do ponto de vista particular de quem pelas circunstâncias foi levado a escrever essa nota. De outros, as mudanças podem ter recoberto um amplo espectro, desde a presentificação da morte, incluindo mesmo o fenômeno irracional de negação da potência do vírus de maneira insensível à coletividade. Ações como essa última, infelizmente, foram observadas recorrentemente. Desde o desdém com apetrechos de proteção, como a máscara, largamente recomendada em ambientes compartilhados de maneira, para alguns, incontornável (mercados, ônibus, escritórios – afinal, as atividades essenciais não foram suspensas), aos desfiles verde-amarelos, onde o abandono das medidas de proteção é incentivado. Atividades essenciais a quem? É incontornável notar como o coletivo Chuang contraditoriamente remarca a vida cotidiana *do capitalismo*, ao vivificar esse sistema. Acertada contradição por, mesmo que de forma talvez não proposital, dotar de vida um sistema social e ao mesmo tempo insinuar que a vida cotidiana (das pessoas) acontece pelas e sob relações que mantêm de pé essa forma social.

Um aprendizado prático sob as condições do COVID, nessa sociedade, é o da limitação individual no horizonte das escolhas possíveis; quem integra essa sociedade está determinado de forma múltipla e o espectro aberto à ação se reduz. Cabe notar que as intuições preliminares deste estudo foram afetadas pelas condições em que ele vem se realizando tanto de maneira subjetiva quanto objetiva, por exemplo, pelo longo período de barramento no acesso a pessoas, bibliotecas, instituições e espaços específicos que poderiam vir a contribuir com as proposições ora apresentadas. Uma opção que se colocou, portanto, foi a da escolha, desde um primeiro momento, por abandonar o curso desses estudos de início fragmentários ou fazê-lo a partir das condições impostas pelo tempo presente. Pela falta de inspiração em imitar como que um gesto dos cínicos ao abraçar a primeira delas, a existência desse texto apresenta a atitude algo estoica em estudar durante uma pandemia, que se esgotou faz tempo. Outro aprendizado é que a escolha das palavras importa. Verter estilisticamente imagens na atual quadra histórica deve ser encarado da forma mais séria. Se num passado próximo, estudos sob ruínas serviram como metáfora para dizer da situação política, econômica e social nacional, agora ao lado dessas ruínas foi aberto um campo de covas onde se empilharam cadáveres. Se antes da guerra (ao vírus) o retrato nacional já aludia a imagens como essa, agora o peso do real se agrava. Contudo, passado pouco tempo de uma retomada, a cotidianidade parece ter sido retomada e, como sempre, numa fórmula acertada de Roberto Schwarz: “vai-se fazendo”.

Por ocasião da primeira redação desta nota preliminar, nacionalmente tomava curso a convocação de um protesto com pelo menos duas reivindicações claras: a ampla vacinação dos brasileiros e medidas para com os representantes políticos, movidas pelo juízo de que sua

(in)ação levou ao aprofundamento da crise sanitária e à escalada de mortes, a partir de um determinado momento, evitáveis. Na segunda redação, ocorreram à época três desses protestos que, se por um lado, fizeram com que os manifestantes arriscassem a se contaminar, por outro, respondem publicamente ao risco com a palavra de ordem: “Se o povo protesta em meio a uma pandemia, é porque o governo é mais perigoso que o vírus”. Hoje, o rei preso foi liberado e restaurada foi também a sua posição de mediação¹⁰.

O primeiro protesto aconteceu no dia 29 de maio de 2021, e suscitou uma intensa discussão na assembleia (virtual) da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção local de Belo Horizonte - que ocorreu no mesmo dia pela comemoração do dia da/o geógrafa/o¹¹. O acirramento do debate acerca de integrar-se ou não em protestos, em um primeiro momento, exige pensar que a compreensão conjuntural demanda não apenas reflexão, mas no presente opera também um ofuscamento frente ao desenrolar dos processos que não estavam terminados. Em contraponto, ou melhor, em compasso diferente, o esforço do estudo aqui proposto se relaciona com processos mais perenes – a saber, o da pobreza urbana, o da questão da favela, em geral, processos históricos que estiveram assentados no tempo nacional, com duração estendida em relação ao vírus COVID-19. Esses processos precedem ao vírus, mas seria erro pensar que deles não surjam ligações com o presente contágio e com a distribuição de vacinas, por exemplo. O que falta, em um primeiro momento, são as condições de possibilidade de nesse estudo perseguir tais ligações.¹² Essa contradição específica em relação à circulação da mercadoria vacina, e de forma mais ampla das implicações do COVID-19, não pode ser abordada nos limites deste estudo. Contudo, estudar processos mais longos não os tornam irrelevantes para a compreensão conjuntural.

As coisas já não iam bem antes da guerra, e o vírus veio aprofundar os problemas. Do ponto de vista singular da Universidade, ampliado ao sistema educacional em geral, a educação

¹⁰ Ver a última produção de Roberto Schwarz (2022), um teatro, em especial última cena de *Rainha Lira*. Ali, o rei está facilmente identificável.

¹¹ Faz-se oportuno notar que a Associação dos Geógrafos Brasileiros, em escala nacional, para além de ações práticas, lançou uma iniciativa nomeada observatório Covid-19, a partir de um grupo temático de trabalho em Geografia da Saúde e iniciativas de pesquisadoras/es brasileiras/os em pensar e dialogar acerca desse problema.

¹² Por exemplo, em 2020 foi noticiado que a União Europeia havia comprado 1,6 bilhão de doses de vacinas ainda em fase de testes; notou-se ainda que as indústrias farmacêuticas fabricantes não abririam mão das leis de mercado em função da distribuição das futuras vacinas: “Sobre o preço aproximado das doses, Swaminathan indicou que, atualmente, parece que poderia oscilar entre 2 e 30 dólares (10,60 e 158,80 reais), mas ressaltou que o mercado ‘é muito dinâmico’ e o valor ‘mudará à medida que mais vacinas forem disponibilizadas.’”, *El País*, Madri, 9 set. 2020; disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-09-09/oms-reduz-expectativas-e-acredita-que-vacina-contr-a-covid-19-nao-estara-amplamente-disponivel-antes-de-2022.html>>. Em abril de 2021, o mesmo jornal traz em uma de suas manchetes: “O ‘escandaloso desequilíbrio’ na distribuição de vacinas contra COVID-19 entre ricos e pobres”. A diferença entre ricos e pobres foi, na reportagem, abordada do ponto de vista dos países. Confirmaria a intuição que a compra de vacinas em fase de testes é possível apenas para alguns países, o que não se expressa por desequilíbrio, mas pela desigualdade na concorrência mundializada.

brasileira passa – em meio mesmo ao vírus e sem resquício de participação popular – por uma das maiores reformas de demolição do fundamento disciplinar da produção do conhecimento. O que foi pressentido ainda em 2015, em relação à proposta de reformas no Ensino Médio, e hoje atravessa a legislação e a normatividade que recai na vida escolar desde o currículo referido à escola básica até a formação superior, nas várias disciplinas. O que já havia de esgarçamento nos processos e tempos no ensino superior está em vias de aprofundamento. O mesmo processo vale para a escola básica, nela de maneira mais aprofundada.¹³ Resta-nos identificar, apenas, que o processo de estudo é algo que se faz em conjunto e que a atomização em sentido *lato* toca esse processo que é histórico e se faz a partir de uma tradição de desimportância das esferas culturais em geral.

2.2. Formação e crítica brasileira: um delineamento

Antonio Candido aponta na introdução de *Parceiros do Rio Bonito* (2001) [1964 1ª edição] que esse seu estudo habitaria uma encruzilhada, do ponto de vista metodológico, ao tocar dois distintos campos do conhecimento: a Antropologia e a Sociologia. Segundo ele, aquela referia-se às descrições de casos singulares, enquanto a última à estatística. Candido inicia sua escrita por esse aviso de método, que acabara sendo também metodológico para situar o estudo em um campo do conhecimento em específico – pois metodologia não vai sem método. Após tempos de estadia no município de Bofete, Candido (2001) apresenta a pesquisa que identifica uma forma de vida em determinado meio: o caipira morador do campo, especificamente da Paulistânia, “grande porção do território devassado pelas bandeiras e entradas” (*idem*, p. 45). O estudo retira a veleidade do olhar estereotipado para esse modo de vida, ao mesmo tempo que vislumbra o ocaso dessa maneira de estar naquele mundo em vias de decomposição.

A exemplo de Antonio Candido, cabe remarcar a importância de um campo do conhecimento que muitas vezes é relegado a segundo plano. Da mesma forma que a estatística opera com representações, quais sejam numéricas, com base matemática, tendo como produto a resultante de cálculos, a crítica literária também se move no campo da representação. Contudo, dedica-se a outra matéria que não os números. Uma diferença entre estatística e crítica literária realizada por aquele autor é que, em geral, esta não estava na razão instrumental, mas

¹³ Novamente a AGB, nacionalmente, esteve dedicando-se a um Ciclo de debates sobre o tema que serão recolhidos em uma publicação especial sobre as reformas educacionais. Sobre o referido esgarçamento dos tempos da universidade ver: MARTINS, Sérgio. Universidade e democracia: proposições para uma pós-graduação crítica. Geosp, São Paulo, v. 16, p. 31-65, 2004.

na análise formal da obra de arte em conjunção com estudos críticos da forma social historicamente situada. A crítica não opera apenas ao identificar aspectos estéticos da obra em questão, que não deixa de ter base empírica, mas também ao ligar a produção do pensamento e da sensibilidade humana a uma época¹⁴. Relegar a crítica literária dialética a um interregno meramente teórico para o campo parcelar das letras empobrece não apenas metodologicamente as possibilidades de reflexão, mas deixa passar um dado importante para compreensão do processo de nossa controversa formação nacional¹⁵.

Ao mobilizar de maneira particularmente conceitual o termo *formação*, Antonio Candido levou outros intelectuais a repensarem seus respectivos campos de conhecimento a partir das especificidades desse termo. Também, de certa maneira, encerrou um ciclo de grandes publicações. Para seu autor, a literatura não foi escolha contingente, segundo argumenta Roberto Schwarz (1999) ao sintetizar ideias-chave de quatro autores que pensaram, antes de Candido, a formação brasileira. Os quatro compuseram “ponto de fuga do processo [de formação nacional] fortemente impregnado de valor, negativo ou positivo, que diz respeito à atualidade vivida por seus autores” (*idem*, p. 19). São eles: Gilberto Freyre, cujo ponto de vista é positivado por seu saudosismo derivado das relações do passado colonial brasileiro; Sérgio Buarque de Holanda, que com mesma matéria, nossa origem portuguesa, pensa criticamente as relações coloniais e aponta uma possibilidade crítica para o futuro; Caio Prado Jr., que identificou o negativo no déficit das relações coloniais em relação à metrópole, “em suma – o atraso”; e, enfim, Celso Furtado, pensador que mais se moveu pela discussão econômica e que

¹⁴ Essa posição a qual aludimos é referida por ocasião da estreia de Antonio Candido como ‘crítico titular’ no extinto jornal Folha da manhã em 7 de jan. de 1943. Acompanhem-lo: em relação ao trabalho do crítico a obras contemporâneas ou do passado. “De um modo ou de outro, porém, compete ao crítico assumir com clareza o papel que lhe impõe o seu tempo. [...] Entre as inúmeras vias para se chegar ao acontecimento, entre as várias maneiras de abordá-los, por que não colocarmos o da compreensão das obras do pensamento e da sensibilidade? Nascidas de exigências imperiosas do espírito humano, trazem em si a essência dos sonhos, das aspirações e das tentativas de uma época. É nelas que se aninham as vagas possibilidades do futuro, e que são julgadas as tentativas do passado. [...] Ao entrar neste mundo ao lado do mundo, crítico e leitor se sentem como que suspensos ante o peso da sua tradição e a riqueza das suas possibilidades. Penetrá-las, clarificá-las, relacioná-las, torna-se então uma tarefa cuja importância só é ultrapassada pela daqueles que as vão realizar. Assim compreendida, pois que a ela incumbe uma parte desse trabalho, a crítica – literária, artística, filosófica, científica – nos aparece como um instrumento de conhecimento e um guia de caminhos difíceis, e a sua utilidade não pode ser negada.”. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ls/article/download/19613/21676>>, (p. 170-171)

¹⁵ Aqui, agradeço o diálogo aberto por José Geraldo Pedrosa sobre a sanha do utilitarismo oportunamente colocado, seja da literatura, da sua crítica específica e/ou das ideias em geral. O que nos entristece, não é a utilidade, ou inutilidade, do pensamento de Antônio Candido, mas sim o esquecimento e/ou sua classicização de uma forma muito prolífica, para não falar bonita, de se pensar. Resta saber se ideias criam ou não realidade. Voltando ao assunto da teoria crítica de Candido, nos inspiramos para modificar o texto em um fala recente de Roberto Schwarz, que leu um pequeno texto em homenagem recebida na Universidade Estadual de Campinas, se remetendo às ideias originais do que chamou ele mesmo de crítica literária dialética. Disponível no endereço: <<https://www.youtube.com/live/dXlfqPDh6S8?feature=share>>, de 55m30s até 1h12m51s.

até determinado ponto julgara sanável, por meio de reformas, os problemas apontados pelos outros três autores (Schwarz, 1999, p. 18-9).

Econômica, social, politicamente o Brasil não completou sua formação, mesmo levando em conta o esforço dos citados intelectuais ao tratar dessas particularidades brasileiras ao longo do século XX. Construção nacional interrompida, como propôs Celso Furtado no crepúsculo de sua trajetória, em parte, desacreditado do possível desenvolvimento não completado. Roberto Schwarz argumenta que *Formação da literatura brasileira* (2017) [1969, 1ª edição] se diferencia pela matéria nacional – sem nacionalismo – tratada por Candido pelo viés cultural especificamente literário. Diferentemente das outras áreas, nossa literatura completou sua formação ainda no século XIX com Machado de Assis: “Com efeito, no caso da literatura brasileira tratava-se de historiar uma formação que já se havia completado” (*idem*, p. 19). Realizada no “entrelaçamento entre autores, obra e público, interação que comprova em ato a existência de um sistema literário amadurecido” (*ibidem*).

Ao se acompanhar o argumento de Schwarz (1999), a consecução do campo literário como sistema formado não aponta, contudo, para a construção de uma sociedade democraticamente efetivada. O fato de no Brasil ter-se formado um sistema literário próprio não faz com que nele se organize uma nação moderna “sob o aspecto da cidadania” (*idem*, p. 21). Isso porque “basta lembrar que, já ‘formado’, nosso sistema literário coexistia com a escravidão e com outras ‘anomalias’ traço de uma sociedade nacional que até hoje não se completou” (*idem*, p. 20)¹⁶. Uma outra anomalia, que nos importa ao lado da escravidão como instituição, é a favela como momento e opção viável para o início da urbanização da, à época, capital brasileira. A favela, antes de tudo, é uma forma urbana específica e passível de identificação na história nacional. A obra de Machado de Assis, matéria sobre a qual a reflexão de Schwarz opera – mas lembre-se: não apenas, é transpassada por essa forma urbana. Por um

¹⁶ Remate de males, adianta-se que Schwarz (1999) encerra sua ideia contrapondo Paulo Arantes e Antonio Cândido. Diz o autor: “Para bem ou para mal, um sistema literário é uma força histórica que funciona como um filtro – para retomar as observações do Paulo [Arantes]. Num país culturalmente a reboque, como o nosso, onde as novidades dos centros mais prestigiosos têm efeito ofuscante, a existência de um conjunto de obras entrelaçadas, confrontadas entre si, lastreadas de experiência social específica, ajuda a barrar a ilusão universalista que é da natureza da situação de leitura [...] especialmente quando, com toda razão, busca fugir da situação ambiente” (*idem*, p. 22).

Até aí, o autor acompanha o argumento da formação de uma literatura nacional, mesmo que “a reboque”. Encerra dizendo que “A ideia não nacionalista e não tradicionalista de sistema literário nacional [...] não podia estar mais fora de moda, nem ter maior oportunidade crítica” (*idem*, p. 25). Fustiga: “A moda, como vocês sabem, é da aldeia global, por oposição às aldeias locais: o tempo das formações nacionais passou, pois o mundo, interligado pelas novas formas de comunicação, vive um só e mesmo presente. A grande aceitação dessa tese no Brasil talvez não se deva apenas ao seu acerto, relativo, mas também à decisão medíocre e muito compreensível de não se dar por achado, de não se dar por implicado na iniquidade das relações sociais locais o que permitiria entrar para o primeiro mundo sem mais perda de tempo” (*idem*, p. 26).

lado, Machado ele mesmo nasceu no morro da Providência no Rio de Janeiro. Por outro, os pobres em geral transpassam a literatura machadiana em ambas as fases de sua escrita, em particular o morro é como uma flor que se desabrocha na abertura do último romance de peso desse autor, *Esaú e Jacó*, onde um duplo irresolvido clama por resolução.

Veremos, ao nosso modo, que a urbanização da capital da recente República, em idos do século XIX, século onde o sentido de nação se colocou aos conterrâneos do território além-mar luso-brasileiro, deixa como herança não apenas a forma específica da produção urbana, mas também como gênese – como sugere o mesmo Antonio Candido (1974) ao estudar *O cortiço* – de formas parcelares de acumulação de capital por meio do urbano¹⁷. Desde o início, deixa-se indicado que a gênese da urbanização contemporânea se coloca no fim do século XIX, esta afirmação, todas e todos os intérpretes da história de constituição da sociedade brasileira não colocariam em suspeita.

Paulo Arantes, em *O fio da Meada* (1996), retoma a mesma ideia de formação. Contudo, a desloca para outra esfera da vida cultural, dizendo da fundação da Universidade de São Paulo, no segundo quartel do século XX. Uma construção da elite paulista engendrada no enxerto da tradição universitária francesa, base do departamento uspiano de filosofia. Arantes (1996) tem em conta a premência da literatura quanto à experiência nacional primeira: “[...] o meu esqueminha está inteiramente apoiado na ideia de Formação que Antonio Candido, encerrando um ciclo de ensaios clássicos de interpretação do Brasil, todos eles variações da mesma obsessão nacional, desenvolveu para o caso particular da literatura brasileira” (*idem*, p. 271). Não seguimos esse argumento apenas por reforçar a posição apresentada anteriormente, mas por refletir como o conceito de *formação* foi “chave da compreensão da evolução de conjunto da cultura brasileira” (*ibidem*) e junto, da sociedade nacional, se é que se possa referir assim à contradição específica da vida nacional.

Destacando a potência formal da ideia de formação, fica apresentada sua importância para um ciclo interpretativo do Brasil. Menos o conceito de formação em si, mas a importância que a crítica dessa formação teve, e mais adiante repõe, ao contribuir com a tarefa de “penetrar, clarificar e relacionar”, questões que se fazem históricas. Duas delas, “objetos” pelos quais se pode indicar um processo histórico: i) uma, ou mais, formas específicas de pobreza e ii) também particulares manifestações espaciais dessas relações sociais específicas.

¹⁷ Veja-se trecho de Antonio Candido (1974, p. 793) onde o autor apresenta a posição: “Como traduzir em termos adequados essa presença das mediações sociais e econômicas, encarnadas na própria atuação dos personagens e, sobretudo, no encaminhamento geral da narrativa? Registrando que *O Cortiço* é um romance cujo eixo é o processo de acumulação semi-primitiva de capital. É esta que permite a passagem eventual do estado de natureza ao estado de cultura [...]” (*ibidem*).

É por meio da mesma crítica literária, repassada em diálogo na referida publicação de Paulo Arantes (1996), fruto de uma análise de nossa intelectualidade e instituições, que também se vislumbra um conteúdo dual da constituição do que se pode nomear, mesmo que ainda genericamente, como uma forma de “crise” brasileira. Um dos “objetos” acima citados, nexos passível de ulteriores apontamentos, fica assim delineado: acompanharemos parte do pensamento crítico nacional – principalmente o que desenvolveu o campo da crítica literária, mas também advindo de demais campos das chamadas ciências sociais e humanas, partindo da intelectualidade paulista que compôs uma linha evolutiva de pensamento específica, por vezes contraditória e, a cada geração, com problemas acrescidos pela marcha da história nas diferentes escalas. Mas, antes, faz-se necessária algumas mediações, em relação à aproximação de outros objetos dessa tradição de pensamento.

2.3. *Favelário Nacional*: cabo de guerra?

Retoma-se uma indicação sobre o lugar da estatística ao se acompanhar o geógrafo Milton Santos (2009) [1978, 1ª ed.] em *Pobreza urbana*. O autor manifesta uma ressalva em relação a esse procedimento recorrente, em especial para abarcar o assunto que intitula o livro. Vê-se desmedido o balanceio entre mobilização conceitual e imediata incorporação de dados estatísticos: “É evidente que não se pode dispensar informações estatísticas, mas é preciso recusar a essas informações um valor próprio e suficiente. As estatísticas só expressam a realidade quando recolhidas através de uma teoria válida” (*idem*, p. 14). O sentido central desse texto é repassar algumas teorias à época em debate para, ao fim, elencar uma melhor compreensão do problema social e político da pobreza remetendo à sua conhecida teoria dos dois circuitos (Santos, 1979), algo dualista em si. Em um primeiro gesto, Milton Santos descarta a favela como forma espacial específica relativa à pobreza urbana, ao argumentar que o “fenômeno” favela reduz as possibilidades explicativas da questão. Parafraseando o autor: a favela enquanto fenômeno limita. Limita por ser conceito de menor extensão que a pobreza urbana, barrando assim tanto avanços teóricos quanto saídas práticas ao enfrentamento dessa última (Santos, 2009, p. 16). Adiante, em um parágrafo interrogativo, complementa sua posição pela insuficiência do recorte pela favela: “Assim [com suposta estabilidade demográfica e melhoria de renda], as favelas, que são apenas um aspecto chocante entre tantos outros da cidade subdesenvolvida, seriam suprimidas” (*idem*, p. 31). Salvo a suposição de supressão da favela de um ponto de vista liberal, que o autor sabia ineficaz, não se pode reduzi-la apenas a uma parte chocante da realidade urbana, essa por sua vez mais complexa. Outrossim, a favela

deveria ser relacionada a um momento de negação, contudo também como constituição – perversa, nos termos do autor – do próprio urbano.

Interessa-nos indicar, seguindo o autor, a questão metodológica que esbarra nos dados estatísticos produzidos a partir do recorte favela, ou formas análogas. Santos (2009) aponta o problema: “essa preferência [pela favela como recorte] aparece claramente nos resultados estatísticos que frequentemente são de interesse mais antropológico ou puramente econométrico que socioeconômico” (*idem*, p. 16). Dessa maneira, indica-se problemas conceituais, mesmo no nível terminológico que se enfrenta, desde a origem dos primeiros censos do Distrito Federal, à época, a cidade do Rio de Janeiro.

Apenas em 1940 ocorreu a primeira organização censitária de fôlego a discriminar pela primeira vez os espaços de favelas. Ainda assim, realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro, mesmo que os censos nacionais já viessem ocorrendo desde a década de 1870. Desde esse início já eram enfrentadas derrapagens do que seria compreendido por “favela”, e persistem¹⁸. No ano de 1937, Getúlio Vargas nomeia um recifense que em seu estado natal havia organizado uma liga de combate aos Mocambos para tratar, como interventor no Rio de Janeiro, a questão urbana favela (Valladares, 2005, p. 56). Seja em Recife, seja na cidade do Rio de Janeiro, o Estado nos anos 1930 organizou um conhecimento que por vezes endossava ações no sentido de extirpar a favela da realidade urbana. Desde a “invenção” da pobreza cidadina, ela foi identificada a partir da visada moralista e preconceituosa, muitas das vezes até abertamente eugenista. Lícia Valladares (2005) repisa essa história a partir da capital federal do Rio de Janeiro, ao apresentar a necessidade institucional de elaborar determinados saberes sobre essa manifestação espacial urbana. Assim, os recenseamentos e outros processos impõem-se como forma de controle e administração desses espaços.

No estudo citado, Lícia Valladares (2005) dedica-se a acompanhar os primeiros julgamentos “científicos” acerca da favela. Aspas, porque vários dos relatórios oficiais eram encharcados de preconceitos raciais e de classe, julgamentos morais sobre esse fenômeno da realidade urbana e sobre os sujeitos que nas favelas viviam. Alguns desses falsos julgamentos foram mesmo, em determinados casos, desmentidos por pesquisas ainda à época. Contudo, o discurso oficial em 1949 era, ainda, eivado por diversos preconceitos.

¹⁸ Foram apontados por autores em discussão relativamente recente uma miríade de termos administrativamente utilizados, desde na ONU até nas municipalidades de capitais brasileiras, que indicam essa incerteza em como nomear uma realidade que faz mais de um século já está nomeada correntemente. Ver lista de termos em: Costa e Nascimento (2005, p. 3797)

Lícia Valladares (2005) historiciza o problema levantado por Milton Santos acerca da limitação conceitual em torno da favela. Delimitar o que vem a ser esses territórios, até 1950, foi percurso sinuoso e que esbarrou nos julgamentos morais citados. Alberto Passos Guimarães, diretor de recenseamento do IBGE para o censo de 1950, fez apontamentos metodológicos que puderam refinar os resultados dos dados a se obter.¹⁹ Ou seja, mirando no refinamento estatístico, como criticara Milton Santos, Lícia Valladares, ao apresentar as mudanças de metodologia do IBGE, corrobora o argumento ao historicizar a dificuldade que se arrasta desde há muito tempo na conceituação da favela.

Os “novos” critérios elaborados por Alberto Guimarães em 1950, sem maiores alardes, vêm servindo para identificar as manifestações da pobreza urbana até hoje. Continuam, contudo, sendo criticados. O que não retira dos critérios aludidos abarcar por meio do conceito favela um momento de verdade acerca daquela realidade histórica e espacial específica.²⁰

Jorge Paulino (2007) ensaia o abandono da *categoria* favela, sem, no entanto, completar esse apontamento político e metodológico em sua pesquisa. Vejamos: “Assim, a essência do fenômeno urbano denominado de favela não se revela, e o próprio nome *favela*, como já assinalamos no primeiro capítulo, não se exime de também ele se constituir em um instrumento ideológico” (*idem*, p. 67). Todo esse primeiro capítulo referido no trecho citado esforça-se em criticar as limitações do conceito que, ao fim, não é de todo abandonado pelo autor. Mas, ao contrário, reincorporado ao longo do texto, por exemplo, ao discutir em seu capítulo terceiro, vida e obra de Maria Carolina de Jesus (Paulino, p. 90-5). Outra ocasião de manutenção é na advertência: “a favela como fenômeno urbano e social, como já vimos, é definida por três aspectos característicos: a da territorialização da pobreza urbana, a da precariedade de moradia e a da ilegalidade quanto à propriedade de terra” (*idem*, p. 32). À frente, o autor admite os dois primeiros paradigmas para o “fenômeno favela” e deixa em suspensão o ponto sobre irregularidade fundiária urbana. Há duas possibilidades apontadas: ou não se abandona a “favela pensando no termo enquanto conceito abstrato” (*ibidem*) por não ter outro “conceito

¹⁹ Lícia Valladares (2005) remarca os problemas de identificação do fenômeno, apresenta os critérios abandonados pelo diretor do IBGE em 1950 e a nova proposta de definição. Interessa-nos, por ora, ressaltar os abandonos, quais sejam: “A localização geográfica sobre um morro não é mais um critério exclusivo, pois bem sabemos que diversas favelas se desenvolveram em outros tipos de terreno. O tipo de habitação – barraco, construção precária – não é por si só um critério suficiente, pois o autor observa que esse tipo de moradia é também encontrado em numerosos bairros periféricos que não se poderia considerar em seu conjunto como favelas. Finalmente, a questão da determinação dos limites da favela é ressaltada como um problema metodológico em muitos casos bastante complicado” (*idem*, p. 68).

²⁰ Ver dissertação de mestrado de Jorge Paulino (2007, p. 16 *et seq.*) que recentemente se preocupou em criticar essa classificação de Guimarães.

abstrato” para se colocar no lugar, ou se admite que o nome favela é um “termo ideológico” ao continuar sua mobilização.

No encerramento da pesquisa, Jorge Paulino interpreta outra dissertação de mestrado sobre o mesmo tema. Diz Paulino (2007): “Segundo Anselmo Alfredo, nos discursos oficiais as favelas aparecem como ‘doença social’ ou ‘tecido urbano deteriorado’. E o autor questiona: Qual o sentido de cidade que se tem quando se julga a favela como doença? Qual sentido desses discursos estigmatizantes?” (*idem*, p. 137). Mesmo sem acesso ao texto de Anselmo Alfredo, *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo*, ensaiaríamos uma mudança de perspectiva em relação à interpretação do trecho discutido pelo autor. Quando Alfredo (*apud.* Paulino, 2007, p. 137) aponta denominações darwinistas e biologizantes na apreensão do urbano, estaria interpolando, em primeiro plano, as posições que se inclinam a julgar moralmente seja a favela e seus moradores ou, ampliadamente, manifestações da pobreza urbana. A crítica de Alfredo não passa necessariamente pela mobilização de favela como conceito, apesar da palavra muitas vezes ter sido identificada pejorativamente.²¹ O trecho de Paulino (à nota 21), acerca da favela em relação à cidade do pensamento único é ambíguo, se além ao “fenômeno favela” apenas em seu prisma “estigmatizado”. Esquece-se de sua própria formulação onde liga favela à “espacialidade contraditória”. Entre a favela estigmatizada (ideologia que, segundo o autor, deve ser categoricamente descartada) e a favela como contradição, há um degrau, cujo passo há de ser oportunamente dado.

O primeiro, mais imediato e no qual interessa determo-nos, se relaciona ao abandono terminológico. Uma vez que sem a favela como momento de diferença no urbano, ela mesma indiferenciada, integrada (ao quê?), aí sim operaria uma ideia de cidade do pensamento único. Ou em termo irmanado: unidimensional. Afirmar isso não é corroborar com os estigmas morais que recaem sobre as favelas, e sim recusar a integração desses espaços da diferença, de contradição, à unidimensionalidade pautada por uma mesma lógica (a de mercado). O que delinea a conclusão do estudo de Lícia Prado Valladares (2005 p. 148-152). Ela nos apresenta uma posição teórica liberal como encaminhamento dos argumentos defendidos pela autora, os quais apontaremos no item 3.5, oportunamente discutindo-os dentro de nossas possibilidades.

²¹ Não faltam exemplos dessa carga pejorativa acerca da favela. Valladares (2005, p. 22-73), autora que Jorge Paulino tem como um dos eixos de sua pesquisa, retraça essa história. As adjetivações, como as de Roger Teulière (1957) ao descrever as favelas de Belo Horizonte e seus moradores. O recorrente discurso institucional em geral que antes da possibilidade de criação urbana encampa a mercantilização da metrópole. Paulino (2007) continua: “a produção da cidade deve ter como base a ciência urbanística [...] determinação unilateral difundida pelo pensamento técnico. Não cabe a contradição, é a *cidade do pensamento único*, parafraseando o título de um livro. A favela, nesse sentido, se apresenta com uma *espacialidade contraditória*, que deve, portanto, ser estigmatizada por aqueles que se balizam pelo *pensamento único*” (*idem*, p. 137).

Sua interpretação de *Os sertões*, no início desse estudo, abre mesmo a possibilidade, efetivada pela autora, de integrar a favela como mais um espaço entre outros para as relações de mercado.

Paulino (2007), que viemos seguindo, ao construir seu argumento deparou-se com esse degrau conceitual e não o percebeu ranger (E vale registrar: o autor reconstrói historicamente a discussão acerca das favelas paulistas com fôlego bibliográfico admirável. No início da pesquisa, Paulino (2007, p. 17) cita o mesmo Alberto Guimarães, diretor do IBGE, a partir de Lícia Valladares (2005, p. 71)²², valendo-se do trecho no qual a autora se baseia, para afirmar: “A introdução de uma categoria relativa a conjuntos de moradias precárias no recenseamento brasileiro [...] a partir do Rio de Janeiro, contribuiu para a generalização do uso da palavra favela que, progressivamente, passou de categoria local a categoria nacional” (*ibidem*). Nessa afirmação, a autora abre a possibilidade de dissociar favela como “fenômeno urbano” específico e localizado, convidando a erigir esse termo como categoria que abrange mais que uma singularidade determinada. Separa-se assim favela em: a) fenômeno urbano local, b) generalização conceitual/categórica e c) nível discursivo (onde Jorge Paulino opera a disputa contra os discursos carregados de estigmas – que muitas das vezes reproduziu-se nas ciências sociais). Paulino em sua dissertação desenvolve os momentos a) e c) do termo. Interessa-nos a aproximação com o momento b), de desenvolvimento e re colocação do conceito em debate.

Há, ainda, uma vírgula a se acrescentar nessa discussão introduzida por meio de Milton Santos e Lícia Valladares (2005, p. 71). A autora chama a atenção para um subterfúgio terminológico na generalização, em território nacional, da palavra favela. Identificam-se a essa palavra diferentes realidades, contudo, o IBGE desde 1950 utiliza um outro termo ainda mais ampliado e menos rigoroso. Seja ele: “aglomerado subnormal” para os dados de “favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros” (IBGE). Se o caso fosse colecionar palavras, teríamos uma longa lista para completar nosso álbum de figurinhas de “aglomerado subnormal”. Caso seguissemos de fato o desenrolar dessa lista, recusando o termo favela (que diferentemente de aglomerado subnormal é operado para além dos círculos da estatística estatal) deveríamos evitar uma virada nominalista onde apenas o particular tem validade de verdade. Sendo assim, não abandonemos ainda a favela para ver como, de outra perspectiva e com um outro movimento, ela seria mais uma vez abandonada por outro autor.

²² O trecho em questão: “As favelas deixam de ser, por esse e por outros motivos um fenômeno a parte, próprio do Distrito Federal, com características inconfundíveis e essencialmente diversas de quaisquer outros aglomerados das classes pobres. Suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira” (Guimarães *apud*. Valladares, 2005, p. 71).

No início de *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, tese de doutoramento de Lúcio Kowarick (1975), ele defende o abandono da favela de uma perspectiva diferente da que apresentamos até agora. Um recorte espacial, no caso a favela, limitaria a análise, homogeneizando determinadas contiguidades. Essas falsas homogeneizações são sugeridas para o termo favela, ou “bairros marginais” em relação a um outro objeto que o autor busca delinear: as “populações marginais”. Podemos resumir o argumento com a seguinte formulação de Kowarick (1975): “Por outro lado, e como corolário do ponto anterior, constatou-se também que indivíduos marcados por uma situação de marginalidade não estariam adstritos a determinadas áreas geográficas” (*idem*, p. 15). Para entendermos do que a frase é corolário, dois pressupostos foram levantados pelo autor. O primeiro é que os grupos que vivem na favela, ou nos “bairros marginais”, estavam na mesma situação de outras populações pobres não habitantes estritamente em favelas. O segundo é que o recorte espacial que se toma por “favela” apresenta uma heterogeneidade em seu próprio interior, em relação à multiplicidade de situações nas quais se encontram os sujeitos. A premência pelos sujeitos, em detrimento de sua localização, compõe toda uma extensa discussão acerca da hoje pouco expressiva teoria da marginalidade, que não desenvolveremos amiúde.

Contudo, a posição do autor não permaneceu estanque. Em sua obra de maior difusão, *Espoliação urbana*, Kowarick (1979) mobiliza centralmente o termo favela no desenvolvimento – não apenas do argumento – metodológico. Escolheu-a como campo de pesquisa para a realização das entrevistas com moradores/as sujeitados a essas determinações, condição de moradia e vida que compuseram o miolo do texto. Um dado importante: nessa quadra histórica, àquele momento nos anos 1980, São Paulo, cidade onde o estudo foi realizado, não apresentava dados estatísticos com elevado número de favelas. Esses dados relativos à quantidade de favelas mudou de configuração na subsequente década. Ver, por exemplo, Mike Davis (2006 p. 27): “As favelas de São Paulo – meros 1,2% da população em 1973, mas 19,8% em 1993 – cresceram na década de 1990 no ritmo explosivo de 16,4% ao ano” (*ibidem*).

Kowarick (1979) também apresenta dados próximos a 2% de habitantes da metrópole paulistana, apenas, vivendo em favelas. Contudo, mesmo com esses números relativamente reduzidos, repensa a posição inicial acerca do abandono do recorte de pesquisa favela, como limite, ao menos implicitamente. Esse movimento, apesar de não desdobrado discursivamente, como argumento em *Espoliação Urbana*, fica claro pela construção da obra.

A primeira posição de advertência em Kowarick (1975) mantém-se, não excluindo, mas ao lado da palavra favela. O autor formula: “ao contrário que muitos pensam, ela [a favela] não concentra uma população com características de *lumpen*” (*idem*, p. 92), ao contrário, apresenta

uma heterogeneidade de sujeitos que nela habitam. Descrevendo os(as) moradores/as, em descrição sociológica, a partir de entrevistas, de uma maneira mais livre, Kowarick (1979) marca o peso que a favela, como conceito e fenômeno, tem na sua obra: “sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade de contrastes acirrados. [...] este processo perpassa toda a pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres” (*idem*, p. 93).

Abre-se uma brecha que deixa vislumbrar a fratura do presente, e não desde pouco tempo, na conformação urbana brasileira. Deixemos em suspenso os desdobramentos de um corte sobre três obras de Kowarick, em ordem cronológica de escrita iniciando da mais antiga: *Capitalismo e marginalidade* (1975[1975]), *Espoliação urbana* (1981[1979]) e *Escritos urbanos* (2009[2000]). Sem contar dois textos de interflúvio, (em relação à sua posição sobre o conceito de trabalho: *Trabalho e vadiagem* (1979[1979]) e um outro do qual é organizador de uma coletânea de textos, também nos anos 80, *Lutas sociais e a cidade* (1988), que abre perspectivas para aproximações com as lutas urbanas do início da chamada redemocratização).

O placar que se encaminhava para goleada para o time que sugeria o abandono do termo favela virou. Parecia que Kowarick se enfileiraria ao lado de Milton Santos e Jorge Paulino a sugerir que a favela não teria força explicativa. Se estancássemos no Kowarick da marginalidade, até que poderíamos pensar assim. Contudo, sua posição se transforma e podemos opô-lo ao time que escolheu abandonar a favela como conceito, uma vez que como fenômeno sabemos que sua existência, seja como for, é difícil de ser ignorada.

Como o Kowarick de *Espoliação* que reinsere “favela” no horizonte conceitual dos estudos urbanos, mobilizando o conceito em sua potência política e explicativa, de tempos para cá, o contraste acirrado marcado pela discriminação e segregação refletidas no padrão de moradia que cinge as metrópoles são marcas da diferença entre ricos e pobres (parafrazeando Kowarick). Cisão em vias de mundialização durante o século XX, expressão espacial do sistema que produz riqueza abstrata ao mesmo passo que engendra miséria bem concreta. Nos anos 1990, ao tomar contato com o relatório da ONU sobre as favelas: “*The Challenge Of Slums*”, Mike Davis (2006, p. 43) descreve, em escala mundial, de Jacarta a Hong-Kong, passando pela América Latina, a construção de um mundo presente onde as pessoas, por vezes, fazem mesmo de sepulturas do século XVIII suas moradias.

Mike Davis (2006), em várias passagens de *Planeta de favelas*, identifica o empobrecimento e o processo de favelização em ascensão às formas neoliberais de governo datadas de meados de 1970. Ainda, à favelização e à pobreza são somados processos locais descritos pelo autor. Chama a atenção uma data que aponta de passagem, ela destoa da

favelização da “periferia” mundializada desde a segunda metade do século XX, objeto primeiro de Davis. As datas que mais se aproximam à exceção aberta por Mike Davis são da própria constituição das *Coketowns*, na formação da grande indústria. Momento em que ficou impossível a travessia a pé das cidades inglesas recém-industrializadas, em uma palavra, quando ocorreu a explosão da cidade. Davis (2006) escreve: “Embora algumas favelas tenham uma longa história – a primeira favela do Rio de Janeiro, no morro da Providência, surgiu na década de 1880 –, a maioria das megafavelas cresceu a partir da década de 1960” (*idem*, p. 37). Será então que essa exceção aberta por Davis pode dizer algo a nossa intuição? Como relacionar as formas brasileiras da pobreza urbana espacializada às formas europeias? Como mediar relações locais com o tempo mundial? O autor aponta essa particularidade brasileira, mas não a retoma verticalmente, nem era essa sua proposta. Talvez seja a nossa.

No último minuto, mais uma voz se junta para cantar a favela, ainda que externamente. Três anos antes de sua morte, Carlos Drummond de Andrade havia terminado o livro *Corpo* (1984) com vinte e um poemas sobre a favela, coleção delas, nomeado “*Favelário nacional*”. Dele mostramos o trecho como epígrafe nossa. Está posto: o poeta é mais um que olha a favela como marca importante para nosso tempo presente, independentemente do nome dado a ela: “.../ favela. / Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol, por este largo estreito do mundo. / Isto consola?”²³. No carnaval do ano de 1987, o mesmo ano em que viria a falecer, foi homenageado com um enredo no carnaval carioca: “O reino das palavras”. Àquele ano, a Estação Primeira de Mangueira, escola que fez a homenagem, foi campeã do carnaval.

²³ Poema Dentro de Nós, em: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 76.

3. A crítica brasileira: e o *favelário* como perspectiva oculta

Por ocasião da qualificação desse escrito se nutriu alguma esperança de que este estudo avançasse em direção ao presente. Ela não se materializou, ao contrário, retornamos ao passado, pensando por vezes no século XIX, origens de uma linha específica que marcou a história das ideias nacionais. Sobre essa escola, Roberto Schwarz, ele próprio “último dos representantes que se interessaram em pensar o Brasil a partir de suas linhas de formação” (parafraseando Paulo Arantes), cada vez mais se desesperança em haver continuidades. Outrossim, olhamos para o passado a fim de poder conhecer uma perspectiva original que tratou criticamente a conformação deste território além-mar em algo próximo de uma nação.

3.1. A alma de uma nacionalidade

No momento da morte de Machado de Assis estavam presentes em sua casa, no bairro das Laranjeiras, discretamente e em pequeno número, algumas pessoas de seu círculo de convivência. Dentre elas, Euclides da Cunha, ao pé do amigo moribundo. Em 30 de setembro de 1908, Euclides publica no *Jornal do Commercio* *A última visita*, onde descreve os instantes finais de Machado que morrera na madrugada do dia anterior. Faz aparecer à porta da casa do escritor um adolescente desconhecido dos convivas ali reunidos para, como um gesto de desespero diante da morte que se avizinhava, despedir-se da literatura nacional corporificada em Machado de Assis. O cronista de sua morte – Euclides da Cunha – esconde o nome do menino profundamente tocado que foi deixar um último gesto sobre o escritor de sua predileção: “Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino dessa criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade”²⁴.

Uma primeira interpretação pode tomar esse final da crônica euclidiana como um último elogio a Machado de Assis, elevando qualquer um que tenha recebido dele nem que seja um toque a uma altura fora de comum. Talvez com um quê excessivo, mesmo que em vida Machado tenha sido um escritor reconhecido, até institucionalmente, como sua participação na fundação da Academia Brasileira de Letras informa. Essa crônica comporia uma homenagem de despedida a um expoente da musa literária²⁵ nacional que tocou sua época. Seria a intenção do

²⁴ Ver: Euclides da Cunha, “A Última Visita”, *Jornal do Commercio*, 30 set 1908, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_09&pasta=ano%20190&pesq=antilogia&pagfis=16068>. Mas também vertido para o português mais moderno: disponível em: <https://triplov.com/contos/machado_de_assis/euclides/index.html>.

²⁵ O próprio Machado, ao apresentar seu programa como escritor, utiliza o termo notado por Roberto Schwarz (2012a, p. 86-7) ao escrever sobre a inspiração antirrealista da primeira fase machadiana: “A norma é antimoderna em toda linha. [...]. A nulidade das explicações, a esse propósito, é como que um programa: “[...] o nosso intuito é

cronista mostrar que mesmo qualquer juvenzinho reconhece e verte lágrimas de desespero sobre o cadáver de Machado. Restaria ao futuro o esforço de compreensão crítica que esse escritor, cujo toque faz cintilar, direcionou à sociedade da qual fez parte.

Contudo, um passo atrás, demorar-se mais nessa crônica pode mudar o tom de sua interpretação. Importa-nos o uso da palavra nacionalidade, como se ressoasse o eco da crítica ao ideal republicano que a grande obra do mesmo autor, *Os sertões*, encaminha; condensada nas suas últimas linhas: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (Cunha, p. 551, 2019). Ao se suspender a busca por verossimilhança da visita desesperada do adolescente a Machado, tal imagem construída por Euclides como que complementar as reticências, última pontuação da obra do engenheiro militar que ficou para a posteridade. *A última visita* surpreende por não tratar Machado em plano principal. A morte do escritor torna-se motivo para expor, dentre as lágrimas mal contidas das damas presentes, um ligeiro registro de nome e sobrenome dos senhores, o colossal silêncio da cidade frente a esse acontecimento por ela mesma – a cidade – ignorado. O motivo central aparece apenas no desfecho do texto. Ele termina com a saída do adolescente do recinto e um julgamento de valor por parte do autor, como posto, acerca do maior ato que o menino anônimo pôde realizar em vida: um gesto de despedida. E encerra mudando o foco da última visita, que afinal já havia se ido, para refletir sobre o que subsistiu, permaneceu, no minuto depois: “Ele saiu – e houve na sala há pouco invadida de desalentos uma transfiguração. No fastígio de certos estados morais concretizaram-se às vezes as maiores idealizações. Pelos nossos olhos passara a impressão visual da Posteridade” (ver nota 24).

A serem retidas há ao menos duas ideias expressas por Euclides. A primeira, a identificação de Machado de Assis à alma da nacionalidade, um uso da palavra que vinda desse autor carrega consigo sinal negativo. A segunda, o gesto que ao desalentar os presentes arrasta para a posteridade a interpretação que demorou longo tempo até ser conceitualizada. Separando a última frase da crônica em três momentos, lê-se: “No fastígio [que em português corrente tem como sinônimo, por exemplo, culminação] de certos estados morais” (os da nacionalidade?), “se concretizaram idealizações” (as presentes na literatura machadiana?) “que passam à Posteridade” pela necessidade de interpretação futura? Uma vez que o espírito daquele tempo pôde não ter desvelado completamente as implicações dessa literatura que recobria traços singulares à própria compreensão da formação desta nacionalidade. Vejamos, portanto, como

ver cultivado, pelas musas brasileiras, o romance literário, o romance que reúne o estudo das paixões humanas aos tons delicados e originais da poesia” (*ibidem*) O trecho foi citado de: Assis, Machado. *O culto do dever*. In: *Obra Completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1959, p. 859.

foi encaminhado esse problema que, de maneira aproximada, poderíamos chamar de crítica à alma da nacionalidade, ou ao desenrolar histórico de sua formação.

Na última florescência de corte crítico do pensamento nacional pôde surgir uma interpretação de Machado de Assis à altura dessa “alma da nacionalidade”, voltada mesmo aos problemas brasileiros que atravessaram o século XX. Por ocasião da publicação do livro *Um mestre na Periferia do capitalismo* (2012b[1990, 1ª ed.]), houve um debate à época transcrito e apenas recém recolhido no último livro que reúne diversos documentos – retratos e entrevistas – de Roberto Schwarz (2019). Ali, Arthur Giannotti oportunamente lembra a trajetória do crítico literário e apresenta sua posição – relacionada a uma continuidade intelectual uspiana – ao discordar da interpretação comunicada pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro. Este identifica os estudos do período de exílio do referido crítico como base para a consolidação de ideias sobre tópicos da literatura e, em geral, do país deixado sob a mais recente ditadura civil-militar.²⁶ O momento do referido debate girava em torno do proceder estilístico do crítico, quando o filósofo, ao pedir a palavra, apresenta sua própria interpretação que vem corroborar para a posição do texto *Um mestre na periferia* ao lado de esforços que abarcariam questões relacionadas à formação nacional: “Felipe, eu discordo integralmente. Eu gostaria de puxar a brasa para minha sardinha. Esse livro não tem nada a ver com o período parisiense. Esse livro do Roberto é a última flor do Lácio da Maria Antônia (*risos*)” (*idem*, p. 96). Eis que Roberto Schwarz vê-se integrado à tradição que estudou e com a qual se formou, onde o problema nacional fez-se central para o encaminhamento da produção intelectual paulistana justamente na instituição citada por Giannotti. Ainda, a formação brasileira foi um dos moles de peso que dotou de sentido a constituição dessa tradição de pensamento. Contudo, e como traço que diferencia o crítico, negativamente²⁷.

²⁶ Segue-se o trecho de Luiz Felipe de Alencastro sobre a concepção de *Um mestre na periferia*: “Me parece interessante o fato de o livro ter sido bolado fora daqui, em Paris. Porque essa situação produz um ponto de vista diferenciado. O Roberto deu aula em Vincennes e participou de seminários. Mal ou bem de repente ele era o crítico literário brasileiro lá, e estava estudando o Machado, o romancista brasileiro mais conhecido. Isso tem uma contingência que é importante. De repente você tem a imensa responsabilidade de no intervalo de quinze minutos dar um quadro geral de um país de que você está inteiramente ausente. Nesse isolamento você é obrigado a dar conta da totalidade das coisas. E me parece também que *O idiota da família*, de Sartre, e toda a releitura de Flaubert na época em que o Roberto estava na França foram muito importantes.” (Schwarz, 2019, p. 95-6). Notemos bem que o argumento de Alencastro não evoca a improvisação, mas a necessidade imediata de resposta a determinada factualidade prática. O que faz pensar que a posição de Giannotti ressalta o caráter processual da contribuição de Schwarz ligada a uma tradição. Ainda, ressoa no argumento de Alencastro um motivo: olhar o Brasil a partir da Europa enlevado num *frisson* de descoberta. Paulo Prado prefaciou com um motivo parecido os poemas *Pau Brasil*: “Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra. A volta à pátria confirmou, no encantamento das descobertas manuelinas, a revelação surpreendente de que o Brasil existia”. Em: ANDRADE, Oswald de. *Poesias Reunidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 15-9.

²⁷ Vale o peso do negativo voltado para a própria posição do crítico, em analogia a uma elaboração do próprio Schwarz (1999) sobre Machado contra a positivação romântica oitocentista cujo estilo o escritor combateu:

O que parece um desvio se liga à última linha de Euclides da Cunha na crônica acima referida, porque algo que requereu interpretação na literatura machadiana fica para a “Posteridade”. O suposto é que Roberto Schwarz, diferentemente do menino anônimo da crônica, se preocupou em não enterrar esse algo que solicitava ser dotado de sentido de maneira irrefletida apenas como quem dispersa um gesto vago. A diferença entre o crítico literário e a personagem euclidiana, a *nota específica*, é que Schwarz extrai uma ideia da forma e a interpreta, até as últimas consequências, dando sentido à representação machadiana. Essa interpretação do crítico, por assim dizer, preenche uma lacuna que por muito tempo fez com que o julgamento machadiano de seu próprio tempo não tenha sido aproveitado com especificidade, como veremos. Tanto que há ainda sede de recepção para a obra do crítico literário. Bem visto, aquilo que demandava interpretação na obra machadiana existe hoje, na história do pensamento nacional, como o vislumbrar de um problema para sua própria realização prática. Problema pouco explorado no âmbito das ciências humanas.

Apresentar as contribuições de um crítico literário como motivo, senão como ponto de vista do argumento movido em relação a um conjunto de questões que extrapola a análise estética, de início, pode parecer contraintuitivo. Salvo pela formação especificamente brasileira de uma tradição crítica – em parte no campo da crítica literária desde Antonio Candido – ao mediar implicações próprias à obra de arte em sua coerência interna e particularidades da dinâmica social. A inversão da relação entre literatura e sociedade também funciona para o caso brasileiro, uma vez que a literatura serviu como campo privilegiado de invenção de um *quid* na constituição da nacionalidade. Dessa forma, entre sociedade e literatura cada termo carrega um nexos que pode operar internamente à própria obra a partir de seus elementos formais, mas também de maneira externa. No caso, o movimento é complexo. Se em geral sociedade cria literatura, no Brasil a formação da literatura contribuiu para criar sociedade. Como se a criatividade artística e o processo histórico se misturassem, ambos como momentos do processo.²⁸ A cultura, e em particular a literatura, formou-se antes e de forma mais completa que outras esferas da vida social da recém-independente colônia brasileira. Sendo essa completude marcada por um nome: Machado de Assis. Antes que caudatária, criticamente.

“Noutras palavras, a especificidade nacional existia, mas tomava feição *negativa*, desde que fosse elaborada com verdade e de modo artisticamente satisfatório. Depois de ser um ideal, o ‘homem de seu tempo e de seu país’ fazia figura de *problema*, quando não de vexame” (*idem*, p.187).

²⁸ Veja-se o trecho no prefácio de Candido (2017): “A literatura do Brasil, como a de outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura. Nelas, os vínculos nesse sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intenção de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura” (*idem*, p. 20). Veja-se o capítulo 9 da mesma obra, *A nossa Aufklärung*, para ver como no arcadismo – à época da transferência da Corte portuguesa – esse duplo movimento operou.

Contudo, autonomia relativa, por nem as letras do século XIX, tampouco as esferas da produção material – da exploração colonial lastreada em escravização, à futura industrialização retardatária – desvinculem-se do continente da velha cultura ocidental. E, mesmo, do mercado que já se impunha mundialmente desde os subsistemas de produção e troca coloniais. No caso da literatura, dependência relativa até os romances finais de Machado de Assis.

Paulo Arantes (1997) traça uma linha “intelectual evolutiva” ao identificar a interpretação de Roberto Schwarz como sorte de última colheita a qual Machado de Assis inaugurara. Desde sua formulação literária, “na qual se entroncam, se alteram e confirmam mutuamente experiência social, material estético e esforço de estruturação” (*idem*, p. 31), demandou-se descobrir um nexo que ligasse os termos relacionados por Paulo Arantes. Se Roberto Schwarz o faz na análise das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881, deve-se em parte ao desenvolvimento da ideia de formação da literatura nacional sistematizada por Antonio Candido. Deve-se entender a obra *Formação da literatura brasileira*, na sugestão de Paulo Arantes, como porta de entrada para o estudo e a compreensão da criação literária machadiana. É que em certo momento deste ensaio sobre a *Formação* e Antonio Candido, o autor indica que “o livro [*Formação da literatura brasileira*] também foi escrito para ser lido como uma introdução ao estudo de Machado de Assis” (*idem*, p. 29). Algo da formação da alma da nacionalidade foi capturado nessa quadra histórica específica pelo pensamento de Machado e colocado, como um gesto artístico no “rarefeito ar da grande literatura” (Schwarz), de forma metódica e, nesse caso sim, consciente. Não somos nós que afirmamos, mas o próprio Roberto Schwarz, “última flor do lácio” de uma posição que foi cultivada também por Antonio Candido.

Afinal, o que se quer apresentar com volteios em redor dessa linha intelectual, com continuidades internas, que viemos tateando? Em um primeiro momento, a existência no Brasil de uma tradição específica atenta aos problemas de sua *formação*, no sentido de assunto caro à história do pensamento crítico brasileiro, acompanhando as obras referidas por Paulo Arantes na abertura do texto sobre Candido²⁹, onde a palavra fica incessantemente reiterada mesmo quando não compõe os títulos. Identificada essa linhagem, uma bifurcação a invade. Por um lado, a sociedade contra a qual Machado de Assis se indigna é abordada com o distanciamento

²⁹ O trecho referido apresenta uma ideia que nos interessa, mais detidamente abordada ao longo do texto de Arantes (1997): “Salvo em casos flagrantes de auto-engano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*. Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo*; *Formação política do Brasil*; *Formação Econômica do Brasil*; *Formação do patrimônio político do Brasil* etc. Sem contar que a mesma palavra designa o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título como *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil*.” (*idem*, p. 11).

de conhecimento do passado, haja vista o problema temporal de interpretação expressado quase cem anos após em um estudo de fim de século da referida secção intelectual uspiana. Por outro lado, grande parte do pensamento (e da prática) sobre a conformação dessa nacionalidade ignora a construção machadiana em favor de um impulso modernizador que desconsidera seu problema de fundação. Em uma frase, apesar de cristalizada artisticamente, a crítica ao paradigma de formação nacional foi muito pouco explorada para entender tanto o problema contemporaneamente ao escritor, quanto a história em processo que arrasta o problema de formação nacional do momento originário até o presente eivado de reminiscências da nossa cor específica.

O que deve ser aproveitado da crítica antinômica de Machado interpretada por Roberto Schwarz é a impossibilidade apontada de saída em haver um ajustamento entre as relações modernas lastreadas na suposta liberdade da mercadoria e as relações de dominação locais que operavam na passagem do século XIX para o XX.

Ao intentarmos aqui uma redução, a interpretação de Schwarz se coloca de pé ao identificar, na segunda fase machadiana, o parâmetro de negação do impulso modernizador desde o ponto de partida, contudo sem a posição conservadora nos moldes de uma defesa da sociedade paternalista. Frente a qual, em sua primeira fase, segundo Schwarz, Machado havia cedido, apesar da verossimilhança³⁰. Quando da viravolta, expõe-se a fratura aberta num impasse. Qual seja: erige-se um problema que a lógica nomeou por antinomia, mas que Schwarz chamou, na viragem para o século XXI, a partir da interpretação de *Estorvo* (1991), de Brasil³¹. Na parcela epistêmica que se guarda à geografia, pouco foi incorporado da discussão colocada teoricamente de forma assim tão consistente nesse campo da crítica e vem sendo percebida praticamente em diversos momentos da vida nacional – será que essa descrição transcrita na última nota não é atual, ou o recurso à alegoria invalida tomar o conteúdo da ideia de crise assim apresentada a sério?³²

³⁰ Ver: Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2012. Em especial Parte III – O paternalismo e sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis.

³¹ Roberto Schwarz (1999) em *Um romance de Chico Buarque* comenta o livro *Estorvo* onde se lê, ao final do artigo, uma alegoria entre o personagem principal e o Brasil cuja assertiva vale para ambos: “A fuga não vai a nenhuma parte, ou melhor, o narrador fica voltando aos mesmos lugares. São reincidências sem fim à vista, embora não possam também ser infinitas, pois a situação se agrava a cada vez. Nas cenas finais o monstruoso toma conta. De olhar fixo no grotesco dos outros, que de fato é extremo, o narrador [que é o personagem principal] não nota a crosta de sujeira, hematomas, feridas e cacos de vidro – mencionar a confusão moral – que acumulou e o deve estar desfigurando. [...] Esta disposição absurda de continuar igual em circunstâncias impossíveis é a forte metáfora que Chico Buarque inventou para o Brasil contemporâneo, cujo livro talvez tenha escrito” (*idem*, p. 223).

³² Caso assim se afirme, o desespero do desinteresse deve continuar a tirar de cartaz alguns tantos, dentre eles, por exemplo, Glauber Rocha.

Posta momentaneamente em suspensão, aquela antinomia fundante, sua ausência no plano dos conhecimentos vivos vê-se substituída por caminhos que levaram ao necessário processo de busca por aprofundamentos da conturbada democracia brasileira, para nunca se esquecer das ditaduras militares e civis que atravessaram esses três últimos séculos nacionais. Não sem a devida inclinação para as especificidades do chamado *progresso*. Afinal, como ironicamente lembra Schwarz (1999): “*o Brasil tem que ter saída*” (*idem*, p. 127). O aprofundamento da participação, por exemplo, como resposta à última ditadura civil-militar foi importante como sugerido nesse mesmo texto pelo crítico. Mas, talvez, os movimentos durante a assim chamada redemocratização tenham vislumbrado apenas parcialmente as portas de saída para o impasse nacional. Contradição, indicada desde Machado, que viria se repondo durante o desenrolar da história nacional. Ela de alguma forma deve ser recolocada como questão a indagar sobre o estorvado presente. A intenção é tentar identificá-la para que componha um plano de fundo, como que argumento fundante na identificação de nossa questão mais específica, aproximando a formação do Brasil a uma característica, mesmo empírica, que marca essa contradição de fundo. Adiantemo-la desde já, em uma palavra: é que a experiência de dualidade compõe particularmente em vários níveis os processos especificamente nacionais; comparece mesmo como componente na urbanização brasileira.

Um seminário de Marx (1999), texto onde Schwarz tematiza uma das primeiras interpretações de fôlego, algo coletiva e multidisciplinar, das obras daquele intelectual alemão depois da extensa vulgarização do pensamento marxista nacionalmente experimentada, não diz respeito apenas à formação singular de um crítico literário entre outros, mas aparece como análise do círculo intelectual particular cuja gênese está no mesmo curso que estamos sugerindo alguma correlação desde Machado levado a se preocupar com a vida de uma nacionalidade. E de nela influir, à sua maneira. Além da continuidade de uma tradição, apareceram assuntos caros à pesquisa realizada no grupo intelectual acima referido como Lácio do qual Roberto Schwarz é última flor, por figura central para o mencionado *Seminário*, novamente Giannotti. Um desses assuntos, que nos interessa como movimento de aproximação, foi indicado por Schwarz (1999): “Talvez se possa dizer que naqueles anos tumultuosos, de culminação e crise do nacionalismo desenvolvimentista, o qual trouxe à cena a massa dos excluídos e os prometia integrar (ilusão ou não), a experiência da história empurrou uma parte da intelectualidade a se desapequenar” (*idem*, p. 121). Coloca-se o desafio³³ de nos deter em ideias expressas por essa

³³ Em *Desafio*, canção do tropicalista Tom Zé, o músico marca a disputa entre dois diferentes eu-líricos, o patrão e o “homem popular”, esse último termina a disputa mostrando ao patrão momento de verdade sobre a constituição “democrática” do direito no Estado moderno: “Mas o Direito, na sua amplitude/ Serve o grande e o pequeno

frase, uma vez que ela apresenta uma hipótese sobre o “desapequenamento” do pensamento nacional. Entra em cena um assunto: a massa de excluídos, em uma situação histórica específica de anos tumultuosos referidos como culminação – leia-se *fastígio?* – de um período de desenvolvimentismo alcançado mesmo via processos ditatoriais experimentados como modernização (retardatária) brasileira. Tem-se em mente que as duas ditaduras do século XX brasileiro tiveram caráter modernizador e aparência nacionalista, mas que o problema da integração como direito de cidadania aos “de baixo” fica posto em xeque, para ser encarado como questão segundo a perspectiva ilusória que a realidade desmente. Schwarz vislumbrara os ciclos do desenvolvimentismo nacional, pedra de toque para a formação de um impulso que operou na história mais recente, podendo ser datado no início do século XX. Desapequenar da auto compreensão que despontou não apenas nacionalmente, mas como contribuição mais geral à crítica do processo de modernização mundial, fazendo com que a reflexão produzida nos países centrais se atentasse à clivagem histórica cujo tema veio a ser marcado pelo conceito de subdesenvolvimento. De volta ao trecho de Schwarz:

Com isso, a discussão do subdesenvolvimento adquiriu uma representatividade contemporânea inédita, que abria perspectivas ao pensamento de oposição também no mundo desenvolvido. A circulação mundial da obra de Celso Furtado e da teoria da dependência [...] dão testemunho desse interesse acrescido (*idem*, p. 122).

Celso Furtado também, em grande medida, compõe o conjunto de intelectuais que pensaram a (e pela) formação nacional, seu respectivo desenvolvimento em sentido muito estrito que se relaciona à possibilidade de superação da condição de subdesenvolvimento. Conceito esse elaborado ainda em meio aos quadros da CEPAL, sendo um de seus eminentes teóricos o próprio Celso Furtado. No entanto, sugere-se aqui uma dissidência intelectual que povoou essa linha genealógica, seja por parte de pensadores ligados às ciências acadêmicas mais rigorosas, seja pelo pensamento que subsiste em outras formas de representação e intervenção do/no real. A sugestão é que além das posições relacionadas ao desenvolvimentismo algo fundador de uma tradição nacional, houve nessa linha uma

também./ Além disso, quem chega-se à virtude/ E da Lei se aproxima e se convém/ Tá mostrando ao patrão solicitude/ Por querer o que dele advém”. Não sem dúvidas, indica-se essa música que explora a diáde “excluídos-integrados” presente no trecho escolhido, entendendo o campo da música popular, como manifestação que pôde participar de um caractere nacional como *formação*. Silviano Santiago, tratando desse problema, mobiliza o achado de José Miguel Wisnik acerca da relevância da música popular como integração (democrática?) na cultura nacional. Ver: SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil 1979-1981 (cultura versus arte). In: ANTELO, Raul (org.). Declínio da arte, ascensão da cultura. Florianópolis: Abralic, 1998. p. 11-24. Em especial p. 17 e seguintes, sobre o estatuto da música popular). Ainda é bom anotar a posição discordante de Schwarz acerca da interpretação de Wisnik: “é da ordem da mitificação da vida popular brasileira como solução para o mundo contemporâneo”, comunicada em ocasião do debate após a publicação do livro “*Martinha* versus *Lucrécia*, ocorrido no Cebrap e disponível (infelizmente com cortes, embaralhado e incompleto) em: <<https://youtu.be/jjVN5gtBsaA>> aos 58m.15s.

desconfiança em relação a esse programa. O próprio autor em questão, Celso Furtado, repensou o projeto de modernização sob o qual produziu não apenas teoricamente, mas também se integrou no planejamento de Estado – por exemplo, pela elaboração do plano trienal de desenvolvimento econômico e social que veio a lume em 1962, pela intervenção na criação da SUDENE (superintendência para o desenvolvimento do Nordeste). Apesar de pouco citado, houve na obra do economista um *intermezzo* onde apresentou argumentos que colocariam em suspensão a ideia de desenvolvimento como a vinha pensando e, o que tem relevância, participando das instâncias de governo, quando propôs no referido plano uma série de reformas estruturais, ainda no sentido primeiro da palavra reforma³⁴. Essa virada aconteceu nos anos de exílio, condição que parte da intelectualidade brasileira experimentou após a instauração da última ditadura civil-militar³⁵. Se, por um momento, a ideia de formação nacional ligou-se expressamente ao crescimento econômico, em outros ela foi sustada na elaboração de Furtado. Nesse referido intervalo, o desenvolvimento teve significado bem mais amplo do que apenas o progresso do mercado, ora mais explicitamente, ora requerendo caminhos de interpretação. Entre o implícito e o imediato, o que subsiste é um problema da formação, agora acrescido da condição de sua impossibilidade mesmo que econômica.

Nessa mesma linha, Roberto Schwarz ladeia Machado, e o próprio Antonio Candido, pelas inflexões nos assuntos da nacionalidade e respectiva crítica de sua conformação. O poeta e intelectual Mário de Andrade que abre outra forma estética a sua intervenção acompanha-nos ao pensar o mesmo problema. Pela poesia, mas sem deixar de produzir ensaios de posicionamento, Mário de Andrade apresentava sua crítica, por vezes, acompanhada de uma cruzada pela busca do expressamente nacional. Essa ideia moveu a articulação da primeira geração modernista, inflexão de peso para a cultura e para a própria compreensão da particularidade nacional. Nessa linha, estava em questão para Schwarz o necessário recomeço a cada geração de intelectuais que se depararam a uma mesma disposição de problemas e subsequente reposição de questões. No texto *Nacional por subtração* [1987], à contracorrente da ideia de cópia, de aproveitamento das ideias internacionalmente consagradas, comparece uma outra face do termo machadiano “influxo externo” e que por sua vez apareceu no ensaio

³⁴ Ao analisar o processo francês de retirada de direitos sociais, ocorrido em 1995, Paulo Arantes nota a mudança de sinal do termo. Ver: Arantes, Paulo. Zero à esquerda. São Paulo: Conrad, 2004, p. 49.

³⁵ O *intermezzo* referido é explicitado, pelo menos, em duas passagens de escritos de Celso Furtado (1974; 1978; 2019). A de maior peso refere-se ao texto *O mito do desenvolvimento econômico*, onde o autor reelabora a ideia contida no par conceitual desenvolvimento-subdesenvolvimento para reapresentar posteriormente o conceito em sua obra. Reelaboração essa que viria aparecer em *Criatividade e dependência na civilização industrial*. A segunda passagem, vinda a lume muito recentemente em seus *Diários intermitentes (1937-2002)*, mostra como Furtado se deparou com a questão em sua atividade durante o período de exílio, especialmente na visita à Mongólia, mas também na ida a Caracas e em outras passagens dos *Diários*, em especial as entradas no período entre 1964 e 1983.

machadiano chamado *A nova geração*, abordado em *Um mestre na periferia do capitalismo*. Esse termo explica-se pelo fato de haver uma continuidade interna das questões ligadas à posição de busca por originalidade nacional de alguns pensadores. Mário de Andrade incluso. Uma pergunta que se abre é se a *formação* ainda pode ter estatuto de questão e se requerê-la ainda implica uma tarefa não apenas política e histórica, mas também epistemológica *atual*. No final do século XX, esse, digamos, programa de pesquisa mostra-se fragmentado: “Percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder” (Schwarz, 2014, p. 83). Para apresentar uma pílula de Mário de Andrade em relação à sua desconfiança do progresso cabe mostrar, de passagem, sua desconfiança em relação à modernização da infante capital mineira, no poema intitulado *Noturno de Belo Horizonte (1924)*:

[...]
 Que luta pavorosa entre floresta e casas...
 Todas as idades humanas
 Macaqueadas por arquiteturas históricas
 Torres torreões torrinhas e tolices
 Brigaram em nome da?
 Os mineiros respondem em coro:
 – Em nome da civilização!
 Minas progride.
 Também quer ter também capital moderníssima também...
 Pórticos gregos no Instituto de Rádio
 Onde jamais Empédocles entrará... (ANDRADE, 2016, p. 169)

Não sem nota escarninha, Mário de Andrade coloca em suspeição, pela mofa, a vontade dos mineiros de se apresentarem enquanto modernos. Mário suspeita da modernidade de fachada mineira. Assim, uma marca de suposta modernidade “macaqueada” na arquitetura ela mesma vê-se cobrada em seu ajustamento à recém-planejada capital de Minas Gerais. Esse ajustamento faz água frente à percepção do poeta que, troçando da cópia rebaixada da Europa, desmonta nossa pompa de Suíça das Minas Gerais, antes, prefere um pratinho bem servido de tutu com couve – quem não preferiria?

Outro ponto relevante no poema aparece na linha nove do trecho que copiamos, ao lançar mão da figura anafórica, pela repetição dos “também”, não deixa de carregar na ironia contrapondo: uma marca de fala, senão acaipirada, que remete ao não domínio da norma culta; a reiterada vontade de *também* participar do moderno – Belo Horizonte irmanada às cidades de, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro –; e, por último, a cultura civilizada que esbarra no destoar da civilização: ao arrepiar a utilização da norma culta na linguagem aparece repostado o limiar que separa as casas da floresta da cultura assim dita rústica. É forçoso, nesse verso, pensar

em *Macunaíma*. Faz com que a cópia, novamente o *influxo externo*, mova a desconfiança do programa que se realizaria pelo progresso – em nome da civilização. É como se Mário de Andrade alertasse aos mineiros que o orgulho para com o moderno e em relação ao progresso não fosse tão legítimo assim. Como se esse desejo de modernidade realizada numa arquitetura fora de lugar não passasse de mera cópia a qual compartilha do “esquecimento da verdade” (*idem*, p. 170).

Se no prefácio à segunda edição de *Formação* Antonio Candido queixou-se de apenas sua introdução ter sido discutida, Roberto Schwarz poderia reclamar seu quinhão pela quase ausência de leitura, muitas estacando já na má apreensão de seus títulos, talvez em geral as partes mais difundidas de seus textos. Muitas apropriações e inversões sofreram os frontispícios dos escritos de Schwarz, poucos foram longamente debatidos salvo infra-círculo intelectual que mantém, no Brasil, uma produção relevante.³⁶ Contudo, num ensaio de título muito copiado, *As ideias fora do lugar*, cópia e arquitetura reaparecem em diapasão próximo ao trecho de Mário de Andrade.³⁷ Se, na São Paulo oitocentista, faltavam os meios técnicos para se reproduzir o estilo greco-romano e a pintura foi o arremedo frente à incapacidade material, na Belo Horizonte do século passado esses meios estavam já disponíveis. Algumas cópias ainda estão de pé a quem se dá a vê-las nos: “Arcos Românicos de São José/ E a Catedral que pretende ser gótica...” (*ibidem*).

Um passo atrás, Schwarz (2014) chamava a atenção para a perda de continuidade e para a impossibilidade mesma do aprofundamento das questões postas por essa tradição, como por exemplo o desenvolvimento de uma cultura propriamente brasileira, o sentido da cópia, uma inclinação pelos “de baixo” etc. Se esses temas parecem ir envelhecendo, sua recolocação, caso estejam de fato repostos como problemas irresolutos, pode apresentar candência à atualidade. Sobre Machado, Mário de Andrade e Antonio Candido, o argumento é o que segue:

³⁶ Para evitar generalizações injustas, é preciso ressaltar que há, sim, estudos sistematizados acerca da obra do crítico. Veja-se por exemplo a publicação Cevato et Ohata (orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁷ O trecho de Schwarz (2012a), apesar da longa citação, é explicativo: “Se, noutra campo, raspamos um pouco os nossos muros, mesmo efeito de coisa compósita: ‘A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunatas, frisas etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço’. O trecho refere-se a casas rurais de São Paulo”. (p. 22-3) A citação que o autor apresenta é de Nestor Goulart Reis Filho.

a nenhum deles faltou informação nem abertura para a atualidade. Entretanto, todos souberam retomar criticamente e em larga escala o trabalho dos predecessores, entendido não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas (*idem*, p. 83).

Uma leitura possível dá-se ao afirmar que a atualidade se mede pelos problemas, por apontarem do passado, se reapresentam (não somente no plano da interpretação, mas na própria tessitura da sociedade através da história) ao presente.

O caminho percorrido por Schwarz (2014), em *Nacional por subtração* aponta três tempos diferentes. Inicia-se pelo mais atual, pela ideia de primazia da cópia identificada à filosofia francesa, passa pelo modernismo ao apontar uma questão parecida (interno *versus* externo, brasileiro contra estrangeiro³⁸), regride mais no tempo e retoma as posições de Sílvio Romero, para, por fim, reintroduzir a atualidade do problema. Sustenta, assim, um eixo argumentativo relacionado à cópia contra uma possibilidade própria de encaminhar a produção, científica e cultural – mesmo econômica –, nacional. Seja na sociedade oitocentista, seja na produção intelectual mais próxima do presente, determinadas posições das escolas de pensamento circulam com maior ou menor entrada no circuito cultural brasileiro. Desse fato decorre uma distância entre o que advém, digamos, da influência exterior, contra uma produção que se põe aberta ao problema dessa nacionalidade clivada entre relações locais e mundialização do capital.

Essa maneira de colocar o problema leva a primeiro plano uma possível justificativa da obra de Celso Furtado aparecer recorrentemente indicada nos textos de Schwarz. Em determinado momento do pensamento do economista, o desenvolvimento passava pela importação tecnológica, ulteriormente relacionada à capacidade de criação de valor – no sentido estritamente econômico – internalizada (ou negada) ao subdesenvolvimento. Essa relação influenciava no equilíbrio entre capacidade produtiva e balança comercial, em suma, o peso relativo de exportações e importações. Não sem uma série de modulações, o problema econômico também se relacionou, para Celso Furtado – antes da ditadura civil-militar de 1964 –, a um caractere enxertado, onde operaram as noções de fluxo externo, mas ligadas à

³⁸ Um trecho apresenta o problema de maneira sintética e cifrada; esta, a razão de o copiarmos: “Contudo, não basta renunciar ao empréstimo para pensar e viver de modo mais autêntico. Aliás, esta renúncia não é pensável. Por outro lado, a destruição filosófica da noção de cópia tampouco faz desaparecer o problema. Idem para a inocência programática com que o antropófago ignora o constrangimento, o qual teima em reaparecer. ‘*Tupi or not Tupi, that is the question*’, na famosa fórmula de Oswald, cujo teor de contradição – a busca da identidade nacional passando pela língua inglesa, por uma citação clássica e um trocadilho – diz muito sobre o impasse.” (Schwarz, 2014, p. 92).

transferência tecnológica e à capacidade de inversão produtiva³⁹. A especificidade é que Machado de Assis e a consecução de sua interpretação viriam a contribuir diretamente com considerações que rearranjariam a própria sociologia implicada num pensamento como o de Celso Furtado. Sem esquecer da contribuição de Francisco de Oliveira, e o desenrolar de sua crítica em relação às ideias do eminente economista.

A remissão à economia como campo de conhecimento não comparece apenas por força de vontade. O que explica a referência se relaciona a um argumento final do crítico, onde um avanço no problema parece ter sido operado justamente no campo econômico. Ao esgrimir contra a primazia da cópia inspirada na filosofia francesa⁴⁰, Schwarz (2014) retoma as posições de Sílvio Romero, um dos primeiros críticos literários brasileiros, não sem pretensões científicas, onde pela remissão modula o problema num nível superior. Aí, as posições nacionalistas do século XIX são recolocadas pelo pensamento importado da Europa. Um exemplo simples é a diferença entre Brasil e países centrais tingida pela ideologia racial, muito em voga à época e endossada por Sílvio Romero. A cultura de fora (se não quisermos repetir influxo externo), que englobava “modas, costumes, leis, códigos, versos, dramas e romances”, foi alvo de Romero, uma vez que esses modos “importados” não diziam do estritamente nacional, apesar desses itens terem composto o modo como as elites brasileiras passaram cada vez mais a se integrar com o tempo europeu em vias de mundialização. A relação com o produto europeu na colônia se deu por derivação, pois ao lado da sua importação havia uma realidade local que, como vimos nos exemplos relativos à arquitetura, cobrava seu quinhão de verossimilhança: “Privados de seu contexto oitocentista e acoplados ao mundo da sociabilidade colonial, os melhoramentos da civilização que importávamos passavam a operar segundo outra

³⁹ A formação de algo como um sistema cultural, a despeito de todas as modulações necessárias, reflete a questão interno-externo em Celso Furtado (1963), vejamos: “Do ponto de vista do empresário de país subdesenvolvido, não somente a tecnologia se apresenta como variável independente – sendo os equipamentos importados de países altamente industrializados – mas também a própria forma de desenvolvimento do setor industrial de uma economia subdesenvolvida [...]. É específica do subdesenvolvimento essa falta de correspondência entre disponibilidade de recursos e fatores e as combinações destes requeridas pela tecnologia que está sendo absorvida. O que se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão. O equívoco da Ciência Econômica tradicional, a este respeito, deriva de não se levar em conta que o processo de desenvolvimento por indução externa é distinto do processo clássico de formação das economias capitalistas europeias.” (*idem*, p. 196). Dessa maneira, fica notado um descompasso entre os processos de desenvolvimento e espalhamento do capitalismo a nível mundial.

⁴⁰ Contra o “lugar-comum” de ver a cópia diminuída em relação ao original, Schwarz (2014) equaciona o problema: “Ora, demonstrar o infundado de hierarquias desse gênero é uma especialidade da filosofia europeia atual, por exemplo, Foucault e Derrida. Por que dizer que o anterior prima sobre o posterior, o modelo sobre a imitação, o central sobre o periférico, a infraestrutura econômica sobre a vida cultural e assim por diante? Segundo os filósofos em questão, trata-se de condicionamentos (mas não de mesma ordem?) preconceituosos, que não descrevem a vida do espírito em seu movimento real [...]” (*idem*, p. 88). O argumento ainda se desenvolve, mas já nos basta indicar como e contra qual ideia o autor move o debate.

regra, diversa da consagrada nos países hegemônicos” (*idem*, p. 98). Subsistem no argumento as relações próprias às que a conformação brasileira se viu ligada, em outro momento, nomeada por Schwarz como “máquina do colonialismo”. Exceto para um pensamento que destoava já no século XIX e, ao destoar, se colocou na altura daquele presente (que herdara as relações próprias à colonização – escravidão e sociedade civil deformada). Decorre “Daí o sentimento tão difundido de pastiche indigno, a que escapava Machado de Assis, cuja imparcialidade permitia ver um modo particular de funcionamento ideológico onde os demais críticos [lê-se também Sílvio Romero] só enxergavam esvaziamento” (*ibidem*).

Assim opera a visão imparcial que Machado pôde cristalizar em sua literatura. Pela ideia reposta, retomada, repisada, calculada, estilizada do assunto bem brasileiro que gira em torno da escravização e da impossibilidade da existência de um mercado de trabalho em seus interstícios. Sem contar as relações de favor devidas ao encurtamento do horizonte de “liberdade do trabalho”, onde os pobres livres viviam sob a férula desse interstício. Uma nota especificamente nacional, infelizmente muito pouco referida a partir da contribuição da crítica literária, foi objeto de ampla reflexão sob a pena de Antonio Candido e do remate realizado por Roberto Schwarz. Por exemplo, quando da análise formal do narrador machadiano deriva o problema posto desde o marco de transição republicana. Há, assim, uma abertura à dualidade entre: o identificado à nação e o tomado como cópia da Europa.

Esse descompasso entre as relações brasileiras e o referido por Celso Furtado como enxerto (ver nota 39), é fundante para a continuidade não só dos problemas ditos de pensamento, mas para a compreensão da produção das relações coloniais e sua reposição como marca histórica concreta. Vejamos um ponto que intersecciona a análise cultural e as relações estruturais da sociedade brasileira: “A historiografia da cultura ficou devendo o passo globalizante dado pela economia e sociologia de esquerda que estudam o nosso ‘atraso’ como parte contemporânea do capital *e seus avanços*” (*idem*, p. 101). Na construção da proposição, onde dois termos frequentemente entendidos como opostos, o atraso e o avanço, juntam-se em um só movimento, tem-se, portanto, que: os avanços do capital geram relações ligadas ao atraso. Nossa marca de nascença pelo “atraso” colonial é (era) parte *contemporânea* da frente avançada de expansão do capital. Avanço, aqui, pode ser tomado em sentido duplo: tanto como expansão ultramarina para o novo continente, mas também aos saltos, na transformação mesma do capitalismo ligada ao desenvolvimento da tecnologia. O texto que apareceu pela primeira vez na Folha de São Paulo, em 1986, à época jornal mais “avançado” do país, antecede em quase dez anos a publicação da *chef-d’œuvre* de Schwarz: *Um mestre na periferia do capitalismo*. O fim daquele ensaio funciona como exposição de um projeto teórico e de método

que o autor vinha formulando e chega a seu “fastígio” nesta última obra indicada. Atenta-se para o período de maturação da escrita do autor, raptado na organização crescente das instituições onde deveria se salvaguardar algum espaço para a paciência do conceito⁴¹. Eis o programa adiantado por Schwarz:

Visto do ângulo da cópia, o anacronismo formado pela justaposição de formas da civilização moderna e realidades originadas na colônia é um modo de não ser, ou ainda, a realização vexatória imperfeita de um modelo que está alhures. Já o crítico dialético busca no mesmo anacronismo uma figura da atualidade e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico. (SCHWARZ, 2014, p. 101-2).

Adianta-se um ponto central para a posterior análise do narrador machadiano, saída do prelo em 1990. Em 1977, viria a lume, chamemos assim, uma primeira metade dessa mesma série de estudos acerca deste escritor, onde as obras menos substanciais de Machado foram tomadas como centro da análise. No primeiro volume, *Ao vencedor as batatas* [1977, 1ª ed.], tem-se em vista quatro romances iniciais que nomeiam, justamente, quatro partes que juntas dizem do problema de fundo, o paternalismo anunciado no ensaio que abre o texto de título *As ideias fora de lugar*. Contudo, nos vale retomar um momento do encerramento de *Mestre na periferia*, onde a escolha consciente de Machado de Assis e o sentido de sua crítica são identificadas e retomadas por Schwarz (2012b). Fica exposto que as obras máximas do período de maior envergadura de Machado, o segundo, foram bem pensadas. Também, que a aposta numa liberdade pelo trabalho assalariado desandou para as personagens que representavam um interstício próprio da sociedade paternalista: os agregados presos a relações de favor. Relações modernas de corte liberal calcadas num mercado de trabalho não foram encaminhadas naquela quadra histórica da sociedade brasileira. Esse seria o caminho para alguma modernização na instauração de uma sociedade onde o paternalismo, como expressão ou causa, das relações de favor e escravização se desativaria. A consciência de uma inadequação nacional, não a cópia, mas a astúcia de captar o que nessa sociedade havia de atroz, faz-se presente em Machado:

Nalguma altura anterior às *Memórias* e posterior à *Iaiá*, faltando um decênio para a Abolição, o romancista se terá compenetrado deste movimento decepcionante e capital. O arranjo civilizado das relações entre proprietários e pobres, que estivera no foco do trabalho literário da primeira fase, ficava adiado *sine die*. De agora em diante Machado insistiria nas virtualidades retrógradas da modernização como sendo o traço dominante e grotesco do progresso na sua configuração brasileira. Voltando a *Iaiá Garcia*, o esquema europeu embutido na sua intriga, ligado à dinâmica moralizadora do trabalho livre, estava fora de combate. (*idem*, p. 226)

⁴¹ A posição do Autor deve ser tomada como possibilidade aberta de uma postura intelectual que faz frente às determinações institucionais para o pensamento. Em uma entrevista acerca do estudo do crítico sobre o quase-romance de Caetano Veloso, aparece a pergunta em uma entrevista: “O livro de Caetano é de 1997. Seu ensaio vem à tona quinze anos depois. Há alguma razão especial para seu interesse?”. A resposta: “Logo que o livro saiu, vi que era notável à sua maneira e merecia discussão. Como não tenho pressa, levei quinze anos para sentar e escrever. Ainda assim, espero não ter perdido o bonde”. (Schwarz, 2019, p. 301).

Temos, assim, uma visão muito original sobre o problema da inadequação. Frente ao ajuste da sociedade nacional nascente às relações modernas de produção, bem como a não instauração da sociedade civil como esfera constituída ao lado do Estado, arma-se a força machadiana de criticar aquele presente. Contudo, a elaboração de Schwarz ficou pouco debatida nas disciplinas em que, por ventura, a discussão interessasse, em especial as relacionadas às humanidades, como a sociologia, a história, e a que podemos melhor identificar a ausência de quaisquer consequências dessa reflexão crítica acerca da formação, descoberta com uma complexidade e *solidariedade de pensamentos*⁴², a Geografia.

Os estudos de Schwarz oferecem aos brasileiros uma teoria parcial da história em que a perspectiva varia, deixando de ser parametrizada de forma estritamente eurocêntrica, ainda que as relações transmutadas da Europa também nela apareçam – que de antemão antes de ser problema é um dado violento da nossa própria trajetória. A relativa ausência de desdobramento dessa discussão serve como justificativa para partir dela, mas, mais que isso, abre um flanco de análise para a formação nacional de um ponto de vista original em relação a uma forma de compreender os caminhos da modernização brasileira, pouco explorada até agora fora dos campos de saber parcelares. Antes que interdisciplinaridade, a tese central elaborada artisticamente por Machado de Assis e posta em questão por um trabalho crítico que durou anos a fio, e envolveu muitas cabeças, é ponto inovador e faz toda uma tradição de pensamento se instaurar com muita força no autoengano organizado, nos termos de Paulo Arantes, sobre as questões que ainda importam para se compreender o presente.

Essa importância de deslocamento da discussão dos problemas para a formação, senão da nação, de uma modernidade que nunca veio a se completar; para o caso brasileiro da formação do mercado de trabalho livre até segunda ordem teriam interesse não apenas ontem, mas para o presente? São esses os termos de compreensão do problema que partem de dois pontos decisivos. A interpretação da modernização no caso específico brasileiro, e a identificação de um campo de problemas posto a essa mesma modernização periférica. Por enquanto, mas sem avançar muito no problema, podemos identificar no pensamento do melhor intérprete de Roberto Schwarz, seu amigo⁴³ Paulo Eduardo Arantes (2021), tece reflexões sobre

⁴² No caso de Roberto Schwarz (1999) como intérprete de Machado, o próprio crítico mostrou o percurso o qual acompanhou. Em uma conversa sobre o livro *Duas meninas*, Schwarz o expõe no caso do narrador de *Dom Casmurro*, aliás, sem perder o traço da tragicomédia que a “engenhoca hipercalculada” dessa composição causou à nacionalidade, que vale ir ao texto conferir (*idem*, p. 283-4). Sobre o percurso: “Resumindo: Helen Caldwell inverteu a leitura corrente, Silviano Santiago assinalou a dimensão nacional dessa inversão, e o John Gledson a plantou na estrutura social brasileira ao mostrar em detalhe o seu embasamento de classe [...]” (*idem*, p. 285).

⁴³ O termo amigo é redutor, porque não diz da experiência intelectual que se quer expressar com a palavra, mas é ela que pode aproximar-se da ideia expressa na epígrafe da conversa-entrevista registrada no livro *O fio da meada*. A epígrafe que abre esse volume tomada de Brecht diz: “Ele pensava dentro de outras cabeças; e na sua, outros,

alguns momentos nacionais decisivos no estudo que dedicou aos dois críticos aqui referidos, intitulada *Sentimento da dialética* (2021[1992]). Lado a lado a acontecimentos que representam períodos de nossa modernização, entram em cena elaborações da cultura que viriam a indagar a própria sociedade local sobre a realização, em termos comparativos, do modelo mundializado. Contudo, as principais escolas de pensamento mantiveram o caráter dual, em especial elaborado do ponto de vista especificamente local, num prisma dualista. A diferença entre dual e dualista está marcada pela possibilidade de mobilização de opostos por parte do que o autor nomeou de experiência intelectual brasileira:

“O objeto em torno do qual se move o ensaísmo de Antonio Candido, nos seus momentos mais fortes e expressivos, é alguma coisa que se poderia denominar genericamente de experiência brasileira – e se pensarmos no filtro cultural das formas (do ensaio ao poema), algo como uma experiência intelectual do país” (*idem*, p. 17-8).

Um primeiro marco diz da instauração da república e remete a formas duais – entre civilização e barbárie que compunham uma dupla entrada na sociedade oitocentista. Marca aí a própria instauração da forma de governo republicana e as relações sociais próprias advindas da colonização, p. ex. (*idem*, p. 40). Uma próxima inflexão, que diz de um período histórico mais recente, se dá com maior eficácia para modernização de relações: “No imediato pós-guerra reapresentou-se, porém, com evidência redobrada a imagem do moderno, que a Revolução de 1930 afinal despertara e o Estado Novo reforçara” (*idem*, p. 54). Enfim, essa inflexão num segundo marco histórico diz muito da historiografia nacional. Desse período, importa remarcar a instauração da primeira intervenção do Estado na organização do trabalho no Brasil, pela sua regularização e subsequente instauração do salário mínimo⁴⁴. Essa ideia de fundo do papel do

além dele, pensavam. Este é o verdadeiro pensamento” (Paulo Arantes, 1996, p. 8). Muito dessa conversa deve-se ao pensamento de Roberto Schwarz e ao de Antonio Candido. Faz também pensar em dois outros fatos, diga-se, intelectuais. Um primeiro mais internacional, que são as dedicatórias das obras elaboradas pela assim referida escola de Frankfurt, em especial várias de Adorno oferecidas por ocasião de aniversários de amigos, na falta de outro termo. Em segundo lugar os textos-retratos escritos por Roberto Schwarz e recolhidos em diversas oportunidades ao longo de sua obra, que marca a geração que pensou determinados problemas, onde o pensamento e as pessoas estavam realmente juntas. Esse proceder, não difere muito, por exemplo, da primeira parte do texto sobre Sérgio Milliet escrito por Antonio Candido (2017) e publicado na mesma obra: *A Educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2017 p. 147-50.

⁴⁴ Pode-se abordar a temática do período indicado por Paulo Arantes da perspectiva que se nos apresenta a partir do explicativo capítulo II da *Crítica à razão dualista*, escrito por Francisco de Oliveira (2013), onde é compreendido o período de industrialização que engloba o marco aludido por Arantes até a instauração da ditadura militar de 1964, para dizer do texto como um todo. O capítulo em específico trata, em debate com diferentes posições, entre outros pontos, dois: i) a necessidade da regulação do mercado de trabalho a partir da industrialização impressa desde os anos 1930, e ii) a diferença da remuneração do trabalho entre campo e cidade, digamos, duas esferas que se diferenciam substancialmente, mas que particularmente no Brasil se inter-relacionam com peso especial para a urbanização; esse segundo ponto deixa-se em suspenso, e pode ser visto conclusivamente em: *O desenvolvimento Capitalista pós-anos 1930 e o processo de acumulação* (*idem*, p. 58 e seguintes). O fato a ser destacado é o caráter regulador do Estado: “Esse ‘mercado livre’, abstrato, em que o Estado não interfere, tomado de empréstimo da ideologia do liberalismo econômico, certamente não é um *mercado capitalista*, pois precisamente o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo. [...] Importa não esquecer que a legislação

Estado na modernização capitalista defendida até muito recentemente, baseada, por exemplo, no que move o pensamento de Francisco de Oliveira, ao estudar o que nomeou de antivalor, onde a palavra “*direitos*” e o conceito operativo (política e economicamente) de fundo público, foi colocado em primeiro plano. No fundo, esse marco histórico secundado e decisivo depois da Abolição e da constituição republicana, operou nesse período estudado por Oliveira e caracterizado por Paulo Arantes por alguns processos: “Crescimento econômico, industrialização, urbanização, diversificação da classe média, presença da classe operária etc., contrariando a consciência infeliz do atraso monolítico, sugeriam a marcha da sociedade no rumo das nações civilizadas” (*idem*, p. 54). A terceira inflexão de Paulo Arantes inicia onde acaba o período de análise de Francisco de Oliveira no recorte que deu à *Crítica da razão dualista* [1972]. A instauração da ditadura que se iniciou em 1964 e que, quase de maneira categórica, se presentifica. Pois a sobrevida nacional passa por essa experiência histórica com algo ainda calcado nela. A cada uma dessas que chamamos inflexões em determinados fatos históricos, parece que está ligada alguma perspectiva, entre ideias expressas “do ensaio ao poema” referidas a cada período: i) à ditadura civil-militar liga-se a resistência cultural e intelectual de esquerda; ii) aos anos 30, o modernismo, incluindo os pensadores do grupo Clima, e iii) à Primeira República, a elaboração machadiana. Essas correlações entre política, cultura e sociedade servem apenas para repor o momento de contradição onde, nos possíveis nexos – entre política e cultura, cultura e sociedade, sociedade e política etc. – foi de alguma maneira reposto o problema da dualidade que se estende para além do dualismo.

Forçosamente, para avançarmos pelo fio da meada que liga os aspectos abordados até aqui, precisamos recapitular um pouco. Muito do que tangenciamos, passando pela recepção brasileira da velha cultura, pela discussão sobre a cópia, a própria mobilização do pensamento crítico de Roberto Schwarz⁴⁵, tem razão de ser para a posição de nosso problema. Pode parecer que o esquecemos e a cada passo dele nos distanciamos. Mas, que seja colocado, estão, em primeiro plano: a favela, forma algo particular da organização das cidades brasileiras, pode ser compreendida como uma dualidade – ainda que secundária – na identificação da experiência intelectual brasileira dual sem ser dualista abordada por Paulo Arantes em *Sentimento da*

interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução [...]” (*idem*, p. 37).

⁴⁵ Deixando de lado as cobranças sobre as ausências bibliográficas da sociologia clássica, feitas por Sergio Miceli (2007, p. 62) a Roberto Schwarz, esse sociólogo notou alguns temas onde operam produtivamente a contradição na ensaística do último: “Um dos motes do argumento robertiano consiste em sinalizar as tensões e contradições entre o ‘nacional’ e o ‘estrangeiro’, entre o movimento social e os feitos estéticos, entre as pulsações ideológicas do movimento político [...] e as respostas motivadas de intelectuais e artistas. Não obstante a parca atenção conferida às construições sociais do trabalho intelectual, [...] tal lacuna acaba sendo bastante compensada pela reconstrução caprichada de como sucedeu a formatação das obras analisadas” (*ibidem*).

dialética. Essa proposição é, ao lado de outras, momento do argumento de texto relativamente mais recente do autor intitulado *A fratura brasileira do mundo* (2000). Correntemente, nos debates que evocam esse texto, se entende uma espécie de “especificidade da organização social brasileira” que se generalizaria para o centro do capitalismo. Essa interpretação partida, apesar de possível, perde muito da força argumentativa da proposta. Se resumirmos, só com muita mediação esse argumento passa a ter peso na economia das ideias apresentadas no referido texto. Olhando por um ângulo diferente, retrospectivamente, os argumentos do texto sobre a fratura brasileira como que desenvolvem a ideia de dualidade sem dualismo do *Sentimento da dialética* que moveu essa experiência intelectual brasileira de contradição sem momento de resolução.

Interessa mais a interpretação da fratura brasileira por si mesma, como contraponto comparativo, ao apontar as dualidades dessa formação social específica frente a um processo que se mundializa, ao invés de defender a leitura em que, de alguma maneira, exportamos *nossa* marca dual para o centro do capitalismo. Antes de considerações gerais acerca das fraturas brasileiras, o argumento da cidade dualizada comparece na reflexão de Arantes (2004, p. 34-45), contudo, ela não é unidimensional tampouco se resolve pela eleição de um dos polos: ou a cidade dual figura como problema contemporâneo, ou o dualismo em relação às cidades globais se dissolve numa relação uníssona e generalizada. Torna-se inoperante decidir binariamente, na forma do mau dualismo, por conta da cidade dualizada se tornar característica do processo de globalização de uma fratura social, onde a cisão “Numa cidade convenientemente repartida entre bárbaros e civilizados, [em que] as divisões acabam se resumindo em oposições anódinas entre violência e convivência, solidariedade e egoísmo, etc.” (*ibidem*, p. 45).

Antes, o que Arantes discute no item sobre *A periferia na metrópole do capitalismo*, teria de ser lido na mesma chave do *Sentimento da dialética*. Essa leitura combinada melhor explicita a fratura brasileira ela mesma, do que a generalização de uma normatividade social específica para o sistema global como tese central do texto. A proposição da fratura brasileira desenvolvida por Arantes pode ser difícil de se identificar por pisar em chão pouco batido, o da crítica literária. A nosso ver, o autor desmonta (depois de apresentar, movimentar, manipular como quem toca argila fresca) a ideia de “brasilianização” do mundo, com o mesmo gesto que desmonta a ideia de “mundo sem culpa”, central à dialética da malandragem proposta por Antonio Candido. Seja o mundo sem culpa, seja os vários sentidos de *brazilianization* ao final do texto de Paulo Arantes, saem subtraídos do sentido invariável que poderiam manter como apresentado desde sua origem. Sendo que o problema, para o tempo presente, à época exposto, se aprofunda. Não como exportação de mazelas brasileiras num suposto mercado mundial de

crises, mas como impasse globalizado da própria sociabilidade da mercadoria, visível do Brasil de um ponto de vista privilegiado⁴⁶. Em uma palavra, Paulo Arantes move uma dupla crítica: à ideia de brazilianização do mundo ao mesmo tempo que critica a ideia da dialética da malandragem, positivada como possível saída de um futuro que não veio. Diz Arantes (2004, p. 62): “Esse mundo aberto, no qual se destacaria a contribuição milionária de nossas idiossincrasias, obviamente não veio. E, se acaso chegasse, encontraria a *dialética brasileira da malandragem de ponta cabeça*” (*ibidem*). Mas que quer dizer a dialética da malandragem de ponta cabeça? O próprio Arantes desenvolve o argumento, que resumimos como: a mudança no chamado mundo do trabalho pela flexibilização, na “experiência formadora da matriz popular”⁴⁷, “ressentimento ostensivo” de uma elite degradada, na esfera de afrouxamentos das instâncias institucionais e, em uma palavra: ilegalidades, desde individuais até institucionais. Cometendo, talvez, o pecado de *overinterpretation* ressoa a voz de Guy Debord dos *Comentários*, onde o lícito e o ilícito se encontram⁴⁸. A diferença é que Arantes acompanha esse processo pelas representações brasileiras dessa mescla, onde Debord escreve máfia, Arantes identifica melhor os processos e seus agentes específicos. Uma triste incidência comparece, ao lembrar de casos específicos de sobredeterminação entre lícito e ilícito o teórico francês enuncia os esquadrões da morte brasileiros, nada diferente do lembrado por Arantes (2004, p. 70) quando do comentário sobre um filme do ano 2000, *Cronicamente Inviável*: “De resto, boa parte das sequências é montada pelas andanças de um antropólogo pelo país do

⁴⁶ Em dois prefácios, Bento Prado Jr. evoca esse ponto de vista: “espécie de mirante elevado”, em relação à dialética alemã que Paulo Arantes mobiliza na interpretação da experiência intelectual brasileira, bem como a “perspectiva periférica da ‘miséria brasileira’”, também em relação à reflexão de Paulo Arantes. Duas expressões que, vindas de um filósofo profissional, apenas se indica como intuição desse fazer dos filósofos. Ambas respectivamente nos prefácios a *Sentimento da dialética* e *Ressentimento da dialética*.

⁴⁷ Copiamos a passagem para mostrar a inversão da função da “malandragem” na dialética entre ordem e desordem: “[...] os pares antitéticos das sociedades consolidadas – lícito ou ilícito, moral ou imoral, justo ou injusto etc. – se mostram reversíveis e não estanques, imunes à racionalização ideológica clássica das antinomias, convivendo por aqui num curioso lusco-fusco. Só que assustadoramente convertida no seu avesso complacientemente autodestrutivo. Nada mais flexível do que a precariedade ocupacional de um ‘bicho solto’ e sua respectiva sociedade de risco” (Arantes, 2004, p. 68)

⁴⁸ Nos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* lê-se a questão tematizada em mais de um fragmento: no XVIII: “Sabe-se que a estação de Bolonha explodiu para que a Itália continuasse a ser bem governada; e o que são os esquadrões da morte no Brasil; e que a máfia pode incendiar um hotel nos Estados Unidos para apoiar uma extorsão [...] Fica difícil aplicar o princípio *Cui prodest?* Num mundo onde tantos interesses poderosos estão bem escondidos” (Debord, 1997, p. 210); no XXIII “A maior exigência da máfia, esteja onde estiver, é estabelecer que não existe, ou que foi vítima de calúnias pouco científicas; esse é seu primeiro ponto de semelhança com o capitalismo [...] A máfia está sempre muito bem situada no terreno da sociedade moderna. Cresce com a mesma velocidade dos outros produtos do trabalho do qual a sociedade do espetáculo integrado modela seu mundo. A máfia se expande com os imensos progressos dos computadores e da alimentação industrial, da completa reconstrução urbana e das favelas, dos serviços especiais e do analfabetismo” (*idem*, p. 217-8). Por fim no XXIV: “Quando se tenta explicar algo, é um engano opor a máfia ao Estado: nunca são rivais. A teoria verifica com facilidade o que todos os boatos da vida prática haviam demonstrado. A máfia não é estranha nesse meio; sente-se em casa. No momento do espetáculo integrado, ele reina como *modelo* de todas as empresas comerciais avançadas” (*idem*, p. 220).

extermínio que vem a ser atualmente o Brasil, cuja duvidosa clarividência intelectual se casa sem maiores atropelos com o tráfico de órgãos [...]” (*ibidem*).

Dito isto, retomemos um sentido da recapitulação, coloquemos a cabeça no lugar. Os estudos sobre as favelas no Brasil apresentam uma necessidade de demarcação histórica, relativamente recente, que intentamos fazer sem a anunciar. Antes de tudo, o fundo das páginas que se passaram marca um ponto inicial até onde a preocupação com a delimitação de datas deve se ater. Se iniciamos esse tópico com a morte de Machado de Assis, é porque dentre outras coisas, o escritor foi um dos primeiros cronistas da assim chamada “pobreza urbana” em nossa nacionalidade, ele registrou esse estado não apenas moral, mas bem material de nossa nacionalidade.

3.2. Um limiar histórico da pobreza no urbano

Na introdução ao livro *Subúrbio* (2002), José de Souza Martins nota uma característica peculiar aos moradores mais antigos de São Caetano, com quem tivera contato para a elaboração do estudo. Todos lembravam de maneira especial das pessoas que foram as primeiras a ter ou a fazer algo no local. Por exemplo, o primeiro a ter uma mercadoria específica e mais ou menos moderna, como o aparelho de rádio em casa ou um automóvel. O reconhecimento se relaciona menos com a capacidade de consumo do que com a primazia da novidade que determinado feito implicaria nas relações de bairro ainda existentes. Em outra chave, a preocupação com o “primeiro a” retorna e orienta uma série de estudos fundantes. Reunidos num grupo, algumas pessoas desenvolveram e elaboraram seus respectivos interesses nas diversas áreas da cultura em que eram mais versadas. Trata-se da geração do Grupo Clima, que se reuniram por volta de 1939 para editar uma revista homônima.

O grupo Clima, uma primeira geração da intelectualidade paulistana formada a partir do surgimento da USP⁴⁹, teve como traço comum o interesse pelos precursores “menores” da vida cultural nacional. Essa geração se deteve em estudar alguns precursores das respectivas áreas culturais: Candido doutorou-se ao elaborar uma tese sobre Silvio Romero; Paulo Emilio Sales Gomes estudou o cinema de Humberto Mauro; “Décio de Almeida Prado [dedicou-se] à mais que dúbia ‘genialidade’ de um João Caetano [...]. Veja-se também desse ângulo formativo os pequenos milagres de observação nos estudos de Gilda de Mello e Souza sobre os precursores, e os precursores dos precursores, da grande virada modernista da pintura brasileira” (Arantes e Arantes, 1997, p. 62). Tem-se, assim, uma primeira geração de estudantes da recém-criada USP – apelidada de “chato’s boys”⁵⁰ – que se preocupou com os problemas da formação cultural, em suas diversas áreas de expressão, guiando-se pela ideia da nacionalidade em vias de

⁴⁹ Vejamos como Otilia e Paulo Arantes (1997, p. 60-1) definem, ao dialogar com Alfredo Bosi, a experiência intelectual do chamado Grupo Clima: “Sem dúvida, nada que se assemelhe à cega complacência de um Gilberto Freyre, extraviado na estilização de um passado de violência e opressão – até porque, não custa lembrar, aquele grupo pioneiro foi dos primeiros a lançar no terreno da crítica da cultura alguns resultados do novo espírito uspiano, responsável, como tem insistido Antonio Candido, pela primeira visão não aristocrática do Brasil” (*ibidem*).

⁵⁰ O apelido é devido a Oswald de Andrade, e surgiu de uma disputa de pontos de vista, como narra Alfredo Mesquita na ocasião de comemoração dos sessenta anos de Antonio Candido. O apelido não interessa pelo chiste, mas essa superficialidade registra sim um corte “epistemológico” que teve vez no século passado e se arrasta: “Ora, àquela altura, o Oswald, também de Andrade, e o Mário, ex-companheiros da ‘Semana de 22’, eram brigados de morte. O Oswald roía-se de inveja vendo o Mário ocupar o lugar que ele, Oswald, tanto cobiçava, ser ‘maître à passer’ (*sic*) da nova geração de intelectuais. Frustrado, mais uma vez, lançou mão de sua arma habitual, pôr no ridículo os moços de ‘Clima’. [...] O apelido, por uma vez, nada ofensivo, pegou, divertindo os próprios apelidados. Tanto que, anos depois, finda a revista, Antonio Candido tornou-se amigo íntimo do Oswald, de quem se tornou compadre e amparo no seu trágico fim”. (Arinos et al., 1979, p. 46). Vale conferir este depoimento que, ao invés de retratar o homenageado, esboça o ar que eles, os ‘climatéricos’, quando jovens, respiraram.

formação. Uma preocupação análoga ao problema dos precursores, se assim podemos nos referir, pode orientar nossa questão sobre a favela. Tem ela, como forma de organização da moradia referida às camadas urbanas empobrecidas, traços específicos ligados à formação nacional brasileira? O que a diferencia de outras formas modernas de habitar ligadas à escassez de recursos dos mais variados tipos, principalmente, os relacionados à pobreza material?

Caso se procure nos escritos dos autores que se voltaram aos traços da formação, de certo modo seriam encontrados registros das primeiras fraturas urbanas que marcaram a paisagem brasileira oitocentista. Em *Sobrados e mucambos* [1936], na referida estilização da violência de Gilberto Freyre, leem-se os registros dessa fratura em estado nascente. Vale remontar, do ponto de vista do autor, como ele coloca o problema nesse par que remete ao jeito de dualidade, identificada ao modo de Paulo Arantes, desde o título: sobrados de um lado e mucambos do outro.

No capítulo que intitula o livro, Freyre apresenta um referencial dividido entre os primeiros agrupamentos urbanos da região Nordeste, mais precisamente as cidades de Recife e Salvador, e a corte no Rio de Janeiro para analisar aspectos da ainda inúbil vida urbana que se apresentava desde a América Portuguesa até meados do século XIX. Esses sobrevoos, tanto em relação às localizações referenciadas, quanto no tempo, ocorrem no texto para favorecer o que, ao fim, seria a chave de análise do autor: como se organizava a nossa vida urbana nascente? Nesta obra, o tema principal deixou de ser a visada sobre o Brasil rural marcado pela partição, como indicava o título de sua obra mais visitada: *Casa grande e Senzala*. O que se mantém é a divisão social agora do ponto de vista da vida cidadina, mesmo que incipiente. O autor não deixa de apresentar seu ponto de vista moral em relação a essa vida urbana nascente⁵¹. Nos capítulos centrais da obra, figura a assim referida matriz sociológica. Aí, veem-se grupos bem divididos, matizados desde diferenças na alimentação, passando a particularidades da vida sexual, hábitos cotidianos, para analisar, ainda e o que nos interessa destacar, a diferença nas habitações entre

⁵¹ Em um comentário por ocasião de um debate sobre o *Formação da literatura brasileira*, Roberto Schwarz (1999) traça as diferenças entre Gilberto Freyre e Antonio Candido ao sumarizar o ponto de vista do primeiro: “Se vocês tomarem os livros de Gilberto Freyre, nos quais se descreve uma espécie de matriz sociológica da civilização brasileira, o movimento geral é de saudosismo; assistimos à perda progressiva de um *valor*, no caso o nosso passado colonial. O curso da história significa o desaparecimento gradual de uma forma de sociedade admirável, ou, ainda, a decomposição de um molde” (*idem*, p. 18). Uma dentre várias passagens de *Sobrados e mucambos* exemplifica essa síntese quando da suposta moral perdida do bom pai de família pelas degradações morais, que, como um veneno, iam embebidas na flecha do “futuro” deformado, onde se lê: “A cidade do Recife talvez deva ser considerada a primeira de uma série de Sodomas e Gomorras que floresceram à margem do sistema patriarcal brasileiro [aqui positivado pelo autor]. Foram muitos os sobrados que, ainda novos, tiveram lá como em cidades mineiras, em Salvador e no Rio de Janeiro, seu destino patriarcal desviado, seu sentido familiar pervertido, sua condição cristã manchada por extremos de libertinagem” (p. 158). E o desfile de prescrição moral, normativa em relação ao referido amor passadista, continua sem prejuízo à boa prosa com a qual aprendemos muito da vida ali remoldada, onde não poucas passagens despertam grande interesse.

as camadas pobres e as abastadas. Caso guiemo-nos pela pergunta acima posta, acerca da determinação específica da favela como marca nacional, de imediato faz-se possível a referência a outra obra que analisa a mudança da cidade no decorrer do século XIX, não com ar passadista como o de Freyre, mas vislumbrando uma novidade fática no curso histórico. Faz pensar que a vida cortesã carioca é simultânea às descrições da vida da classe trabalhadora inglesa – como muito bem apresentada por Friedrich Engels, num estudo de grande fôlego: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A distância dos dois tempos coincidentes, mal compartilhados entre centro nascente da sociedade da mercadoria e vida local nos territórios coloniais, abre a possibilidade de vislumbrar o problema, determina as formas diferenciais entre Europa, onde a grande indústria já se instaurara, e uma forma reflexa naquela vida brasileira desajustada.

Na abertura do sexto capítulo de *Sobrados e Mucambos* é posto um problema anos depois retomado como argumento central no avanço analítico movido por Antonio Candido contra Afonso Romano Sant’ana na interpretação de *O cortiço*: a diferença entre brasileiro e estrangeiro nessa obra e no Brasil oitocentista. Segundo Candido, a análise do crítico a qual interpõe resta estática, onde um terceiro termo não é levado em conta até o fim do movimento analítico, apesar de virtualmente indicado. O avanço dá-se na forma de uma animalidade específica, sendo que o posto em jogo não é tanto a animalidade correntemente atribuída ao naturalismo como relevo ao que no humano há de animal, apesar de n’*O cortiço* também haver essa acepção. Mas, mais além: a animalidade identificada por Candido evoca que a determinadas formas de ser gente foi atribuída uma característica de *alimária*. A maior fração das personagens de *O cortiço* está aí contemplada⁵². São os trabalhadores moídos pelo nascente mercado de trabalho nacional. É que a condição de trabalhador explorado, que irmana a população majoritária de personagens nesse texto literário ultrapassa dualismos estáticos e se desenrola num processo explícito de formação de capital, representado pela primeira vez na vida literária nacional. O ponto de vista de Candido, foi anteriormente, e por uma outra vertente, comunicado por Gilberto Freyre tratando mesmo da sorte das pessoas em relação ao momento comum no processo – complexo – de modernização brasileira.

⁵² Antonio Candido (1974) liga a animalidade ao problema da instauração do trabalho, que, mais tarde, seria de maneira mais extensa exposta na ideia de dialética entre o espontâneo e o dirigido: “Terceiro figurante seria um animal. Mas onde está ele? Como vimos está virtualmente na redução biológica do Naturalismo que vê todos, brancos e negros, como animais; mas sobretudo no fato de a descrição das relações de trabalho revelar um nível mais grave de animalização, que transcende essa redução naturalista, pois é a própria redução do homem à condição de besta de carga, explorada para formar capital dos outros” (*idem*, p. 799). O uso da palavra *alimária* deve-se a um poema de Oswald de Andrade, objeto de reflexão de Roberto Schwarz em *A carroça, o bonde e o poeta modernista*.

Essa é uma seara onde há possibilidade de dupla compreensão que, bem entendida, guarda uma chave interpretativa a se explorar. Se as relações de dominação coloniais já participam de um “tempo do mundo” ligado a relações de produção internacionalmente comunicantes, que puderam operar como um dos fundamentos da modernização europeia desde a expansão ibérica ultramarina, a formação nacional propriamente dita é processo mais tardio. Desencadeou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, para acompanharmos o período que Antonio Candido dedicou à elaboração da obra *Formação*⁵³. Uma diferenciação entre território sobre cuja base foi formada a nação e o sentido histórico desse mesmo processo é requerida. Isso posto, uma especificidade notada tanto por Candido, como – veremos – num trecho análogo de Gilberto Freyre, dizem da instauração da forma trabalho, historicamente específica, em uma sociedade ainda recoberta de escaras coloniais, entre escravização e patrimonialismo.

Freyre abre o referido capítulo VI, *Ainda o sobrado e o mucambo*, contrapondo a imagem do senhor de Engenho decadente, tido como brasileiro mais ou menos branco, volúvel a ponto de mobilizar atrocidades para reforçar sua boa posição já em vias de desagregação, enunciador do dito transformado em poema Pau-Brasil por Candido (2015, p. 111): *Mais-valia crioula* “Para/ português negro e burro/ três pês:/ pão para comer/ pano para vestir/ pau para trabalhar” (*ibidem*). Esse brasileiro – representante do paternalismo rural decadente – traz consigo essa violência como uma marca do funcionamento de outra ordem. Ela, a violência ou a ordem, passaria a organizar a vida logo após a assim chamada independência política brasileira, quando houve um registro da referida decadência do proprietário fundiário rural: o senhor de engenhos em vias de empobrecimento relativo. “O resultado é que muitos, nascidos ricos, chegavam à velhice melancolicamente pobres. Mas sempre desdenhosos de ofícios mecânicos que abandonavam a europeus e a escravos” (Freyre, 1996, p. 264-5). O autor acompanha um comentário sobre o processo de independência feito por um cortesão de nome Francisco de Sierra y Mariscal. Nele, traça-se essa imagem na década de 1820; como Freyre continua a pintar: “Daí o violento contraste entre europeus que aqui chegavam pobres e morriam ricos e brasileiros nascidos ricos que envelheciam e morriam pobres” (*ibidem*). Tem-se nas preocupações de um observador da independência o problema do trabalho, muito

⁵³ Entre formação territorial e formação nacional estaria guardada uma diferença, como a lembrada por Roberto Schwarz (1999): “Como diz o título do livro, trata-se de historiar nos seus *momentos decisivos* a formação de uma literatura *nacional*. Este último adjetivo é bom para datar a matéria estudada, em que a literatura brasileira está em sentido *histórico*, e não geográfico e anacrônico. Por motivos que merecem análise, nós brasileiros gostamos de nos contrapor aos portugueses, mas não ao legado colonial. Assim, temos o costume de considerar parte direta da nação tudo o que tenha ocorrido no seu território. Daí que, forçando um pouco, os índios pré-cabralinos, José de Anchieta, Cunhambebe, Zumbi, Gregório de Matos e o padre Vieira figurem como nossos concidadãos, numa pseudoproximidade que engana” (*idem*, p. 57-8).

próximo da chave de Aluísio de Azevedo em *O cortiço*, sem esquecer da estilização da violência⁵⁴.

A decadência dos senhores rurais passa a primeiro plano e a organização de um chamado novo “patriarcalismo urbano” se faz necessária ao entendimento dessa quadra histórica específica. A chave de compreensão, do espontâneo à ordem por assim dizer capitalista, é um pressuposto para o problema. Antonio Candido toma essa trilha para sua análise de *O cortiço*, em três textos. Um primeiro: *A passagem do dois ao três*, a tese central refere-se à interpretação dialética – diga-se de passagem, pois nesse texto é que parece apresentado – como notou Roberto Schwarz (1999) em *Adequação nacional e originalidade crítica*, a descoberta crítica em que “a sondagem de correspondências estruturais entre literatura e vida social tem de se haver com obstáculos bem mais reais que os de método” (*idem*, p. 32). Ora, esses referidos anteparos compõem a descoberta, pela via da literatura, de uma realidade de classes que ao existir na vida social – como nos informa a passagem de Freyre – foi representada literariamente. Realidade e representação que passam a conhecimento como matéria específica de análise: por um lado, uma postura de classe explorada pelo enunciador das violências do poema de Candido, que é o outro lado da relação de dominação. Tem-se assim uma passagem da relação de classe como registro formal – não apenas literário – que pelo ato crítico figura como uma descoberta da vida social referida à organização daquela nossa sociedade (e, por conseguinte, desta). Ganha-se em ler a interpretação de Antonio Candido ao lado da análise sociológica de Gilberto Freyre, enriquecendo⁵⁵ assim a posição do problema ao qual se vai

⁵⁴ Cabe remetermo-nos ao parágrafo, mesmo que um pouco longo, entremeado entre a pena do sociólogo e do cortesão, para assim percebermos a proximidade com o enredo de *O cortiço*: “Sierra y Mariscal fixou o contraste entre o filho de brasileiro rico que, apenas saído da infância, ‘porque o carinho paternal lhe da Rendas soltas’, degradava-se, e o filho de português que chegava ao Brasil tendo deixado a ‘Caza Paternal’ apenas com ‘suas próprias e fracas forças’; na falta de conhecido ou parente no Brasil, fazia do ‘portico d’huma Igreja o seu primeiro leito e a sua primeira morada’; recebido ‘ou de Caixeiro ou de Aprendiz não ha nada a que elle se não sugeste’; ‘com a economia e o trabalho’ chegava a ter ‘grandes cabedaes’; uma vez rico, chegava a ter ‘consideração’; desprezado pelos brasileiros por ter chegado aqui pobre ou miserável, depois de rico, ele é que desprezava os brasileiros por serem ‘fracos, immoraes, preguiçosos e pobres’; e tendo, na sua mocidade de pobre, contraído relações com ‘mulheres pobres’ – muitos, poderia Sierra y Mariscal ter acrescentado, com mulheres pobres de cor, enquanto outros, com filhas mestiças e ricas de patrões também portugueses – ‘isto tambem tem sido hum ellemento de reproxes mutuos’” (Freyre, 1996, p. 265). Tem-se nas preocupações de um observador da independência o problema do trabalho, muito próximo da chave de Aluísio de Azevedo em *O cortiço*, sem esquecer da estilização da violência.

⁵⁵ Mais uma vez, o duplo na análise sociológica e formal retorna, o que faz dessa crítica literária, como diz o título do ensaio, original. A crítica literária brasileira faz-se campo a ser mobilizado não apenas na divisão do conhecimento acadêmico, nas universidades, mas por um prisma que dá preferência a uma questão, ou, como se diz, carrega algo da primazia do objeto: “num momento em que a tendência mais prestigiosa da crítica internacional abandonava o tema da referência externa, concebida na forma irrisória do espelhismo fotográfico, Antonio Candido fazia um esforço refletido em direção contrária, procurando precisar e aprofundar os termos daquela relação. Em lugar do debate sobre teses gerais, rapidamente estéril, tratava de detalhar modos de continuidade bem como de ruptura, puxando a discussão para questões de fato, ou seja, para o valor de conhecimento das leituras oferecidas” (Schwarz, 1999, p. 34). A ideia de fundo de toda essa nossa construção é

dedicando atenção. Cortiços ou mucambos, ambos são uma forma de organização espacial que deram muito lugar às assim referidas, pelo termo mais ou menos extensível ao, pois usado em todo, território nacional: favelas.

Nas análises de Candido referidas a *O cortiço*, aparece identificado o que Freyre sociologicamente tratou por outro prisma. Via-se o incipiente comércio como área de influência mais “progressista” em relação à decadência do patriarcado ruralizado do Sudeste, por isso esse setor de acumulação era, no século XIX,

o mais estável na sua condição e o mais interessado na manutenção do Estado tal como o concebia no Brasil o patriarcalismo da época, isto é, um patriarcalismo já um tanto mais urbano do que rural nas suas tendências decisivas. *Para esse patriarcalismo o Estado era o pai dos pais de família*. Principalmente dos mais ricos, dos mais conformados com a ordem estabelecida, dos mais ordeiros; e só dentro da ordem, mais progressistas. (Freyre, 1996, p. 265, destaca em nosso)

Ora, mostra-se a mão da proteção da espada concedida ao suposto patriarcalismo “progressista”. Os mais ricos passam a se favorecer das relações de favor advindas desse Estado amigo dos amigos do “novo” patriarcalismo urbano lastreado em formação de capital comercial. Antes de mais, esses senhores pais dos pais de família, estiveram relacionados diretamente à escravização em um primeiro momento e, portanto, nos subseqüentes. As páginas de Freyre e a evolução do trecho no romance de Aluísio de Azevedo se concatenam para instaurar o problema de determinado patrimonialismo historicizado, representado mesmo em mais de uma componente comum. Uma delas são as características arquitetônicas da cidade oitocentista brasileira. Freyre privilegia a entrada nos casarões senhoriais, ou em melhor termo: tem o ponto de apoio na descrição da vida levada nos sobrados, enquanto o mucambo aparece no texto como contraponto à descrição mais extensa da vida nas casas assobradadas e construções que a valham. A descrição, muito séria, da fauna que os frequentava – dos cães aos cupins – relida depois de cem anos apresenta um tom tão familiar que acompanhá-la faz inspirar o ar oitocentista carioca com alguma graça, tem-se contato na leitura com um mundo que apenas parece muito distante do presente⁵⁶. Nos interessa o contraponto, a outra face cuja ferocidade canina afastava ao proteger, aos latidos, os casarões bem ajardinados – como demonstra o autor – onde “de noite soltavam-nos [os cachorros] os senhores no quintal ou no sítio” (*idem*, p. 227).

dizer que as ciências parcelares esqueceram esse achado do ato crítico e pouco fazem com a possibilidade de explorar essa forma de conhecer com algum método. Em momento oportuno, veremos esse reclame do mesmo Schwarz no prefácio de sua coletânea, *Os pobres na literatura brasileira*.

⁵⁶ Veja-se a toada de Freyre (1996): “Quase sempre os cachorros de sobrados nobres tinham nomes terríveis. Chamavam-se Rompe-Ferro, Rompe-Nuvem, Nero. E Gavião, Trovão, Furacão, Sultão, Plutão, Vulcão, Dragão, Zângão, Papão, Grandão, Negrão, Barão, Tição, como se os nomes em ‘ão’ lhes aumentassem o prestígio de animais ferozes, capazes de estraçalhar estranhos ou intrusos”, e, antes, “Às vezes [os cães] morriam de ‘bola’ – bolões de comida com veneno ou vidro moído dentro que os ladrões mais espertos ou os vizinhos mais intolerantes lhes atiravam” (*idem*, p. 227).

Alto lá, distante vírgula! Ao contrário do que nos faz crer os registros narrativos, arquiteturais, sociológicos, passados mais de dois séculos essa fratura social continua presente, entre rupturas e continuidades, e pôde ser representada de diversas maneiras. Ela está muito próxima do presente, por exemplo, podemos vislumbrar essa fratura como componente principal do filme *O som ao redor* (2012), onde essa dualidade é assunto presentificado desde a violência patrimonialista (remetendo ao patrimonialismo rural representado pela figura do dono – ou senhor – de engenhos de cana) ao espaço urbanizado de Recife⁵⁷. A primeira sequência d’*O som ao redor* são fotografias que tomam por motivo a vida rural em diversas facetas: projeta-se o retrato de um carro de luxo parado em frente a uma porteira fechada – um engenho no segundo plano; uma família camponesa; uma senhora sendo entrevistada por um senhor bem-vestido (será sociólogo?); uma mulher usando uma coroa como enfeite – expressão de alguma festa popular (?), em um segundo plano duas pessoas sentadas que lembram a análise de Gilda de Mello e Souza sobre os “gestos da nossa gente”; numa próxima fotografia, trabalhadores rurais enfileiram-se atrás de um capataz e de iaiá que se protege do sol com uma sombrinha; o canavial; os sobrados; a labuta; e por fim a escola (?). Essas dez fotografias que abrem o filme ligam-se ao entrecho e como que marcam a passagem, um contraponto, do patrimonialismo rural ao urbano. Quando Francisco (interpretado por W. S. Solha), o proprietário rural e dono de metade dos imóveis da rua onde se instaura um serviço paraestatal de segurança (talvez armada), dialoga com os prestadores desse serviço, o senhor – ou dono – de terras afirma: “já não mando essas coisas todas aqui”, e esclarece a esses “seguranças” sobre seu negócio: “meu trabalho, é lá no engenho em Bonito, onde tenho minhas terras e que aqui só faço mesmo é morar”, esquecendo-se de dizer que também vendia imóveis na capital de Pernambuco, onde no passado era proprietário da terra e no presente figura mais ou menos como incorporador imobiliário no ramo dos apartamentos de luxo. Quando Francisco pergunta a um “guarda noturno”, Fernando (Nivaldo Nascimento), sobre sua origem e tem como resposta que o trabalhador é de Recife mesmo, ou melhor, de Guabiraba, ri como se o fato de ter nascido em Guabiraba não merecesse outra coisa senão desprezo. Na próxima cena, tem-se um diálogo telefônico do velho Francisco com seu neto, que acaba de fechar um negócio – vendeu um apartamento de propriedade do avô. O neto se debruça sobre o parapeito do prédio, afinal, a

⁵⁷ Há anos, o filme foi reproduzido e discutido na disciplina intermitente deste departamento *A cidade, o Urbano e o Cinema*. Na oportunidade comentei – onde ‘eu’ também quer dizer ‘nós’ (Adorno) – de boca miúda, que a vida daquela camada média ali representada era muito chata, sendo esse adjetivo estendido ao filme. Como resposta rápida levei um piparote: “claro, para quem está acostumado aos enlatados de massa”. Passados anos, o estalo, como uma ficha que cai, surge e o duplo do filme, daí sua importância, parece se desesfumar. Vejamos uma entrada possível.

venda pode não ser a fonte principal de rendimento da família, mas certamente compõe grande fração. Assistimos à conversa com o avô, enquanto a vista – para evitar o mal-uso de *paysage* – registrada num plano de filmagem, além de dar para o mar também ladeia uma favela – talvez Guabiraba – focada no próximo corte. Muito sutilmente, nessa cena a dualidade que de várias maneiras perpassa o filme se apresenta encerrando a primeira das três partes em que ele é dividido. Intitula-se: “Cães de guarda”, e deve fazer lembrar o trecho citado em nota de rodapé anteriormente (ver nota 56): a cena de abertura dessa primeira parte é, justamente, uma “vizinha mais intolerante” que atira um “bolão de comida com veneno” – no caso sonífero – para o cão de grande porte que tem como função “guardar a casa”. A descrição de Gilberto Freyre anima a primeira parte do filme quase ao modo de espelho e a partição de Recife, representada em duas cidades, sendo uma longamente acompanhada no entrecho, outra vai se imiscuindo no fundo da cena principal da vida entediante da classe retratada em primeiro foco, onde aparece (novamente remetendo a Freyre) como contraponto à camada mais detidamente representada – a camada detentora de muito dinheiro e títulos de propriedade. No filme, esse eixo dual se presentificaria já não pelo par sobrado e mucambo, mas dividido entre prédio “chique” com porteiro e vista para o mar e favela – quem sabe Guabiraba? – que sutilmente se faz presente na camada de empregados domésticos, trombadinhas, “seguranças” privados, vendedores de quiosque de praia, pequenos traficantes etc.? Seria mesmo correto pensar que a uma camada social está restrita uma forma de morar específica – portanto, uma fração da metrópole fracionada e vice-versa?

Está claro que pensar pares duais dessa maneira é operar uma redução na interpretação das teorias que buscam compreender como se produziu a urbanização, ou mesmo pecar por maniqueísmo. Dito dessa forma crua, antes de desenvolver alguma perspectiva para ajudar a dotar o processo de conteúdo, fica um hiato ao se desconsiderar diferentes aspectos que singularizam cada desenvolvimento particular dos espaços urbanizados em função das localidades que essa urbanização ocorre. Como se existisse um duplo no termo *urbanização*, onde a palavra ora designasse uma forma geral – como em urbanização brasileira – outrora seus momentos particulares, por exemplo, o que é conhecido por regiões metropolitanas dentro do território nacional: a de Belo Horizonte, Grande São Paulo etc. Principalmente no momento particular, o processo de constituição desses segmentos urbanos variou historicamente de localidade para localidade; isso se desconsiderarmos o ponto de vista do urbano como totalidade virtual – uma outra entrada que para todos os efeitos é aqui posta em suspensão. É sempre um problema conceitual – quase sempre passado rapidamente como quem caminha sobre brasas – utilizar-se das palavras cidade, urbano, metrópole etc. Como há de se perceber, a utilização

desses termos é problemática, em especial a palavra urbanização, pois foi a expressão escolhida por Gilberto Freyre para indicar processos que ocorreriam nas cidades coloniais de alguma importância durante o século XIX.

Designar por urbanização um processo anterior à industrialização nacional deve ser posicionado como questão. Necessita-se de mais reflexão, uma vez que a urbanização inglesa – novamente remetendo ao texto seminal de Engels – esteve em vias de acontecer de par com a industrialização daquelas cidades, também no século XIX naquele centro de poder econômico. Simultaneamente, o espaço local colonial também existia e dava notícias do que se passava do outro lado do Atlântico. Como plano de fundo está uma indagação sobre a dupla determinação – as relações possíveis – entre espaço europeu oitocentista e Brasil como território colonial. Esse problema ressoa na frase de Freyre (1996): “Azevedo Pimentel, em 1884, encontrou no Rio de Janeiro, cortiços que nem os das cidades europeias mais congestionadas” (*idem*, p. 234).

Tornando a pensar sobre formas de um dualismo, esse assunto é tratado nos clássicos da formação brasileira em mais de uma oportunidade. Novamente, é Antonio Candido quem remarca a questão sobre o dualismo que nada teria de semovente, quanto mais movimentado – aos empurrões – de maneira externa. Não é sem razão que Paulo Arantes dedica a primeira parte do livro *Sentimento da dialética* ao crítico literário. Essa preocupação em relação ao movimento do pensamento, qual seja uma manifestação desse movimento a forma de pensar dualizada, está constantemente no horizonte de Candido. Vê-se, por exemplo, no debate com Romano Sant’ana. Nele, a preocupação de fugir de um dualismo estático compõe a abertura do texto⁵⁸. Como já havíamos afirmado, o crítico literário dá forma a uma experiência nacional específica pela identificação de uma característica brasileira – extensível à América Latina: um sentimento intrínseco da dualidade. O movimento do pensamento é o mesmo para compreender *O significado de raízes do Brasil*, texto que acompanha diversas edições dessa obra de Sérgio Buarque. Se, por um lado, Candido coloca Sarmiento e Euclides da Cunha lado a lado por ambos mobilizarem o par antitético civilização contra barbárie, a obra de Sergio Buarque de Holanda, para o crítico, escapa ao equilíbrio da contrariedade e modifica a prosa, por exemplo,

⁵⁸ O primeiro parágrafo de abertura d’*A passagem do dois ao três* marca esse problema dualista: “Um traço curioso do Estruturalismo é o que se poderia chamar de fixação com o número 2. A busca de modelos genéricos se associa nele a uma espécie de postulado latente de simetria, que o faz balançar entre cru e cozido, alto e baixo, frio e quente, claro e escuro, como se a ruptura da dualidade rompesse a confiança nele mesmo. Homologia, isomorfismo, até certo ponto isotopia são conceitos decorrentes (e nem sempre suficientemente esclarecidos), que convergem para o mesmo alvo. Talvez porque entre dois o espírito localize mais facilmente o ponto intermédio e equidistante, que serve de apoio para o compasso dos esquemas” (Candido, 1974, p. 787), em seguida, o autor “escorrega” para inserir a maneira de pensar que leva em conta o número três como superação da simetria (homologia, isotopia etc.)

em relação ao predecessor Gilberto Freyre. Antonio Candido, nesse prefácio a *Raízes do Brasil* que estamos acompanhando, mostra o lugar histórico e a contribuição ao conhecimento pela introdução da antropologia cultural realizada por Freyre, mas sutilmente remarca o desenvolvimento de método, mas também de estilo da prosa, devido a Sérgio Buarque de Holanda em comparação a seu predecessor, que “aproveita o critério tipológico de Max Weber; mas modificando-o, na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo, para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico” (Candido, 2014, p. 14). Veja-se que há uma comparação entre uma forma de escrita descritiva, que marca as duas grandes obras de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, sendo que nesta o movimento faz do abandono da pura descrição motivo da superação. Em Freyre, seus grandes livros entre si repisam uma dualidade de fundo, divisão que se repete nos estudos do campo da Geografia, entre o rural e o urbano separados em suas duas obras. Sendo que *Casa Grande e Senzala* se relaciona à vida do patriarcalismo rural enquanto em *Sobrados e mucambos* o autor defronta, da maneira que Candido adjetivou, o processo de urbanização no Sudeste.

Há que se reparar uma particularidade recifense, menos pelo filme acima aludido que por duas colocações dos, por assim dizer, intérpretes do processo de formação nacional: a ocupação neerlandesa na região nordestina. Lá, um aumento populacional na cidade colonial data de séculos anteriores, mais especificamente no período do Governo de Maurício de Nassau – com início na década de 1630. De maneira inversa à organização espacial campo-cidade no Sudeste, onde o campo predominou, no Nordeste houve uma inversão do ponto de vista do peso desse último em relação à cidade colonial – se suspendermos o processo de fundação de cidades mineiras durante o ciclo do ouro. Gilberto Freyre chama a atenção para o aumento da população recifense bem como para as práticas, naquele tempo, que ocupavam a vida dessa cidade. Houve inclusive uma expansão do espaço habitável propiciado pela construção de pontes na cidade do século XVII, que em última análise serviu para abrir solo novo e mitigar os problemas desse referido aumento populacional. Muito antes do Rio de Janeiro se tornar o centro principal do território – destino da fuga da coroa e subsequente transplante da Corte para essa cidade – o florescimento da habitação coletiva, e moralmente problemática aos olhos do elogio patriarcal, antecede esse “novo” polo do poder colonial oitocentista. Freyre (1996, p. 156) identifica a questão da moradia no Recife seiscentista assim: “O problema da habitação, sem esse desafogo, teria se tornado um horror. Sobrados estreitíssimos e, dentro deles, um excesso de gente” (*ibidem*). O desafogo se refere justamente à construção das pontes – dentre elas a realizada por Nassau e com seu nome designada – em uma cidade erigida por sobre a foz em forma de delta

do rio Capibaribe e entremeada de manguezais dali tão característicos. Essa ponte designada como um milagre da engenharia da época é adjetivada por uma palavra que chama atenção: “As primeiras pontes *paleotécnicas* que houve no Brasil” (*ibidem*). A designação paleotécnica coincide com o adjetivo escolhido por Lewis Mumford ao estudar a cidade capitalista cujo mel que jorrava era sólido e negro, extraído diretamente das minas: o carvão. Longe do “paraíso paleotécnico”⁵⁹ inglês, talvez a cidade de Recife coincida com a descrição de Mumford pela característica de cortiço sem demais instituições próprias às cidades na história. A sutileza que faz a palavra coincidir nas duas descrições – de Freyre e Mumford – à primeira vista, é a utilização do material para a construção da ponte: o ferro. Uma segunda aproximação, prensando um pouco as duas elaborações, é o acentuado aumento demográfico tendo em sua origem causas bem distintas. Donde o aumento populacional recifense se ligou à imigração holandesa, não se comparando em nada com o florescimento da cidade industrial – a não ser pela ausência institucional. Essa ausência, séculos antes, numa das maiores cidades coloniais brasileiras, à época, fez do espraiamento da sífilis – na descrição de Freyre – uma das principais instituições da Nova Holanda (*idem*, p. 156-8), juntamente com a refuncionalização do sobrado colonial. Eis a primeira forma de habitação coletiva popular em território que viria a ser nacional.

Havíamos parado de citar um trecho de Freyre no meio de uma frase acerca da Nova Holanda, onde o horror de uma população excedente na cidade colonial mereceu o mesmo adjetivo que o horror da cidade industrial nascente. Se os cortiços europeus no século XIX se relacionavam com as fábricas, a cidade de Recife, no XVII teve sua versão de moradia insalubre descrita assim por Freyre (1996, p. 156): “Sobrados estreitíssimos e, dentro deles, um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto. Verdadeiros cortiços. Os primeiros cortiços do Brasil” (*ibidem*). Eis aí uma marca de nascença da nacionalidade? Não se acompanharmos a ideia de que a nacionalidade se forma mais tarde, depois do fim formal da dominação colonial. Também, caso aceitemos que o território que embasaria o Brasil, após seja à curta ocupação holandesa, seja ao domínio além-

⁵⁹ No item cinco, do referido texto de Mumford (1965, p. 582): *A fábrica e o Cortiço*, o que pode designar a comparação (e a reincidência do adjetivo) é a característica demográfica: “Os principais elementos do novo complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço. Em si mesmos, constituíam a cidade industrial: expressão que descreve simplesmente o fato de que mais de duas mil pessoas achavam-se reunidas dentro de uma área que podia ser designada com um nome próprio” (*ibidem*). Antes, o autor abre o referido capítulo com a descrição: “Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumegar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas” (*idem*, p. 567). Este não é o caso da Recife seiscentista, por isso mesmo o milagre está nas pontes construídas à base de ferro – daí a designação paleotécnica utilizada (de forma notável) por Freyre.

mar português, não guardou essa continuidade específica em relação à organização da moradia coletiva e da parcela pobre da população. Logo, os “sobrados-cortiços” e os “sobrados-bordéis” recifenses não estariam incluídos numa linha progressiva da história de habitação popular cidadina de forma contínua como os cortiços no Sudeste – especialmente os fluminenses – estão⁶⁰. Seria necessário mais estudo para saber se essa afirmação poderia se estender, por exemplo, às habitações desse tipo em Salvador. Ou seja, para um estudo da arqueologia, por assim dizer em sentido bem amplo, das favelas no Brasil, operar um sequestro dos cortiços da Nova Holanda não seria uma escolha acertada de colocação do problema, uma vez que deslocados historicamente e genealógicamente dificilmente comporiam a constelação de assunto relativo à formação da habitação popular que se produz até hoje nos fragmentos urbanos brasileiros. Não que seja desimportante essa inflexão para compreender a própria organização recifense, mas partir desse caso particular para operar uma generalização em relação à pobreza urbana, elegendo o caso para afirmar, apoiado no registro de Freyre: “Vide a primeira manifestação da pobreza urbanizada brasileira” implicaria em uma visão distorcida da gênese da favela – um objeto difícil de capturar, apesar de a todo momento se nos mostrar. Apesar do momento de verdade fática, de realmente ter havido pobreza e uma questão de moradia naquela Recife, esse fato não produz uma mesma matéria para a redução dedutiva. Antes, produziria uma miopia para se representar a presentificação das relações espaciais de moradia e da reprodução da sociedade – ou seja, retornar à Recife ocupada pela Holanda não será um ponto de partida privilegiado.

No entanto, é por outra entrada que o mesmo autor, Gilberto Freyre, encaminha o problema de forma menos anacrônica. Diferentemente dos sobrados-cortiços recifenses a ascendência direta dos cortiços cariocas, das palhoças, dos calojis⁶¹, dos mucambos etc. se ligaria, antes, às senzalas. Contudo, sendo o mesmo Gilberto Freyre a esboçar essa relação de possível causalidade entre senzala e moradia dos pobres na Corte, convém acompanhar o autor para uma necessária ressalva acerca de sua posição talvez enviesada frente à escravização. Ela vê-se expressa – dentre as não poucas passagens que inspiram uma dubiedade moral – em sua crítica aos “ismos” que, antes de amenizar a situação ao comparar o processo estadunidense de

⁶⁰ Essa continuidade – e mudança – pode ser traçada em relação às habitações coletivas cariocas, pergunta central de Lilian Fessler Vaz (2002) em *Modernidade e Moradia*. Onde a autora se debruça sobre as mudanças que as habitações coletivas, como conceito que operou em diversas chaves e como influência material na vida das pessoas, passam ao longo da história desde os assim tidos como insalubres cortiços da Corte até os modernos prédios de apartamento.

⁶¹ Faz-se uso uma única vez do termo em *O cortiço*, para remarcar o casebre coberto de palha onde a personagem Rita Baiana e o capoeira Firmino travavam encontros amorosos: “Para estar juntos, tinham encontros misteriosos num caloji de uma velha miserável da rua de São João Batista, que lhe cedia a cama, mediante esmolas” (Azevedo, 2018, p. 180). Uma versão de outra classe, e em um *flash*, da senhora D. Plácida.

manutenção escravocrata com o brasileiro, aprofunda o problema de sua posição docilizadora – como diversas vezes digna de ressalvas. Novamente, cabe repetir a designação tão sucinta e acertada de Paulo Arantes ao se referir a esse autor: opera-se uma estilização da violência. Vejamos, em duas oportunidades que se ligam a nosso assunto, o que devemos separar da posição específica do desenvolvimento senzala-cortiço, inferências relevantes para pensar a história da vida dos pobres nas cidades, e da posição que relativiza a violência escravagista. A defesa de Freyre, no trecho a seguir, surge da discussão dietética sobre os hábitos alimentares dos negros em comparação aos brancos, sendo que esses últimos comiam muito “alimento rançoso” pela dificuldade de transporte da dieta inspirada à europeia, enquanto o negro se alimentava fartamente (será mesmo?) com frutas e verduras da terra. Após essa comparação, o autor passa a defender de modo ambíguo, abrindo prerrogativa para uma interpretação elogiosa da sociedade escravagista em seu corte tradicional⁶².

Para além desse “racismo cordial”, a instituição da escravização teve como contraponto a um dos primeiros atos de sua desativação, pela lei Euzébio de Queiroz que proibia em 1850 o tráfico de pessoas escravizadas, em geral africanas, a liberação de capitais antes empregados no comércio relativo ao tráfico. O afluxo de investimentos antes empregados diretamente na instituição da escravidão recaí sobre um mercado de crédito recém-criado que se tornaria inviável, uma vez que a organização da estrutura produtiva àquela época, mesmo com a diminuição da comercialização de pessoas, permanecia ainda baseada na coerção direta, na escravização negra. Para agravar o desajuste, as regras financeiras foram mal implementadas. Mesmo tendo como alternativa a saída pragmática praticada pelo Barão de Mauá quando da inversão desse “proto-capital”, imobilizado em escravos, em crédito. A partir da interdição do contrabando, esse dinheiro agora sem o lastro em escravizados pôde alimentar o desenvolvimento das “forças produtivas do país”; o próprio Mauá se referiu a novas linhas de

⁶² Veja-se o trecho de Freyre (1996, p. 284): “São pontos estes [a alimentação], que devem ser recordados com insistência contra a generalização, baseada quase sempre no sentimentalismo antiescravocrático ou no furor doutrinário dos que desejam acomodar a história das sociedades patriarcais a este ou aquele *ismo*, de que, em tais sociedades, o escravo foi sempre e sob todos os aspectos, um ‘mártir’, um ‘sofredor’, um ‘mal-alimentado’. A verdade é que houve sociedades, como a brasileira, nas quais, de modo geral, o escravo das áreas ortodoxamente patriarcais – as caracterizadas pelo maior domínio de família tutelar – tiveram um tratamento, um regime de alimentação, um gênero de vida superiores aos dos escravos em áreas já industriais ou comerciais, embora ainda de escravidão, caracterizadas pela tendência à impersonalização ou despersonalização das relações de senhor com escravo, reduzido à condição impessoal de máquina e não apenas de animal” (*ibidem*). Mais adiante, contudo, e faça-se um contrapeso à descrição de Freyre quando remarca que, em áreas mais próximas da cultura europeia, a escravização tinha seu peso aumentado: “Essas áreas, no Brasil patriarcal, é interessante salientar que foram não as mais rústicas, nem as mais ‘orientais’, no sentido de mais afastadas social e culturalmente da Europa e mais conservadoras de traços orientais de cultura, porém as mais europeias sob o aspecto cultural” (*ibidem*). Justifica o “racismo cordial” no sentido empregado por Alexandre Eulálio ao prefaciar a obra de Helena Morley, quando dociliza relações escravagistas do patriarcalismo rural e provinciano de Diamantina em Minas oitocentista.

crédito abertas pelo segundo Banco do Brasil (Holanda, 2014, p. 86) como oportunidade de investimento desses cabedais⁶³. Nessa toada, faz-se pensar que mesmo o vagaroso desmonte dessa bárbara instituição escravocrata, que dura, grosso modo, de 1850 a 1888, serviu como substrato da tentativa de dinamização da produção colonial. Tentativa frustrada nos quase quarenta anos que se demorou para encaminhar a efetivação formal da abolição. A chave de diferenciação entre nacional e estrangeiro se desmonta com esse processo de desativação escravista, como indica Sérgio Buarque (2014, p. 88):

[...] a circunstância de serem principalmente portuguesas, não brasileiras, as grandes fortunas formadas à sombra do comércio negreiro tendia a mobilizar contra a introdução de escravos e, por conseguinte, em favor de um governo disposto a enfrentá-la sem hesitações toda a descendência ainda numerosa dos *caramurus* da Regência. E sabe-se que o nativismo lusófono chegou a representar, direta e indiretamente, uma ponderável influência no movimento para a supressão do tráfico. (*ibidem*)

Fica claro no trecho a maneira que as fortunas se faziam: às custas do desterro, suor e sangue africanos. Temos, contudo, uma ironia em que uma posição anti-escravocrata foi antes encaminhada por nativismo lusófono que por ilustração. Uma vez desativado o tráfico, relegado à ilegalidade, o enriquecimento de uma sociedade onde a riqueza abstrata inicia a se pôr de pé passa a perder a característica de tensão entre nacionalidades para começar a organizar um mercado em vias de se modernizar, contudo, *dessubstanciado, uma vez que, com o fim do tráfico, as instituições da escravização e do patriarcalismo mantiveram-se*. Para além do fracasso particular da crise financeira, os capitais antes mobilizados no trabalho escravizado africano passam a compor relações monetárias de caráter abstrato mais aprofundado, pois, “a ânsia de enriquecimento, favorecida pelas excessivas facilidades de crédito [depois da lei Euzébio de Queiroz], contaminou logo todas as classes e foi uma das características notáveis desse período de prosperidade” (*idem*, p. 90). Inaugura-se, assim, uma tensão particular entre uma forma de riqueza mais solvente, os chamados “inimigos capitais das propriedades imóveis”

⁶³ Aqui se segue o terceiro capítulo de *Raízes do Brasil*. Os dois primeiros assuntos tratam dessa ativação da economia mercantil como contraponto ao início do processo abolicionista. Cabe remarcar um fundamento importante: a diferença entre o nacional e o português melhor se explica pela chave da desativação do tráfico de escravos e pelo enriquecimento que essa atividade – adiantando uma descoberta de Roberto Schwarz – proporcionou ao colonizador. Haja vista a construção machadiana nas *Memórias póstumas* de Cotrim no cap. CXXIII, seu genro: *Um homem extraordinário* título do cap. XCII, onde esse homem odeia os ingleses e defende confusamente posições condenáveis, como narra Brás Cubas: “Só não pude alcançar se ele queria o despotismo de um, de três, de trinta ou de trezentos. Opinava por várias cousas, entre outras, o desenvolvimento do tráfico dos africanos e a expulsão dos ingleses. Gostava muito de teatro;” (Assis, 1970, p. 123). A transição dessa defesa da escravidão para os juízos teatrais da personagem é ponto de análise de Schwarz: esse procedimento de composição diz muito do processo machadiano; outro exemplo é a identificação da volubilidade do narrador operada pelo crítico. Mas, retomando o texto de Sérgio Buarque de Holanda, a personagem machadiana se contrapõe, digamos, a lei Euzébio de Queiroz no trecho destacado. Ponto que o historiador desenvolve na análise referida no início desta nota.

– leia-se inimigo da propriedade de escravos e de seu estraçalhar nas lavouras, mas financiados com as fortunas fundadas no próprio tráfico escravagista – contra esses senhores mesmos. Experimentou-se uma primeira crise comercial brasileira em 1864 em consequência da expansão desmesurada do crédito. Por essa crise, retoma-se o assunto do desajuste entre relações sociais brasileiras e o liberalismo exterior às relações locais, explicação que a pena de Sérgio Buarque cauciona ao identificar essa crise econômica como primeira do período imperial a ter causas internas à esfera econômica, e não externas como “comoções políticas internas ou a ação de fatores internacionais”. O autor, em juízo assertivo, identifica a marca própria da nossa formação nacional: “essa crise foi o desfecho normal de uma situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa” (*idem*, p. 92). A proposição de Buarque é o problema que, de Machado de Assis a Paulo Arantes, atravessa a história como dualidade entre termos, ou melhor seria dizer entre ações, ideias, formas heterogêneas que ocorrem simultaneamente entre a violência de relações coloniais e o modelo da, em termos, contraditória democracia burguesa⁶⁴.

Releve-se, portanto, uma contraposição entre Freyre e Sérgio Buarque. Enquanto este encaminha o problema da escravização e da tentativa de superação em sentido processual, ao explicitar historicamente a desagregação daquela sociedade – em última análise por levar em consideração as reminiscências coloniais de forma relativamente negativa –, aquele trata a escravização de modo ambíguo, abrindo brechas para as reticências já apontadas. Contudo, encontra-se em Freyre uma descrição que, por se deter mesmo nos aspectos mais corriqueiros da vida cotidiana pôde deduzir fatos que deslizaram daquela vida rural à urbana. A metamorfose da senzala em “dependências” é uma marca dessa virada. Freyre vai delineando a ideia de

⁶⁴ O assunto de *Ao vencedor às batatas* se apresenta. Na argumentação que atravessa esse livro está em jogo o desajuste formal entre resolução literária – no cap. 2 por exemplo – de *Senhora* e o “tamanho fluminense”, a tão repetida cor local, decerto ocre como a engrenagem de sangue e lama referida em outro lugar. Schwarz (2012a, p. 70-1) nota o problema pela linha de pensamento: “– Alencar não insiste na contradição entre a forma europeia e a sociabilidade local, mas insiste em pô-las em presença, no que é membro de sua classe, que apreciava o progresso e as atualidades culturais a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência. Não se trata de indecisão, mas de adesão simultânea a termos inteiramente heterogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso ‘paternalismo esclarecido’. Estamos diante duma figura inicial daquela modernização conservadora cuja história ainda hoje não acabou. É o problema do primeiro capítulo, que reaparece no plano da literatura: onde a lógica dessa combinação, esdrúxula mas real? Assim repetindo sem crítica os interesses de sua classe, Alencar manifesta um fato crucial de nossa vida – a conciliação de clientelismo e ideologia liberal [...]” (*ibidem*). Apesar do trecho fazer referência à posição alencarina no mundo, importam mais as consequências estéticas que deixam de compor a tão benquista verossimilhança na expressão literária específica. Contudo, o problema posto do ponto de vista literário é também histórico, social, econômico. Esse desajuste específico de nascença, que é moderno e particular, atravessaria o próximo século do tempo brasileiro, cabendo a pergunta se ainda faz sentido remexer essa dualidade no presente, ou se processos mais globais relativizam o problema.

continuidade entre senzala e mucambos em algumas passagens. Vale acompanhar as decisivas: elas contribuem ao fazerem pensar no início do processo que marcou a urbanização brasileira desde a instauração da Corte no Rio de Janeiro.

Momentos atrás, aludimos à docilidade com que o autor, por vezes, trata o período onde grassou a escravização, quando enunciamos uma ressalva acompanhada de um par de passagens. Vamos à segunda delas. Onde um “outro” comparado ao modo com que sobrevivia determinada fração de um tipo de escravizado – pois o autor traça diferenças entre “tipos” de escravizações – é justamente o operário francês do século XIX. Inspirando assim uma “leveza” no peso das relações de dominação direta que, quando comparada desta maneira, vê-se relativizada. No trecho, são comparados: i) escravos de engenho, ii) pessoas negras vivendo nas cidades e iii) um modelo ideal de trabalhador rural francês, para não dizermos camponês. Uma camada de pessoas pretas que travavam relações citadinas, uma vez abandonada a fazenda, levando a vida através de pequenos serviços ou que por sorte conseguiam se ajeitar pela medição do amor – ou apenas pelo casamento – integra parte substancial da população daquela cidade entre colonial e imperial. Pode parecer repetição desnecessária, mas há semelhança entre enredos naturalistas e a descrição sociológica de Freyre⁶⁵ – o que, antes de surpreendente, pode ser esperado levando a sério a determinação da forma literária dialetizada em relação à matéria local. Aquele meio “urbanizado”, se relativizarmos o rigor para com o termo, era onde o ex-escravizado, talvez após alguma fuga, via-se ajeitado. O que abriu a possibilidade de comparação para Freyre (1996, p 179): “[...] o destino [citadino] daquelas mulatas e daqueles mulatos não seria melhor que o dos escravos das senzalas de engenho, muitas delas casas de pedra e cal, com janela e alpendre; casas superiores a habitações de trabalhadores rurais na França [!]” (*ibidem*). A afirmação espanta e o desenvolvimento do argumento do autor, de forma sintética, inspira reflexão.

Em outros momentos da comparação entre vida assobradada e amucambada, como pudemos ver no ponto relativo à alimentação, mas também na argumentação de alguma superioridade na adaptação climática dos mucambos – ou melhor, dos moradores – em

⁶⁵ Veja se este parágrafo da prosa de Freyre (1996, p. 178) não tangencia o enredo de duas obras oitocentistas: o já citado *O cortiço* e parte da história de Amaro, ex-escravo que fugido da fazenda de engenho para se tornar marinheiro na história intitulada *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha: “Quanto a fuga de negros, e sobretudo mulatos, dos engenhos para as cidades, tinha provavelmente outro fim: o de passarem por livres. Os mais peritos em ofícios – funileiro, marceneiro, ferreiro – às vezes ganhavam com a aventura, não só a liberdade, como o sucesso profissional e social. As mulatas e as negras mais jeitosas se amigavam com os portugueses e italianos recém-chegados da Europa aos quais convinham mulheres de cor capazes de ajudá-los com os lucros de suas atividades de lavadeiras, engomadeiras, boleiras, quitandeiras. E algumas sempre fiéis a esses primeiros amantes, acabaram esposas de negociantes ricos e até de ‘senhores comendadores’: senhores de sobrados” (*ibidem*), ou suicidadas – como Bertoleza que preferiu se abrir a retornar ao grillão – emendaria Aluísio Azevedo.

comparação às construções europeizadas etc. Seria então possível afirmar, dessa maneira, que o autor defende uma perspectiva favorável àquela forma muito empobrecida de sobreviver? Um primeiro esboço seria apresentar o problema linearmente: simplesmente uma defesa da *senzala* contra a incerteza cidadina daqueles cuja sorte não foi favorável para conseguirem “ajeitar-se”. Ainda, colocar pontos positivos para a vida difícil dos mucambos em comparação aos sobrados – basta acompanhar a descrição, mesmo os desenhos dos dois tipos de construções que povoam várias páginas de *Sobrados e Mucambos*. (Para uma rica descrição da possibilidade de vida em um sobrado ver, na nona edição de 1996, p. 222-4) Sendo assim, essa relativização muitas vezes pode subverter a memória da dominação específica advinda do sistema de dominação colonial.

Por outro lado, no entanto, pode ser lida como uma crítica de perspectiva conservadora e passadista que aponta problemas ao processo de modernização e à falsa liberdade no mercado. Para utilizarmos uma exageração da ideia – mas com um argumento fático – há uma defesa da escravização negra à época do processo de sua desativação feita por um parlamentar pró-escravidão. A comparação de Freyre, da senzala ao trabalhador rural francês orbita, com peso diferente, mais ou menos o mesmo campo de força desse argumento pró-escravagista: “Antes bons negros da Costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa deixa morrer de fome o pobre irmão branco” (Holanda, 2014, p. 91). Esse trecho do discurso de um conservador, partidário da escravidão, retirado de *A abolição* de Nabuco, opera um ataque à Inglaterra apontando desse ponto de vista – reprovável – um momento de verdade. As relações lá – no polo inglês – ditas livres não seriam tão livres assim. Mas o argumento logo retorna a atroz defesa escravista: pois deixemos então sofrer e serem moídos os negros – emendaria Freyre: afinal, algumas formas da escravização garantem bom alimento, esforço amaneirado e moradia sólida, melhor que viver de pequenos serviços incertos na cidade ou do cultivo da terra na França.

Mas a descrição de Freyre, apesar de defender em vários momentos essa ideia um tanto passadista e conservadora, também apresenta o real fosso entre a organização das diferenças substantivas da vida dos pobres para a das camadas superiores na passagem para o patriarcalismo que vinha se assentando nas cidades mais antigas. Os morros – com exceção da cidade de Recife –, teriam dois momentos distintos em relação à forma de sua ocupação. Se em um primeiro momento seu uso serviu de local privilegiado para as camadas abastadas, a igreja, os casarões e fortalezas se erigirem, com o tempo e devido à “urbanização” das áreas baixas das cidades coloniais, eles cederam lugar para as formas de moradias das camadas mais empobrecidas da população. Até hoje, morro é um dos mais comuns sinônimos para favela, ao designar um padrão específico de moradia urbana. Essa viragem ocorreu no século XIX:

Sobrados velhos, outrora de fidalgos, degradaram-se em cortiços. A zona dos mucambos estendeu-se até eles. Estendeu-se aos morros. Depois de 1888 – período que escapa aos limites do presente estudo, para servir de assunto a trabalho próximo – o cortiço só fez aumentar, não tanto de área, como de densidade. Assenhoreou-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se, os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, sedes de sociedades carnavalescas. Os outros em cortiços, “cabeças de porco” e casas de prostitutas (Freyre, 1996, 182-3)

O autor apresenta uma estimativa para a existência dos cortiços no final do século XIX, quando em 1869 aproximadamente 11,72% da população do Rio de Janeiro imperial vivia nessas habitações coletivas. Há uma linha reta que relaciona a senzala a essas construções citadinas, bem como aos mucambos e formas de morar análogas. É um ponto de partida para o memorável estudo, relativamente recente, sobre moradias coletivas de Lilian Fessler Vaz. O que interessa à autora é justamente a virada do habitar coletivo, se essa forma – no Rio de Janeiro – foi a maneira específica de a população pobre produzir sua existência, com a assim chamada modernidade, com o erguer de prédios de apartamentos, morar coletivamente deixou de ser atributo exclusivo da massa trabalhadora ou empobrecida. A autora, no início de seu estudo, afirma que talvez a significativa diferença entre senzalas e cortiços seja a posição da tranca na porta. Nessa habitação a tranca funcionando por dentro, enquanto naquela, nas senzalas, as trancas eram fechadas por fora⁶⁶. Além disso, os cortiços cariocas poderiam remeter também a uma arquitetura do Porto, em Portugal, não apenas estruturalmente, mas em seu processo de produção.

Uma resolução para a dupla herança pode ser dada como Candido, comentando o uso do bastão na cultura caipira, formulou: sendo o bastão presente tanto na cultura do colonizador quanto nos costumes indígenas, a permanência do objeto pôde ser reforçada pela coincidência no caipira de ambos os hábitos.

⁶⁶ Diz Vaz (2002, p. 29-30), com uma pequena ressalva de antemão – um pouco específica – que as pessoas escravizadas não propriamente trabalhavam no sentido moderno: “Também é possível estabelecer uma analogia entre a estalagem e outra forma de alojamento de trabalhadores trazida pelos colonizadores: a senzala. A senzala também apresentava uma sucessão de quartos, em fila, de construção de qualidade inferior às demais, com espaços internos reduzidos, iluminação e ventilação deficientes. A notável semelhança entre algumas senzalas e algumas sequências de quartos faz pensar que aparentemente a única diferença seria a posição da chave na fechadura: na senzala a porta era trancada por fora, na estalagem, por dentro. Tanto na senzala quanto na estalagem a finalidade era apenas oferecer condições mínimas para a força de trabalho se recuperar para uma nova jornada de trabalho. Um detalhe arquitetônico mostra a diferença nas relações de produção em dois momentos distintos. Mas a lógica que preside ambas as construções é a mesma: por um lado a imposição da economia, por outro a necessidade do controle” (*ibidem*). Claro que aquela ressalva não é puramente conceitual, pois como mesmo lembrou a autora, detalhes podem expressar relações de produção de tempos diferentes, contudo, o ferro e o fogo do trabalho moderno diferem dos da escravização negra na colônia. Essa é uma questão delicada que começa a se delinear, porque escravidão e trabalho assalariado, mesmo que as condições sejam de extrema exploração e pobreza, não podem – no caso brasileiro – ser automaticamente identificadas. Antes, essa “dupla fidelidade”, ou contradição, opera como uma antinomia específica que demorou tempos para se descobrir. A descoberta pôde contribuir para a interpretação do “ornitorrinco” com sua antinomia específica – como ser moderno e escravocrata ao mesmo tempo? Como ser partidário da igualdade burguesa num universo patriarcal?

Moradia inspirada seja na arquitetura portuguesa, seja nas senzalas, os cortiços, como o indicado, foram no fim do século XIX e durante parte do século XX importante forma de moradia urbana para camadas empobrecidas. Esse, agora sim, integra um limiar que podemos remarcar como início do processo que, mais cedo ou mais tarde, viria a inspirar reflexão no campo, no que podemos chamar tomando emprestado um título de Lúcio Kowarick: escritos urbanos. Mais especificamente dos de baixo onde se alaga, ou dos de cima – os que estão no morro e lamentável e eventualmente podem sofrer com deslizamentos.

Retomando a descrição de Freyre, tem-se uma espécie de arqueologia da fratura que há dois séculos vem separando a urbanização brasileira: está delineada a herança da cidade partida entre camadas bem distintas, que não deixa de ser racializada, uma vez que a escravização marca essa nação em sua gênese. Ao seguir seja Lilian Fessler Vaz, seja Gilberto Freyre, poderíamos concluir que há uma íntima relação entre senzala e moradia coletiva no alvorecer da urbanização brasileira⁶⁷. Freyre (1996, p. 235) termina o capítulo que intitula a obra ao chamar atenção para essa importante dualidade, nessa feliz passagem: “Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana”, a incipiente urbanização – nessa passagem bem delineia uma dualidade que permeia o urbano. A cidade vê-se contrastada desde então. Especificamente, o Rio de Janeiro como capital nacional e sede imperial pôde experimentar essa partição desde os primeiros momentos – como posteriormente outras cidades. Contudo, como recentemente Marildo Menegat adverte: a cidade do Rio de Janeiro parece ser o laboratório para se pensar essa divisão que não é apenas espacial, mas das formas de viver e das relações neles (re)produzidas. Retomando a passagem de Freyre (1996, p. 235): “o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambos e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também, um por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço” (*ibidem*). Uma das faces do prisma, a basilar, que dá sustentação ao problema e coloca de pé o processo pelo qual a pobreza atravessa a história da urbanização brasileira é, nos termos do autor, essa: a angústia do espaço por seus contrastes violentos.

⁶⁷ Em mais de um momento Freyre (1996, p. 233) indica essa relação, reafirmando-a ao seguir um tipo de pensamento higienista, racionalidade que marcou o século XIX: “José Rodrigues de Lima Duarte, em ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil, publicado em 1849, descreve-nos senzalas que eram verdadeiros mucambos, cada casinha de negro com duas braças de largura e outras tantas de fundo e algumas até ‘de menor dimensão’; cobertas de sapé ou de ‘paus de palmito’; e sem janelas. Mas o tipo de senzala que predominou foi, por motivos de segurança do escravo e garantia contra a sua fuga, o de material mais resistente: às vezes – repita-se – o mesmo que o da casa-grande” (*ibidem*). É interessante ver como Freyre está sempre pronto a relativizar a forma rural de dominação direta. Ressalta-se que o material da prisão era o mesmo da casa grande.

A questão da favela, em seus fundamentos iniciais, contabilizadas suas principais metamorfoses, mirada por diferentes pontos de vista (por enquanto pouco explorados por nós) tem na moradia dos pobres, desde o limiar cortesão em meados do século XIX, transpassando o século XX e deixando cada vez mais à mostra a face cuja “ferida” parece incomodar nossa outrora promissora formação nacional, hoje, nesse primeiro quartel do século XXI, continua aberta. Essa “ferida” é matéria premente a se organizar. Claro, ficaram sem comentários um par de elementos que, ao se escolher posicionar o problema a partir da prosa de Gilberto Freyre, dizem algo para nossa inquietação com toque propriamente, como se gosta de dizer, geográfico. Mas antes vamos à explicitação de um outro ponto correlacionado, a caracterização da favela como ferida.

O autor de *Cidade de Deus*, Paulo Lins, mais de vinte anos depois da publicação desse seu mais divulgado romance, concedeu uma entrevista sob o título: “do cortiço a (neo)favela”. O termo *neofavela* não nos mobilizará por ora, pois designa processos de remoção que deram origem a favelas no modelo de conjunto habitacional, no caso, por exemplo, a própria Cidade de Deus que nomeia o romance de Lins. Esse conjunto-favela foi objeto de um estudo de Lícia Prado Valladares intitulado *Passa-se uma casa - oportunamente voltaremos a nos referir aos textos dessa autora*. De volta à entrevista, podemos separá-la em duas partes. Uma primeira, onde o autor opera uma divisão sociológica que reduz os moradores em duas categorias, uns mais próximos à criminalidade, ou no termo usado pelo entrevistado: aos bandidos; e os distantes dela, que geralmente possuíam empregos, em suas palavras, mais especializados. A segunda parte, mais interessante por sua vez, onde Paulo Lins diz da importância do letramento para populações empobrecidas, toca a importância que movimentos culturais, literatura, música, saraus etc. têm na formação de um conjunto de leitores, como que uma ponte entre a cultura – digamos assim – particular da favela e a de corte mais “clássico”, ou melhor dizendo, acessada por um tipo de elite.

Diz Paulo Lins, logo na abertura de sua fala: “a favela é uma das feridas do Brasil e a literatura a expõe de outra forma”; adiante, repete o termo ferida mais de uma vez. Essa frase ressoa um outro termo, mobilizado por Paulo Eduardo Arantes, num famoso texto publicado no início da década de 2000, a *fratura brasileira do mundo*⁶⁸. Entre fratura e ferida, a escolha

⁶⁸ Recentemente, ao discutir seu texto passados vinte anos, Paulo Arantes explica a razão de escolha do termo fratura. Segundo ele, o termo foi mobilizado no Brasil (como antes na França) por setores progressistas para indicar uma retomada, uma “cura” para uma sociedade fraturada por anos de políticas neoliberais. O que seria um ledão engano, pois o desenvolvimento do argumento mostra que as fraturas brasileiras são sim feridas, inclusive ao discutir, e reorientar, negativamente a dialética da malandragem, uma cidade em fragmentação e conflito, um mundo do trabalho em vias de desmantelamento, etc. Na fala recente, move uma ressalva por à época não fazer

pela segunda parece mais acertada porque continua como problema repostado desde diversos prismas de análise. Como diria Roberto Schwarz (2019), numa reflexão direta e assertiva por ocasião de um prefácio a uma coletânea sobre a representação da pobreza na literatura brasileira, depois de um “banho formalista” nos estudos literários – diga-se de passagem pela contribuição de Antonio Candido – foi possível dar à literatura, e a seu estudo, estatuto de linguagem que concorre como uma entre outras formas da organização do conhecimento⁶⁹. Com isso, “basta não confundir poesia e obra de ciência, e não ser pedante, para dar-se conta do óbvio: que poetas sabem muito sobre muita coisa, inclusive, por exemplo, sobre a pobreza” (*idem*, p. 341). Retém-se, portanto, o que Paulo Lins chamou como poeta de ferida – talvez, infelizmente, tenha mesmo razão.

Antonio Candido, ao prefaciar *Raízes do Brasil*, lembrou que a leitura de Gilberto Freyre foi decisiva para sua geração, uma vez que alguns temas tratados por esse autor puderam colocá-los em debate, anteriormente muito dificilmente estariam em primeiro plano da discussão. Há, em relação ao limiar da favelização – ou das formas que deram origem a essas habitações mais ou menos coletivas –, uma exploração realizada por Freyre. O primeiro ponto, já anunciado logo anteriormente, é uma nota morfológica na espacialização da pobreza nacionalmente. A geografia da miséria – para não pensarmos na inversão dos termos – apresenta-se ao estudioso de forma clara por uma marcha histórica que faz a pobreza, antes relegada aos baixios, subir o morro⁷⁰. Se os calojis, a mucambaria, a palhoçada e talvez mesmo e principalmente os cortiços povoaram a cidade oitocentista, há mudança na organização espacial da pobreza. Posta em parênteses toda a discussão do período higienista, presença central na razão e na política do período imperial e mesmo após a instauração da República, mas central para o entendimento

referências a Loïc Waquant, que descreveu um mundo fraturado mais ao sabor da própria construção de Arantes. Confira: “A fratura brasileira do mundo 20 anos depois”, disponível em: <<https://youtu.be/yB1eBPvjno>>.

⁶⁹ Diz Schwarz (2019, p. 340-1): “o contra-senso de usar a ficção como documento bruto se desprestigiou. Entretanto, nem por isso a questão da realidade deixou de existir, e se de fato a insistência na forma, na primazia da organização sobre os elementos de conteúdo serviu para distinguir a linguagem artística das demais, ela também permite o confronto e algo como uma competição entre as linguagens, devolvendo à literatura a dimensão de conhecimento que ela evidentemente tem” (*ibidem*).

⁷⁰ Apesar da longa descrição, deu-se assim a inversão da, chamemo-la: “geomorfologia urbana da pobreza”, nos termos de Freyre (1996, p. 181): “No Rio de Janeiro, e parece que, até certo ponto, na capital da Bahia, em Ouro Preto, em Olinda, as casas da gente pobre foram construídas a princípio ao pé dos morros. Dos morros os ricos, os Jesuítas e os frades se assenhorearam logo, para levantarem nos altos suas casas-grandes, suas igrejas e seus conventos. O inconveniente das ladeiras não era tão grande, havendo escravo com fartura ao serviço das casas e dos conventos [!]. Ficou para os pobres a beira de ‘lodaçais desprezados e até conservados alguns, aumentando-se-lhes às vezes as propriedades nocivas pela adição jornalreira de dejetos orgânicos’. De modo que os casebres e mucambos foram-se levantando, rasteiros, pelas partes baixas e imundas das cidades. Pelos mangues, pela lama, pelos alagadiços. Só depois de aterrados esses mangues e esses alagadiços menos por algum esforço sistemático do governo que pela sucessão de casebres construídos quase dentro da própria lama e à beira do próprio lixo, é que os ricos foram descendo dos morros e assenhoreando-se também da parte baixa da cidade. Deu-se então a compreensão das populações pobres em áreas ou espaços não só pequenos, como desfavoráveis” (*ibidem*). Não se perde nada ao ler as notas 73 e 75 do capítulo indicado na citação, são trechos que completam a imagem do limiar.

da inversão entre formas de moradia coletiva das camadas empobrecidas, para a “forma” favela, tão típica no Rio de Janeiro no fim do século XIX, mas principalmente no XX. Grassa a pobreza achegando-se de muito sobrado velho e muito morro, vejamos como Freyre (1996, p. 182) acima descreveu o processo para já mudarmos de aspecto e abandonarmos, em paz, o sociólogo. Antes, ainda, uma palavra sobre uma ideia de Freyre. Se por um lado está se utilizando nas ciências humanas o termo devir negro, proposto pelo pesquisador recém-traduzido no Brasil, Achille Mbembe; por outro, nosso sociólogo como que abre a possibilidade de propor um espaço social do negro, espaço específico que vai se conformando, ao lado da violência colonial:

Os mucambos conservam até hoje, na paisagem social do Brasil, a primitividade dos primeiros tempos de colonização. Neles foi-se refugiando o caboclo; refugiando-se o negro fugido; refugiando-se o preto livre. O próprio branco integrado na situação social de caboclo. Para muito negro ou pardo, sôfrego de liberdade, era o mucambo melhor que a senzala de pedra e cal, pegada à casa do senhor e parte da casa-grande de engenho, de fazenda ou de sítio (*idem*, p. 233).

Melhor que dizer espaço social do negro, é dizer paisagem social brasileira. Nela descreve-se a camada que foi, desde a assim chamada ferida colonial, composta por aqueles que tiveram de se moer para sobreviver desde as (talvez para Freyre, tão dignas) senzalas. Essa paisagem social é também interpretada por Antonio Candido, mais no texto *Passagem do dois ao três* que nas suas subsequentes ampliações, apenas de passagem estando colocado em *de Cortiço a cortiço*. Ou melhor, no texto mais antigo a aproximação racializada a essa “paisagem social brasileira”, como delineada por Freyre, é feita de forma explícita, enquanto o passo da racialização em *de Cortiço a cortiço* é apenas implícita. Explicitar essa componente racial na imposição do trabalho, por conseguinte como traço fundamental da sociedade e do povo brasileiro, é ponto que pode se mostrar controverso. Sem querer ativá-la, entendemos que é necessário ligar determinadas formas de reprodução social, sim, ao processo de escravização negra em si racializado no território brasileiro. Vejamos como na análise que o crítico move de *O cortiço*, o traço racial se liga a uma característica social e econômica. À frente veremos como esse mesmo traço aparece, como uma breve passagem, no texto mais recente de Candido, mas antes sigamos a elaboração do crítico quando descobre o traço específico da obra mais conhecida de Aluísio Azevedo, ao apontar um recorte étnico, ultrapassa, no universo do livro, a característica racial para subscrevê-la a um corte de, grosso modo, classes sociais:

A essa altura, percebo que de fato as divisões polares que estabeleci são insuficientes, embora válidas, porque a grande divisão, a fundamental, é entre ricos e pobres; e que Cortiço e Sobrado têm sentido pleno em função disto, a saber: como Lugar de Pobre e Lugar de Rico. [...]

Vemos, então, que uma leitura orientada pelos traços culturais e sociais incorporados à estrutura literária mostra que, neste romance, o Branco é por excelência, não o que

tem cor branca, mas o que pertence ou vai pertencer à camada dominante. Sobretudo o Português. E ainda: que o Negro não é o de cor preta, mas todos os que pertencem às camadas sociais cujos membros são, no limite, tratados como escravos, isto é, aqueles sobre os quais recai o trabalho produtivo. É a massa brasileira do Cortiço, feita de brancos, negros, mulatos, caboclos, cafusos[sic]. Os Portugueses que, em vez de tenderem à classe dominante, tendem à classe dominada, se equiparam essencialmente ao Negro, como Jerônimo. Portanto, Negro = Trabalhador. A classificação étnica inicial se refaz, é redefinida segundo critérios sociais e econômicos. (Candido, 1974, p. 792).

Ao se refazer a classificação étnica inicial, que orbitava antes mais próxima ao binarismo de disputas nacionalistas do português *versus* brasileiro, os termos como que se superam inspirados dialeticamente. Se o negro é trabalhador, o negro também é negro por não ser branco nem morar, em hipótese alguma, nas casas assobradadas, como expôs, num trecho anterior ao copiado, Candido: “Em termos de cor, o grupo pobre é mais complexo, porque formados por brancos, mestiços e negros, enquanto no Sobrado só há brancos. Ou, por outra: nem todos os brancos estão no Sobrado, mas nele só há brancos” (*idem*, p. 791). Agora, português, branco e quase-burguês são termos que se ultrapassam, mantendo entre si alguma sobreposição de camadas de significado, de valores de um “mercado” em vias de formação, objeto central de representação n’*O cortiço*. Toda essa reflexão aparece já cifrada no texto *de cortiço a cortiço*, talvez menos por mudança de opinião, mas por nele Candido preferir desenvolver outros pontos cujo ato crítico foi antes paradigmático para o campo literário em específico, deixando a relação de trabalho expressada na obra em plano secundário. Contudo, o sentido geral é o mesmo, e desde o início dessa série de ensaios Candido partilha do pressuposto outrora mais desenvolvido, vejamos:

Mas o desdobramento do dichote [o poeminha pau brasil acima indicado] mostra que, afinal de contas, dos figurantes a que caberiam os três pés o português não é português, o negro não é negro e o burro não é burro. Em plano profundo, trata-se de uma trinca diferente, pois na verdade estão em presença: primeiro, o explorador capitalista; segundo, o trabalhador reduzido a escravo; terceiro, o homem socialmente alienado, rebaixado ao nível do animal. (Candido, 2015, p. 116).

Isso mesmo. Está disposta a mesma ideia de superação (*Aufhebung*), expressada com o caractere étnico, mas que contém uma ultrapassagem conceitual. Esta ultrapassagem foi operada no sentido de atribuir uma mudança de relação social que o livro, do final do século XIX, captava em relação à matéria social específica, qual seja: a formação de um setor do capital – o imobiliário – incipiente. O período no qual se moveu a modernização das relações produtivas aparece assim repostado, assentado sobre cor, nacionalidade, escravização. Afinal, o livro trata de um limiar de modernização das relações de produção, também da produção da

cidade moderna, e ainda da exploração do trabalho que se enquadra em relação produtiva.⁷¹ De passagem, se vê que a representação brasileira da modernização no XIX destoava do esperançoso canto um pouco mais antigo do primeiro romantismo americano. Com Candido, secundado por Paulo Arantes, pode-se continuar afirmando que se à europeia diz-se mata, no Brasil continuamos por aspirar ao esfolamento (*idem*, p. 128), obviamente das camadas mais pobres.

Se a pobreza antes habitante das várzeas assomou aos morros, grassando em determinadas cidades, alguns morros, de outra sorte, foram desmontados. Esse é o caso carioca. Se as remoções de favelas e de seus moradores foi política que chamou atenção na segunda metade do século vinte, desde o final do dezenove já, até mesmo, se escavava para fazer com que a pobreza de dois morros cariocas desaparecesse, não apenas de vista, mas, de fato, do mapa.

Há uma muito interessante publicação de Candido, dos anos 1970, que tratou de pensar a posição moral das pessoas frente ao mundo, suas escolhas políticas de como colocar-se. Para isso traçou a vida de uma sua amiga do interior, professora sua de italiano e ela mesma emigrante desse país, que morou por meia vida em Poços de Caldas. Antonio Candido remonta a vida dessa grande mulher, em toda sua dignidade e grandeza. Não é de Teresina que vamos tratar agora, apesar de apaixonante, mas do texto que logo o secunda no livro *Teresina etc.* Dentro do etc. existe uma feliz surpresa que é o segundo texto do livro intitulado *Radicais de ocasião*. O texto começa com uma afirmação sobre os revolucionários profissionais e apenas na sua metade é que ao leitor se mostra qual de fato é o assunto. Trata-se de um estudo de posição acerca da obra de João do Rio. Esse escritor, “jornalista adandinado” e detratado pelos companheiros de geração de forma muito severa e má, mereceu reflexão do maior intelectual brasileiro, Candido, que soube fazer justiça à alma encantadora, do que chamou de primeira fase, de João do Rio. Veja-se o que nos interessa, João do Rio como observador e denunciador

⁷¹ Candido (2015, p. 110), na versão mais acabada dos estudos sobre *O cortiço*, resume o argumento central do livro: “A originalidade do romance de Aluísio está nesta coexistência íntima do explorado e do explorador, tornada logicamente possível pela própria natureza elementar da acumulação num país que economicamente ainda era semicolonial. Na França, o processo econômico já tinha posto o capitalista longe do trabalhador; mas aqui eles estavam ligados, a começar pelo regime da escravidão, que acarreta não apenas contacto, mas exploração direta e predatória do trabalho muscular. Daí a pertinência com que Aluísio escolheu para objeto a acumulação do capital a partir das suas fases mais modestas e primárias, situando-a em relação estreita com a natureza física, já obliterada no mundo europeu do trabalho urbano. No seu romance o enriquecimento é feito à custa da exploração brutal do trabalho servil, da renda imobiliária arrancada ao pobre, da usura e até do roubo puro e simples, constituído o que se poderia classificar de primitivismo econômico” (*ibidem*). Para não dizer uma forma de acumulação primitiva no/com o início da urbanização brasileira.

da miséria que pôde acompanhar em suas andanças⁷². Da metade do texto para frente, Candido (2007, p. 79) escolhe mostrar alguns trechos escritos por João do Rio que dizem dessa posição mais radical, por ocorrer na rapidez de um gesto do “homem sem qualquer compromisso com a revolução, que frequentemente até é contra ela, e, no entanto, nalgum período ou apenas nalgum instante da vida fez alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido” (*ibidem*). Essa afirmação inicial, na abertura do texto, ganha sentido atribuído tanto a João do Rio, mas também a Teresina, que tendo praticado muitos dos atos dessa pequena lista de Candido e outros mais, fez de sua vida tão dignificada e foi tão clara de suas posições que mesmo estando pelo lado, sempre mais radical, não decaiu no erro político mostrado por Candido em relação ao grupo que partilhou uma vida em São Paulo na mesma geração que Teresina lá esteve. Voltando à análise da posição de João do Rio, ambígua e relevante em seus momentos de analista da miséria, Candido termina o texto, que deixamos agora de comentar para passar a um trecho do próprio escritor. Mas antes, o juízo assertivo do crítico: “Nesses momentos raros e fortes, o diletante frívolo que se encarnava no Barão Belfort ou em Godofredo de Alencar vale mais do que os seus críticos. E no dia do Juízo Final tais momentos haverão de ser computados como a sua hora e vez” (*idem*, p. 87). É notável como, como um piparote rápido, Candido lembra da frivolidade do Dândi, mas faz justiça ao título e eleva os momentos da “radicalidade de ocasião” acima da detração geral e irrestrita.

Um retrato do Morro de Santo Antonio foi pintado pelo autor, festa e alegria, bem como a inegável herança da pena de Euclides da Cunha de *Os sertões*, como notou Lícia do Prado Valladares, fazem-se presentes no relato de *Os livres acampamentos da miséria*. A palavra livre, aqui, no nosso entender, tem sentido elogioso, como a narrativa acaba por mostrar. Contudo, a ambiguidade ou, nos termos de Candido, os diversos filões, habitam a crônica, o que dá para se notar em sua reflexão final. Recomenda-se vivamente a leitura do texto, que é curto. Antes de mais nada, esse relato erige sobre a paisagem do Rio de Janeiro da viragem do século XIX para o XX, os destroços dos morros desterrados, junto da pobreza que os habitava. O violão dos convivas, já manguaçados depois de muita festa, andança, cantoria banhada a parati degustada “como quem bebe água”, acompanhado justamente de um versinho sobre o

⁷² Candido (2007, p. 89-90), depois de apresentar uma série de ataques vorazes ao escritor controverso, coloca seu ponto de vista: “Esta volta é justa, porque no escritor superficial e brilhante corriam diversos filões, alguns curiosos, alguns desagradáveis e outros que revelam um inesperado observador da miséria, podendo a seus momentos denunciar a sociedade com um senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e do anarquismo; que não encontramos também em nenhum dos seus detratores, inclusive Antonio Torres” (*ibidem*).

desmonte do morro. O de Santo Antonio, tal qual o do Castelo, deixam de existir para servir ao aterramento da Baía de Guanabara. Claro está, que a ambiguidade moral que em geral cerca a favela mostra-se cheia de vigor na representação mesma da ambiguidade dos juízos presentes no próprio relato de João do Rio. Depois de acompanhar a festança, a manhã cai, o Dândi põe a mão na consciência, olha a cidade e põe-se a caminhar serelepe, quem sabe pela última vez que pôde pisar no Morro:

Atrás, o bolo dos seresteiros berrava:

*O Morro de Santo Antonio
Já não é morro nem nada...*

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. De repente, lembrei-me que a varíola caíra ali ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca de variolosos. Então, apressei o passo de todo. Vinham a empalidecer na pérola da madrugada as estrelas, palpitantes, e canoramente galos cantavam por trás das ervas altas, nos quintais vizinhos.⁷³

A ambiguidade povoa esse trecho, “o horror da miséria cantadeira”, como elucidado pelo ritmo saltitante do conto, antes diverte, alegre, faz com que se instaure a festa para João do Rio, ao mesmo tempo que o horroriza. De outra sorte, caso não houvesse o horror alegre, não estaria saindo às cinco, cambaleando e escutando galos a cantar na vizinhança. Talvez uma das últimas, noitada adentro, andanças regadas a álcool, dança e violão. A sordidez alegre operou algo na impressão que ficou do morro e da suposta liberdade frente a determinada lei, ali como que suspensa, pode ser vista antes como um elogio do que como vontade de agir orientado pela razão policial. A tal liberdade está presente desde o título. Mas a que liberdade é essa que os acampamentos da miséria prometem? Esse texto reitera algum pesar pelo Morro Santo Antonio vir abaixo; bem pesadas as ambiguidades, podemos entendê-lo como um recado do morro em vias de seu desmonte, um retrato – quem saberá o quão fidedigno? Castelo e Santo Antonio já estavam em vias de não serem morros, nem nada.

⁷³ De difícil acesso pois há muito esgotado, o conto foi reeditado recentemente; por sorte, escolheram justo ele para publicar na íntegra no site do suplemento literário Pernambuco. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/pernambuco/85-cronica/2757-jo%C3%A3o-do-rio-os-livres-acampamentos-da-mis%C3%A9ria.html>>. Lícia Prado Valladares tece um comentário sobre um trecho anterior desse mesmo conto-crônica, sugerindo que não passava de ponto de vista plagiário dos Sertões euclidianos. Podendo mesmo ter havido influência e estando de pé a reiterada crítica – a nosso ver bem fundada – de uma má dualidade entre barbárie e civilização, a autora esquece que antes de apenas haver esse aspecto há mais ou menos implícita a crítica e, justamente nos termos de Antonio Candido, uma denúncia, seja por parte de Euclides seja pela pena de João do Rio, de situações que merecem reflexão mais demorada como é o caso da miséria, seja sertaneja, seja dos morros. Desde essa crítica de Lícia Valladares (2005, p. 30-3), abre prerrogativa de olhar a favela de forma unilateral, sem pensar que há sim diferenças essenciais nas formas de sobreviver dependendo do local onde se mora, e da forma.

Claro, outro escritor de peso pôde se aventurar, também, subindo um dos morros que deixaram de ser. Refiro-me a Machado de Assis, que, ao acompanhar a subida de duas jovens e ricas senhoras, descreveu o Morro do Castelo causando um instante de fastígio na alma da nacionalidade, que desde aquele tempo, sentia-se marcada pelo número dois. Machado descreve toda a dignidade da pobreza representada nas seis primeiras páginas de Esaú e Jacó. Também, outra escritora, menininha, representou essa dignidade ao mesmo tempo que Machado.

3.3. Fios de uma mesma meada: onde a vida popular?

O general Cordeiro de Farias Neto; o tenente José Góis de Campos Barros – “então delegado da ordem política e social”; o ex-deputado Milfont; o segundo bispo do Crato: Francisco de Assis Pires; o interventor Francisco de Pimentel Meneses; o Jornalista Andrade Furtado; o chefe de polícia Manuel Cordeiro Neto; o capitão Zé Bezerra e o doutor José Martins Rodrigues, reunidos, cada um nos vastos limites de suas respectivas possibilidades, decidiram e realizaram a destruição do Caldeirão. Sítio onde se reuniam beatos e fiéis retirantes no Crato, município posto ao sul do estado cearense – “provocando o maior genocídio da história política e social do Brasil”, na fala de um militante comunista envolvido no episódio, adiante melhor referenciado. Os limites desses senhores até hoje, aos que se interessarem, estão registrados na perenidade de algumas instituições que se quedam, e se querem, acima da transitoriedade do vivido em suas faces mais humanizadoras. Aos que pacientemente procurarem as biografias desses sujeitos de massacre, elas dão-se a ver desde em documentos que marcam a história de academias estaduais de letras, como a cearense, até em registros biográficos que restam na historiografia por – ao menos dois desses senhores – de fato haverem ocupado cadeiras como as de deputado federal, senador da república e ministro da justiça⁷⁴.

Esses nomes foram lembrados por um revoltoso comunista de 1935, como adiantado, preso em Fortaleza na mesma cela que um daqueles beatos – de nome Severino Tavares – que, por outro lado, dentro das possibilidades de sobrevivência popular no nordeste brasileiro, junto organizou experiências comunitárias, em especial, a levada forçosamente a cabo em 1937 num bombardeio aéreo batizada por *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (1986). Um filme de Rosemberg Cariry, de mesmo nome, saído em 1986, apresenta um ponto de vista desse assim chamado genocídio na história política e social do Brasil, palavras essas de um próprio entrevistado na obra, o mesmo citado comunista participante da revolta encarcerado com aproximadamente mais sessenta outros presos políticos. Seu nome não está identificado diretamente no filme, mas incluído entre outros nos créditos, onde no registro apenas se

⁷⁴ Ambos foram ministros da justiça e deputados federais, sendo que apenas Pimentel Meneses fora senador. Ver verbetes biográficos de Francisco de Pimentel Meneses: “gov. CE 1935-1937; interv. CE 1937-1945; dep. fed. CE 1951-1955; min. Just. 1955 -1956; dep. fed. CE 1956-1959; sen. CE 1959-1971” e de José Martins Rodrigues: “dep. fed. CE 1955-1961; min. Just. 1961; dep. fed. CE 1961-1969”. Ainda, o jornalista Manuel Antonio de Andrade Furtado ocupou a cadeira 26 na academia cearense de letras. Disponível respectivamente em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/francisco-de-meneses-pimentel>; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-martins-rodrigues>; para uma análise da posição midiática em relação à comunidade de Santa Cruz do Deserto, ver: Sônia Maria de Meneses Silva; Maria de Fátima de Moraes Pinho. *Imprensa, anticomunismo e fê: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937)*. Revista Em Perspectiva, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2017.

identificam facilmente dois generais envolvidos no massacre, também depoentes. Logo voltaremos a eles. Antes, organizaram-se essas experiências junto a quem? Do lado dos beatos – e ao lado do beato Severino Tavares, preso e torturado – dois nomes devem vir primeiro, o do beato José Lourenço, líder mais expressivo em torno do qual orbita, além do massacre, o ponto de vista do filme citado. Esse beato, por sua vez, travou diretas relações – espirituais, materiais – com o próprio Padre Cícero: segunda influência (ambígua) no âmbito da fé e da política marcada na história daquela forma de sociabilidade específica. Do lado do povo, pela miríade de penitentes, em parte agricultores empobrecidos, retirantes mobilizados por motivos explicados desde as grandes secas dos anos 30, até a fé religiosa ela mesma. Contra, certamente, o poder emanado das relações de produção específicas conforme a então conjuntura agrária nordestina e, também, contra as casacas e botas da primeira ditadura militar instaurada no Brasil depois da primeira república, veja-se a lista de nomes lembrados pelo revoltoso de 1935 entre jornalistas, interventores e militares, seja da polícia ou do exército.

As entrevistas concedidas a Rosemberg Cariry de dois militares identificados pelas suas patentes – forma de reconhecermos seus nomes junto aos nomes das demais depoentes no filme de Cariry – e os únicos a serem introduzidos pela voz do narrador, fazem lembrar tomadas de outro filme e também chocam, *et pour cause*. Um ano antes da publicação da peça brasileira saíra na França *Shoa* (1985), produzido por Claude Lanzmann. Em suas mais de nove horas, a obra francesa aborda, também via depoimentos, sujeitos do holocausto nazista – entre eles muitas vítimas sobreviventes, em sua maioria, *Sonderkommandos* da solução final. Algumas das entrevistas foram realizadas propriamente com agentes da SS diretamente ligados aos campos – esses, por sua vez, não sabiam que estavam sendo gravados – participantes diretos da organização do trabalho sujo⁷⁵ do extermínio nazi. Por vezes, esses agentes falaram abertamente sobre as condições de realização de seu “trabalho”. Por exemplo, há a referência supostamente científica por parte de um agente ao fato de, na iminência da morte, as pessoas liberarem por medo seus excrementos: “isso é um fato. Isso foi medicamente provado”, afirmou Franz Suchomel, depois de descrever as cinco ou seis fileiras de fezes deixadas no chão após as linhas de mulheres, esperando sua vez de terem seus cabelos cortados e serem levadas às câmaras de gás – os homens eram conduzidos primeiro – para nelas serem assassinadas em Treblinka. Essa descrição acontece entremeada de inferências sobre a capacidade máxima de recebimento de lotes de pessoas (e seus melhoramentos), das etapas do processo de extermínio, como se aquele detalhe visceral fosse mais um momento maquinal na linha logística do

⁷⁵ O termo foi discutido por Paulo Arantes no artigo de mesmo nome, onde fez referência ao filme de Lanzmann. Ver: Arantes, Paulo. *Sale boulot*. In: Arantes, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 115.

funcionamento dos campos. Perguntado se as mulheres faziam de pé ou agachavam-se, Suchomel, o agente nazi, não soube responder, pois segundo ele só via os dejetos no chão que pisava. Mas, como afirmou Vilém Flusser, “pouco adianta ‘explicar’ Auschwitz. A pergunta fundamental é: como era *possível*? Porque o que está em questão não é o campo de extermínio, mas o Ocidente”⁷⁶. Ressalvando-nos de acompanhar os caminhos conceituais próprios desse autor, ele mesmo emigrado para o Brasil mobilizado pelo nazismo, apenas indicamos que sua ideia em relação a esse processo se relaciona ao desenvolvimento da cultura, como um programa que por fim elevou a objetificação do ser humano a níveis extremos. Inaceitáveis. Mas, como foi possível?

Postos os filmes em perspectiva, *Shoa* (Lanzmann) e *Caldeirão* (Cariry), eles marcam uma diferença no processo, ou no programa, do desenvolvimento da reificação na cultura assim chamada ocidental. No primeiro, toma-se a perspectiva dos agentes que diretamente perpetraram a violência, modulados os vários níveis atroztes nos atos nazistas. Se por um lado os encarregados da SS – mesmo burocratas como Walter Stier, que negou saber do extermínio mesmo sendo responsável pela logística ferroviária no transporte para os campos – quando não negam sua colaboração, relatam atrocidades pensando no cumprimento de uma ordem, por outro lado, os generais Cordeiro de Farias Neto e José Góis de Campos Barros, abertamente repassam o zelo com que cumpriram a destruição da comunidade camponesa de Santa Cruz do Deserto. Aquele afirma, depois de relatar sobre um incêndio que mandou atijar em grande parte da comunidade, antes ainda do fogo aéreo aberto sobre os camponeses:

diante disso eu não tinha nada a fazer a não ser esperar os acontecimentos posteriores [os bombardeios aéreos?]. Em todo caso, a memória está viva e presente bem aquilo que fizemos. E devo dizer uma coisa: o que fiz não tenho nada que me penitenciar. Achei que *cumpri o meu dever, minha obrigação de zelar* pela segurança pública. (Depoimento de gal. Cordeiro Farias Neto, 1986, destaque nosso).

⁷⁶ Uma derivação desta pergunta, no texto *o chão que pisamos*, de Vilém Flusser (2019, p. 11), sobre a possibilidade daquela efetivação é justamente desenvolvida por Paulo Arantes (2014) quando estuda, em decorrência do mais sujo trabalho da história – a Solução Final – a própria efetivação da centralidade negativa do trabalho, pelo zelo como manifestação de uma “mola secreta do trabalho vivo” (*idem*, p. 130) e pela “verdadeira carnificina em que se converteu esse mundo do trabalho” (*idem*, p. 127). Contribui, assim, para um desdobramento da questão de como foi possível? O que subsiste, em termos conceituais mais extensivos, mais abstratamente por um lado, mas tão concreta quanto cinzas, é a referência à reificação, seja por um lado, com Flusser (2019): “o inaudito em Auschwitz não é o assassinato em massa, *não é o crime*. É a *reificação* derradeira de pessoas em objetos informes, em cinza. A tendência rumo à objetificação foi finalmente realizada [...]” (*idem*, p. 11-2), seja pela recolocação em centro do próprio trabalho cuja reificação é constitutiva: “no final das contas, por que o trabalho, com ou sem asas, está sempre presente no coração da mais tenebrosa zona cinzenta da história?” (Arantes, 2014, p. 116). É o que o próprio autor busca discutir em *Sale boulot*.

Nesse depoimento vemo-nos defrontados a um cálculo parecido com o que opera no imperativo categórico do zelo⁷⁷ no cumprimento das tarefas exercidas pelo trabalho da destruição, ainda que sujo, envolvendo incendiar casebres e assassinar retirantes sob o céu com bombardeios aéreos. Algo da objetificação vai contra o inicialmente referido processo de humanização, de um lado da vida mais humana, que em outra quadra histórica fora, ou parecia ter sido, tão cara, ao menos em teoria, como parte do desenvolvimento do processo histórico. Contudo, a liberdade mostrou sua verdade onde foi modernamente fixada: *Arbeit Macht Frei*. Como se vê, o trabalho *sans phrase* não humaniza; ao contrário, substancia o processo geral de reificação na cultura da qual crimes como os de Caldeirão são momento. Pergunta-se, assim, como pensar ainda numa saída para o escalonamento do processo de reificação, se parece que seu cume já foi experimentado. Onde um sentido contrário, sensível, pode ainda ser atribuído à ideia de humanização como, por exemplo, este pensamento de Antonio Candido (2011, p. 182): “[...] a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (*ibidem*)⁷⁸. Aparece, dessa forma, um par de processos representados em dois conceitos mais ou menos abstratos, em disputa mútua de sentido, pois onde se apresenta um, não se admitiria facilmente o outro. De um lado, a reificação, de outro, algo parecido com o que o crítico definira por humanização. Não focalizemos a defesa ao direito social de acesso à literatura, apesar de importante por si e muito bem desenvolvida pelo autor. O que importa reter no passo de Candido são os efeitos causais dessa abertura, propiciada por uma particularidade, no ser humano à natureza e à sociedade. Enfim, a humanização.

Um passo atrás, o que choca nos depoimentos de ambos os filmes – *O caldeirão de Santa Cruz do Deserto* e *Shoa* – em comparação?

Há alguma diferença, poderíamos nos indagar, posta entre os dois registros quando lidam com as manifestações do poder, entre zelo e destruição. Caso soubessem que estavam sendo gravados por Lanzmann e equipe, os agentes do nazismo detalhariam tanto quanto com efeito fizeram ao não se darem pelo registro? – uma vez que o registro foi realizado de maneira escondida. Outra: o burocrata nazi que cuidava da logística ferroviária, o acima referido Stier,

⁷⁷ Ver comentário de Paulo Arantes (cit., p. 139) sobre a posição de Eichmann analisada por Hanna Arendt. Para o imperativo categórico voltado à vontade do *Führer* com zelo, ver Arantes (cit. p. 135 e seguintes).

⁷⁸ No trecho, Candido (2011, p. 182) apresenta mais longamente o que entende por humanização: “Entendo aqui por *humanização* (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (*ibidem*).

manteve o discurso de que trabalhava como o fez sem saber das consequências de seu zelo e, com cinismo específico, não revelou em seu depoimento a possibilidade (mais que colocada) de sua inteira integração. E mesmo se de fato não soubesse, integrou-se⁷⁹. Apesar de ter detalhado o procedimento que cumpria para solicitar e ver passar os trens lotados de pessoas sendo violentamente açoitadas – segundo relato de outro agente SS depoente no documentário francês. Será que esse burocrata tinha dificuldades em diferenciar pessoas de porcos sendo levados ao abate conduzidas por si mesmo? De outra sorte, essas escusas dos agentes alemães remetem ao relato dos militares brasileiros. Sem arrependimento e frente às câmeras, esses últimos reafirmam sua posição no crime contra o Caldeirão movidos por um medo específico, que veremos. Essa (im)postura faz pensar como se portam na esfera privada, ou íntima, ao ter a “memória viva e presente sobre aquilo que fizeram”, sem se penitenciarem. Candido (2015, p. 128), em outra oportunidade⁸⁰, afirmaria de maneira oportuna: “como sempre, quando a Europa diz ‘mata’ o Brasil diz ‘esfola’” (*ibidem*).

Em função de um “medo” os militares, funcionários do Estado brasileiro, perpetraram os vários ataques à comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. Veja-se parte do relato do mesmo comunista preso com o Beato Severino, acima citado:

Entrou no local onde nós estávamos [os grupos de presos políticos] o major Bezerra, figura de alta importância na destruição do arraial do Beato Lourenço. Bezerra dirige-se a Severino: “– como é? Você dormindo numa redezinha ordinária, tão pequena. Eu vou ajudá-lo: vou à procura do Beato Lourenço. Vou matá-lo, tirar o couro e mandar curti-lo. Aí você terá um lugar macio em que você se deite”. Severino riu e disse: está certo. (Depoimento do já citado comunista, parte na revolta de 1935; 1986)

Mas que medo é esse que comanda o dizer de esfola de um major diretamente envolvido nos ataques ao Caldeirão? Àquela época fora enviada uma expedição ao arraial, autossustentado em alimentação e víveres de primeira necessidade, sob responsabilidade do mesmo José Bezerra que prometeu, como transcrito acima, o esfolamento do Beato Zé Lourenço. “Nessa viagem de retorno José Bezerra diz o seguinte: ou o governo toma providências imediatas ou então nós teremos a repetição de um novo Canudos” relatou o gal. Cordeiro de Farias Neto. Eis uma tragédia reposta. Tecnologicamente mais letal no que separa o desenvolvimento técnico dos

⁷⁹ Um diálogo, marcadamente, no fim de *O Castelo*, repõe a questão da integração; enfim, K. abraça o curso das coisas: “– Não sei por que quer me levar consigo – disse K. finalmente. Para Gerstäcker era indiferente o que K. sabia ou não. [...], diz enfim o narrador:] K. riu, se pendurou no braço de Gerstäcker e se deixou conduzir por ele através da escuridão” (p. 413).

⁸⁰ A remissão é oportuna pelo trecho que antecede a citação: “E em matéria de brutalidade verbal, nem Zola nem ninguém tinha chegado ao extremo com que é descrito o modo pelo qual o comendador Miranda ‘se serve’, ‘como quem se serve de uma escarradeira’ da mulher, que o traía e ele odeia. Como sempre, quando a Europa diz ‘mata’ o Brasil diz ‘esfola’” (Candido, 2015, p. 128). No capítulo do desenvolvimento do programa ocidental, aparece o entrecho da objetificação, aqui da mulher, com a referida brutalidade da qual nos lembra Candido.

meios usados para a guerra contra o povo: do trem e comboios – decisivos em Canudos⁸¹ – ao avião. Monta-se assim uma meada marcada por uma série de crimes, representados, trazidos a conhecimento de gerações futuras, postos em memória, por um conjunto de obras que se ligam⁸².

Enquanto Antonio Candido (2011) como crítico trata de um sistema literário, por nossa vez indicamos que se trata de um conjunto de crimes, por que não, representados nas formas de linguagem as quais tivemos acesso, entre elas o cinema, o documentário e a própria literatura. Esse conjunto mantém como eixo ataques sempre mobilizados com ferocidade ao se tratar da pobreza como questão, antes um problema de base social, como passível de extermínio – não ela mesma, mas das pessoas em sua situação. Por enquanto, as peças que indicamos destacam a pobreza no campo. Só um passo à frente a separação entre campo e urbano pôde ser posta em foco. Agora, põe-se em questão o já referido documentário de Cariry sobre *Caldeirão*, a questão de Canudos apresentada em *Os sertões*, e o filme *Cabra marcado para morrer*, onde o conjunto de narrativas – sobre três fatos de destruição e crime – pode indicar um fio condutor. Porquanto, um fio da meada. Se a verdade da libertação pelo trabalho foi erigida acima das cabeças, e às costas, das pessoas, a pobreza – resultado dessa mesma sociedade – parece ter uma sanha de morte aos que querem dizimar não o sofrimento, mas os pobres. Pobreza, decerto, mata. Para se apresentar um ponto zero do problema da pobreza no urbano escolheu-se, antes, levar em conta um processo específico da relação do Estado com a pobreza manifestada em ordens diferentes da urbana, mesmo que como indicativo. Até mesmo, operar em momento oportuno o necessário comentário de parte dos fundamentos modernos da pobreza, que não se diferenciam das “diatribes” que a linguagem do valor sustém.

É preciso ter um fato em mente, sensivelmente repostos: o alvorecer da república brasileira está marcado pela materialidade do massacre de Canudos. Cristalizado numa representação que parece ter perdido vivacidade no debate ao longo dos tempos, mas documentado literariamente e perenizado como “obra clássica” para compor o traço ao se esboçar a formação nacional, *Os Sertões* parece ser um dentre os marcos da Proclamação da República. Claro que de modo estilizado – o que não é uma fraqueza em si – apresenta uma perspectiva histórica dessa formação. Ao mesmo tempo, em fatos posteriores que se

⁸¹ Ver: Cunha, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 450-61.

⁸² Faz-se oportuna uma nota baseada em Candido (2011, p. 184) que, após comparar a literatura abolicionista de Castro Alves e Bernardo Guimarães, ressalva: “Isso não quer dizer que só serve a obra perfeita. A obra de menor qualidade também atua, e em geral um movimento literário é constituído por textos de qualidade alta e textos de qualidade modesta, formando no conjunto uma massa de significados que influi em nosso conhecimento e nos nossos sentimentos” (*ibidem*, destaque nosso).

desenrolaram ao longo do século XX, em um movimento que repõe a violência de base como marco fundacional, a violência da/nossa formação volta e meia se reapresenta mesmo que algo metamorfoseada. Uma dessas formas de apresentação se relaciona com as diversas negações dos resultados que a industrialização poderia ter legado como “acesso” e direitos de dignidade às populações trabalhadoras no processo contraditório da modernização nacional. Violência e “acesso à mercadoria” – com o perdão do mau termo, são nexos comuns que se relacionam – também de forma problemática – por ligações de difícil explicitação⁸³; contudo, são faces da mesma moeda. Seja o massacre longínquo de sertanejos – na Bahia novecentista, no Ceará do século passado, no Pernambuco durante a última ditadura civil-militar assim reconhecida como tal, na formação recente do Estado brasileiro –, seja pela complexidade que é o estudo de uma série de desenvolvimentos negativos da modernização, o avanço desse processo que mais desumaniza de várias maneiras, ao invés de humanizar – como imaginou Antonio Candido (à nota 78, por exemplo) – está dado e repostado.

Se violência, crime e objetificação complementam-se na compreensão em conjunto de atrocidades produzidas na conformação do Brasil contemporâneo, inclusive com o uso de força estatal de forma sistêmica; há um polo diferente sobre o qual tais atos de brutalidade, violência e crime vêm operando. O polo contrário, contra o qual se dirigiu essa força destrutiva, como que atravessa momentos da história nacional à contracorrente do fluxo dessa história – mesmo que por vezes afogado. Em alguns momentos, nos quais a força foi exercida, retemos o surgimento, às vezes caudaloso, desse “outro lado”. De alguma forma, ele permeia ambos os polos do par, na maioria das vezes dicotomizado, campo e urbano. Essa outra face do prisma que põe de pé a estrutura social é a *vida popular* e pode ser vista através de uma espécie de jogo entre continuidade e ruptura em seus levantes e organizações. Contracorrente às pressões amiúde por ela sofridas, a vida popular, de diferentes maneiras, se repõe (?). Talvez, ela no passado tenha embasado possibilidades de se pôr contra o processo que alarga a reificação. Sua própria insistência em manter-se (como? Até quando?) em algumas situações seria uma reminiscência da emergência intermitente de expressões, de experimentos, dessa chamada vida

⁸³ Mesmo o texto já citado de Paulo Arantes (2014), *Sale Boulot*, traça um difícil paralelo entre os dois momentos de *souffrance* social, de um lado os campos de concentração, do outro o trabalho no avançar do século XXI. A identificação do que levou à reificação máxima nazi opera com o mesmo fundamento que põe em ação a lei do valor. O tal zelo, sobre o qual o filósofo discorre e nos apresenta momento ideológico de formação do horror, parece ser primo-irmão do processo que objetifica o ser humano e dota de vontade as coisas. Na base da *Shoa* a mesma operação que na base da relação fetichista da mercadoria. Está aí o momento de resposta à pergunta flusseriana: como foi possível? Para nexo mais direto entre capitalismo e campo de concentração, ver: Paulo Arantes (*idem*, p. 81-2). De outro prisma, violência, força e relações capitalistas estão repostas no pensamento, por exemplo, do filósofo que ao explicitar de forma profunda o funcionamento da sociedade da troca de equivalentes negou a liberdade pelo trabalho – também muito em alemão. No entanto, transpor essa história para a realidade brasileira é um problema central para o estudo.

popular a despeito das pressões sofridas por séculos. Ela, a vida popular, nos interessa, assim como pisar aquém, mesmo momentaneamente, da separação campo-cidade contribui para captar um prisma importante que integra a pobreza (essa também *sans phrase* (?) quando se mira seus fundamentos modernos, baseados no valor). Ao tomar por princípio que expressões materiais dessa pobreza relacionada ao valor e manifestações da vida popular, por vezes podem caminhar de mãos dadas, mas não sempre no mesmo sentido. Por vezes, a beleza, a sociabilidade, o brio, enfim: a humanização manifesta-se surgida da dinâmica da vida popular em movimento contra as determinações de empobrecimento que a escalada da reificação, dificilmente reversível como parte da modernização, lega às populações.

O comentário de Roberto Schwarz sobre *Cabra marcado para morrer*, faz pensar justamente nessa perspectiva. Foi a ele que recorremos ao tomar de empréstimo a expressão *vida popular*⁸⁴. Saída em 1985, essa crítica ao filme de Eduardo Coutinho, que também emociona, faz par com outro escrito, elaborado no contexto da passagem da ditadura iniciada em 1964. Comentar esses dois textos em perspectiva, apesar de muito diferentes entre si, facilita trazer a questão da pobreza e da vida popular para primeiro plano. Ambos os textos colocam em cena o problema de enunciação, em última medida, do assim chamado povo⁸⁵; mesmo quando, em alguns casos, mais valeria nomear essas manifestações da vida popular pela ideia de população – de uma forma ou de outra organizada em movimentos sociais específicos e com seus limites históricos concretos. Refiro-me ao conhecido estudo de Eder Sader (1988), *Quando*

⁸⁴ Há que deixar comentado que, por sua vez, Roberto Schwarz caminha *também* ao lado de Lukács, em fase posterior a de *História e Consciência de Classe*, ao utilizar-se mesmo do conceito de *vida popular* para se referir a um traço específico do romance machadiano – ao menos em *Ao vencedor as batatas*. Essa aproximação foi apontada por Leopoldo Waizbort (2007, p. 52), de maneira erudita em aprofundado estudo: “Mais ainda: no subsolo, Schwarz vai montando uma argumentação que lhe permite convergir para Lukács, para então também marcar diferenças” (*ibidem*). Ver: *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007 – em específico parte I. Sobre a ideia da viragem da literatura na modernidade segundo Lukács à sombra da vida popular como conceito, ver: *Idem*, p. 45-50, onde acompanha não apenas Lukács, mas também argumentação parecida de Erick Auerbarch. O autor traça a diferença, conquanto, do que Schwarz diverge do primado europeu de interpretação, segundo Waizbort, os estudos de Schwarz sobre Machado seriam mais um ensaio das *Mimesis*. Espécie de elogio, nada pequeno.

⁸⁵ Michael Foucault (2008, p. 57), seguindo um polemista francês de corte fisiocrata, Louis-Paul Abeille, apresenta a distinção entre povo e população enquanto traçava uma “história do cereal” que seria interessante reter: “Mas suponham que num mercado, numa cidade dada, as pessoas, em vez de esperar, em vez de suportar a escassez, em vez de aceitar que o cereal seja caro, em vez de, por conseguinte, aceitar comprar pouca quantidade dele, em vez de aceitar passar fome, em vez de aceitar [esperar] que o trigo chegue em quantidade suficiente para que os preços caiam ou, em todo caso, para que a alta se atenuasse ou se estabilizasse um pouco, suponham que em vez disso, por um lado, elas se atirem sobre as provisões, se apropriem delas sem pagar, suponham que, por outro lado, haja um certo número de pessoas que pratiquem retenções de cereal irracionais ou mal calculadas, e tudo irá encrencar. E, com isso, vamos ter, revolta de um lado, açambarcamento de outro, ou açambarcamento e revolta. Pois bem, diz Abeille, tudo isso prova que essas pessoas não pertencem realmente à população. O que são elas? Pois bem, são o povo. O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema” (*ibidem*).

novos personagens entraram em cena, onde o autor apresenta alguns problemas de expressão da vida popular sob a última ditadura. Apesar de, numa primeira mirada, mostrar-se reduzido formalmente, ou mesmo terminologicamente, que diz de uma dificuldade de compreensão ligada a dada realidade em mudança. A organização popular no processo de luta contra os estrangulamentos da mais recente ditadura civil-militar, pano de fundo da tese do autor. Se em Sader está delineado o corte pelo conceito de “população”, sob uma reorganização das formas de poder estruturadas: a transição do regime ditatorial para outro onde a sociedade civil se recolocava mexida, a presença da vida popular no texto de Schwarz, onde apresenta certa perspectiva esperançada na retomada desses processos de colocação da sociedade civil⁸⁶, aproximar-se-ia de uma visada do que se chamou por povo. A vida do povo como objetivo a ser discutido, praticamente retomado, tanto pelo cineasta quanto pelo crítico, repõe o apresentado no trecho à nota 85. Contudo, aqui sim, o Estado opera friamente, como uma quimera que mutila, congela e faz desaparecer, sejam lutas, sejam histórias individuais como a de Elisabete Teixeira e familiares às quais o filme *Cabra marcado para morrer* faz referência. “Em situação de degelo político, [a publicização do filme] ajuda outra pessoa [Elisabete] a voltar à existência legal” (Schwarz, 1987, p. 75), no corte mais imediato e individual possível, a dotação de sentido político específico para essa obra se faz com a retomada do fio da meada dessa vida mutilada. Como o leitor que se interessar em revisitar esse filme poderá entender, em *Cabra marcado*, a vida de Elisabete acaba não sendo retomada de fato, tal qual um ligar-se à vida que fora congelada pelo frio das balas que assassinaram seu companheiro João Pedro Teixeira. Essa vida e a esperança que o filme poderia comunicar ressurgem como que rebaixadas. E a vida ceifada é o tolhimento não apenas de uma entre tantas vidas de pessoas que agiram para mudar senão as bases, manifestações de relações sociais de dominação exponenciadas por uma ditadura militar. Mas representa como que o fim de uma esperança de mudança social para uma camada específica de trabalhadores que se colocavam em organização, da maneira que os relatos apresentados no filme remontam.

Contudo, uma pergunta subsiste: o que seria afinal a assim chamada vida popular? Ela se mantém, continuamente, em diferentes formas de manifestação? E, se sim, como?

⁸⁶ Não sem ressalvas do próprio autor: “São perspectivas que existiram e se materializaram culturalmente, sem prejuízo da grande parte de ilusão que comportavam. Mas se hoje nos parecem tão remotas, não é só pela ingenuidade. A mercantilização das relações de trabalho em geral, e da produção cultural em particular, nestes vinte anos avançaram muito. Outras formas de sociabilidade tornaram-se quase inimagináveis em nosso meio, o que pode não ser um mérito, e em todo caso mostra quanto a realidade do capitalismo se aprofundou e consolidou no período” (Schwarz, 1987, p. 73-4).

Um problema de mesmo corte acompanha Eder Sader (1988, p. 26) no início dessa sua pesquisa já citada. Extrapola a discussão, à época recente, sobre o movimento sindical especificamente brasileiro. Os novos personagens dão-se a ver por formas de organização social, associativas inclusive, que permeiam a discussão – aqui ao contrário da, à primeira vista, vida rural de *Cabra marcado* – relacionada ao contexto urbano. Mas, como se referir a esse novo? À vida popular – urbana caso se queira adendar – se relaciona ao proletariado; classes populares; dominadas; subalternas?⁸⁷ Se a dificuldade que se apresentou ao autor deriva da novidade que a reorganização da sociedade civil experimentou naquele tempo histórico (entre 1970 e 80), a dificuldade de nomear propriamente os pobres hoje pode derivar, também, de mudanças históricas, mas advindas de um processo de dissolução de estruturas sociais que, de forma mais explicativa ou menos, lá ainda podiam ser apontadas tal como realizou, nesse estudo, Eder Sader. Bem como a possibilidade de organização política por parte das assim referidas “camadas subalternas” (*idem*, p. 222), mesmo que tenha sido apenas momento de retomada das mínimas condições de sua reprodução material, lutas pontuais que lá se generalizaram para acesso aos fundos públicos por meio de serviços deixados de lado pelo Estado, especificamente os de saúde ou, mais geralmente, em outra frente de organização das camadas populares, a campanha que ficou conhecida por “Movimento do custo de vida”. O autor discute também a ressurgência de um movimento sindical atuante, seja dentro das fábricas concentradas na grande São Paulo, ou no nível da atuação sindical mais institucionalizada⁸⁸. Depois de acompanhar de perto o processo dos “novos movimentos sociais”, Sader aponta para a multiplicidade que esses movimentos representaram no processo de formação política das assim chamadas classes populares. Se, por um lado, houve uma unidade em torno das lutas operárias no início da década de 80, processo específico que atuou na transição governamental de um regime ditatorial para a “Nova República”, por outro lado o achado do autor se assenta na história e em sua possível herança por meio de um processo de politização que nesses

⁸⁷ Sader (1988, p. 26) escreve: “Entre as rupturas [na sociedade civil], que marcam todas as transições, uma das mais impressionantes nesta que estamos tratando é certamente a que cruza a história do movimento operário, ou das ‘classes populares’, ou dos ‘setores dominados’ (e esta própria hesitação na nomenclatura, presente nas interpretações sobre esses dados, já indica uma novidade na forma como elas apareceram que se acomodava mal às denominações já feitas)” (*ibidem*). Tal provocação parece derivar da discussão que o autor encaminha no capítulo, onde estruturas de pensamento colocadas de antemão menos ajudam a entender traços particulares e acabam por confundir e generalizar experiências específicas de determinada realidade.

⁸⁸ Para uma atualização das condições históricas do movimento sindical (europeu-americano), mas em contexto específico de uma reorganização política tendo em vista o conceito de crise dos acordos fordistas, num período posterior ao estudado por Sader, ver Alain Bihr. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998, (especialmente parte II). Onde o autor trata da desmobilização da forma sindicato em relação à organização do trabalho, principalmente, na perspectiva dos países centrais.

movimentos parcela da sociedade civil pudera experimentar⁸⁹. Dessa forma, a lembrança do estudo de Eder Sader, para compor o panorama inicial que propomos aqui, não se oferece de forma puramente digressiva, porquanto faz parte de uma reorganização específica de um momento da história social brasileira, o fim da ditadura militar. Esse momento liga os problemas postos em questão entre pobreza na sua feição urbana e a chamada *vida popular*.

Deve-se compreender o processo onde se inseriram João Pedro Teixeira, Elisabete Teixeira, João Virgílio, Zezé da Galileia e tantas outras e outros – “personagens” retratados por Coutinho em *Cabra marcado para morrer* – como uma expressão de um movimento social que antes de tudo remete à melhoria das condições de vida e de trabalho no campo brasileiro, tais lutas se colocam ao lado das lutas dos trabalhadores urbanos acima referidas, refletidas no texto de E. Sader. A ditadura civil-militar de 1964 persegue sem pecha os movimentos sociais do campo, certamente mais dura⁹⁰ nos locais onde a força do genericamente nomeado latifúndio pôde logo reprimir esses movimentos utilizando a própria estrutura estatal, para além e ao lado da mão armada de um sistema jagunço marcado à bala por sangue de trabalhadores rurais. Mas, aqui, apresenta-se a diferença comparativa entre os dois estudos contrapostos – se assim se quiser – entre a vida e organização popular urbana (Eder Sader) e a análise de *Cabra marcado* realizada por Roberto Schwarz. Enquanto Sader (1988, p. 315) aponta as experiências coletivas estudadas como experimentos que informariam o futuro, como elemento constitutivo da vida política nacional, “memória coletiva” operando como possibilidade de “reatualização” de pautas em prol de um aprofundamento democrático. Em 1985, o centro da análise de Roberto

⁸⁹ Conclui Sader (1988, p. 312): “Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmação da própria identidade um valor que antecede a cálculos racionais para obtenção de objetivos concretos” (*ibidem*). Mesmo que tenha reconhecido que passado essa quadra, os processos sociais os quais estudou foram em grande medida absorvidos pela institucionalização política que tira desses “novos personagens” justamente a identidade política que puderam formar, e que talvez fora a mais significativa conquista – perdida – de uma série de movimentos sociais.

⁹⁰ No nível da percepção não há como desidentificar trecho e título de música recente do tropicalista Tom Zé com trecho de depoimento de um líder camponês, organizador da associação dos trabalhadores do campo da Galiléia/PE, João Virgílio, cegado de um olho e ensurdecido de um ouvido nas sessões de tortura que sofreu durante os seis anos de sua prisão política durante a ditadura iniciada em 1964. João Virgílio relata uma das formas pela qual sofreu com a tortura: “Deixar meus filhos tudinho morrendo de fome aqui e eu ó: largado lá na cadeia no cacete, no pau. Passei vinte e quatro horas dentro dum tanque de merda, com água até no umbigo, cada rolo de merda dessa grossura, aquele caldo, aquela manipeira, um quadro apertado e eu: passava assim uma hora, outra hora assim, outra hora assim [faz o gesto de mudar de posição no cubículo]. Passei vinte quatro horas em pé, só o diabo aguenta, rapaz. Um homem passar dentro de um tanque de merda vinte e quatro horas em pé, só o satanás. Eu não acredito que tou vivo não, porque nunca vi um espírito de minha qualidade aguentar mais choque elétrico do que eu aguentei não [tosse e escarra]”. (Retirado do filme *Cabra marcado*). A música de Tom Zé, intitulada *Guga na lavagem* traz o trecho: “No dia em que Pereira em seu sítio nos guardou/ *Daquela ditadura que era mais dura em Iará*”. Vê-se, como aponta certa interpretação do golpe civil-militar, que em certos cortes e expressões de classe – em especial nos sindicatos e nas organizações similares do trabalho no campo – a repressão atuou desde um primeiro momento com mais veemência.

Schwarz (1987) é dedicado à inversão histórica entre um projeto coletivo desmontado por um regime ditatorial e uma retomada do ponto de vista do processo histórico que tomou curso ao longo da década. Em suma, a posição de Schwarz é esta e marca, de forma contrária à conclusão de Sader, um limite para as experiências nacionais de alargamento da vida popular, materialmente dada e, em fragmentos, vislumbradas pela representação, *a fortiori*, das expectativas antes de 1964.

O crítico separa o filme *Cabra marcado*, representativo do processo de luta pela terra – leia-se momento de alargamento do campo de experiência de fração da vida popular –, em dois momentos. Um, o que ele “*conta*” em primeiro plano, onde as histórias de Elisabete Teixeira e de um filme interrompido pela ditadura aparecem reatados. Outro, o que o filme “*mostra*” e o crítico transpõe como perspectiva de um processo particular de modernização em curso. É nesse segundo momento, o que *mostra*, que a ideia central de ruptura de expectativas aparece. A parte que contrapõe o plano principal tem como sujeitos uma série de pessoas: “A visita aos filhos e aos outros membros da equipe inicial, que emigraram, é o que o filme *mostra*, o seu elemento de constatação contrabalançando o fim feliz do primeiro plano” (*idem*, p. 76). Esses sujeitos foram os que, representados, mostram uma perspectiva de interpretação para o processo brasileiro de modernização e, por que não, uma perspectiva do rebaixamento da função histórica da classe popular, de nomeação tão dificultosa. Segue o crítico: Os filhos de Elisabete e os atores da primeira tomada do filme em 1964 “Estão jogados e desperdiçados pelo Brasil, sem saberem uns dos outros, sem trabalho que preste, dando a medida do desmembramento e do retrocesso humano que a evolução do capitalismo significou para os trabalhadores da região” (*ibidem*)⁹¹; um, inclusive, é vigia noturno de uma indústria metalúrgica em São Paulo; outra filha de Elisabete é dona de botequim em uma periferia do Rio de Janeiro – repita-se, sem trabalho que o valha. O contraste entre essas ocupações e a vida que se interrompeu no curso da ditadura é a medida de um processo social extinguido na instauração mesma do golpe.

Se o título dessa análise de cinema, *O Fio da meada* (1996), movida por Schwarz for deslocado do reatar da vida individual de Elisabete Teixeira e da completude do filme interrompido, para a análise do processo da vida da classe popular como um paralelo que aproveite o argumento acima exposto, aparece, assim, um ponto de vista sobre as condições específicas que se apresentam à própria vida e organização das classes populares. Essa enfrenta um processo que, por um lado, foi aprofundado pela ditadura, nos limites da história nacional, mas, por outro lado, diz quanto a “realidade do capitalismo se aprofundou e consolidou” num

⁹¹ Para o ponto de vista apresentado sugere-se ver o argumento completo mobilizado pelo crítico – que toca no avanço, grosso modo, do nomeado de “individualismo” por Roberto Schwarz (1987, p. 74-6).

período específico e de forma a dissolver as organizações precedentes que poderiam quebrar a gestão populacional, para aproveitar a linguagem. No fim do século passado, as classes populares encontram-se espedaçadas nas grandes cidades, reproduzindo-se da maneira que conseguem. Com essa aposta é que uma análise que interesse ao presente deve tomar como espaço da pobreza a vida cidadina, nas expressões históricas do fim de século que se estendem até hoje.

3.4. Sentimento de dualidade: entre o campo e o urbano

O que não pode ser deixado de lado, para tocarmos em um processo que aparece por vezes inteiramente separado, é repensar algumas posições teóricas que distanciam o campo de formas particulares de urbanização. Bem pensadas, as posições que separam esses polos devem ser relativizadas, guardando as diferenças específicas que esses dois universos mantêm entre si desde um processo histórico particular da formação nacional. A relativização da dicotomia entre essas duas esferas que seccionam uma forma de divisão espacial vê-se operada nas interpretações da formação nacional, recolocar a dicotomia seria desatenção interpretativa, tendo em vista que desde o século XIX a separação dessa complementaridade aparece como pouco explicativa no desenrolar da própria realidade, uma vez que o campo e a urbanização estão desde esses tempos, ou antes ainda, ligados. Imiscuídos um no outro em função da exportação de mercadorias coloniais, por exemplo. Isso dá-se a ver na própria relação colonial quando o poder de decisão sobre os territórios colonizados, passando pela mediação mercantil, deriva de forças exercidas pela metrópole – diga-se, pela manifestação espiritual e concreta europeia e em função deste movimento específico.

Há que se notar a ligação operada entre campo e seu “outro” no Brasil. Para não se acompanhar sem restrições argumentos que separam o que está ligado em alguma medida: industrialização e urbanização – mesmo que imberbes – que algumas obras na inteligência nacional não levam em conta ao abordar a realidade do campo brasileiro. O argumento que liga ambos os mundos aparece desenvolvido pela primeira vez no quarto capítulo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997[1969]), em *Homens livres na ordem escravocrata*. Mais especificamente, pela análise da figura do “comissário”, que ligava o contraditório mundo do café entre relações interiores, mais próximas à unidade produtiva da mercadoria café – a fazenda –, e a exportação dessa mercadoria a nível do mercado mundial. Nesse texto, a cidade aparece como espaço de atuação do mediador da mercadoria produzida nos ditames de um mundo financeirizado à sua maneira incipiente, mas que já comandava o processo produtivo nas unidades particulares. Francisco de Oliveira (1982, p. 37) também teria em perspectiva esse estudo de Maria Sylvia quando afirma que “nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil. E eu acharia base histórica para uma afirmação desse tipo devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia” (*ibidem*)⁹². O que, como veremos adiante, mantém

⁹² Contudo, Paulo E. Arantes (2021) ressalva o caráter original do achado, sendo a ligação do capitalismo comercial à dinâmica metropolitana imperativo desde muito conhecido, “desde os tempos de Caio Prado Jr.” (*idem*, p. 153), a novidade teórica é a unidade operativa comum à metrópole e a colônia: “colônia e metrópole são

relações, mesmo que de início apenas lógicas, na construção do pensamento elaborado pelo autor quando diz da complementaridade entre relações do campo e urbanização. Digamos, há algo de crítica da razão dualista nessa fórmula, sendo ela bem entendida. Do contrário, não estamos afirmando que as cidades exportadoras do período colonial eram São Paulo *avant la lettre*, nem mesmo que fazendas eram fábricas, mas sim unidades produtivas.

Uma peça deve aparecer nesse texto, peça de teatro para especificarmos melhor, mesmo que entre parênteses, pois avança (também historicamente, mas não vem ao caso) na relação entre campo e espaço urbano mediada por uma mercadoria específica, voltada para exportação, à época da obra já mostrando seus limites mercantis⁹³, é o *Café*: teatro em três atos escritos por Mário de Andrade durante os anos 1930 e início da década de 1940. Nos dois primeiros atos vão representadas tanto a falência da unidade produtiva interna (primeiro ato – segunda cena), quanto o marasmo que lancina os estivadores do porto, esvaziado de sentido, para o movimento da mercadoria principal – o café – que outrora solicitava dispêndio de energia dos trabalhadores agora sem emprego (primeiro ato – primeira cena)⁹⁴. Também a representativa marcha “monstruosa” frente à impossibilidade de acessar a “Estação Progresso”, pelos colonos expulsos das fazendas, ação descrita também na segunda cena pela venda da fazenda de café e subsequente expulsão dos colonos. A mobilidade do trabalho se faz ver no ato intitulado *O êxodo* (segundo ato – segunda cena), e a cidade, sentido da mobilização de uma força de trabalho que não pertence mais ao campo, aparece esboçada como destino da marcha que não consegue embarcar no trem – nem mesmo de “segunda classe” – da “Estação Progresso”. Mario de Andrade (2016) apresenta uma ideia que, apreciada a contrapelo, a ela podem ser impingidas críticas ligadas a alguns preconceitos sociais ou reduções sociológicas. Este trecho, à frente copiado, lido separadamente dá ideia que o trabalho mobilizado historicamente do campo para

desenvolvimentos particulares do capitalismo, lucro e acumulação vigoram nos dois hemisférios. Fica, portanto, estabelecida a modernidade da colonização portuguesa, e com ela a impropriedade da aplicação ao caso brasileiro da tipologia característica da bipartição dualista” (*idem*, p. 153-4). No mesmo movimento Maria Sylvia desmonta duas partições, quais sejam: entre campo e urbano e – a mais refinada contribuição sociológica – entre formas supostamente arcaicas de organização produtiva e modernas.

⁹³ *Café: Concepção melodramática (em três atos)*, de Mário de Andrade (2016, p. 343-403), apresenta nos dois primeiros um ponto de vista, se assim se pode expressar, realista, em relação às consequências locais da crise de 1929, amplamente conhecida como a crise do café. No entanto, a construção do argumento (em prosa e verso) termina com seu terceiro ato por expectativas postas no futuro (do passado), num “Dia Novo”, onde a luta (urbana e operária) se vê estendida numa expectativa imaginada da resolução conflituosa dos dois primeiros atos em um acontecimento revolucionário. Que na marcha histórica de fato não ocorreu. Interessante é remarcar o fato histórico abordado, a mobilidade do trabalho do campo em direção à cidade, que vai representado na expressiva composição: “Mas aqueles chãos felizes [dos campos de café] e a cidade legítima foram traídos, a ruína chegou, o café apodrecera no galho. E como o fumo ácido afugenta os insetos de beira-rio, eles também partiam de seus chãos, afugentados pela fumaça torva do café queimado” (*idem*, p. 360).

⁹⁴ Eis a razão da “fraqueza vil da pasmaceira dos estivadores”: “O que fazer, agora que o café está baixo, sem valor?” (Andrade, 2016, p. 347)

a cidade imediatamente forma uma espécie de lumpemproletariado. Contudo, no contexto mais amplo da obra, o autor imagina uma situação limite, mesmo que remarque as características de uma determinada classe que sofreu (e ainda sofre) preconceitos extremos. Ele elenca alguns tipos mobilizados do campo em direção a uma marcha dolorosa, onde para os ex-colonos já nem mesmo cabe um trem de segunda classe. Na falta da segunda classe o povo vai mesmo caminhando: “[...] o povo está fugindo. Onde vão parar? São estes os que vão parar desocupados nas esquinas das ruas, no parapeito dos viadutos, nos crimes da noite urbana, roubando quando podem, esmolando, matando pra roubar? São os criminosos, não os criminosos natos, são os criminosos feitos” (*idem*, p. 359). Mesmo que se possa indicar marcas redutoras do processo social real, seja de mobilidade do trabalho seja de uma urbanização em processo, a última oração indica uma inversão do peso subjetivo de condução da própria vida em direção a um processo objetivo, afinal, os virtuais criminosos seriam “feitos” por um processo que é o centro da obra em questão, um processo social amplo que se insere na modernização de um ponto de vista duplo: seja a partir do campo, seja pela visada a partir do espaço urbano. Digressão à parte e forte recomendação dos três atos de café, voltemos ao problema urbano/rural no que interessa mais: a vida popular em perspectiva dessa separação.

Por outro lado, e anteriormente, no capítulo final de *Raízes do Brasil*, o duplo processo de inversão da importância entre campo e uma forma – sempre incipiente – do urbano já teria sido operado, mas de forma apartada da interpretação de Maria Sylvia na construção indicada no início desse item. Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 204) repõe o ano de 1888 como um marco, onde se deteve em capítulo anterior de seu estudo, a saber, o terceiro, intitulado *Herança Rural*, de um processo que, em resumo, inverte a primazia do campo ao coroar a primazia das cidades⁹⁵. Contudo, ainda apresenta o problema apartado entre polos que, de forma processual, invertem o peso exercido sobre os movimentos econômicos e de organização das elites, enfim, com todas as nuances entre paternalismo, favor e estrangulamento das relações liberais que cabiam e foram representativas, em parte, do interesse dos proprietários. Veja-se que Holanda não se furta a usar o termo colônia, ao contrário: o destaca. Isso chama atenção por traçar um paralelo com a ideia de colonização, contudo, dentro dos limites interiores nacionais de relação entre o campo e as cidades; essas agora passaram a controlar tais territórios. O ponto cego se

⁹⁵ O trecho representativo de *Raízes do Brasil* apresenta a ideia: “É deliberadamente que se frisa aqui o declínio dos centros de produção agrária como o fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e primazia. Em verdade podemos comiserar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em *colônias* das cidades” (Holanda, 2014, p. 205).

dá por, de um ponto de vista sistêmico, os campos brasileiros e as mercadorias aí cultivadas não deixarem de ser fruto da colonização em sentido mundializado. Se pensarmos o sistema mundial à época, o campo, mesmo antes da inversão apontada pelo autor, já funcionava em função da modernização metropolitana europeia. Não à toa a ideia de fluxo interno e/ou externo é bastante presente nos mais variados campos do pensamento que fizeram da conformação do Brasil seu eminente problema.

Outras perspectivas apresentam-se pelas teses de complementaridade entre esses dois polos de poder, de certa forma interdependentes. Elas colocam em primeiro plano uma contradição da base produtiva, baseada em escravização, e que no mesmo gesto levam ao mercado mundial mercadorias que, nas palavras de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 170), representam uma

síntese das orientações contraditórias da vida econômica [brasileira] – produção para consumo direto e produção para mercado –, presente nas grandes propriedades fundiárias, desenvolveu-se mediante o reforço e a expansão da atividade mercantil (*ibidem*).

Antes de tudo, capital mercantil e produtivo têm de ser relativizados entre si, pois à época a produção para exportação era objeto de manuseio complexo através de um fluxo particular da produção – antes de tudo primária –, mas, aquele primeiro, de fato, deve-se levar em consideração. O capital mercantil colonial é problema central para se pensar as relações de produção específicas tratadas pelos autores e autoras aqui referidos – em especial Francisco de Oliveira e Maria Sylvia. Usar capital mercantil para se referir a um período primordial da modernização pode fazer ressoar explicações mais ou menos etapistas no processo de mundialização do capital, contudo, interessa ressaltar as especificidades das transações mercantis no período colonial – ou quase, como estudado por esses autores. Deve-se tomar cuidado com essas adjetivações algo irrefletidas, contudo, o que se pode afirmar é que as relações mercantis, ou noutros termos capital-mercantil, não funcionavam como as estudadas sob o capitalismo que girava a roda da fortuna europeia, nossas relações mercantis eram mais específicas.

Feita essa ressalva, é nesse próprio desenvolvimento de uma base mercantil, para um mercado ligado à exportação, onde as cidades – principalmente o Rio de Janeiro à época – vêm desempenhar função importante. Ainda mais se pensarmos na mercadoria café, onde o mercado mundial influi até as raízes. Raízes essas de uma produção plantada em larga medida por meio de mão-de-obra escrava e posteriormente imigrante, que dinamizaram os mercados na viragem do século XIX para o XX. Essa complexidade é, pois, a que liga as áreas produtivas cafeeiras às cidades como mediadoras da produção e produtoras de sujeitos sociais que, como bem

demonstrou Maria Sylvia, foram retirados da possibilidade de experimentarem uma sociabilidade específica pelas contradições próprias ao processo colonial. Eis os homens livres que desde o campo estavam em um “entrelugar”: não no sentido dotado ao termo pelo autor que o cunhou, mas no lugar do meio entre a instituição da escravização e a moderna circulação de mercadorias. Ou antes: sem lugar mediados por uma forma específica de sociabilidade que opera com violência própria àquela área cafeeira estudada em vários níveis pela autora. Defronta-se com o esboço da figura do homem do campo, pobre e livre porque não coisificado na condição direta de escravizado, mas tão enredado na condição de dependência que perde o espaço de manobra da “liberdade” moderna onde vender-se no mercado traz a possibilidade de auferir meios de vida específicos. A figura do dependente será oportuna para acompanharmos um passo adiante dado pela autora na identificação desse sujeito social específico e da própria relação ligada a ele, ressalta-se: a dependência pessoal em relação aos proprietários fundiários, fazendeiros produtores de café.

Para não se perder o fio, é preciso aqui operar um esclarecimento argumentativo: onde surge uma bifurcação teórica acerca do entendimento relacional entre o par urbano e rural na conformação histórica brasileira também surgem diferenças de interpretação. Se por um lado os estudos tidos como clássicos; seja a supracitada obra *Raízes do Brasil*; seja a passagem entre a análise do campo para o processo de urbanização efetivada nos dois estudos de maior fôlego de Gilberto Freyre; ou mesmo em *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. – guardadas as grandes diferenças entre essas formulações – apresentam certa distância entre um polo e outro da produção e de reprodução do rural ao urbano. Por outro lado, Maria Sylvia, junto a outros autores, relativiza tal estancamento dando privilégio à centralidade de atuação do mercado mundial sobre o território onde impera o cumprimento de tais relações mercantis direcionando a produção colonial. Portanto, desde o século XIX faz sentido pensar em flechas que apontam para a exportação mercantil, partindo dos polos de produção direcionados aos fluxos externos de mercadorias⁹⁶.

⁹⁶ Na boa formulação de Francisco de Oliveira (1982), depois de indicada a cidade como espaço privilegiado de algumas transformações políticas particulares, o autor coloca: “E assim foi porque as cidades, enquanto sede do capital comercial, começam a criar uma série de contradições entre os capitais comerciais fundados no controle da produção agrícola, e na intermediação com a circulação internacional de mercadorias; esses capitais comerciais, por um lado, vão começar a entrar em choque, por exemplo, com as relações com a metrópole, e, de outro lado, entram em choque às vezes também com o próprio sistema produtivo fundado seja na monocultura, seja no latifúndio” (*idem*, p. 39-40). Ressaltamos: os agentes identificados por Maria Sylvia Carvalho Franco (1997) como que personificam essas relações apresentadas em termos “mais abstratos” por Oliveira. Quando analisa a relação do fazendeiro com o “comissário”, tem em vista justamente esse controle do sistema produtivo pelo que pode se identificar como manifestação do citado capital comercial e mesmo, porque não, financeiro nascente. Ver Franco, *idem*, item 2, cap. IV: *Negócios: padrões costumeiros e práticas capitalistas*. O problema que subsiste seria outro,

As cidades, desde esse tempo histórico, desempenham papel de mediação. Elas dinamizam a produção para se realizar em nível mundial. Nosso intuito, portanto, não é repisar esse processo detalhadamente, tampouco determo-nos nas relações que produziram o campo e suas respectivas formas de sociabilidade. Mas, relevar, principalmente com esses dois autores – aproveitando a formulação de Sérgio Buarque que a nosso ver é complexificada por essas contribuições mais recentes –, a inversão da primazia do mundo rural para o urbano, onde especificidades da vida urbana se apresentaram já em meados do século XIX. A mudança analítica de relações do campo para a cidade, operada por outro autor que participou do debate, abre possibilidades interpretativas para o entendimento das formas sociais que operaram na formação brasileira. Vejamo-la.

Na *sobejamente* conhecida obra do crítico Roberto Schwarz – uma referência principal neste estudo, ao se visar tatear o que foi identificado por vida popular –, surge um debate com a mesma autora, Maria Sylvia, que abre possibilidades de leitura das duas posições. Antes de se contraporem, parecem se complementar numa análise que desloca determinadas relações do campo para o urbano. Se relações sociais que substanciaram as fontes analisadas com grande fôlego pela pensadora, entre as (mais de três) centenas de registros jurídicos de processos-crime, atas de câmaras de cidades do interior de São Paulo e documentos comerciais, em geral, datados do século XIX, se ligam apenas ao mundo do campo brasileiro⁹⁷; essa indicada síntese de relações contraditórias passa, também, não apenas a ocorrer, mas a dar sustentação à vida analisada do ponto de vista das cidades desde o momento daquela suposta premência do urbano sobre o campo. Essas relações, deslocadas à vida urbana, são matéria similar para Roberto Schwarz em seus estudos acerca da contribuição de Machado de Assis, quando passam a compor um dos centros para os passos da elaboração do autor. Ainda, tais relações de dupla determinação – a dependência pessoal –, como unidade contraditória, são sustentadas também

nem a fazenda e a produção cafeeira são propriamente industriais, nem a cidade o *locus* da produção dessa mercadoria.

⁹⁷ Não sem levar em consideração a tese central do livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), fato “de um grande número de homens escravizados, no interior de uma economia de subsistência, não ter reforçado a tendência para a produção direta de meios de vida, mas ter pressionado no sentido contrário, de deslanche da produção mercantil, só é inteligível pela referência ao sistema econômico mais amplo em que se incluía a região, isto é, às condições postas pelos mercados exteriores” (*idem*, p. 13). Ver: *idem*, cap. 4, item 3: *Estilo de vida: produção e dispêndio*. Esse duplo foi interpretado pela autora como unidade contraditória ao invés da aposta por uma dualidade separando o moderno de formas sociais tidas como atrasadas, pois encontra na síntese de dois processos históricos específicos a chave da questão que passa a não interpretar de maneira dualista: “Dessa perspectiva, os princípios opostos de ordenação das relações econômicas [subsistência e produção para o mercado] aparecem sintetizados e, ao observá-los, não seremos levados a representar a economia colonial como *dualidade integrada*, mas como uma *unidade contraditória*. Essa síntese, determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (*idem*, p. 11). E o passo que Schwarz opera é deslocar do campo para a cidade a forma de relação específica identificada pela autora.

na vida cidadina, lançando as bases para uma assim chamada contradição se recolocar deslocada ao espaço urbano como nexos de relações sociais que habitam dois mundos, com os momentos de negatividade de ambos determinando a vida. Poderíamos com Schwarz afirmar desde já: “da velha pobre” desenhada por seu “retratista”. São ambos os termos da ambiguidade: o mundo da instituição da escravização, do favor patrimonialista, simultaneamente e ao lado do mundo da mercadoria nos moldes do falseamento liberal que operavam contígua e contemporaneamente. Mas não fora isso exatamente o que a autora de *Homens livres na ordem escravocrata* identificou nos primeiros estudos do crítico em questão, em especial, no debate que os enleva acerca do ensaio *As ideias fora do lugar*.

Não se perde, portanto, em acompanhar as posições principais desse debate.

Maria Sylvia (1976) identifica *Ideias fora do lugar*, primeiro capítulo da série de estudos machadianos do crítico literário, à tradição do pensamento dualista. Como que nova recorrência nessa corrente de interpretação que veio elaborando os sentidos da formação nacional. A autora identifica a análise em questão como, à época, o mais recente aproveitamento das ideias dualistas que apartam as realidades particulares vividas entre Brasil e Europa. Diga-se, ela antes apresenta uma análise que cede ao capitalismo a premissa de totalidade em processo que, dependendo das particularidades locais de seu funcionamento, opera com mesmas bases categoriais seja em Paris, seja em Guaratinguetá, salvo as particularidades específicas que estudou. Grosso modo, o lucro capitalista está posto em questão como um processo totalizante que produz particularidades específicas. Ou, nos termos da autora: “colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução” (*idem*, p. 62). O debate se estendeu (mesmo que algo resolvido) ao longo de décadas, e acompanhá-lo, na medida das nossas possibilidades, pode fazer aparecer um sentido para a interpretação seja da tradição de pensamento a qual se inserem os autores em discussão, seja de uma interpretação da realidade nacional, que, posta em perspectiva ao par campo e urbano, interessa.

Antes de indicar alguns argumentos do debate, não podemos velar o estudo de Paulo E. Arantes (2021), datado de 1992, pelo qual oferece uma contribuição interpretativa por ocasião da publicação de *Sentimento da dialética*. Essa, explicando a resolução do debate, o mais elaborado aproveitamento e encaminhamento do debate. O filósofo abre uma possibilidade de encaminhar uma discussão epistemológica, mas também formal, do que é pensar o Brasil a partir de sua própria história social e intelectual. Para isso, aproveitou grande parte do núcleo da teoria de seu amigo, Roberto Schwarz. Pode-se mesmo afirmar sobre o *Sentimento da*

dialética que esse “belo livro” – como o designou Bento Prado Jr. ao comentá-lo – eleva o debate particular entre autores e ideias a categorias de alcance filosófico sobre a experiência brasileira – não só intelectual, mas, mais que isso: de interpretação do processo sociológico, histórico, cultural próprios – como comenta o mesmo Bento. Bem revisada, essa sua intervenção composta de dois textos funciona num duplo movimento. Como que troca em miúdos, na primeira parte, a herança teórica mais condizente de Roberto Schwarz – o movimento de balanceio (em falso) dos objetos de Antonio Candido numa dialética que se dissolve sem síntese. Num segundo momento, não negando o ponto de partida comum a certo dualismo “dependentista” (sic) uspiano, ao analisar principalmente as posições do sociólogo Fernando H. Cardoso, apresenta, outrossim, a nota específica a que chegou Schwarz e que o diferencia do professor e futuro colega de função universitária. Formulação em muito diferente da pura e simples dualidade entre “atrasado” e “moderno” ou outras partições da forma social análogas, mesmo que eivadas de contradições internas. Apesar de Schwarz operar com formas duais de organização social que recolocam o “sentimento” de um duplo: “assim, as ambiguidades extirpadas com uma das mãos renascem plantadas pela outra” (*idem*, p. 127)⁹⁸. Essa última frase direcionada a Maria Sylvia, mas que a aproveita para dar outro passo: acompanhar as elaborações do crítico literário em questão e mostrar como uma dualidade fundante de nosso percurso nacional de modernização é simultânea à norma liberal de modernização à europeia. Porquanto Arantes, com outra mão, por sua vez, identifica a recolocação da dualidade no processo lógico, social e artístico como matéria do crítico Roberto Schwarz. Essa crítica literária especial eflui da crítica a uma interpretação dualista pura e simples – como pode ser conferido com entusiasmo na obra de maior fôlego de Roberto Schwarz⁹⁹ e na sua explicitação por Arantes. Ela se mostra pela posição mais próxima de um

⁹⁸ Paulo Arantes (2021) se movimenta largamente nas minúcias entre as formulações teóricas da linha evolutiva do pensamento uspiano, cujos autores parecem operar muito próximos entre si, e culmina ao mesmo tempo acompanhando e relativizando a elaboração de Maria Sylvia, que ao extirpar certa dualidade a recoloca do ponto de vista das ambiguidades de deslocamento e trato entre sujeitos sociais cindidos em duas formas. Ver: (*idem* p. 129-30). É indispensável conferir a questão elaborada por Arantes, da recolocação da dualidade mesmo dentro da unidade contraditória entre capitalismo e formas locais. O ponto final desse movimento – até com traço irônico – está refletido neste trecho (e nas elaborações de que é corolário): “Nestes termos, não haverá inconveniente nenhum em se voltar a falar em ‘dualidade’, salvo a confusão terminológica com os dualismos antigos cuja impropriedade a ciência social uspiana foi das primeiras a assinalar. Quem tornar a falar de dois Brasis depois de passar por essa renovação do assunto, está certamente pressupondo um nexo contraditório que os sintetize numa unidade maior, sem, contudo, apagar o sistema de ambiguidades de que tal unidade se alimenta” (*idem*, p. 135). Identificamos ironia no trecho, pois, de fato, essa discussão de uma teoria da história particular do processo de formação nacional nos parece passar ao largo das preocupações teóricas mais gerais nos debates que se preocupam, também, com historicizar o presente. A vida nacional, e de sua população, muitas vezes é tomada como um ser-aí, já dado. Pergunta-se: a partir de que pressupostos, ou de sua ausência?

⁹⁹ Que oportunamente acompanharemos: Schwarz, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades e Editora 34, 2012.

movimento sem momento de resolução, que faz os pontos de vista dançarem em direção a um nada específico, ao acompanhar o narrador machadiano operar num espaço entre duas normas distintas. Onde vai ressaltada a irresolução pelo momento negativo dessas mesmas duas ordens. Esse movimento acompanharemos com mais detalhe adiante. Antes, elenquemos no debate entre Franco e Schwarz outros pontos de contato que compõem o problema deles, lá, e contribuem aqui na colocação de um ponto de partida interessante. Que pode localizar, numa teoria da história social e da formação nacional brasileira, o problema da vida popular bem delineada por essas contribuições, em específico no que toca *a sorte dos pobres*.

O primeiro dos pontos de convergência entre os dois pensadores, Franco e Schwarz, no debate é a identificação da dependência pessoal como forma social premente para a análise (de ambos) de uma relação particular entre dominados e afortunados. Sem esquecer que essa relação de favor é gerada nos limiares da escravização instituída como verdade do sistema de lucro que, em aparência apenas, parece negar. Leia-se, portanto, uma relação social que tem na dominação pessoal e na pessoalidade, ao invés de na abstração jurídica e na troca de equivalentes – trabalho abstrato como mercadoria particular – suas raízes. Como momento, ou outra face, a relação de dependência pessoal aparece nos interstícios da escravização moderna por, e por sua causa, não haver formação de mercado de trabalho e operosidade do fetichismo da mercadoria nos mesmos moldes que nos países europeus, apesar das contradições do capital aqui se moverem de forma específica.

Três são os pontos que podemos elencar ao acompanhar, sumariamente, Maria Sylvia de Carvalho Franco delinear a figura do dependente no mundo rural: i) a pessoalidade da relação, portanto, um momento de reconhecimento do outro como pessoa – diferentemente da inteira reificação do escravizado como coisa-mercadoria –; que por sua vez ajuda a velar parcialmente o espaço de poder que coubera ao proprietário sobre o homem “livre” e pobre; ii) em algumas situações o “valor” – leia-se, com alguma flexibilidade, valor-de-troca – do caipira pobre é inferior ao do escravizado, ou parêlo; e, por fim: iii) mesmo que o proprietário reconheça como pessoa seu dependente, este mobiliza seu domínio quando as relações de que faz parte no paternalismo passam a atrapalhar os interesses econômicos daquele do qual depende. Sendo que o polo detentor de poder os remove do caminho em prol do seu próprio interesse (das terras que cederá, por exemplo)¹⁰⁰. Nesse último ponto, Maria Sylvia verá, mais

¹⁰⁰ Sugere-se ver de Maria Sylvia Carvalho Franco (1997): “Em suma as relações entre senhor e dependente *aparecem* como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta. Em consequência, as tensões inerentes a essas relações estão profundamente ocultas” (*idem*, p. 94-5). Para caracterização do dependente como criatura domesticada, ver: (*ibidem*, p. 95). Para casos onde, por exemplo, o senhor de escravos – fazendeiro – cumpriu sua vontade de dirimir

tarde, o colega identificar essa relação pelo termo volubilidade da parte dos que detêm patrimônio. Vemos a volubilidade operar mobilizando até mesmo violência de maneira mais explícita quando se expulsa os homens do campo da terra em que, por meio do favor, puderam cultivar e eventualmente habitar.

Do lado de Schwarz, a identificação do dependente também opera como motivo principal. O assunto do paternalismo funciona como eixo para a análise das primeiras obras machadianas em *Ao vencedor as batatas*. Mas, com uma diferença: o espaço urbano torna-se “palco”: a passagem do campo para o urbano é operada no centro da análise do crítico. Se as cidades, como observou Francisco de Oliveira, já eram polos de força que ligavam a produção colonial ao mercado mundial, na análise da representação machadiana daquele mundo a cidade, e uma forma específica de riqueza ligada a ela, passa a figurar como problema eleito pelo crítico para mover sua análise¹⁰¹. No comentário sobre *A mão e a luva*, Schwarz (2012a) identifica essa vontade específica de enriquecimento que opera ora mais, ora menos, em todos os romances de juventude machadianos. Veja-se o trecho onde ela aparece – aos que quiserem entender por inteiro o argumento não se dispensa a consulta da discussão onde se dá curso à expressão do amor de Guiomar (*idem*, p. 102) – o qual apenas o corolário nos satisfaz:

Noutras palavras, a civilização material respirava o mesmo individualismo cuja inexistência se quisera provar. E mais, a reivindicação do paternalismo parece estar de mãos dadas com a reivindicação da riqueza moderna, isto é, urbana, com forma de mercadoria e sem vínculo tradicional, a riqueza justamente que despertara a revolta romântica, além de não ser expressiva do universo paternalista. Um erro de composição, sim, mas que vem completar o quadro ideológico do romance, que perde em coerência literária e simpatia humana, e ganha em representatividade nacional. (*idem*, p. 105, destaque nosso).

dois escravos seus da participação de um assassinato e colocou a culpa inteiramente em um dependente para não ter sua “propriedade” (dos dois homens escravizados) comprometida, ver: (*idem*, p. 104). Para a proposta de lei que diz do trabalho compulsório para o caipira na construção de estradas, ver: (*idem*, p. 105-6). Por fim, para o governo do cálculo econômico em prol do interesse do senhor: “Sempre que colocado em situação crucial para seus negócios, o proprietário de terras deu prioridade a estes, embora com isto lesasse seus moradores e assim interrompesse a cadeia de compromissos sobre a qual assentava, em larga medida, o seu poder. Diante da necessidade de expandir seu empreendimento, nunca hesitou em expulsá-los de suas terras” (*idem*, p. 107). É a contradição entre dois princípios distintos, onde a premissa do interesse financeiro governava a *sorte dos pobres* no campo.

¹⁰¹ Ver nota de rodapé onde Schwarz (2012a, p. 128, nota 33) apresenta uma ressalva. Qual seja: o problema de elencar um entre os vários temas tratados pelo primeiro Machado, especificamente, o paternalismo em *Helena*: “Em lugar das contradições do paternalismo a simples desonestidade. Acontece que esse desdobramento, ligado ao enredo rocambolesco, não esvazia o problema a que o livro vinha se aplicando [...]” (*ibidem*); a saber: o paternalismo tematizado como linha principal. Não reproduzirei toda a nota, que trata desse procedimento metodológico particular do crítico literário. Aos que se interessarem, nela se encontra parte da resposta dada retrospectivamente ao questionamento que encerra *Sentimento da dialética*, onde Arantes aproxima seu autor objetivado (Schwarz) à linhagem familiar volúvel de... Brás Cubas. O faz mobilizando a própria fórmula do crítico acerca de quem troca em miúdos a experiência intelectual brasileira. Cabe aos que o estudam, e o próprio Arantes realiza em mais de uma oportunidade, identificar “a formação de um complexo temático e formal que seja tanto observado como coerente” (*ibidem*) no conjunto da obra do próprio Schwarz. Se é que há uma linha mestra entre seus temas, intentaremos sublinhar uma delas.

Ou, em outro termo comum na dicção do crítico: ganha em verossimilhança. Mas o que acaba de ser dito? Mantendo a análise no universo do paternalismo, entre favor e merecimento pautados em relações de parentela, onde posição social como patrimônio (note-se que a detenção de escravos entra nessa conta), nome e sangue fazem vez ao dotar seus detentores de poder de mando, estava enredado um outro processo: o interesse material de corte moderno. O passo anterior que deve ser comentado é justamente a fraqueza identificada como imitação ou cópia do romance romântico europeu (francês) no enredo de *Senhora*, de José de Alencar, onde interesse material expresso na “reivindicação da riqueza moderna” se resolvia pela contradição entre frieza burguesa e espontaneidade devida à esfera dos sentimentos. Essa posição à estrangeira move a chamada “revolta romântica”, onde a inexploração de uma ambiguidade local por Alencar, qual seja: o entremeio entre paternalismo e dominação moderna, faz perder em representatividade devida ao par: forma social e forma literária. Pois, esse duplo fora apresentado como simples justaposição, num romance que se coloca formalmente cindido. De outra sorte, para o crítico literário a mobilização simultânea das relações ambíguas são as que fazem ganhar em realismo o primeiro momento machadiano, mesmo que a composição formal e a aposta política de Machado, nesse momento, ainda não estejam completamente resolvidas no sentido da explicitação de uma contradição formal (da estrutura social) tal qual se colocou nas obras da segunda fase, como releva Schwarz nos escritos posteriores. Em sua primeira fase (na de Machado), o crítico identifica o elogio do autor e sua vontade de “reformular” as práticas paternalistas as quais representa literariamente e tenta superar, na economia formal do romance, de diversas formas. No romance tratado no trecho posto acima, a análise de *A mão e a luva*, a ação da personagem em questão se torna ambígua por habitar a dualidade de amar tanto a riqueza moderna, quanto participar do universo paternalista – ao mesmo tempo –, assunto dos quatro romances da primeira fase em geral¹⁰².

Eis o soerguimento da dupla manifestação de relações sociais colocadas, uma e outra, na estrutura social brasileira oitocentista, no balanceio demonstrado entre paternalismo e ordem

¹⁰² Para compreender a presença ou a falta de verossimilhança, ver o segundo capítulo de Schwarz (2012a), *A importação do romance e suas contradições em Alencar*. Para síntese do argumento, cabe ressaltar as três páginas finais onde Schwarz acompanha a posição de Antonio Candido sobre a mesma obra, para em seguida relativizá-la: “a consequência formal com que Alencar desenvolve seu assunto fortalece – em lugar de eliminar – a dualidade formal que viemos estudando: coloca no centro do romance a coisificação burguesa das relações sociais”, onde, adendamos, na estrutura social brasileira não estava posta em transposição direta da sua forma europeia. Por isso: “Onde Antonio Candido aponta uma superioridade, que existe, há também uma fraqueza. A utilização instrumental e portanto o antagonismo absoluto é o modelo, aqui, das relações entre indivíduos. Ora, esse é um dos efeitos ideológicos essenciais do capitalismo liberal, assim como é um dos méritos do romance realista significá-lo em sua própria estrutura. Mas não era o princípio formal de que precisávamos [...]” (*idem*, p. 79), porque no “tamanho fluminense” que coube às relações locais o princípio liberal do indivíduo e a troca de equivalentes (trabalho abstrato) não operavam *vis-à-vis*, aqui, frente a formas europeizadas.

social burguesa, essas duas ordens que se desposaram coabitando um período específico da nacionalidade brasileira¹⁰³. É este o problema, na intervenção de Maria Sylvia, direcionado a uma das primeiras intervenções de Schwarz. Segundo a autora, as características dualistas vão repostas nos termos de um mal entendimento do processo no qual o Brasil esteve inserido. Onde o crítico diz dessa estrutura social ambígua e contraditória, a autora rememora o momento da própria *unidade contraditória* do capitalismo que grassa produzindo momentos locais de contradição em seus próprios termos, ou melhor, sendo operadas as mesmas categorias. Recolocada a unidade, termo utilizado pela autora que copiamos à nota 97 deste texto, por exemplo, por ocasião de seu estudo *Homens livres*, vejamos a própria posição específica quando tratou de *As ideias fora do lugar*, também em seus termos. Mas antes, cabe ressaltar o passo que coloca em choque as duas leituras, onde a pensadora identifica uma unidade contraditória, o autor aponta uma contradição específica da forma social que é dupla. Vejamos a crítica decisiva – decisiva entre outras coisas talvez para a própria elaboração futura de Schwarz e para o argumento central de Paulo Arantes no *Sentimento da dialética* – de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976, p. 62):

Teríamos, de um lado, as ideias e as razões burguesas europeias sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso facto*, separar abstratamente os seus termos, ao modo já indicado e perde de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil. (*ibidem*)

Vemos que a autora reconhece o problema do duplo “montado” pelo crítico em seu estudo machadiano, e o identifica como fraqueza; antes, pode ser a descoberta inicial que leva Schwarz a desenvolver a mais fina interpretação da estrutura social que opera no Brasil e que elaboraria apenas treze anos após a publicação da primeira parte de seu longo estudo: *Ao vencedor as batatas*. Mas, qual é o modo já indicado pela autora na intervenção em questão? O modo de separação abstrata que gerou uma história de dualismos, coroada pela teoria da dependência, nas interpretações da história social brasileira: “Em termos gerais, essa formulação aparece inscrita em pelo menos dois séculos de nossa história intelectual: se

¹⁰³ Ficaria exaustivo copiar todos os momentos onde Roberto Schwarz (2012a), na obra que abre a bela série de estudos machadianos do crítico, identifica a lógica dessa estrutura. O famoso texto que abre sua tese já apresenta a questão, a parte I, muitas vezes lida separadamente: *As ideias fora do lugar*. Contudo, ressaltamos o estudo dessa estrutura social no próprio desenvolvimento da obra do primeiro Machado: “Mas é claro também que a ideologia secretada pela introdução da mercadoria no cotidiano é contrária ao relacionamento paternalista. Assim, talvez seja possível dizer que havia contradição, mas que ela não expressava duas formas de um mesmo poder, que aos poucos e sempre conforme a sua conveniência [leia-se volubilidade!] passava de uma para a outra, sem que a dissolução dos vínculos tradicionais tivesse caráter subversivo. A inanidade histórica (local!) desta contradição – que do ponto de vista moral entretanto era estridentíssima, além de estar assimilada à outra, entre as relações feudais e capitalistas, que catalisava a totalidade da ideologia europeia da época – é o fundamento do cinismo de *A mão e a luva*, o qual, se descontarmos o otimismo, já é o mesmo da segunda fase de Machado: com estardalhaço, dinheiro e paternalismo se põe juntos” (*idem*, p. 164-5).

reconhece na metrópole o centro produtor das relações socioeconômicas e a colônia como seu produto” (*idem*, p. 61). A crítica não estanca na obviedade que as colônias são fundadas e funcionam em função das metrópoles, mas na estagnação em termos que se contrapõem entre si num jogo de duplos sem movimento: “Metrópole e colônia, atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradicionalismo e modernização, hegemonia e dependência são algumas das variantes desse tema que nos deparamos nas teorias da história brasileira” (*ibidem*). Mais adiante, de fato, a autora identifica um duplo onde se baseia *Ideias fora do lugar* a essa má separação binomial onde, aqui, o capitalismo em estado de grassar-se não opera inteiramente, mas de forma a *externalizar* relações que poderiam ser pautadas na visada da própria constituição *unitária* do capitalismo e de suas categorias centrais¹⁰⁴. Então:

[...] é preciso partir de uma teoria que diverge, ponto por ponto, do esquema atrás explicitado: colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam num processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. (*idem*, p. 62)

Para entendermos o movimento do debate “ponto por ponto” cabe pôr em primeiro plano, para além das elaborações principais das obras, os momentos em que as posições apareceram e se confrontaram. Claro está, devido ao conteúdo da crítica acima reproduzida, mais uma intervenção contraposta ao dualismo que deve ser levada em consideração, a saber: a crítica frontal ao dualismo de corte cepalino elaborada por Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista*¹⁰⁵. Pois o dualismo é o alvo erigido por Maria Sylvia e no mesmo gesto identificado ao pensamento de Schwarz.

Para nós, não formados a partir do método estrutural francês: analítico, expositivo e de estilo de escrita rigorosos e singulares, qual aparece analisado pelo estudante-memorialista-

¹⁰⁴ Prossegue a autora: “Desses mesmos postulados [relativos às elaborações de *resistência à mudança*] – Europa e Brasil vistos numa relação de exterioridade com modos de produção essencialmente diferentes e o processo social referido a algo de permanente e diverso do capitalismo e que muda sob seu impacto – que deriva a nova teoria do pensamento brasileiro como *ideias fora do lugar*. Ainda aí reconhece uma variante das interpretações que *combinam* diferentes modos de produção: a sociedade e a economia brasileiras no século XIX aparecem como escravistas e articuladas aos grandes mercados mundiais, estes sim capitalistas, estabelecendo-se relações entre essas partes heterogêneas de um todo que as transcende” (*idem*, p. 61-2). Vemos aqui frontalmente armado o ponto de debate; mas se Arantes (2021) resolve repassando a formação social brasileira, Schwarz identifica outros pontos que oportunamente veremos.

¹⁰⁵ Não configura enxerto, como abertura do debate, colocar no ponto zero a obra de Francisco de Oliveira. Apesar de o autor deslocar seu recorte histórico sobre a industrialização do Brasil para processos da primeira metade do século XX. Ao centrar a análise, na *Crítica da razão dualista*, nas condicionantes da organização socioeconômica no período dos anos 1930 em diante, também leva em consideração as condições da formação dessa estrutura econômica e social. Ver do autor: Oliveira, Francisco. *Crítica da razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 66. Onde traça como importante o período (não frontalmente analisado nesse texto, mas referido e estendido ainda ao passado colonial em um posterior oportunamente citado de 1982, *O Estado e o urbano no Brasil*).

professor Paulo Arantes, ou como sugeriu Schwarz (1999, p. 255-61): caipira de *coup d'oeil* num primeiro momento e analista ao estilo de uma moda nacional específica, a do medalhão machadiano, num último. (Ou teria o filósofo introjetado a sugestão literária de Machado e operado qual o próprio personagem machadiano? – Ver: *idem*, p. 261). Como dizíamos, não tendo as possibilidades de acompanhar a amplitude de voo arremetido por Paulo Arantes, como o fez por exemplo em *Um departamento francês de ultramar*, seguir a argumentação de maneira cronológica, tal como apareceu¹⁰⁶, faz-se tarefa difícil, deixada a quem aprendeu a possibilidade de operar “*ad mentem auctoris*”. Acima, tentamos marcar uma diferença, mesmo que singela, na interpretação do paternalismo entre os dois teóricos (teórico e teórica) envolvidos na querela. Apareceu, enfim, a acusação de dualismo a qual o mesmo Paulo Arantes, aqui citado, no livro *Sentimento da dialética* dispensa sessenta páginas para suprassumir, em alguns pontos resumindo o argumento – sem alterar tanto assim as premissas e corolários – o problema colocado de pé por Maria Sylvia.

Em uma fórmula a mais resumida possível se pode atalhar que Arantes apresentou na primeira parte de seu estudo, em resumo: i) uma herança intelectual da dialética especificamente nacional entre uma certa ordem e desordem e ii) a especificidade do problema dual proposto na interpretação histórica do sentido da formação brasileira a partir de um ponto de vista culminante dessa tradição. O crítico literário desenvolveu a partir dessa herança, não apenas metodológica na acepção legada pela influência de Antonio Candido, a mais acertada interpretação histórica do processo que passa estrutura social e ideias – por assim dizer genericamente – no ralador da crítica à “ideologia secundária”, com algo de enxerto e cópia, que vai indicado desde os primeiros estudos do crítico¹⁰⁷. Aqui, uma primeira inflexão pode

¹⁰⁶ A saber, a ordem cronológica de algumas das principais intervenções no debate – autor, título e ano – seriam: Oliveira, *Crítica da razão dualista* (1972); Schwarz, *Ideias fora do lugar*, (1972 em francês e 1973 em português); Maria Sylvia, *As ideias estão no lugar*, (1976); Schwarz novamente: *cuidado com as ideologias alienígenas*, (1976); Paulo Arantes, *Sentimento da dialética*, (1992); novamente Oliveira, *Vanguarda do atraso*, (1998); e por fim, ainda Schwarz, *Ao vencedor as batatas 30 anos*, (2007) e Schwarz, *Por que “ideias fora do lugar”*, (2012).

¹⁰⁷ Ao final de *Ao vencedor as batatas* Schwarz (2012a, p. 210) identifica o duplo descarnamento de um mundo em contradição, no primeiro Machado, da estrutura social nacional falseada frente ao liberalismo à europeia que por sua vez apresenta da mesma forma um índice de inverdade: “com efeito, diretamente ou por contiguidade, atrás dos dinamismos dramáticos encontram-se aspirações à realização individual, que sem serem nunca afirmadas como direito, são não obstante a referência que em *Iaiá Garcia* permite a dignificação dos dependentes e a crítica moderna do arbitrário paternalista. Não interessava a Machado desqualificá-las, e muito menos suprimi-las, como tampouco interessava apresentar a ideologia burguesa do indivíduo em suas versões enfáticas e prestigiosas (para nós de segundo grau), de cujo ridículo e falsidade ele estava convencido” (*ibidem*). Há na última obra da primeira fase machadiana, um “clima geral de constrangimento, que expressa as duas lealdades de *Iaiá Garcia* às esferas paternalistas e do individualismo burguês e o sacrifício que fazem uma à outra” (*ibidem*).

Na fase posterior, esse duplo vem contraposto: o que Paulo Arantes (2021, p. 165, sentimento) elaborou assim: “Roberto [Schwarz] não só ia anotando o alcance mundial de nossas esquisitices nacionais como construindo uma plataforma de observação a partir da qual objetar a esta mesma ordem universal. O que reconhecerá em ato no pensamento literário de Machado. Estava assim lançada a base de uma *Ideologiekritik* original. O mesmo chão histórico que barateava o pensamento e diminuía as chances da reflexão – pois aqui se

fazer as vezes de justificativa ao se acompanhar o debate talvez tido como secundário, mas que revela uma interpretação histórica e teórica a mais refinada de nossa formação nacional.

O próprio Paulo Arantes (2021, p. 96) releva a importância de um fastígio interpretativo dos desencontros da formação nacional, como indica esta breve passagem de *Um departamento francês*: “conhecidas no entanto as implicações intelectuais da dependência – sobretudo depois que Roberto Schwarz, passando-as a limpo, deu-lhes formulação a meu ver definitiva” (*ibidem*). Essa formulação definitiva integra justamente a resolução do impasse que no estudo de doutoramento do crítico literário: *Ao vencedor as batatas* como objeto de discussão, chega a termo na obra *Um mestre na periferia do capitalismo*. Essa indicação torna-se importante, pois, convivendo ambos os autores citados os ares de formação da tradição paulistana do pensamento nacional, não única; mas uma que – julgamos individualmente – de grande interesse por ter apontado e continuar levantando questões que indagam o presente num viés original e reflexivo sem esquecer a nota histórica da formação – entendida em diversos níveis. Claro está, contudo, que a própria formação uspiana apresenta clivagens. Ela se debate entre si gestando posições que se destacam do eixo central de origem à francesa. Sai dela as interpretações do presente que Paulo Arantes orientado pelos amigos os quais pensou com as cabeças (e ele, certamente, também nas deles – como no trecho brechtiano¹⁰⁸), em especial na de Roberto Schwarz, vêm interpelando o presente, ou para parafrasear Arantes, o atual tempo do mundo.

Sem perder de vista o debate que de certa maneira inaugura uma refinada compreensão histórica do tempo nacional, na base a contraposição de Schwarz e sua professora Maria Sylvia, elencamos alguns pontos de contato. São eles, passagem do mundo rural ao urbano (que ainda resta pontos a se tocar) e a figura da dependência pessoal que descende diretamente da instituição da escravização moderna sempre-viva na formação nacional. Para reforçar a mudança de perspectiva entre campo e cidade, a elaboração que abre o debate sobre o dualismo pode ajudar na interpretação. Vejamo-la.

desmanchava o nexos entre ideias e pressuposto social, o que lhes roubava a dimensão cognitiva –, devolvia a faculdade crítica com a outra mão, fazendo nossa anomalia expor a fratura constitutiva da normalidade moderna” (*ibidem*). A diferença entre o primeiro e o segundo Machado dá-se na transformação do constrangimento devido à dupla lealdade entre duas ordens distintas à peça chave da composição amadurecida. “Voltaremos ao ponto” (*ibidem*).

¹⁰⁸ Esse trecho, à primeira vista confuso, se refere à epígrafe de *O fio da meada*, obra de Paulo Arantes, aliás, objeto de polêmica com seu professor Ruy Fausto. Lembramos o trecho de Brecht, já citado à nota 43: “Ele pensava dentro de outras cabeças; e na sua, outros, além dele, pensavam. Este é o verdadeiro pensamento”. Não se perde em levar a sério a ideia dessa epígrafe, outrossim: ganha-se, por ela indicar uma veia interpretativa de onde pode se estender o estilo de escrita de Paulo Arantes.

3.4.1. Um *Intermezzo* para situar Francisco de Oliveira no debate

1.

Por ocasião de um seminário acontecido em agosto de 2004, as exposições, reunidas em um volume dividido em três partes (entre análises, questões em comum e depoimentos), e intitulado *Um crítico na periferia do capitalismo*, traçam um perfil de Roberto Schwarz e de sua obra. O primeiro texto que abre o item das questões em comum é de Francisco de Oliveira, de onde retiramos a indicação específica e que coloca ambos os autores em pé de afinidades, como disse o próprio sociólogo, eletivas num segundo momento – o da publicação de *O ornitorrinco* –, mas já presentes nas obras contemporâneas dos dois autores¹⁰⁹. Ambos, à sua maneira, tematizavam uma análise específica das particularidades nacionais que, segundo a formulação acima referida de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976, p. 62), são “situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial” (*ibidem*). Como identificou o autor, de um lado as especificidades do funcionamento da forma capitalista brasileira (Oliveira), de outro, as raízes deitadas por sobre as relações de favor características do nosso falso liberalismo próprio (Schwarz). Nas duas pontas do debate a forma específica da reprodução social, que modula a cristalização de sua representação, opera uma particularidade nacional buscada no caminho de uma crítica mais específica, reanimada em meados dos anos setenta por uma série de estudos que visavam identificar o que é próprio na nossa formação nacional, o que a deslocara do eixo, e seus descaminhos para o futuro; diga-se: ideal de um liberalismo em estado puro ou funcionando nos modelos de representação europeus nas formas separadas entre representação política, representação da igualdade na troca de mercadorias e representação conceitual. Quem participou da sociabilidade brasileira deve se perguntar o quão parecido falamos, compramos e votamos em perspectiva a um francês, inglês ou um estadunidense? Da mesma forma que essa pergunta pode ser voltada a um moçambicano, sudanês ou argelino.

Francisco de Oliveira, ao esgrimir contra o que ficou conhecido classicamente por *razão dualista* – fantasma que não sem razão paira sobre a própria posição dual e cindida da formação

¹⁰⁹ Com a palavra, nesse seminário, Oliveira (2007): “A *Crítica à razão dualista* é contemporânea de ‘As ideias fora do lugar’, mas eu não conhecia o trabalho de Roberto que, até onde sei, apareceu pela primeira vez na velha *Estudos CEBRAP* nº3, de janeiro de 1973. Mas felizmente caminhávamos paralelamente, se é que não estou forçando a barra. Não que eu queira reivindicar a estatura literária do texto de Roberto, mas as afinidades são evidentes: o propósito de desvendar, no meu caso, a peculiaridade da forma capitalista no Brasil, ou de como o liberalismo transitava pelo favor, o tema de Roberto. Isto é, a industrialização se fazia usando o latifúndio como suporte, ao tempo em que as cidades viravam acampamentos de posseiros, nossas imensas e feias periferias urbanas [...]” (*idem*, p. 150).

do capitalismo brasileiro e de sua interpretação –, inicia o passo de superação de uma dualidade que, grosso modo, separa a formação brasileira desde o início moderna e “modernizante” em um duplo. De um lado, a representação do progresso, do outro, o atraso, o arcaico, o tradicional. Francisco de Oliveira na *Crítica da razão dualista* desmonta a polaridade entre o moderno e arcaico ao demonstrar a coexistência e interdeterminação entre relações sociais tidas como atrasadas esposando o processo tido como moderno, de modernização da modernidade – para utilizar um jogo de palavras que outro autor mobiliza no mesmo seminário com cuja referência abrimos esse item sobre a importância de Francisco de Oliveira no debate que movimentou os círculos mais ou menos ligados à intelectualidade paulistana em particular, mas ressoou nacionalmente.

Há que se notar o caminho de pensamento traçado por Francisco de Oliveira, onde a complexificação na identificação da crise que o processo brasileiro instaura, o qual de saída identifica como uma crise da razão dualista, passa a figurar na identificação da própria impossibilidade de reprodução dessa sociedade e economia específicas. Se na *Crítica à razão dualista* estão postas criticamente uma série de bases para a especificidade da modernização nacional, cujo ponto focal é posto nos primeiros quartéis do século XX, por outro lado, no desenvolvimento de seu pensamento vê-se discutidas as condições de impossibilidade de recuperar uma tal modernização de saída perdida¹¹⁰. Por exemplo, a formação de uma sociedade salarial a partir das condições de regulação da força de trabalho, em especial, a urbana; da relação entre os momentos de realização do capital, desde a inversão até a realização da produção – onde os exemplos objetivos do autor demonstram que há uma relação entre os empregos menos remunerados, por vezes, não regulamentados e a produção industrial; nos capítulos finais do texto foi abordada a discussão da desigualdade instaurada entre as camadas populacionais na economia recente (em 1970) e seus impactos na assim referida crise de realização; entre outras discussões mais específicas e que marcam posição teórica por parte de seu autor. A principal, por exemplo, é a relativização da posição cepalina entre crescimento econômico e concentração da renda. O autor demonstra, por sua vez, que ambos os momentos não se contradizem por si mesmos e que o funcionamento da economia brasileira abre espaço para esta contradição: a de se manter na expansão capitalista sem que a concentração de renda impossibilitasse as taxas de lucro específicas das empresas monopolistas, à época. Contudo,

¹¹⁰ Há a indicação da impossibilidade de resolução dos velhos impasses do subdesenvolvimento (se assim pode-se referir à sociedade brasileira lida pelos clássicos do início do século) por parte de Francisco de Oliveira (2013), em *O ornitorrinco*, “estalo de Vieira” para nomear o monstrosinho sociopolítico que se vê impossibilitado de acompanhar a assim chamada “revolução molecular digital”. Ou, em outros termos, participar da Terceira Revolução Industrial.

apesar da manutenção de taxas de lucro específicas por parte de alguns setores do capital, as camadas trabalhadoras vinham sendo ainda “excluídas” dos ganhos de tal capacidade produtiva.

O texto de *Crítica da razão dualista*, pode, algo ironicamente, ser dividido em duas partes, cuja apreciação histórica abarca momentos distintos. Um primeiro, se relacionaria com as condições de instauração da modernização específica brasileira, onde assuntos como a urbanização, a formação de relações de mercado, as regulações modernamente mediadas por uma legislação específica pautando os níveis de exploração do trabalho – a getulista –, a formação de um setor industrial no Brasil (assunto também caro ao chamado dualismo cepalino)... onde esses assuntos são abordados criticamente sem isolar as condicionalidades econômicas das políticas na história nacional¹¹¹. Ou seja: nesse primeiro momento aparecem estudadas condições gerais do movimento de modernização da economia e da sociedade nacional. Já numa segunda parte são discutidos problemas próximos à época da escrita do texto, em cuja centralidade é posta a concentração de renda em detrimento da acumulação (e sua crise) numa exposição que demonstra a chaga principal entre os dois momentos de reprodução capitalista e, por incrível que pareça, funcionando no Brasil, num movimento contraditório que aponta para um futuro de empobrecimento das camadas de menor renda – novamente contra posições cepalinas – levando em consideração argumentos específicos como a capacidade de disposição de força de trabalho numa economia que à época não se encontrava saturada de mão-de-obra, condições de exportação do produto industrial, subterfúgios financeiros que vinham criando dívida monetária direta etc. Apesar de importantes e atuais para se compreender os desafios econômicos e políticos enfrentados à época, a primeira parte do estudo nos interessa mais por apresentar, como dito acima, o argumento de interdependência de dois polos divididos por determinada razão dualista entre setores avançados da economia e relações arcaicas.

A urbanização como processo específico do século XX nacional está posta em debate em alguns momentos do texto de Oliveira (2013). Alguns aspectos desse processo aparecem discutidos, como por exemplo a autoconstrução nas periferias urbanas por via de um supertrabalho específico (*idem*, p. 59), o reflexo dos desenvolvimentos agrários na própria relação de capital entre setores urbanos – caberia aqui a inter-relação marxiana entre departamentos tematizada no segundo livro d’*O capital?* (*idem*, p. 42 *et seq.*). A superfetação do setor terciário (*idem*, p. 66 *et seq.*), entre outros temas aqui não indicados. No entanto, como

¹¹¹ Onde vai escrito na primeira hora do estudo de Francisco de Oliveira (2013, p. 30): “O ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa de reconhecer-se como ideologia” (*ibidem*). Dito isso, sem dúvida é necessário ter, ao menos em imaginação, conhecimentos básicos das ciências econômicas para acompanhar com algum proveito, principalmente, as assertivas do que estamos dividindo como segunda parte do estudo.

momento de superação do dualismo que aparece no título da obra, é preferível chamar atenção à contribuição mais geral apontada pelo autor¹¹². Ela encontra-se como encerramento do segundo capítulo do texto, *O desenvolvimento capitalista pós-anos 30 e o processo de acumulação*. A tese central, apresentada já de partida, mas formulada com conteúdo desenvolvido às páginas finais desse capítulo, chama atenção por indicar o problema dualista *par excellence*. Eis a chave da questão: o que está em jogo é a transição de dois regimes de acumulação distintos, um onde a dinamização dependia de intercâmbios externos (principalmente de importação) e que por outro lado enraizava como espelho das exportações de uma mercadoria específica que embebeu o setor agrário nacional (vide a fazenda de café de Maria Sylvia) – e aqui não há como desidentificar a elaboração de Celso Furtado acerca das perspectivas de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ora, em resumo as inversões passavam pela importação dos meios de produção nos países subdesenvolvidos, seja tecnologicamente seja, num primeiro momento, na própria dinamização de inversões advindas de economias assim chamadas desenvolvidas. Para passar, em momento seguinte, a uma economia em que a dinamicidade das relações capitalistas já seriam as próprias bases de sua reprodução¹¹³. Essa ideia apresenta uma representação cruzada ao que pensou Roberto Schwarz ao dedicar seu olhar mais para as formas sociais cristalizadas na literatura machadiana, que para as determinações econômicas em si mesmas, como à época apresentou em *Ao vencedor as batatas*. Mas, ressalta-se, não deixou de também o fazer.

Há um paradoxo nessa ideia de passagem de ciclos de acumulação expressas por Oliveira (2013). Como o autor ressalva, à passagem de um momento a outro é própria a insuficiência das bases – objetivas e subjetivas – anteriores que deem sustentação ao novo funcionamento autônomo do mercado, ainda mais se este funcionamento apresentar características de “desigualdade combinada”, expressão lembrada pelo autor. De certa maneira,

¹¹² Ainda pensando na partição em dois da obra que vem sendo tangenciada, não é volitivamente que a defendemos, pois as indicações que tocam o processo de urbanização na suposta primeira parte configuram uma realidade objetiva específica da economia conceitual por Oliveira historicizada, uma desigualdade produzida nos momentos fundantes do século XX de nossa sociedade, em especial, citamos acima três que tocam a urbanização. Do contrário, o terceiro capítulo do texto, nomeado por *intermezzo*, perderia até a razão do nome, uma vez que ele separa a discussão específica sobre desigualdade (em especial econômica) e a discussão de conformação de suas bases – historicamente repassadas. Ainda, ao contrário, não estaria entre o meio de duas partes cujas discussões dependem uma da outra. Voltando, vejamos o corolário da primeira parte que dispõe as condições para a contradição central entre acumulação de capital e concentração de renda. Condições históricas de relações econômicas por um lado e da urbanização por outro.

¹¹³ O que vai dito vem parafraseado da frase de Oliveira (2013, p. 60): “Essa forma [que ainda veremos] parece absolutamente necessária ao sistema *em sua expressão concreta no Brasil*, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo” (*ibidem*).

e como pano de fundo, encontra-se um problema de ajuste ao processo ocorrido no centro do capitalismo – leia-se: onde esse sistema produtivo surgiu, sendo que para nossos fins imediatos importa pouco precisar as especificidades dessa genealogia – nomeada pelo conceito clássico de acumulação primitiva. Nessa forma social com apetite e gana para grassar suas relações basilares mundialmente, a periferia desse centro tendeu a se desajustar nas/das relações próprias à reprodução das relações de produção semoventes autonomamente. Francisco de Oliveira corrige a operação que visou igualar o diferente – o outro – ao medi-lo e perpetuá-lo em seus próprios termos e relações (modernas, capitalistas etc.). Vejamos a afirmação que pode ser como que generalizada e, segundo o autor, não é nova acerca da “acumulação global própria à expansão do capitalismo no Brasil”. O que importa aqui é precisar uma constante no processo dessa acumulação, qual seja, uma desigualdade¹¹⁴. Mas no que ela consiste? Com a palavra Francisco de Oliveira (2013, p. 60): “A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (*ibidem*). O capítulo em questão aborda exemplos dos mais corriqueiros na vida dos usuários urbanos, a venda de produtos em sinais de trânsito, a realização de pequenos serviços mecânicos apêndices à indústria automobilística, entre outros, como relações que ligam diretamente setores tidos como informais – ou atrasados – da economia que participam, principalmente pelo momento de circulação do valor, mas não somente: como momento de realização da mercadoria advinda da produção industrial. Esse sugerido paradoxo opera marcadamente num todo, a saber: a acumulação capitalista específica de um país como o Brasil. Veja-se que o novo e o arcaico vão de par, mesmo que contraditório, por serem

um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. (*ibidem*).

Esse processo passa necessariamente por uma interpretação das bases de acumulação que deram continuidade à instauração de relações de cunho moderno em um dado período nacional. Importa ressaltar o período estudado pelo autor. Apenas no avançar, e nos avanços, do século XX um determinado ciclo de modernização nacional, que, usando seu próprio termo tomado

¹¹⁴ Asserta Oliveira (2013, p. 59-60): “A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não apenas desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação *razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores ‘atrasado’ e moderno*” (*ibidem*). Ou seja, vemo-nos com uma espécie de necessidade de acumulação primitiva, e veremos no corpo do texto qual a peculiaridade.

numa passagem de *O ornitorrinco*, podemos identificar ao processo que levou a industrialização nacional à Segunda Revolução Industrial. Mas não podemos esquecer: nos termos contraditórios acima apontados. Oliveira se centra nos anos 30, com a legislação getulista como uma espécie de marco para formação jurídica da mercadoria trabalho, como ponto de partida e referência de seu estudo. Aparece aqui um duplo, que o outro teórico, Roberto Schwarz, em outra chave interpretativa tratou ao visar momento histórico anterior. De alguma maneira, a sociedade brasileira apresenta em termos do novo incompleto (relações modernas entre sujeitos livres para vender sua força de trabalho, contudo, sem um mercado no qual o fazer). Ao mesmo tempo que a manutenção do velho patrimonialismo (o favor como reprodução de determinada camada empobrecida, sem meios de subsistência para reproduzirem a própria vida) colocava a sociedade brasileira numa posição de girar em falso, com um pé em cada canoa entre os chamados arcaico e moderno.

Mas, a pergunta a se fazer é onde estão dispostas as afinidades (eletivas ou não – e o termo importa) que ligam as elaborações teóricas de Roberto Schwarz e Francisco de Oliveira. Ao contrário do identificado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, o próprio Chico aponta aproximações entre os dois pensamentos em mais de uma oportunidade e leva em consideração – também mais de uma vez – o que Arantes chamou de melhor acabamento da interpretação, a seu ver “definitiva”, das implicações da “dependência”, ou do subdesenvolvimento para respirarmos os ares de um mundo mais frequentado por Oliveira. Tal como Goethe, o sociólogo toma de empréstimo às ciências naturais o conceito de ornitorrinco para definir outro assunto. Se o intelectual alemão tomou à química o termo afinidades eletivas (*Wahlverwandtschaft*) para tentar descrever os movimentos do amor – não sem causar estranheza nos círculos literários de então – Oliveira (2013) explica pelo animalzinho que darwinianamente é um ponto esdrúxulo fora da curva, a evolução econômica e social brasileira. Ora, mas o que torna a dança de afinidades entre autores o ponto central de interpretação da controvérsia onde Roberto Schwarz se envolveu, ou o que nos interessa mais, como o pensamento de Francisco de Oliveira pode iluminar a elaboração de Roberto Schwarz?

A primeira resposta à pergunta já está esboçada, qual seja: a superação das formas e do pensamento dualista postas em jogo. Se o velho e o novo são paradoxalmente imiscuídos na tese central da *Crítica à razão dualista* acima exposta, o que liga o pensamento dos autores – como as fortes interações entre elementos químicos, quase provocando uma dança de interesses comuns entre os dois teóricos – é a identificação das particulares monstruosidades na sociedade brasileira. A segunda está esboçada no parágrafo final da curta intervenção de Francisco de Oliveira no seminário ao qual nos referimos, onde a categoria trabalho, referida aqui livremente,

nas suas formas mais flexíveis de manifestação nesse século XXI, e a interpretação de uma sociedade que se instaura sobre as possibilidades de sua própria fratura desde o ponto inicial de sua composição contemporânea no século XIX, vêm-se postas num paralelo.

Francisco de Oliveira, nessa intervenção, já esboça onde chegam as elaborações do crítico literário para se compreender o presente. A afirmação de Oliveira (2007) acerca do entendimento do presente diz da inevitabilidade do aproveitamento da grande massa de trabalho desqualificado, por sob o porrete da necessidade de acumulação a qualquer custo. “Não há população marginal, como pensou José Nun” (*idem*, p. 152)¹¹⁵. Francisco de Oliveira faz referência a Paulo Lins, autor de *Cidade de Deus*, que segundo ele pode indicar uma representação à altura de um presente que possa “unificar num mesmo andamento essa colagem, quase frankensteiniana, de elementos díspares, pedaços de corpos mutilados” (*ibidem*). Se na *Crítica da razão dualista* estão discutidas a manutenção de formas arcaicas no processo de acumulação especificamente nacional, as quais se alimentam de relações “quase-capitalistas”, as novas formas de acumulação dizem da produção de, numa famosa fórmula reproduzida por Roberto Schwarz, “sujeitos monetários sem dinheiro”. Francisco de Oliveira relaciona essa formulação com a produção em massa de trabalhadores desqualificados. O atual momento de acumulação produz essa massa de trabalhadores, que, desqualificados e sem emprego – portanto sem salário que o valha – passam a não ter lugar em um mundo que preserva suas bases na troca monetária¹¹⁶. Velhas relações de produção são repostas na secular discussão das causas primeiras de aumento da exploração, antes de tudo, surgidas na primeira hora da gênese do sistema de representação e de produção baseado na exploração do trabalho – em primeiro momento histórico onde pesavam as formas absolutas de sua exploração. Oliveira lembra a tão discutida contradição onde tecnologia e informatização da produção geram, a partir do aumento do mais-valor relativo, a necessidade de maior exploração da força de trabalho em

¹¹⁵ O argumento de Oliveira (2007, p. 152) diz da mobilização integral do trabalho, assim referido como desqualificado, nos interstícios da acumulação mais contemporânea: “O paradoxo não é que o trabalho desqualificado esteja na ponta do processo de acumulação; é o contrário que se passa, mas esse processo de acumulação, longe de dispensar aquele trabalho desqualificado, aproveita-o nas margens, justamente para prover bens e serviços de consumo às faixas mais baixas de renda. *Não há população marginal, como pensou José Nun*” (*ibidem*, destaque nosso).

¹¹⁶ A citação, apesar de longa, exemplifica a inversão do ponto de vista, digamos, de mão-dupla entre a produção do atraso pelo moderno, como escreve Oliveira (2007, p. 151): “Se o subdesenvolvimento era uma combinação em que o novo da acumulação de capital utilizava o velho como seu suporte, negando a dualidade de linhas paralelas que nunca se encontravam, [e, assim, Oliveira resume a tese central de sua *Crítica*] mas com uma inegável predominância [...] de novas formas de acumulação sobre as pretéritas quase-capitalistas, o que se deu até o fim dos anos setenta com o crescimento do assalariamento, a nova situação caracteriza-se pelo oposto: as novas formas de acumulação de capital *produzem o velho*” (*ibidem*). Vejamos ao refletir como eixo principal desse texto os argumentos mobilizados por Oliveira, para retomá-lo como um fio de meada que ajuda na posição do debate sugerido.

sua forma absoluta. O resultado prático-político da reanimação do jugo tecnológico no balanceio da composição orgânica do capital – num ponto de vista nacional – se dá sobretudo na reentrada das condições antigas de subemprego atualizados como subempregos num tempo onde o mais-valor relativo governa a produção. O autor descreve alguns exemplos para retomar a afirmação sobre as assim chamadas velhas relações (que não passavam pela venda da força de trabalho no mercado liberal) agora produzidas pelas mais novas tecnologias de informatização¹¹⁷.

Mas, em que seara chegamos ao seguir esse argumento de Oliveira (2007), expressado por ocasião de um seminário acerca dos estudos de Roberto Schwarz? O próprio autor fornece a indicação quando inicia sua intervenção aproximando sua atividade de pensamento à do amigo Roberto Schwarz e terminando com uma outra aproximação, a saber, a crise tecnológica do trabalho. Devemos nos atentar para esse movimento. Uma vez que partiram ambos da irresolução estrutural da sociedade brasileira desde marcos contemporâneos de sua gênese e chegam, por caminhos distintos, em uma das contradições basilares do tempo presente: uma sociedade sem sociedade “quase frankensteiniana, de elementos díspares, pedaços de corpos mutilados”, num país sem nação “porque praticamente já não há nação” (*idem*, p. 152). Claro está que Francisco de Oliveira faz a partição dita epistemológica entre campos do conhecimento específicos. Ele retoma as áreas separadas em conhecimentos parcelares, que podemos chamar por “especialidades”. Essa especialidade aparece nos estudos do crítico literário (Schwarz) em literatura ela mesma, “Não sei se a própria forma literária não desaparecerá, numa fragmentação infinita” (*ibidem*). Mas o que a fórmula não leva em consideração é que a forma literária é apenas momento de análise de um contexto mais ampliado da realidade social. Antes de se passar ao ponto central, que é a identificação de um objeto para além da forma específica que esse aparece, cabe retomar ainda outro texto que remonta as bases de (des)estruturação da sociedade como tal, onde as próprias bases sociais e ideias surgidas no último quartel do século passado indicam um ponto contraditório entre vanguarda e atraso.

2.

¹¹⁷ Oliveira (2007, p. 152) exemplifica os dois momentos do mais-valor: “O capital global paira sobredeterminando as duas formas [quais sejam mais-valor relativa e absoluta]: ele impõe a informatização da produção de mercadorias e serviços e os motoboys que atualizam, sobre Yamahas e Hondas, o *putting out* louco e assassino das corridas que é a nova modalidade do trabalho doméstico” (*ibidem*). O autor reafirma a contradição dada pela recolocação da velharia, qual seja, o trabalho desqualificado: “[...] É o oposto que se sucede: a informatização, isto é, a acumulação de capital em sua nova forma técnica, produz novas levas de trabalho totalmente desqualificado” (*ibidem*). Suprimi, aqui, os exemplos.

Uma diferença entre a impossibilidade histórica lembrada na intervenção do seminário que seguimos acima, também apontada com ênfase em *O ornitorrinco* e em outros momentos da elaboração de Oliveira, diz da apreciação acerca do trabalho abstrato especificamente colocado no tempo histórico atualizado. A tese específica desta análise de Oliveira (2013, p. 120-50) pode se resumir pelas implicações sociais, econômicas e políticas do que o autor chama de “revolução molecular-digital”, por um lado, no que diz respeito a novas forças produtivas, se é que se pode nomear por forças produtivas as especificidades tecnológicas de reprodução do capital em suas novas relações. Por outro lado, o do ponto de vista do trabalho, o autor se debruça sobre as implicações que esse novo regime de acumulação, advindo das mudanças da chamada Terceira Revolução Industrial, levam ao trabalho, nomeado de “trabalho abstrato virtual”, como tendência e implicação da contradição entre mais-valor relativo e absoluto¹¹⁸. Há uma decalagem histórica na atualidade da situação do trabalho, a qual é percebida pelo autor; ao mesmo tempo uma crítica à opção política tomada em um primeiro momento da administração pública no início dos anos 2000 – tal crítica amplamente exposta e discutida no texto pode ser resumida, não por uma aposta na manutenção dos direitos sociais, ou mesmo sua expansão na nova gestão de governo, mas na escolha política de operar os assim chamados fundos públicos, por exemplo, a administração dos fundos de pensão de setores do trabalho mais organizados. Na aurora do governo dito dos trabalhadores, Oliveira aponta a continuidade sistêmica das preocupações da classe trabalhadora com as perdas de direitos do trabalho – mais de uma vez – expressa por um “ai-jesus” em resposta ao avanço do assim chamado neoliberalismo nos governos analisados pelo autor. Antes de tudo *et pour cause*, à maneira criticada por Oliveira, os governos seguiram de fato os mesmos paradigmas dos dirigentes anteriores¹¹⁹. Não é por acaso que essa citação aparece. Entra em cena mais uma convergência

¹¹⁸ Francisco de Oliveira (2013, p. 136-7) apresenta sua interpretação de uma contradição elementar da teoria marxiana, que o leva a delinear uma ideia de síntese entre mais-valor relativo e absoluto, onde “graças à [elevada] produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: todo tempo de trabalho é tempo de produção” (*idem*, p. 136). Da explicação categorial, o autor encaminha uma consequência prática para os direitos sociais em geral, veja-se a próxima página do texto: “Mas, o fenômeno que preside tudo é a enorme produtividade do trabalho: se o capital outrora não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho [que implicava em um dos limites para o capital], e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, pois já não existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se ergueram os direitos do Welfare, ou os direitos do AntiValor, como Paulo Arantes batizou o conjunto de textos que escrevi sobre o tema” (*idem*, p. 137). Poderíamos terminar a citação uma frase antes, contudo interessa comentar alguns aspectos do livro de Oliveira citado por ele mesmo na construção do argumento. Nessa elaboração, talvez, o autor percebe os limites dos direitos do AntiValor, como uma defesa a um conjunto de medidas de direitos sociais que encontram desmedidas para sua efetivação, mesmo na constituição de um governo tido como dos trabalhadores. Em resumo, a crítica específica, histórica, que merece rememoração é a impossibilidade de operar fundos públicos como garantia de sobrevivência de uma população fora do mercado. O chamado AntiValor, vê-se mobilizado mesmo na e para a valorização do valor.

¹¹⁹ Ver páginas finais de *O ornitorrinco*: Oliveira (2013, p. 145 et seq.).

teórica entre Francisco de Oliveira e Roberto Schwarz, a saber o bom aproveitamento que aquele teórico faz da fórmula acima citada ao tratar de evocar os “sujeitos monetários”, (como sempre Paulo Arantes em seus brilhantes passos indica uma convergência teórica em favor da leitura de Oliveira da fórmula de Robert Kurz). Mas, na versão de Oliveira, não se trata de uma incorporação do conceito proposto pelo alemão sem ressalvas teóricas mais amplas acerca dessa fórmula específica, e a outros pontos da elaboração daquele autor.

Mesmo que haja a possibilidade de aproximar as elaborações de Francisco de Oliveira à recepção das ideias de Robert Kurz, ao acompanharmos as reações no trajeto dessa recepção, vê-se que Oliveira se contrapôs frontalmente a esse autor na interpretação do livro *Colapso da modernização*, por ocasião de sua tradução brasileira. Na polêmica *De novo, o apocalipse*, Oliveira (1993) critica as ideias de Kurz iniciando pela identificação de simplismo e catastrofismo, passando por eurocentrismos e reduções da teoria marxiana para terminar com a identificação do pensamento kurziano com irracionalismo, divergindo em pontos centrais principalmente nas referidas reinterpretações de Marx, um dos eixos da teoria de Robert Kurz. Com o tempo, essa reação num primeiro momento muito enérgica foi, podemos dizer, sendo amainada e repensada – não imediata nem automaticamente – mas refletida na própria elaboração de Francisco de Oliveira. Contudo, permanece uma ressalva remarcada na obra posterior de Oliveira, que nunca deixou de dedicar lugar especial em sua elaboração ao momento do político e às assim chamadas relações de classe no bojo de seu pensamento.

Essa perenização da divergência se mostra na discussão que introduz a coletânea de textos intitulada *Os direitos do antivalor*. Ali, em debate aberto com um crítico seu, Oliveira é por este aproximado a uma tradição do pensamento marxista, diga-se assim, heterodoxa, numa lista que, segundo o autor criticado, muito o honra participar. Faz o adendo que faltaria à suposta lista de seu crítico um nome, justamente o de Robert Kurz, apenas um par de anos antes desmontado por várias perspectivas pelo próprio Oliveira na polêmica acima citada. Portanto, as divergências com este autor permaneceram, mesmo até a publicação de *Os direitos do antivalor* elencadas¹²⁰, só em momentos posteriores as incorporações de interpretações do crítico alemão passam a figurar na problemática colocada de pé por Oliveira; em especial nos polos da contradição tematizada em *O ornitorrinco* entre ex-proletariado virtual e (terceira)

¹²⁰ Ver a referida introdução de Oliveira (1998, p.12), onde abre debates: “Não se trata, pois, nem do determinismo tecnológico que, de algum modo, mesmo atenuadamente, encontra abrigo no argumento dos autores citados [...]. Nem muito menos da predominância exclusiva do ‘sujeito autônomo’ de Kurz, uma espécie de piloto automático do capitalismo. Este não percebe que a contradição latente na obra de Marx, que não permite a resolução do problema que ele propõe, é entre o ‘sujeito autônomo’ hegeliano e a luta de classes empírica; esta, como realidade dos homens, perturba a marcha do espírito, que no fundo é o ‘sujeito autônomo’ de Kurz, construção inteiramente idealista, por mais que este brinque de materialista dialético [...]” (*ibidem*).

revolução molecular-digital. É claro, a partir de outras contribuições e de seu modo próprio, é que Francisco de Oliveira veio a aproveitar ideias de Robert Kurz, por exemplo, também nesse mesmo texto, as que tocam operações do fundo público, e sua falência operacional em funcionar em função dos direitos do trabalho em suas análises do início dos anos 2000¹²¹. Para ambos, o trabalho torna-se categoria central para as respectivas elaborações, adendariamos, para Oliveira, central também para a realização de uma *práxis* política delineada em sua obra. Nesse caso, pela defesa dos direitos do antivalor, que, retomando a importância da defesa de um determinado ponto de vista específico, a saber, o do trabalho, deve ser levado em consideração em se pensar os dilemas das classes trabalhadoras, em última medida, da *vida popular*.

Para dar um passo nesse *intermezzo*, da centralidade dos direitos do trabalho para Francisco de Oliveira, vale ressaltar que nos *Direitos do Antivalor* o autor ainda parece vislumbrar uma possibilidade de expansão dos fundos públicos na sua parte que remuneraria o capital variável, descontando mercadorias básicas para reprodução da força de trabalho, simultaneamente de encargos para essa fração do capital. Lembra-se, que as defesas do antivalor operariam não como rupturas sistêmicas da lei do valor, mas como operações necessárias à reprodução do capital do ponto de vista mundial – em larga medida documentado pelo autor no texto que abre essa publicação (Oliveira, 1998, p. 21-5). Em última análise, o antivalor seria uma defesa política de um “Estado capitalista moderno”¹²² que, no desenvolvimento histórico recente das relações sociais e econômicas brasileiras, parece estar fora de discussão. A discussão que ficou registrada como as *débâcles* do antivalor, pois contemporaneamente a esperança em um Welfare à brasileira de fato foi por água a baixo, carrega o sentido mesmo da defesa de uma forma – mesmo que periferizada – da elaboração de uma versão em certa medida nacional de bem-estar social. Contudo, se essa é a defesa que abarca o horizonte político do autor, a análise histórica operada por Oliveira não é positivada –

¹²¹ Leia-se trecho à nota 36 de *O ornitorrinco*: “Kurz uma vez mais tem razão. Está na hora de reler Milovan Djilas [...], em que [a nova classe] se forma a partir do controle do aparato produtivo estatal pela burocracia dos regimes *soi disant* socialistas do Leste europeu combinado com o controle do poder político do partido único. Era, portanto, um projeto de classe, na melhor tradição marxista. No jargão soviético a nova classe chamava-se *nomenklatura*.” (Oliveira, 2013, p. 147). Na tese sobre a nova classe que se firma no poder, com uma continuidade entre psdbistas e petistas, consagrada já nesse texto e que dispensa maiores desdobramentos, Oliveira como que repensa a opção prática-política pelo Welfare. Defesa talvez que seja pano de fundo da elaboração anterior, nos direitos do Antivalor.

¹²² Nos debates por ocasião das eleições presidenciais de 2018, onde o candidato Fernando Haddad, que também frequentou os mesmos círculos de pesquisa que Oliveira, encerra uma participação no programa “Roda Viva”, sobre o sistema financeiro nacional, afirmando: “[...] se nós não fizermos uma reforma bancária, nunca nos tornaremos uma *sociedade capitalista moderna*, pois não existe sistema de crédito no Brasil [...]” Disponível em: https://youtu.be/8TsmH8XyX_o, aos 36 minutos de entrevista. O que está em jogo é a modernização do capitalismo, no caso de Francisco de Oliveira, em uma perspectiva social democrática necessária ao momento de reprodução com um mínimo de dignidade da força de trabalho. Em resumo, o antivalor, assim estudado pelo teórico diz da defesa de um estado de bem-estar.

no sentido de ofuscar desigualdades entre a taxa de aproveitamento do fundo público na economia dos países centrais, por ele documentados, e os desencontros nacionais com sua promessa de desenvolvimento econômico e do investimento nessas áreas de interesse de modernização das relações de capitais. Se, por um lado, os dois textos iniciais apresentam a ideia de Fundo Público e Antivalor numa acepção socialdemocrata, onde a acumulação de capital poderia funcionar levando em conta as necessidades mínimas da remuneração e de reprodução sem mediação diretamente monetária da parte variável do capital¹²³; por outro, nessa mesma coletânea de textos o autor se atenta para as particularidades históricas que barram, impedem, impossibilitam a igualdade entre os patamares sociais e econômicos das nações – e também entre elas –, vanguardas do atraso ou o atraso da vanguarda. Quem olha apenas a parte I desses estudos, imaginaria uma defesa da social democracia – mesmo que de maneira erudita e escolada. Contudo, depois de estudos empíricos da parte II, a última e terceira parte da obra *Os direitos do antivalor*, “suave é o terror”, recoloca retroativamente problemas que levaram à não-instauração de um estado de bem-estar à brasileira, tal como defendera ainda na maioria das teses nos textos ali reunidos. A impossibilidade além de política¹²⁴, ao acompanhar os meandros da política – com /a/ como discutiu posteriormente a autora Pogrebinschi – se mostra cronicamente barrada desde a violência colonial¹²⁵. Essa violência específica é um ponto importante que se deve levar em conta por ser assunto afim entre o pensamento de Oliveira e o de Roberto Schwarz.

Mesmo quando Francisco de Oliveira analisa, nos textos da terceira parte dos *Direitos do antivalor*, a herança histórica brasileira e os meandros conjunturais da pequena política nacional, não abandona a defesa – já com um jeito de quem sabe que perdeu a partida para uma construção interrompida autoritariamente¹²⁶ – da possibilidade emancipatória do Welfare. O que se deve notar é a importância teórica, e no mesmo passo prática, que Oliveira dispensa à elaboração da ideia de um Estado que mobilize o fundo público em direção à ampliação dos

¹²³ Francisco de Oliveira (1998, p. 33), expõe o problema do antivalor por meio de adequações de equações marxianas, onde $D-M-D'$ e $P = C+V+M$ admitem momentos de antivalor, antimercadoria, que são explicadas por – reduzamos o argumento: gastos sociais realizados a partir do fundo público. Em intervenção posterior na mesma obra, o autor textualiza em suma a contradição da operacionalização do fundo público: “O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor” (*idem*, p. 53).

¹²⁴ Ver em *Os direitos do antivalor*, de Francisco de Oliveira: *Quem tem medo da governabilidade*. (*Idem*, p. 165-96) momento onde Francisco de Oliveira, vai discutir os momentos da política – que posteriormente Pogrebinschi pôde relevar a diferença para o político (com O).

¹²⁵ Ver no mesmo livro: *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*. (*Idem*, p. 205-221)

¹²⁶ Aqui, para além dos argumentos de Celso Furtado, por exemplo, Oliveira deixa claro que a interrupção se deu por vias autoritárias: o regime abertamente ditatorial que atravessou mais de duas décadas do século passado.

direitos sociais, ou como o autor quer, da fração de antivalor nos processos de reprodução (da parte variável do capital que remunera o trabalho, por exemplo) e de produção. Poderíamos supor essa defesa política da social democracia, ou como chama em algumas oportunidades: “mudança social progressista”, certamente para se livrar do lamaçal no qual a palavra reforma foi afundada. E, com ela, a defesa do fundo público nos termos do autor, em seu momento de manutenção do antivalor, se aproxima de uma reflexão política que pôde estudar o momento do político em termos, de fato, progressistas no sentido da superação das possibilidades dadas pelo tempo histórico ao qual havia se apresentado. Se a defesa da social democracia pode, de determinado viés, parecer conservadora ao ouvido de alguns, sua comparação com uma passagem de um teórico que pensou a possibilidade de estudar uma ruptura política-prática pode fazer com que essa ideia caia por terra. Os limites dos direitos sociais que atuam como espécie de contra tendência ao galope acelerado da exploração do trabalho e da voracidade capitalista nos processos de reprodução do valor, podem, sim, se ligar a um momento de imaginação de superação das condições dadas. O par de páginas que queríamos indicar, de um outro pensador que não se liga – diretamente, mas apenas mediatamente – às defesas de Francisco de Oliveira, mas como que as ecoa (em um estudo sobre a necessidade do pensamento marxiano), é uma passagem de Henri Lefebvre, no terceiro capítulo do seu *Reino das Sombras*. Colocamos essas posições em contato, principalmente o trecho lefebvriano onde o intelectual faz um exercício positivo – em acepção rigorosa, sem operar uma negação pura e simples, mas sim, ao negar atribuições que veremos ao poder de Estado. Ao negar tais atribuições o autor nega também atuais funções de Estado, propõe um exercício positivo ao *propor* ao pensamento elaborar uma realidade social onde o existente seja superado – na tradução: deperecido, mas algo diz que o verbo de difícil tradução: *aufheben*, ressurge vindo do fundo do leito do pensamento lefebvriano das leituras em alemão. Seja como for, o exercício positivo é coroado pela manutenção de algo como um funcionamento (como quer o intelectual, com conteúdo mudado) de um fundo público socializado, no sentido de dizer respeito não à economia como esfera política nem à política como momento de Estado – como se diria no século passado: burguês. Mas sim, o fundo público como momento de realização coletiva da sociedade. Veja-se como Lefebvre (1975, p. 147) coloca o problema, que por fim lembra a distribuição dos conteúdos do fundo público: “De que funções sociais se trata? Essencialmente da apropriação e da gestão do sobreproduto” (*ibidem*), onde está escrito sobreproduto, poderíamos ler fundo público com alguma variação. O autor, depois de deitar água na falácia individualista de distribuição individual do mais-produto, projeta socialmente as bases de uma vida coletiva socializada. O que Lefebvre (1975, p. 147-8) imagina poderia muito bem ser colocado em

paralelo com o antivalor de Francisco de Oliveira nos *Direitos do antivalor*, vejamos um recorte do intelectual francês:

Tornada hegemônica, a classe operária deverá assegurar o funcionamento da sociedade inteira e deduzir do resultado global da produção o indispensável para que continuem (transformados no seu conteúdo) os chamados serviços públicos ou de interesse geral: educação, saúde, etc., além da investigação científica, da arte, etc. (*ibidem*)¹²⁷

Porém, com uma diferença, enquanto a garantia dos, pelo autor chamados serviços de interesse geral ou públicos se assentaria na coletividade, na organização social propriamente dita, ou marxianamente, poderíamos lembrar da comunidade (*Gemeinwesen*¹²⁸). Nos estudos de Oliveira está claro que a manutenção estatal do fundo público é prerrogativa para se manter a própria reprodução do valor em termos atuais, sem transmutação da função de Estado. Saímos, em Oliveira, de uma teoria de ruptura radical para uma possibilidade de manutenção, progressista, socialmente implicada com as necessidades elementares humanas da vida sob as relações capitalistas à contracorrente, por exemplo, das prerrogativas da ideologia que dissipa o momento de antivalor como função do Estado. Atentos à manutenção do fundo público como medida, não apenas reformista – no sentido do início do século XX –, mas como aposta teórica-prática, deve-se indagar em função de quê essa posição do autor desabrocha contra as anomalias da nossa sociedade. A resposta, sem caminhar por uma série de mediações, pode ser esboçada em um texto do mesmo livro de Francisco de Oliveira. A necessidade de a sociedade nacional, à época, operar a partir de uma mobilização social do fundo público se mostra em sua própria herança histórica – remontando à violência colonial – específica brasileira, com o desvendamento que o autor não apenas conta com uma história intelectual de interpretação¹²⁹,

¹²⁷ O trecho completo do texto de Henri Lefebvre (1975) é ainda mais explicativo. O filósofo se pergunta no final do trecho sobre a manutenção das forças armadas em uma situação de suprassunção, ou nos termos da tradução, no depercimento do Estado. Vale a pena conferir a passagem por inteiro, entre as páginas 146 e 148 desta obra.

¹²⁸ Se esse termo despertar interesse confira sua análise em contexto de um estudo marxiano em Pogrebinski (2009, p. 164-98), especialmente item 2.3.2 (*comunidade antes do Estado*). Duas notações secundárias são interessantes, em diversos momentos a autora se refere ao texto de Marx: *Crítica ao programa de Gotha*, mesma referência para a reflexão lefebvriana supracitada, que ao lado do próprio Marx poderia sugerir a seguinte afirmação da autora: “A realidade do conceito de comunidade, a comunidade real, só pode afinal ser conferida por essa transmutação da experiência passada em um projeto normativo dirigido ao futuro” (*idem*, p. 191). A autora, com essa frase, coroa uma reflexão acerca do conceito de comunidade, em alemão *Gemeinwesen* e a experiência histórica da *Commune* parisiense. No entanto, confira-se se a passagem também não pode ser ligada ao trecho lefebvriano acima recortado, no momento “positivo” de *projetar normativamente uma ideia dirigida ao futuro*. Isto posto, se deve insistir em ressaltar: Nas análises lefebvrianas e marxistas a questão era a superação do Estado, sua dissolução. Na análise de Chico de Oliveira, a aposta muda de patamar e passa, historicamente condizente e bem colocada, a ser mais modesta. Na quadra do fim de século a garantia dos direitos ditos sociais já bastariam para a manutenção social, ao lado de uma forma de acumulação mexida, em relação à sua fase anterior.

¹²⁹ Oliveira (1998, p. 218) não esconde as bases de sua inspiração intelectual, algumas das contribuições de desvendamento da nossa sociabilidade específica vêm lembradas nessa lista: “Em primeiro lugar, rendendo homenagem aos ‘demiurgos’ do pensamento social brasileiro, que foram capazes de reconhecer a componente autoritária na formação da sociedade brasileira, a ‘antidemocracia na América... Latina’: o avassalamento da intimidade no escravismo, por Gilberto Freyre; a estruturação descompassada de Caio Prado Jr., a que já nos

mas também contribui para o entendimento, com a licença devida, do ornitorrinco. Nos deparamos com o duplo movimento, orquestrado num paralelismo, estudado por Oliveira numa fala de 1997: *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*.

Antes, o que está em jogo? Para além da posição prática-política do autor, essa tomada de posição se dá a partir da interpretação específica da formação brasileira das relações de produção e de seu modo específico de acumular capital – estudada pelo próprio autor e sumarizada acima¹³⁰. No texto em questão, *Vanguarda do atraso*, Oliveira lembra as bases sobre as quais nosso presente foi confinado, segundo ele a vanguarda do atraso desde o período colonial até as políticas neoliberais nos países latino-americanos são um duplo que, de saída, Oliveira parafraseando Caio Prado Jr., apresentam a contradição entre contemporaneidade capitalista e defasagem em função do desenvolvimento de seu centro. Os dois momentos de vanguarda do atraso podem ser definidos, seguindo os caminhos do autor, pela forma de colonização nacional específica, um espaço de produção que liga sangue de escravizados e mercado mundial produtivamente¹³¹, e pelo descompasso socioeconômico contemporâneo que os assim chamados países subdesenvolvidos experimentam em relação às ideologias de exclusão neoliberal¹³². Esse segundo momento da ideia nos interessa, não pela discussão conceitual do termo neoliberalismo, que é amplíssima e não será aqui posta em debate, mas pelo conteúdo que carrega, vejamos:

A vanguarda do atraso, assim, mal ultrapassadas as fronteiras da segunda revolução industrial, logo se viu às voltas com a perda da capacidade regulatória do Estado, que vai desde a incapacidade para regular o sistema econômico em suas áreas político-territoriais, até apresentar a fratura exposta da violência privada e dos grupos, gangues, redes de narcotráfico, que tornam letra morta o monopólio legal da violência. Não precisamos citar especificamente nenhum de nossos países: em todos, sem nenhuma exceção, o Estado é uma presa fácil da violência privada, que ele mesmo em

referimos; o ‘homem cordial’ e seu horror às distâncias, de Sérgio Buarque de Holanda; a sociabilidade do favor, de Machado de Assis/Roberto Schwarz, a ambiguidade do público e privado do patrimonialismo de Raymundo Faoro. É nessa base que reside a virtualidade do *apartheid*, que funda uma culpabilidade popular que se resume na desconfiança de uma parte dos pobres sobre eles mesmos” (*ibidem*).

¹³⁰ Coroadada com a publicação no início do século de o *Ornitorrinco*, já citado, juntamente com a *Crítica da razão dualista*, ambos os textos de tempos diferentes reunidos no mesmo volume.

¹³¹ Veja-se a posição do problema por Oliveira (1998, p. 206): “[...] o Brasil, exemplarmente, nascia para o sistema na sua vanguarda, isto é, como lugar de produção. O atraso da vanguarda aparecia duplamente, seja na própria forma de estruturação da colônia à base do tráfico e do trabalho escravos, seja como uma contradição da vanguarda que reproduzia na colônia o que ela mesma já extinguíam, isto é, a servidão e o escravismo. [...] A vantagem da vanguarda do atraso logo transformou-se numa desvantagem, cujos efeitos seculares perduram, apesar ou talvez *et pour cause*” (*ibidem*).

¹³² Neste outro passo, Oliveira (1998, p. 208) adjunta esse outro elemento do atraso à especificidade nacional, se assim podemos recortar: “A vanguarda do atraso consiste em chegar aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos [...] de Mariategui a Caio Prado Jr., de Raúl Prebisch a Celso Furtado, para citar uns poucos, ao elaborarem as teorias de nossa especificidade, nunca pensaram que a mesma tivesse sido produzida em função exclusiva das contradições internas, mas exatamente no cruzamento com o capitalismo mundial. É nisso que consiste tanto a especificidade quanto a singularidade do subdesenvolvimento como a negação do desenvolvimento linear.” (*ibidem*).

sua função de *condottiere* e, por consequência, em sua dilapidação financeira, estimulou até o surreal. (Oliveira, 1998, p. 209)

A vanguarda do atraso passa a ser analisada como um processo de formação com algumas continuidades, um movimento que caminha de acordo com a singularidade, chamemos assim, do subdesenvolvimento, sem por isso o dualismo ser considerado como explicativo nessa progressão. O fato de nosso tipo de colonização ser produtiva, momento de vanguarda, como expressa Oliveira, faz as singularidades desse desenvolvimento se referirem não só ao presente, à relação exterior no sistema dividido entre territórios nacionais, mas também se ligarem a uma especificidade histórica, no passado, uma espécie de pecado original – que foi a impossibilidade de formação do trabalho livre capitalista, classicamente. Esse momento da elaboração do autor como que explica em retrospecto sua necessidade para o entendimento do debate entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz, realçado por Oliveira como a sociabilidade do favor. Mas, num passo adiante, o pensamento de Roberto Schwarz se desliga do assim chamado ciclo de dualismos – ao contrário do que afirmou Maria Sylvia – pela tarefa de explicar a nossa singularidade de formação. Esse pensamento passa a montar a especificidade ela mesma, em uma análise da primeira obra da segunda fase machadiana, que desmonta uma explicação sem movimento, imobilizada nos dualismos, da formação social brasileira. Ou melhor, remonta a esse campo de estudo, cor e movimento locais. A indicação de uma superação do dualismo foi feita não apenas pelas aproximações intelectuais entre Oliveira e Schwarz, mas pela manutenção da dualidade mobilizada na dialética específica da impossibilidade de formação nacional. O que se passa, para encerrar a posição do problema dos dualismos direcionada e algo encaminhada por Francisco de Oliveira, como que se registra por meio de uma dupla fórmula englobando, por um lado: a nota capitalista da exploração colonial e, por outro, o descompasso contemporâneo, sentido no início do século XXI. Da vanguarda do atraso à evolução singular do ornitorrinco. Desde a marca de nascença a assim chamada nação operou no/para/ante o capitalismo. Desde o presente nossas marcas, duas, de nascença operam como impossibilidade de realização em função do parâmetro do centro. “Venceu o sistema de Babilônia e o garção de costeleta” – é a epígrafe explicada na primeira linha da interpretação do próprio Roberto Schwarz da última análise de Francisco de Oliveira que vislumbrou o esgarçamento do desenvolvimento¹³³. O mais importante a remarcar são as consequências tiradas pelo crítico

¹³³ O referido prefácio e explicação aparece à edição citada do *Ornitorrinco* acompanhada do texto *Critica da razão dualista*, vejamo-la: “[...] no que nos tocava, a vitória ficara com o sistema de Babilônia, quer dizer, o capitalismo, e com o garção de costeleta, quer dizer, a estética kitsch. O resultado da fermentação artística e social dos anos 20 e 30 do século passado acabava [no imediato pós Segunda Guerra – 1946] sendo esse. Um ciclo depois, guardadas as diferenças de gênero, os ensaios de Francisco de Oliveira expõem um anticlímax análogo,

literário do diagnóstico de época, algo atual, disposto na fisiologia do ornitorrinco: “O paralelo com Oswald, enfim, interessa também porque leva a recapitular a lista comprida de nossas frustrações históricas, que vêm do século XIX, sempre ligadas ao desnível tenaz que nos separa dos países-modelo e à ideia de o transpor por meio de uma virada social” (Schwarz, 2013, p. 12). Em duas palavras, estão dispostas as afinidades eletivas – uma dança de parâmetros – entre as análises de Schwarz e Oliveira¹³⁴. As perguntas desse prefácio encontram-se nos limites políticos do desenvolvimento e da democracia. O que resta sobre as afinidades é uma preocupação em compreender a quadra histórica do mundo, ao encaminhar ao autor de *O ornitorrinco* um par de perguntas seu intérprete possibilita uma reflexão acerca do lugar das ideias apresentadas nesse texto. Talvez, seja por meio – também – dessa interpretação que o século atual pôde pensar a posição da periferia do capitalismo diante daquela contemporaneidade que superaria o momento de desenvolvimentismo nacional. Aliás, na primeira hora, a posição mais debatida no que se refere aos excertos de *O ornitorrinco* acerca da vida política institucional. Em resumo, encaminha-se uma interpretação que supera a história de dualismos para movimentar as categorias, não raro dualizadas, em sentido dialético. É o movimento sugerido pelo próprio intérprete: nos termos de Schwarz (2013, p. 20-1), “a reflexão sobre a impossibilidade de uma competição sem perdedores, ou, por outra, sobre a impossibilidade de um nivelamento por cima [...] impele a questionar a ordem que engendra o problema” (*ibidem*). Essa primeira parte de uma sugestão ainda por vermos, em relação ao autor prefaciado, se relaciona com o momento de desnivelamento, não da economia interna do desenvolvimento econômico nacional como o texto dos anos setenta, *Crítica à razão dualista*, sugeria. Mas, sim, indaga acerca de um desnivelamento – quase insuperável – em relação à novidade introduzida pela revolução técnica das forças produtivas em escala mundial. Uma economia nacional com sua disposição industrial estancada na segunda revolução se paralisa sem meios para alcançar a terceira. Vejamos: para um problema eminentemente econômico os autores encaminham uma tarefa política como que numa só voz: “aqui, depois de [Francisco de Oliveira] ter ativado a disposição política em âmbito nacional, a reflexão dialética passa a

ligado ao esgotamento do *desenvolvimento*, que também vai se fechando sem cumprir o que prometia.” Prefácio de Roberto Schwarz à Francisco de Oliveira (2013, p. 11).

¹³⁴ Os elementos, por a+c e b+d, aparecem nesse prefácio nas perguntas, que Schwarz escreve ao amigo. Copio aqui trecho que salta aos olhos, defronta-se nele os interesses entre as tais afinidades que giram em torno dos dois intelectuais: “De outro ângulo, note-se como é vertiginoso e inusitado o andamento das categorias: estão em formação, já perderam a atualidade, não vieram a ser, trocam de sentido, são alheias etc. Uma classe-chave perde a relevância, entra em cena outra nova, de composição “chocante”; o desenvolvimento das forças produtivas desgraça uma parte da humanidade, em lugar de salvá-la; o subdesenvolvimento deixa de existir, não assim as suas calamidades; o trabalho informal, que havia sido um recurso heterodoxo e provisório da acumulação, transforma-se em índice de desagregação social, e assim por diante.” (Schwarz, 2013, p. 16).

paralisá-la na sua forma corrente, ou melhor, passa a solicitar um tipo de política diversa, meio por inventar, para a qual a questão nacional é relativa” (*idem*, p. 21). No caminhar das questões colocadas por ambos os autores no texto original e em seu prefácio reencontram com as duas esferas basilares para a configuração da modernidade: a economia e a política. Elas são postas em movimento de maneira que uma e outra se abrem para os problemas— lembre-se — que apenas de forma relativa podem ser apanhados no nível do desenvolvimento nacional.¹³⁵

Se iniciamos este *intermezzo* para situar Francisco de Oliveira no debate entre as interpretações da formação brasileira como um dos primeiros, ao lado de Maria Sylvia de Carvalho Franco, propositores de uma superação dos dualismos constitutivos, chegamos a uma análise contemporânea, que veio sendo delineada a partir daquele ideia inicial de que não existem, apartados entre si, em termos do entendimento nacional, atrasado e moderno. Mas, sim, um processo de constituição das particularidades que fizeram da formação que aspirou um dia a criar a sociedade nacional. O resultado, onde chegou o pensamento crítico corporificado por Oliveira, é ele mesmo explicativo da crítica ao dualismo, pois a própria formação brasileira contraditória põe em destaque a crítica teórica proposta numa primeira hora dos estudos aqui acompanhados. Quando dissemos muito acima que a linearidade e cronologia do aparecimento desse pensamento crítico é de difícil acompanhamento, isso significa que a própria elaboração de Francisco de Oliveira, autor que se fez necessário acompanhar, vai se mostrando como saída argumentativa para um problema que acompanha a formação nacional desde que houve algo como nação brasileira. Isso indica que ao lado dos dualismos, formou-se uma escola crítica que interpretou, desde o problema colonial, o longo e relativamente recente problema de formação a contrapelo da lista de partições binárias. A superação dos dualismos e, em termos antiquados: o desenvolvimento do subdesenvolvimento, perdeu a hora e a vez para uma conformação específica do presente. Se as categorias se transmutam: “estão em formação, já perderam a

¹³⁵ Prestando-se atenção aos movimentos de delineamento das perguntas, afinal, o prefácio de Roberto Schwarz é intitulado por: *Prefácio com perguntas*; elas começam por um problema assentado na esfera econômica: “Nada mais distante do Autor que os sonhos de Brasil-potência e que o desejo de passar a perna nos países vizinhos. Contudo é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas. Por outro lado, como não seria assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? Como escapar à posição prejudicada sem tomar assento entre os que prejudicam?” (Oliveira, 2013, p. 20). Eis que o debate, já comentado acima, encaminha uma resolução ao nível do político, mas, como um reflexo do estágio contemporâneo do capitalismo, barrado por uma obnubilação específica, o fetichismo da mercadoria elaborado desta maneira nas últimas frases do prefácio, diz Schwarz: “Um dos eixos do ‘Ornitórrinco’ é a oposição entre Darwin e Marx, entre a seleção natural, pelo jogo imediatista dos interesses [leia-se competição?], e a solução consciente dos problemas nacionais e da humanidade. Ora, na esteira do próprio Marx, os argumentos de Francisco de Oliveira estão sempre mostrando que nada ocorre sem a intervenção da consciência; porém... Presente em tudo, mas enfeitada pelo interesse econômico, esta funciona *naturalmente* e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse.” (*ibidem*). Na esteira do próprio Marx, há um barramento da esfera política no nível econômico.

atualidade, não vieram a ser, trocam de sentido, são alheias etc.” (como citado acima). No desenrolar da forma social real, Schwarz consegue mostrar o movimento do pensamento de Oliveira que acompanha a ultrapassagem dessa própria forma. Numa reflexão retrospectiva, o crítico literário consegue tirar as conclusões que a história tratou de desfazer, apesar de longa, a citação encerra o problema: “O lance era dialético e de mestre, com repercussão em duas frentes”, quais sejam, algumas características tidas como “atrasadas do Brasil”, inchaço do terciário, luta pela subsistência nas grandes cidades (cf. Schwarz, 2013, p. 18), “Para o Autor, contrariando o senso comum, estes não eram vestígios do passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuíam para o baixo custo da mão de obra em que se apoiava a nossa acumulação” (*idem*, p. 18-9). Contudo, o que importa levar em consideração é a posição frente a esse, digamos, achado teórico: continua Schwarz (2013, p. 19) ao tratar as “duas frentes de repercussão”:

Por um lado, a responsabilidade pelo teor precário da vida popular era atribuída à dinâmica nova do capitalismo, ou seja, ao funcionamento contemporâneo da sociedade, e não à herança arcaica que arrastamos mas que não nos diz respeito. Por outro, essa mesma precariedade era essencial à acumulação econômica, e nada mais errado que combatê-la como uma praga estranha ao organismo. Muito pelo contrário, era preciso *reconhecê-la* como parte de um processo acelerado de desenvolvimento, no curso do qual a pobreza quase desvalida se elevaria ao salário decente e à cidadania, e o país conquistaria nova situação internacional. *A pobreza e a sua superação eram a nossa chance histórica!* Sem entrar no mérito fátual da hipótese, a vontade política que ela expressa, segundo a qual os pobres não podem ser abandonados à sua sorte, sob pena de inviabilizar o progresso, salta aos olhos. Em lugar do antagonismo assassino entre Civilização e Barbárie, que vê os pobres como lixo, entrava a ideia generosa de que o futuro dependia de uma milagrosa integração nacional, em que a consciência social-histórica levasse de vencida o imediatismo. Uma ideia que em seu momento deu qualidade transcendente aos escritos de Censo Furtado, às visões da miséria do Cinema Novo, bem como à Teoria da Dependência (*ibidem*).

A pobreza e sua superação eram a nossa chance histórica, a exclamação destacada como momento da reflexão que dissolve a dualização estanque e movimenta a própria história do pensamento brasileiro ao lado da história factual. A pobreza uma vez mais volta ao primeiro plano como mais que oportunidade, como determinação de superação que, a bem da verdade, e como vimos, não foi realizada no sentido do cultivo de uma consciência social. Ao contrário, é só rememorar a discussão proposta sobre processo representado em *Cabra marcado para morrer* intitulada *Fio da meada*, onde vimos o rebaixamento – em sentido estrito – do momento político sob a determinação econômica (posta acima ao comentarmos a relação entre o que o filme analisado *mostra* e o que *conta*). Reaparece, nunca abandonado, o conceito de vida popular. Com a perenidade da pobreza não mais como chance histórica, mas como marca de nossa sociabilidade sem sociedade. Nos termos schwarzianos (e está aí uma vertente que demanda estudo formal, muito interessante, sobre a *démarche* e o estilo próprios do crítico): a

pobreza é estrutural e estruturante de nossa *cor local*. E não a pobreza *sans phrase*, mas uma forma específica que diz respeito à vida dos pobres localmente.

O que se deve reter é que o caminho interpretativo traçado por Francisco de Oliveira pode ser compreendido em seu marco inicial a partir de uma crítica teórica, categorial, mas seu desenvolvimento transforma essa crítica cujos objetos vão desde pontos de vista cepalinos, passando pelo que a teoria da dependência deve e reproduz dos dualismos constitutivos desde que nascemos no concerto das nações modernas ao nosso modo – isto é, pautado colonialmente pela escravidão e patrimônio. Essa crítica se desenvolve ao lado do processo que acompanha o curso da história nacional, em perspectiva de seu desenrolar real. O movimento proposto por Oliveira aponta, a cada ciclo econômico de relativa longa duração, uma análise política e economicamente semovente, à altura da complexidade do presente, ao propor uma dupla superação nessas duas esferas. Dada a impossibilidade de “entrar para o concerto das nações” vencedoras, a análise mostra as fraturas frankensteinianas que, até que se prove o contrário, é nosso tempo nacional, que também pode ser apreciado do ponto de vista dos países centrais. A construção de um monstrengo, com uma parte – um pé – em cada configuração histórica, fora apontada por Oliveira, e seu próprio processo particular movimenta-se dentro da “contradição em processo” (Marx), por sua vez mais ampla. Contudo, na nacionalidade brasileira estão realçadas as categorias algo duais, relacionadas à *cor local*.

Vista a elaboração a partir do ponto de vista acompanhado, a partir de Francisco de Oliveira, podemos voltar para o debate que levou os textos de *Ideias fora do lugar* e, talvez, de *Ao vencedor as batatas* por completo a serem identificados à pecha dualista. Acima, Maria Sylvia viera de tocar no ponto. Voltemos ao debate tendo conscientemente isto em vista: Oliveira ao lado de Maria Sylvia de Carvalho Franco colocam o problema do dualismo, chave e vício de interpretação social-histórica (e mais) da formação nacional. Francisco de Oliveira, ao lado de Schwarz, com uma produção intelectual que caminhou, novamente, como designado por ele mesmo através de afinidades eletivas, superam o momento do dualismo, não esfumando o momento do duplo de nossa formação, mas movimentando os pares contraditórios num processo de desenvolvimento. Em entrelinhas, Schwarz aponta que as análises do sociólogo colocam em relevo o momento nacional, e o superam ao fazer pensar, ou melhor: “impele a questionar a ordem que engendra o problema”. Essa superação é o acolhimento de um ponto de vista específico, que só pôde ser passado a limpo a partir da interpretação do debate entre Maria Sylvia e Schwarz, no posicionamento de Paulo Arantes do *Sentimento da dialética*.

Roberto Schwarz, ele mesmo, recoloca o problema trinta anos depois aproveitando o desenrolar do fio que Arantes expôs em *Sentimento*. Em uma entrevista realizada no vigésimo

encontro da ANPOCS, mas publicada apenas recentemente¹³⁶, o autor detalha uma inspiração “de objeto”, a saber, a relação de dependência pessoal que operou, ao lado da norma burguesa falseada, no Brasil. Para tratarmos esse ponto avançaremos, mas não sem antes indicar como a superação das dualidades opera, como apontada por Francisco de Oliveira, no bojo do próprio pensamento crítico. A última palavra acerca dessa discussão pode ser tomada pela seguinte explicação, que se relaciona com as análises de Oliveira acima discutidas:

Voltando a Maria Sylvia e à objeção que ela me faz, de dualista: o dualismo não se suprime por um ato de vontade, ele é um dado geral do capitalismo em toda parte, é a sociedade cindida. Agora, se você é um espírito dialético, não para na dualidade e trata de revê-la dentro de um movimento mais amplo e de fundo. Entretanto, se você recusa a dualidade como ponto de partida, você não faz análise dialética. Aliás, não só dialética, vira tudo um mingau indiferenciado. (Schwarz, 2019, p. 234)

Está, portanto, apontada a indiferenciação, já referida entre contradição de dois mundos relacionados que se medem entre escravidão e capitalismo e a “unidade contraditória”¹³⁷ não resolve o dualismo. O que resolve é colocar, em processo, um mundo cindido duplamente.

¹³⁶ Reunida em Schwarz, Roberto. *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas cidades e editora 34, 2019, p. 223-251.

¹³⁷ A contradição que se instalou entre as formas de produção no período colonial brasileiro, que serviu de inspiração para os estudos de Schwarz – segundo ele mesmo inspiração vinda dos estudos de Fernando Henrique Cardoso sobre a escravidão meridional, por um lado. Por outro, a resolução de Maria Sylvia da tensão dual de nossa realidade como unidade (capitalista) contraditória (localmente), como tentativa de extirpar – ou suprimir nos termos do crítico – a cisão social. Em uma lampejo, se ao duplo – é só lembrar sumariamente das partições marxianas – é dado na explicitação das contradições europeias, como não funcionaria, exponencialmente, aos problemas complexificados das ex-colônias?

3.5. Roberto Schwarz sobe o morro

A pobreza no urbano é a pobreza urbana é a pobreza¹³⁸. É o que leva um filósofo¹³⁹ a se dedicar a estruturar um livro tendo em vista explicar um debate, passados vinte anos de seu início e intitulá-lo por *dialética*? Onde o movimento?

Grande parte da obra de Roberto Schwarz abarca a compreensão da *vida popular*. Mesmo que inverta, machadianamente, o ponto de vista para explicar determinados processos de dominação que funcionam de forma diferencial e secundária na periferia do capitalismo. O conceito de vida popular foi até agora tangenciado a partir da referência a textos de menor centralidade dentro da constelação que forma a obra do crítico – à maneira de Schwarz acesa. Como defenderemos, a parte central de seus estudos não explica o objeto com o qual nos propomos nos defrontar aqui, a *favela*. Conquanto, ao contrário, eles pintam um horizonte sob o qual a favela surge na vida nacional e, ao colori-lo, explicitam diferenças locais, muitas vezes esfumadas no curso dos estudos das ciências humanas. A pobreza foi chave, teórica e política, de compreensão para muitos/as intelectuais que tentaram captar nossa *nota específica*. Como momento de compreensão da pobreza, a inteligência teve que estudar seu outro, seu duplo, a formação ambígua de determinada fração da elite nacional. Isso explica por que os debates acerca de *Ao vencedor as batatas*, e em especial o texto que abre esse estudo: *Ideias fora do lugar* voltam sempre à ribalta. Não que seja uma discussão irresolvida, de outra sorte, ela se resolveu no processo histórico do século passado que colocou a pobreza em destaque, em particular a pobreza urbana que – como a barata kafkiana – atalhamos por materializá-la pela favela. Ora, ideias fora do lugar, repetindo, é apenas o início de uma longa reflexão que vê o presente nacional já refletido entre duas capas de alguns livros de literatura, datados de meados do século XIX. O debate e sua concreção não resolvem o problema fático, mas ao operarmos como Schwarz saúda o pensamento de Francisco de Oliveira, fazem colocar em questão a pobreza em várias de suas manifestações, ao mesmo tempo que diretamente toca a favela: cicatriz, antiga e ainda aberta, em toda grande cidade. São as proposições de Roberto Schwarz

¹³⁸ É evidente que a fórmula adotada nessa frase leva em consideração um texto de juventude de Roberto Schwarz: *Uma barata é uma barata é uma barata*. Onde o crítico trata *A metamorfose* kafkiana. Na longa e multifacetada discussão que sempre lembra do inseto objetado naquela metamorfose como não sendo barata, mas sim inseto em geral, mais vale chamar de barata um inseto tão escabroso (*Ungeziefer*) como lá, no conto, num primeiro momento sempre se imagina. O texto de Schwarz não trata de nomes, ao contrário, trata da manutenção da calma, alheamento e impotência face a um mundo já soterrado – presentificado. Cf. Schwarz, Roberto. *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981, p. 59-72. Não sem razão, o filósofo que tratamos, Paulo Arantes, retoma essa ideia para pensar o “novo tempo do mundo”, um tempo sem tempo.

¹³⁹ Paulo Arantes, o pensador da Fratura brasileira do mundo, como já indicado, leva em conta, mais que como inspiração, a ideia do amigo Roberto Schwarz. É o que ao fim desse trecho devemos ver: como?

que garantem responder à pergunta, colocada bem atrás desses escritos, por que a favela brasileira e carioca, ao invés dos subúrbios das grandes cidades inglesas, carrega consigo momento de verdade explicativa sobre, não só a conformação local, mas as devassas do sistema capitalista em geral. Diga-se: a diferença entre o morro da Providência ou o do Castelo para a pequena Irlanda é que aqui a escravização e a dependência pessoal são traços da constituição desses lugares.

Um parêntese, Lícia Prado Valladares (2005) trata em especial dos preconceitos raciais, mas também de outras formas de moralismo, imiscuídos na aura pseudocientífica despejada sobre as primeiras favelas por meio de pesquisas, em grande parte carregadas de eugenia, realizadas na primeira metade do século XX na capital federal. Nosso Rio de Janeiro: berço do modelo de favelas, as quais tal nome faz surgir na imaginação. As conclusões dessas pesquisas são, em todas as medidas, racistas¹⁴⁰. No entanto, a secção racializada usada para nelas recensear os moradores de favelas aufere, estatisticamente, repetidas vezes, a maioria de moradores desses espaços como sendo pretos e pardos. Esse registro diz daquela estrutura que eiva nossa sociedade desde sua gênese, pela instituição da escravização. O ponto de vista focalizado pela autora aponta e intenta dissipar tais aberrações históricas, contudo, não dispensa a devida atenção em explicitar essa herança colonial a mobilizando desde uma perspectiva que mantenha tensionado o racismo. Se a autora mantém, a cada passo de seu estudo, a atenção voltada a identificar preconceitos os mais diversos, por outro lado, trata a herança racial na constituição dos morros cariocas, e sem medo de errar podemos alargar essa estatística para as demais favelas nacionais – e no tempo – como um dado pouco explorado, apesar de vez ou outra essa estrutura cindida, cuja afluência remete à escravização, aparecer em rápidas menções que não chegam a se configurar como questão. A bem da verdade, esse propósito não fora objetivado pela autora, apesar de seu argumento central requerer que tais fundamentos da forma

¹⁴⁰ Lícia Valladares (2005) foi feliz em mostrar o problema do racismo e da identificação dos favelados como bandidos, desvalidos, vagabundos, marginais etc. – discurso, até o presente repetido vindo dos bueiros mais fétidos, como a boca de um ex-presidente da república cujo mandato se arrastou desde 2018 até 2022. Veja-se um trecho copiado pela autora de uma conclusão num documento oficial do DF, datado de 1949: “Não é de surpreender o fato de os pretos e partos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população” (*idem*, p. 65). Para o viés eugenista, conferir a continuidade do texto citado. Uma virada nos anos 50 de metodologia no recenseamento mostra um viés, também, em relação à empregabilidade das populações à época faveladas. Esquecendo o que é PEA, esquecendo o “trabalho” realizado no âmbito da própria casa em grande parte feminino, as aspas por, de fundo, nos referirmos à discussão do momento dissociado que a reprodução do valor carrega consigo –; esquecendo a dita informalidade e outras variáveis. Deixando esses fatores de lado, os estudos conservadores auferiam uma média de desemprego de 65% aproximadamente, desmentida com critérios mais reais no desenrolar dos censos e de outras pesquisas mais rigorosas. (Ver: *idem*, p. 68-71). As favelas, portanto, não eram lugar de desocupados, do ponto de vista produtivo. Um passo atrás, voltaremos a uma ideia que a autora não levou em consideração.

social sejam tocados. Valladares (*idem*, p. 70), contudo, apresenta um percentual de 71% de pretos e pardos, nas estatísticas mais rigorosas – a saber, da pesquisa de 1950, sem aprofundar no sentido da escravidão *mais ampla e de fundo* (Schwarz, linhas atrás). Pois, se a autora abre sua obra com uma partição dualista, repondo o problema atrasado *versus* adiantado, nos termos: favela está para o atrasado contra cidade que está para o moderno¹⁴¹, esquece a mobilização daquela dualidade de nascença que se liga ao cotidiano de um país recém colonizado produtivamente. E encerra o texto com uma espécie de elogio da integração da favela – não estritamente à cidade – mas principalmente ao mercado. A autora mobiliza o exemplo prático da Rocinha do início dos anos 2000 e a integra não apenas à cidade que em sua elaboração deixa de ser cindida por linhas que separam, por bem, alguns setores de outros¹⁴², mas faz sublinhar as relações mais banais do mercado que sobe o morro. Assim, a cidade não é mais *Cidade partida*, mas torna-se uma só: a que reproduz valor na troca de equivalentes. *Serviços e mercadorias operam como em qualquer outro lugar do globo*, ali, na favela, o espaço da mercadoria está homogeneizado. Não nomeamos por território tais setores de uma cidade dividida, favela entre esses, uma vez que assim identificar imediatamente o termo à essa categoria requer uma defesa de que as favelas se conformam como territórios, muitas vezes em disputa (interna, externa), o que faria nos desviar do propósito central. Qual seja, manter a dualidade constitutiva no plano de fundo, sim, mas também no próprio ser aí da favela. Se lembrarmos da citação ao meio desse texto, à nota 79, integrou-se: *A favela riu, se pendurou no braço do mercado e se deixou conduzir por ele através da escuridão*. A defesa que vimos na nota anterior 142, do mercado e da empresa, deixa um recado que, sem pretensões de

¹⁴¹ A baliza da autora, que estudou principalmente como na história intelectual a favela foi abordada, parte do problema euclidiano, de Euclides da Cunha, da apreciação e influência “clássica” atingida por esse autor. Divergimos da interpretação de Valladares nesse ponto, o que caberia capítulo a parte e demandaria novos estudos. Ora, basta indicar que o ponto de vista de Valladares não mobiliza, ao não extrair do argumento de *Os sertões* as contradições formais que a obra lega à posteridade, se lida de forma crítica.

¹⁴² A construção da autora, Licia Valladares (2005), confunde uma posição livre dos inaceitáveis múltiplos preconceitos, os quais ela foi feliz em identificar, com o elogio da integração pura e simples desses espaços ao mercado e à cidade de forma acrítica. Vale conferir o capítulo conclusivo por completo (*idem*, p. 153-163), onde o elogio empresarial embebe essas páginas. Deixamos apenas um parágrafo indicativo de tal posição, que representa o ponto de vista elogioso: “Serviços médicos privados, clínicas particulares, entre as quais um centro médico de exames [...]; laboratórios de análises clínicas, dentistas, médicos especializados, ginecologistas, entre outros, estão instalados para receber os pacientes da favela. Encontramos também pelo menos um veterinário. Escritórios de advocacia especializados em direito penal e do trabalho estão implantados [que bela expressão] na Rocinha. As oito agências imobiliárias da favela (a maior delas gerenciando 1500 contratos) negociam a locação de locais de uso residencial ou comercial. O problema crucial dos transportes é resolvido através de uma linha de ônibus privada (120 ônibus), assim como de moto-táxis (cerca de 200) que servem à Rocinha a partir de sete pontos diferentes. Uma empresa de táxis tem ali a sua central com telefone, atendendo a todos os bairros da zona sul do Rio de Janeiro. Um empresário local também teve a ideia de propor um ônibus escolar às famílias que desejam garantir aos filhos a segurança do trajeto até a escola pública. A descoberta da favela pelo turismo profissional parece ter sido um sinal da integração desses espaços a modernidade e à economia de mercado” (*idem*, p. 155). Que maravilha é esse retrato da *pax* social em si mesma.

mobilizar de maneira fraseológica um dos grandes pensadores do século, lembram a integração estudada por Adorno em uma breve passagem de um aforismo para outro, no início de sua *Minima Moralia*¹⁴³. Mas, deixemos de lado essa curta digressão que reflete o lugar do intelectual na modernidade para retomar a posição das ideias de Schwarz. Elas, por sua vez, dão amplitude e profundidade ao problema que nos importa, a favela. São o contraponto para a posição que exemplarmente Valladares nos apresenta. Se a integração é a palavra que explicita a posição da favela na cidade – note-se que a autora, por essa posição, repõe o dualismo que criticou logo de saída em seu livro – a manutenção e mobilização de dualidade(s) pode contribuir para compreender melhor esses espaços que, concordando com a autora, automaticamente tendem a ser vistos como espaços da pobreza irrefletidamente. Agora, integrar esses locais, sem mais, à pobreza do espaço da mercadoria é passo que fica aquém das contribuições diversas para essa reflexão.

I

De volta ao debate que envolve os estudos machadianos de Roberto Schwarz, em sua primeira hora se dá a explicitação de uma sociedade cindida a partir de um duplo: a escravização e as relações de dependência que essa instituição gerou¹⁴⁴. Estão postos já de início o problema do trabalho e da sociedade *original* que somos em função da matriz da forma social europeia. O trecho copiado à última nota diz da assim chamada crítica de uma ideologia secundária e abre campo para grassar o debate que perdurou entre dualidade e dualismo. Com sua resolução, encerraremos a abordagem desse debate para acompanharmos a pintura realizada pelo crítico dos problemas que habitam nossa conformação nessa seara dual de saída – naquela tão repetida fórmula de nosso encontro entre o ser e o ser-outro. É que de partida, o ponto de vista do crítico

¹⁴³ Veja-se se a reflexão adorniana de um dos lugares do intelectual na sociedade, pelas palavras-chave: condescendência, ajustamento e colaboração, não cabem à saída conclusiva que vê a Rocinha como verde vida. Eis a voz de Adorno (1992, p. 19-20): “Condescendência e falta de presunção [no sentido de suspeita, conjectura?] são o mesmo. Ajustando-nos à fraqueza dos oprimidos, confirmamos nesta fraqueza o pressuposto da dominação e desenvolvemos nós próprios a medida da grosseria, obtusidade e brutalidade que é necessária para o exercício da dominação. Quando, na fase mais recente, o gesto de condescendência desaparece e só o ajustamento se torna visível, é então precisamente, nesta completa ofuscação do poder, que a relação de classe disfarçada se impõe da maneira mais implacável. [...] Toda colaboração, todo humanitarismo por trato e envolvimento é mera máscara para a aceitação tácita do que é desumano”. (*ibidem*). Contudo, a inversão daquela posição de insuspeitada aceitação ao não interrogar a integração da favela, ao manter-se condescendente com ela, não dá ao problema ares de resolução. Uma situação anterior à integração mercantil pode ser pior que a situação descrita.

¹⁴⁴ A ideia basilar de toda a obra crítica sobre a poética de Machado de Assis aparece na primeira página do seu primeiro escrito acerca do tema, no capítulo I, *As ideias fora do lugar*, da obra *Ao vencedor as batatas*. Em suma, Schwarz (2012a, p. 12) escreve: “Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também [Marx, entre outros, explica]; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, do original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do *favor*” (*ibidem*).

chama a atenção para as particularidades da formação nacional com um desajuste em relação ao tempo europeu. Schwarz (2012a, p.17), antes, não nega que as categorias do capitalismo que em vias de se mundializar se realizam na nação que se inicia com a independência, passo ulterior da colonização. Contudo, aponta justamente que seu funcionamento é outro. Veja-se:

Na Europa, ao atacá-los [o jogo entre favor e interesse], o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. – contra as prerrogativas do *Ancien Régime*. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos na Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais – a colonização é um feito do capital comercial. (*ibidem*)

Relembremos a objeção de Maria Sylvia exposta em momento anterior, onde ela vê dualismo na contraposição entre mundo colonial e Europa. Uma vez que para a autora essas duas realidades têm a mesma essência, a produção visando o lucro, com variação em seu funcionamento apenas nas manifestações locais, as quais estudou a partir do mundo rural oitocentista. A resposta a essa objeção, que aponta como que estancados os momentos *interno* e *externo*, está no sentido de nossa colonização¹⁴⁵, sumarizado na última frase do trecho de Schwarz.

Um passo importante de Schwarz é explicitado por ele mesmo em entrevista recente ao comentar a mudança de foco do rural para o urbano em seus estudos. Eles mantiveram de sua professora as relações de dependência como eixo de análise. Ou melhor, não apenas elas, mas a forma social que tem no *favor* o sentido legado à sociedade onde a moderna escravidão se manteve por tanto tempo – a em que mais essa instituição foi intocada.

Em cinco páginas transcritas da entrevista *Ao vencedor as batatas trinta anos depois*, recém editada numa coletânea sobre a obra de Schwarz (2019, p. 223-51), a falsa-polêmica reaparece entre ambos os autores. Sendo que a mudança de objeto de estudo, da dependência

¹⁴⁵ A afirmação é antiga, mas remete a uma verdade que constitui uma das bases do pensamento de Schwarz, lembrada oportunamente por Paulo Arantes como transcrito em uma nota páginas atrás. Queiramos conferir como encerra o texto *Sentido da colonização* na Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr. (2011, p. 29): “Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais [note-se que Celso Furtado manterá o termo inversão, caro à economia, mas utilizará sem pechas o termo capital – cabedais deve vir da dicção, por exemplo, de Gilberto Freyre], e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas e depois negros importados” (*ibidem*). Metade, ou mais, desse texto que abre essa *Formação* trata das diferenças da colonização, a bem da verdade, entre América setentrional e meridional, diferenciando por sua vez a particularidade da escravização de africanos, que ocorre em ambas mas com a particularidade que meridionalmente nossa Secessão ocorre machadianamente.

do mundo rural¹⁴⁶, passa a ser vista pela ótica vertida formalmente em toda a obra machadiana. “A questão [a relação entre dependentes e propriedade rural – *o latifúndio cria pobres sem direito* nas palavras de Roberto] reaparecia em posição central para o país, com o grau de abstração e a envergadura próprias ao grande romancista [Machado de Assis]” (*idem*, p. 235). As relações não capitalistas, digamos assim, mas num mundo organizado pela mercadoria, ao lado do apagamento de direitos burgueses de forma brutal em âmbitos locais – brutal sim como o sangue que escorre nos capítulos iniciais da autora referida testemunha –, passa a não ser visto do ponto de vista do que acontece na província. Voltemos ao passo do autor entrevistado: “O romance de Machado, pelo estilo, vai abrir uma frente que no material de Maria Sylvania não podia existir: a inflexão setecentista da prosa, calcada em autores franceses e ingleses, expõe a experiência brasileira aos padrões gerais da ordem burguesa” (*ibidem*). Mas como? Justamente pelo deslocamento das relações geradas pela instituição da escravização, que operaram como resultado do sistema colonial, onde o mercado e a organização da liberdade do trabalho não se viram. Mas, deslocamento de onde para onde? Do assim chamado mundo rural para o mundo em vias de urbanização, onde se tocava piano, lia-se, morava-se em sobrados e havia aspiração de riqueza moderna, de relações copiadas de um padrão moderno. Essa medida, o que serve como medida e mediação para a instauração da modernidade localmente, não é outra coisa – não passaria por outro caminho – que a formação do trabalho com todas as suas decorrências jurídicas, no nível de formação de um sistema de direito, a individuação moderna etc., sua totalização como base e substância da vida no mundo moderno, porque é sabido que a liberdade do trabalho é fundamental para a modernização da sociedade¹⁴⁷. Mas, auto lá: “Com isso, a temática que Maria Sylvania estudou é medida pelo metro da civilização dita adiantada, e mais – aí entra a grande imparcialidade machadiana – ela não será só medida como vai medir ela também” (*ibidem*). Sendo o Brasil um efeito da ordem burguesa, que se mede com ela mesma,

¹⁴⁶ Aos que se interessarem pela obra de Maria Sylvania de Carvalho Franco, em especial *Homens Livres na ordem escravocrata*, ver síntese do problema central e dos avanços da autora feita por Schwarz (2019, p. 234-5) nessa entrevista.

¹⁴⁷ Para anotar uma observação dirigida às pessoas que estudam a crise da sociedade do trabalho atualmente. O ponto de vista de Schwarz e Machado, que se debruçaram para figurar e estudar um mundo que opera *fora* da totalidade em vias de totalização do valor-trabalho – mas também dentro – pois, não éramos colonialmente produtivos para a Europa “e nada mais que isso”?. Essa figuração colonial não mostra um momento de verdade da dominação exportada que funciona e não funciona tendo a substância da produção negada e afirmada ao mesmo tempo? Ora, a ideia principal que estamos tentando mostrar é que uma sociedade, a da mercadoria, já grassa espalhando colapso. É a figuração, a criação estética, que designa essa afirmação está no estudo teórico acerca do lugar habitado por Dona Plácida – personagem de *Memórias Póstumas*, que, logo abordaremos.

a imparcialidade machadiana se dá como uma dupla negação. Ou melhor, como uma negação das manifestações locais que são efeito da expansão da modernização¹⁴⁸.

Diz-se que uma pessoa geralmente, na vida, produz uma ideia. Pois bem, Roberto Schwarz teve uma e, para compreendê-la, apesar de sempre repetida e explicitada em seus escritos, é preciso acompanhar o processo, os passos que foram dados um a um pelo crítico. O debate com Maria Sylvia e a própria teoria da autora foram um dos fundamentos que a fizera movimentar, ou o fez escrever. De maneira a reduzir esse impulso – no sentido de empurrão – inicial vale marcar dois pontos. O aproveitamento da particularidade das relações sociais nacionais¹⁴⁹, sendo o primeiro; e a mudança de objeto – que tem a ver com uma mudança espacial, para os mais afeitos ao termo, geográfica, como segundo. Na entrevista de Schwarz (2019, p. 235), está explicitada essa “migração” entre o campo e a cidade: “Ao redescobrir essas relações no sistema de personagens de Machado, situado na corte, acabei trazendo para a capital o esquema analisado na zona rural” (*ibidem*). Pois o ponto de contato entre o mundo tido como modelar e as contradições locais era privilegiado se agarrado pela sociedade em vias de formação da cidade, de modo incipiente¹⁵⁰. Ou seja, as relações que organizaram nossa sociedade, repetindo parte de seu conteúdo de dominação pessoal no mundo rural e no urbano, podem ser desenvolvidas de maneira que os estudos revelem relações duais que se instauram nessa contradição específica da formação. O deslocamento do olhar para a recém descolonizada corte, o Rio de Janeiro, faz com que uma verdade da forma social salte aos olhos, pela impossibilidade mesma da formação de relações de produção modernas.

¹⁴⁸ Apresenta-se a elaboração, mesmo que coloquial pelo gênero – o que não é problema –, de Roberto Schwarz (2019, p. 235): “Até segunda ordem o Brasil não pode ser a medida da ordem burguesa, o Brasil é efeito dela. Aí vem um grande autor e diz: ‘Bem, vamos desenvolver uma escrita em que um âmbito se reflita no outro e fica para o leitor a tarefa de situar-se e de dizer quem está certo – provavelmente nenhum dos dois’” (*ibidem*). Aí, a grande imparcialidade que será devidamente estudada em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, do mesmo autor.

¹⁴⁹ Interessa muito ver como essa ideia original de interpretação da vida nacional figura como tendo aparecido bem formada *in nuce*, por um lado. Por outro, a cada passo do crítico a constelação de questões se amplia e parece ir tomando as proporções que tomaram. Em um debate sobre um momento fastigioso de seu estudo, numa sessão intitulada *Um mestre na periferia do capitalismo*, republicada agora: *Machado de Assis: um debate* há um momento de exposição da gênese da ideia de Schwarz (2019) sobre Machado de Assis e a interpretação nacional, a partir do estudo de Maria Sylvia Carvalho Franco. Esse trecho é explicativo: “Ali [no estudo da autora, MS], eu entendi o movimento. Em São Paulo, o fazendeiro se comportava como um burguês ou como um senhor paternalista, conforme sua conveniência. Estava montado o meu esquema, eu tinha encontrado um movimento real com afinidade com o movimento do narrador machadiano. Então você vê a generalidade do esquema de Machado de Assis. O fundamento da generalidade da solução formal do Machado está na situação do proprietário moderno, mas com dependentes, que é um dado geral da sociedade brasileira” (*idem*, p. 99-100).

¹⁵⁰ Schwarz (2019, p. 136) encerra o ponto da “querela secundária” com Maria Sylvia, com elaboração de *Sentimento da dialética* em questão na entrevista: “São questões determinadas pelo objeto. Ela estava com um objeto passivo – nem o agregado nem o proprietário rural iam dizer o que pensavam do mundo contemporâneo – ao passo que eu lidava com uma obra que é um caso quase único no Brasil: um escritor que, sem ser regressivo, teve coragem de duvidar do padrão europeu. [...] Então, eu não tenderia a ver divergências de fundo com Maria Sylvia, antes uma diferença de objetos. No essencial houve colaboração, a querela é secundária” (*ibidem*).

Ao lado da visada do próprio crítico, outro estudioso da ideia de Roberto Schwarz vê o movimento o qual chamou de “primeira manifestação que virá a ser o raciocínio crítico brasileiro de Roberto Schwarz” (Paulo Arantes, 2021, p. 99), dezenas de anos antes da elaboração final dessa ideia. Se começamos por nos interessar por essa visão original do Brasil pela tese defendida pelo crítico em *Ao vencedor as batatas*, Paulo Arantes identifica a virada por assim dizer geográfica e social na análise movida por Schwarz a partir de *O amanuense Belmiro*, livro secundarizado no galho literário que nos cabe, escrito em 1937 por Cyro dos Anjos. Está posta a questão da mudança do rural para o urbano nessa análise que o pensador rememora e expõe assim: “Para começar, o sempre repisado contraponto entre o campo e a cidade se resolve numa direção pouco estudada. Como não há transformação radical entre passado rural e presente urbano, onde se esperava conflito e desintegração, há promiscuidade entre o tradicional e o moderno” (*idem*, p. 100). Essa promiscuidade movimenta uma dualidade, que em particular aglomera o problema em vários escritos da virada do século XIX para o XX. Paulo Arantes chama a irresolução dos conflitos que se mostram mais divididos que integrados na formação desajustada da periferia de um momento de manutenção do cindido em uma forma particular de dialética que não gera síntese. Em chave contrária à marcha do centro do capitalismo, o casamento entre o chamado atraso e o moderno giram em torno dessa irresolução¹⁵¹. Ao lado do problema da dependência pessoal despertada por Maria Sylvia no crítico, encontra-se a ideia dessa irresolução dos conflitos, tomada como ponto de partida e método aprendido por meio das análises de Antonio Candido. Interessa notar o final dos estudos tanto de Candido em *Os parceiros do Rio Bonito* [1964], como em *Homens livres na ordem escravocrata* (Maria Sylvia, publicado em 1969); no primeiro a reflexão aponta para a integração do que foi o caipira em função da cidade, e o segundo em função da modernização das fazendas estudadas. A lógica dessa forma dá-se pela manutenção de uma dualidade, de relações que se mantêm cindidas, que embebem e presentificam um passado localmente fraturado de uma modernização pelas metades, no movimento de modernização mundializado. Qual seja esse duplo: a dialética do cosmopolitismo antes referida e espelhada na reflexão machadiana. Contudo, por uma entrada específica que é a estilização de uma realidade local

¹⁵¹ A irresolução aparece como apropriação da forma de realizar a crítica literária bolada por Antonio Candido, passo a passo, ao colocar sempre irresolutamente os balanceios duais, seja entre ordem e desordem (em *Memórias de um sargento de milícias*), do espontâneo e do dirigido (em *O cortiço*), e em geral de localismo e cosmopolitismo (essa aparece na página inicial do *Sentimento da dialética* e é retomada muito recentemente por Schwarz num texto que ainda iremos comentar: *Dança de parâmetros*). Uma irresolução da formação que Arantes (2021, p. 112), resumiu assim: “Como lembrado, uma dialética original, sem resolução à vista; uma dialética de ritmo binário, sem síntese, uma espécie de reino do *renversement du pour au contre*, e vice e versa. Resta determinar o referente que lhe dá sentido”. Esse referente sendo a própria formação social brasileira pinçada de uma forma literária própria de e em um *Mestre da periferia*: Machado de Assis e sua dupla negação.

onde o mercado de trabalho, em seus momentos modernos, não chegou a operar por inteiro. Veja-se, o deslocamento do rural para o urbano, no início do século XX, leva as contradições da colônia a se movimentarem nessa nova conformação social nos trópicos— se podemos dizer assim —, transplantada. Se o que Sérgio Buarque de Holanda estudou, ao comparar a colonização hispânica com a lusitana cria uma primeira imagem das diferenças entre duas conquistas de território além-mar — uma referência da colonização americana em função do colonizador —, o desenvolvimento da história nesses territórios tendo eles mesmos como parâmetro as desenvolve. Para o ponto de vista que parte do local a imagem refletida e materialmente vivida da corte dá referências da contradição a ser mobilizada. A forma urbana debuta como ponto de contato privilegiado de duas formas sociais, a europeia que se movimenta desde as revoluções burguesas, e a fundada por ela: de base escravagista, onde a liberdade formal ainda não passara a operar como no modelo. O que Roberto Schwarz, digamos de forma ainda elementar, pôde mostrar tem a ver com a identificação, do ponto de vista de classe, e isso quer dizer, de classes que não tiveram a divisão trinitária à europeia tão claramente delimitada, mas que a lógica do valor também governa, só que de forma diferente, secundária, mas não menos carregada de dominação e violência. Em resumo, o testemunho machadiano tem a ver com a não existência do trabalho como categoria moderna e essencial a ser entendida, se quisermos nos expressar assim. O clássico problema da confusão entre esfera pública e privada aparece como a impossibilidade dos dependentes se governarem com toda a força da individuação que a lógica histórica do capitalismo lega, contraditoriamente, às classes sociais. Explicitando o problema, Schwarz (2012c, p. 170-1) expõe a questão de fundo, com a qual já esbarramos ao acompanharmos outros momentos da elaboração do autor. O trecho é longo, pelo que nos desculpamos, mas mostra o problema do ângulo necessário:

Mas, voltemos às ‘ideias fora do lugar’. Como tratei de explicitar, ideias sempre têm alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar. Entretanto, as funções não são equivalentes, nem têm o mesmo peso. Considere-se, por exemplo, que o ideário liberal na Europa oitocentista correspondia à tendência social em curso, a qual parecia descrever corretamente, inclusive do ponto de vista do trabalhador, que vende sua força de trabalho no mercado. Mesmo a crítica marxista, que desmascara a ‘normalidade’ da relação salarial, reconhece que ela tem fundamento nas aparências reais do processo, ou seja, no trabalho livre. Ora, nas ex-colônias, assentadas sobre o trabalho forçado, o liberalismo não descreve o curso real das coisas — e nesse sentido ele é uma ideia fora do lugar. Não impede contudo que ele tenha outras funções. Por exemplo, ele permite às elites falarem a língua mais adiantada do tempo, sem prejuízo de em casa se beneficiarem das vantagens do trabalho escravo. (*ibidem*)

Sendo assim, o trabalhador livre, nem em aparência, se mostra como chave para a entrada no mundo moderno dessa ex-colônia “baseada em trabalho forçado”. Este o plano de fundo que se assenta na formação e na comparação, por assim dizer, de duas formas sociais mediadas pela

categoria trabalho – e seu barramento. No entanto, não esbarra aí, pois o problema central de descompasso entre essas duas formas é um problema, digamos, da relação entre local e global. Que espacialmente se coloca, redescobre um problema de escala que não se liga diretamente à representação, mas sim às medidas sociais. Toda a elaboração do autor, que atravessa momento por momento de sua ideia, diz desse problema de desajuste histórico, geográfico e social. Schwarz (2012a) a sintetiza em uma frase, como que conseguindo conter o referencial dessas três grandes parcelas das ciências humanas separadas, no estudo particular da nacionalidade brasileira, em uma proposição: “O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário” (*idem*, p. 30). A objeção de Maria Sylvia, de que esse “tic-tac” é o capitalismo funcionando localmente está, de saída, contida nas *Ideias fora do lugar*¹⁵². É, contudo, óbvio, que o autor, Roberto Schwarz, é antes de tudo crítico literário e que o espaço de pensamento próprio a seu campo de estudos surge da literatura. O que não se liga imediatamente ao problema, nem da formação urbana como estudada em Geografia, nem das análises das ciências humanas e sociais em geral, que muito ignoram sobre a elaboração particular desses momentos de nossa formação. Esse é o nosso problema, como fazer? Como mediar tais descobertas feitas em outro campo, para que possam fazer sentido ao entendimento de como formou-se de maneira peculiar a sociedade brasileira, e em especial seu desencadear urbano que apontara para a modernização. Também, como a pobreza, no sentido material e moderno do termo¹⁵³, é específica dessa formação ambígua e cria manifestações locais de sua existência?

¹⁵² A crítica de Maria Sylvia, no tão citado por nós *As ideias estão no lugar*, parece não divergir dos pressupostos do autor. No trecho mais de uma vez oportunamente citado, Maria Sylvia (1976, p. 62), diz: “Colônia e metrópole [...] são situações particulares que se determinam no processo *interno*, de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua diferenciação e constituição” (*ibidem*). Veja-se se, de saída, Schwarz (2012a, p. 30), não converge para essa afirmação? “Assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba ou não, queira ou não queira. Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, que é *resultado* histórico, e pode ser *origem* artística. Ao estudá-lo, vimos que difere do europeu, usando embora o seu vocabulário. Portanto a própria diferença, a comparação e a distância fazem parte de sua definição. Trata-se de uma diferença interna – o descentramento de que tanto falamos – em que as razões nos aparecem ora nossas, ora alheias, a uma luz ambígua, de efeito incerto” (*ibidem*). Um efeito, sem dúvidas, é a forma particular de inadequação dos pobres, que mais tarde o autor identificou e demonstrou.

¹⁵³ Ao mesmo tempo que haveria toda a razão para que a teoria do valor, nos píncaros do desenvolvimento e no tratamento dado a ela por Marx e do pensamento que daí decorreu, seja debatida, não conseguimos aqui entrar nas elaborações bem-acabadas no âmbito do marxismo. Mas, indicamos o problema seminal, ainda eivado da seiva da partição entre natural e artificial, que um texto inicial marxiano aponta e que será desenvolvido ao longo da sua vida e produção teórica. Tenha em vista que o problema desse texto também é um desajuste, só que do ponto de vista da Alemanha, em relação ao tempo do mundo representado pela Revolução Francesa e pela industrialização inglesa: “O proletariado também começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento *industrial*. Pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente, não a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da dissolução aguda da sociedade” (Marx, 2013, p. 162).

Ao trabalhar a forma literária, o crítico desvenda – ou desmascara – formas sociais. Elas propiciaram o surgimento, condizente em si com a diferença em relação à pobreza manifesta nos países centrais no surgimento do capitalismo e no seu desenvolvimento, das idiossincrasias locais que fizeram surgir e se diferenciar uma pobreza urbana e uma forma de com ela lidar específica na particularidade brasileira. Para a pergunta que fizemos, páginas atrás, de como a simultaneidade do surgimento dos pobres da grande cidade paleotécnica (as Coketowns mumfordianas) se liga à sorte dos pobres e desvalidos das cidades brasileiras, o momento de verdade é que essa relação passa pelo crivo da ambiguidade social exposta ao lado da, e pela, análise machadiana movida por Schwarz. Em termos de método, de modo de o fazer, uma página de seu primeiro estudo explicita o procedimento – que já dissemos, tem um pé em Antonio Candido¹⁵⁴. As contribuições dessa herança múltipla ficam registradas, de saída, com a explicitação de procedimento de análise – onde se vê um método. O movimento geral dos estudos machadianos acontece por meio de um “confronto direto entre uma forma literária e uma estrutura social”, que “só em teoria dá-se” (Schwarz, 2012a, p. 56).¹⁵⁵ Há um momento

¹⁵⁴ E outro em Adorno, corrigido (seria essa a expressão? Ajustado...) pelo Candido: “Digamos que o ensaísmo de Antonio Candido e sua pesquisa de formas ambicionavam esclarecer a peculiaridade da experiência brasileira, seja literária, seja social. Ao passo que Adorno sondava o sentido e o destino da civilização burguesa com um todo. Num caso está em pauta o Brasil, e só mediatamente o curso do mundo; enquanto no outro se trata do rumo da humanidade como que diretamente. A diferença das linhas de horizonte acarreta uma diferença de gênero e tom – um menor e outro maior, os dois com prós e contras. De fato, dificilmente alguém buscará orientações sobre o mundo contemporâneo num estudo sobre as *Memórias de um sargento de milícias* e a dialética da malandragem. Assim como ninguém buscará menos do que isso num ensaio sobre Hölderlin ou Beckett” (Schwarz, 2012c, p. 49). Novamente aparece a divisão entre mundo e localismo na elaboração de Schwarz. Contudo, espie só o movimento que mobiliza os dois momentos: “Entretanto, ao assumir resolutamente o valor de uma experiência cultural de periferia, ao não abrir mão dela, Antonio Candido chegava a um resultado de peso, que de periférico não tem nada: a universalidade das categorias dos países que nos servem de modelo não convence e a sua aplicação direta aos nossos é um equívoco. Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de certa linearidade indevida nas construções dialéticas de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro” (*ibidem*). Na mesma toada, ao desenvolver a afirmação que Schwarz faz para Candido referindo-se ao próprio Schwarz, um especialista em Adorno desenvolve a reflexão que designa o crítico literário na periferia do capitalismo como mais “concreto” em relação ao pensador europeu – os quais se corresponderam uma vez. Ver: Silva, Eduardo. *Schwarz-Adorno: Unbenannt verzogen – endereço desconhecido*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 74, p. 330-344, dez. 2019. Esse texto indicado é de muito interesse, pois o especialista desenvolve o argumento de Schwarz, esse copiado acima da “linearidade indevida”, do ponto de vista de quem se dedicou a pesquisar e estudar a obra do intelectual europeu uma vida, sendo que Eduardo Silva termina por acompanhar Schwarz “indo ainda mais além”.

¹⁵⁵ Schwarz (2012a, p. 56) continua: a estrutura social “não comparece em pessoa entre as duas capas de um livro. O fato de experiência, propriamente literário, é outro, e é a ele que a boa teoria deve chegar: está no acordo ou desacordo entre a forma e a matéria a que se aplica, matéria que esta sim é marcada e formada pela sociedade real, de cuja lógica passa a ser a representante, mais ou menos incômoda, no interior da literatura. É a forma dessa matéria que vai nos interessar, para confronto com a outra, que a envolve” (*ibidem*) Está aí o achado crítico, que levando em conta a premência das formas a se defrontarem, se medirem entre si, também leva em conta que na periferia elas debatem-se ainda externamente. Com Antonio Candido ao pé dele escreve: “Quais então estes embriões formais, que asseguram a fidelidade localista e contrastam as certezas em que assenta o modelo – que imitávamos – do romance europeu?” (*ibidem*). Ora, a pergunta pode parecer direcionada apenas a José de Alencar, de *Senhora*, a qual ato contínuo o intelectual passa a analisar, mas o que devemos notar é que o procedimento, que embate as formas sociais e estéticas, se mantém como chave para a formação social brasileira, tendo o favor como estrutura social.

em que as formas se co-alimentam e a teoria passa a dizer da própria estrutura social, ao acompanhar os momentos decisivos do sentido, por exemplo, de uma obra artística refletida na estrutura social.

Nos interessa estudar a descoberta de Schwarz, porque ela dá vida a uma paisagem que se forma no início do século XX e no final do século XIX. As favelas se mostram como forma. Os *slums*, como se referiu Mike Davis à forma urbana automaticamente ligada à precariedade das moradias e à rarefação de direitos sociais – nos recusamos a docilizar tal precariedade, que apesar de não se manterem como um dia foi estigmatizado, podem existir com exceções e de forma mudada, apesar das habitações das classes populares não poderem ser estigmatizadas unidimensionalmente – estão em vias de mundialização. Como apontam os estudos do mesmo pesquisador, Mike Davis (2006, p. 37), se lembrarmos da data de nascimento dessa forma urbana – a favela – a qual o geógrafo apontou para o Brasil indicando-o nas entrelinhas como pioneiro em produzir tais espaços, aparece como imagem e modelo do futuro de muitos países, em especial das várias periferias do capitalismo em sua organização contemporânea. As favelas como forma urbana nem de longe podem ser propagandeadas como uma solução última – e muitas vezes financeiramente solvável – para os desafios de se habitar as cidades, o espaço urbano legado à vida popular passa a se movimentar em abstrato ao passar a mediar um processo em geral, apagadas as diferenças específicas: como uma entre outras formas de homogeneizar particularidades. Se as favelas como forma urbana tiveram, no Brasil, uma origem relativamente antiga, veja o exemplo onde Davis cita o Morro da Providência ainda no século XIX, há que se apontar as particularidades dessa formação tão discrepante – no que toca a época – em relação à hipótese de favelização do mundo. Em suma, o que se está em vias de se configurar como questão é que a favela como forma particular, histórica, tem no Brasil e em especial teve na corte, no Rio de Janeiro, uma forma modelar de organização urbana. E assim surgiu por razões específicas que a teoria de Roberto Schwarz dá conta de explicitar. Se essa forma nasce aqui, uma forma de moradia das classes populares à época, no século XIX, dos trabalhadores que ainda se viam sem uma mediação que funcionara como no modelo europeu, com um mínimo nem que seja em aparência de dignidade do trabalho, se a forma urbana floresce *ao mesmo tempo* que floresce a pobreza de tipo específico, relacionada com o surgimento do valor, da indústria, das formas de exploração do trabalho, da conformação social capitalista; se a favela no Brasil surge muito próxima do registro, do retrato descritivo, por exemplo, que é *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, feito por Engels; se no Brasil as formas de moradia popular ladeavam as inglesas e francesas, que surgiram a partir do

processo que se sabe bem¹⁵⁶; então na contribuição de Schwarz repousa um desdobramento da gênese específica dessa forma social particular.

O próprio autor americano, Mike Davis, não se interessa em determinar a diferença histórica no surgimento das favelas brasileiras, também pudera – não fora esse o sentido de seu escrito, mas sim documentar e contrapor um documento surgido no âmbito das Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o assunto. Deixando para trás a fronteira que separa do mundo os países, dizendo grosseiramente, ricos – que não nomeia propriamente assim – e também deixando-os no passado, o interesse teórico e descritivo do autor se volta para este argumento: as políticas econômicas neoliberais, a partir dos anos 1970, vulnerabilizam a África e a América Latina principalmente, mas também parte considerável da Ásia. Sendo assim, apesar de identificar a diferença histórica da forma *slum* justamente aqui no Brasil, analisa essa realidade nacional ao lado do processo global de favelização que se intensificou nos anos setenta, o qual documenta longamente. Várias passagens do livro chocam, e negar que exista um momento de fragilidade, que se transforma em problema, em muitos lugares de moradia dos pobres, tanto no Brasil como panoramicamente no – chamado pelo autor sem ressalvas, salvo esquecimento – terceiro mundo é desconsiderar tal contribuição. No entanto, nos interessa o momento anterior que faz surgir essa forma urbana especial para além e antes da confluência recente da favelização nos países pobres em função da crise do capitalismo, ou como elaborou, do seu momento neoliberal – fundo da ideia de Mike Davis.

O surgimento das favelas no Brasil se pauta pela lógica de uma outra forma que não a da reprodução clássica do valor, dos estudos da economia política e de sua crítica. Qual seja: justamente a estudada pelo crítico literário, chamada na primeira hora de estrutura social descentrada, a que todo momento se remete Roberto Schwarz e que respirou a literatura do século XIX, interpretada por ele. Ora, como já nos referimos ao trecho: na organização da coletânea de textos chamada *Os pobres na literatura brasileira* [1983, 1ª ed.], copiamos apenas o corolário, nessa sua apresentação o mesmo crítico comenta: “poetas sabem muito sobre muita coisa, inclusive: sobre a pobreza” (Schwarz, 2019, p. 341). E o que esse saber pôde legar à posteridade, através da interpretação de Machado de Assis e das séries históricas de estudos acerca da estrutura social brasileira, daquela linha evolutiva intelectual, foi justamente a ideia

¹⁵⁶ Pode-se remeter aos textos clássicos que analisam o surgimento da cidade moderna na história, por exemplo, As reflexões de Henri Lefebvre em *O Direito à cidade* e nos capítulos iniciais de *A revolução urbana*, que nos redimimos da parte sem lugar de citarmos textualmente, aqui, agora. Ou, por outro exemplo, o de Marshall Berman, em *Tudo que é sólido se desmancha no ar* e suas análises do moderno coloridas pelos poemas de Baudelaire ou da arquitetura modernista. Pelo que se valoriza o trabalho de formação que as disciplinas relacionadas ao espaço urbano tiveram e ainda têm neste departamento.

e a representação de que a pobreza no Brasil existe ao lado, mas também em função, da pobreza moderna, legada pelo sistema capitalista em funcionamento em suas versões clássicas. De forma errônea, poderíamos reduzir, alterando um pouco o argumento, ao dizer assim: a favela brasileira foi palco local das relações sociais específicas advindas da modernização em sua versão colonial, tal como nós a experimentamos. Contudo, elas são os próprios resultados e fundamentos das relações sociais cindidas, e têm força explicativa por si mesmas. Basta rememorar a afirmação de Antonio Candido ao estudar *O cortiço*, nada mais que um setor do capital nacional específico e inicial estilizado na obra de Azevedo¹⁵⁷, justamente, o relacionado à moradia das classes populares.

A diatribe de Maria Sylvia tem razão de ser, uma vez que Roberto Schwarz, de fato, se inspira nos estudos que ficaram conhecidos como teoria da dependência a partir das obras de juventude de Fernando Henrique Cardoso, veja-se a tese de doutorado *A escravidão no Brasil meridional*, para elaboração do que o crítico chama, em diversas oportunidades, de seu esquema¹⁵⁸. Na verdade, como que respirando os ares do grupo que estudou *O capital*, realizado por uma série de intelectuais paulistas, colgou à obra de Schwarz uma trinca de autores e autora que interpretaram o Brasil a partir da herança histórica colonial. Essa inspiração teórica foi revisitada e criticamente analisada ao longo do processo de pensamento do autor. O texto *Um seminário de Marx* cumpre o papel de uma autorreflexão crítica do conhecimento do lugar que ocupou esse coletivo de produções teóricas na história nacional, como disse Eduardo Silva (2019, p. 339) da “fecunda autocompreensão de Roberto Schwarz acerca de sua posição no debate” (*ibidem*)¹⁵⁹. Schwarz chega a conclusão que o grupo, do qual participou um presidente

¹⁵⁷ Para como que complementar a proposição do crítico literário, há diversos estudos que tratam o assunto. Ver, para uma posição por assim dizer em forma mais próxima da universidade hoje, um panorama histórico de Mariana Fix. Em especial o capítulo II: *O surgimento e a configuração do circuito imobiliário no Brasil*. Em: *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Campinas, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

¹⁵⁸ Não apenas esse livro de Fernando Henrique mobilizou o crítico, como reiterado pelo autor, mas também a produção intelectual de Fernando Novais e de Maria Sylvia de Carvalho Franco (talvez, essa com maior peso e proximidade do assunto). Ver em Schwarz (1999, p. 112-119), nesses pares de páginas o crítico reflete sobre as obras desses autores, e autora, citados. Olhe como foi um movimento coletivo de pesquisa de nossa realidade social, e pouco comentado: “como se sabe, as perguntas que dirigimos ao passado têm fundamento no presente. Se fizermos abstração da matéria específica que as três teses pesquisaram (a qual entretanto lhes conferia a nova seriedade universitária), o seu conjunto como que indica a mão invisível da história contemporânea, ou melhor, indica a obra que se estava esboçando através de nós todos e que até agora não chegou ao papel com a plenitude desejável”. Veja a curiosidade acadêmica que animou a ânsia coletiva: “Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas ‘atrasadas’ de trabalho, das relações ‘arcaicas’ de clientelismo, das condutas ‘irracionais’ de nossa classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias” (*idem*, p. 119). Para isso o conjunto desses autores, incluindo Schwarz, foram buscar a resposta nos *momentos decisivos* (lembre-se do subtítulo de Antonio Candido à formação da literatura brasileira), de fundação da República no avançar do século XIX.

¹⁵⁹ Eduardo Silva elenca dois pontos em relação à obra de Schwarz. O primeiro deles é o mais importante, que é a compreensão da situação brasileira no sistema capitalista nacional, que tem algo de original a partir das

da República eleito entre 1995 e 2003, com um governo, digamos, anti os sujeitos sociais estudados como sendo “os de baixo”, aderiu a uma espécie de marxismo industrializante, que se voltou para a consecução dos problemas do “atraso nacional”. Talvez, a porta aberta (voltaremos ao termo acompanhando Paulo Arantes) pela crítica de Maria Sylvia a Schwarz tenha chamado a atenção para onde o estudioso da dependência, e depois presidente entusiasta da cartilha anti-povo do funcionamento da economia atual, apontava. A tal sanha para resolver o assim chamado atraso. Contudo, Schwarz não é Fernando Henrique Cardoso, e continuou sua produção teórica levando em consideração o seguinte:

Agora, com trinta anos de distância, como fica o seminário? Já disse o bem que penso de suas contribuições para a interpretação do Brasil. Não obstante, visto de meu ângulo de hoje, o marxismo do grupo deixava a desejar nalguns aspectos, que talvez sejam sempre o mesmo. *Não houve muito interesse pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria*. Como correspondia àqueles anos de desenvolvimentismo, o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar na direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses foram parte. (Schwarz, 1999, p. 126).

A ruptura socialista deu em privatizações e reconhecimento do tempo do mundo onde a própria economia gera sua massa de inimpregáveis¹⁶⁰. Schwarz, talvez ao lado de Maria Sylvia que em primeira hora já havia identificado o espírito desenvolvimentista nas tentativas de resolução das contradições vindo da teoria da dependência, pôde constatar os aproveitamentos justamente no sentido do desenvolvimento nacional, e não da crítica da mercadoria como um todo, como vimos no trecho acima.

Ora, Paulo Arantes explicita a “querela secundária” do ponto de vista de Schwarz. Conseguiu mostrar os pontos principais onde chegou o crítico a partir da síntese que determinou seu penúltimo grande texto, longo, analítico e com todo o fôlego – o último, talvez um pouco esquecido, é o *Duas Meninas* (1997). Esse texto é o de *Um mestre na periferia do capitalismo*, onde demonstrou que Machado estilizou o impasse, a dialética irresolúvel e sem síntese, de o Brasil habitar o mundo moderno, assentado na forma mais violenta, produto da modernização, o escravismo. Se o debate inicia ao redor de *Ao vencedor as batatas*, a chave para compreender onde ele deságua é justamente o texto de *Um mestre na periferia*. É aqui que Schwarz elabora o ponto de vista original machadiano, de dupla negação, que barra a entrada acrítica no mundo burguês, capitalista, e barra a aceitação das relações locais de escravização e favor no mundo

contribuições, três delas explicitadas na nota acima, mas não apenas elas, vindas da crítica da sociedade capitalista. Silva (2019, p. 339) expôs assim: “De um lado, cumpre notar a ênfase em um princípio relacional na consideração da situação brasileira, de outro lado, há que se frisar o aceno a uma compreensão da tradição dialética, aquela que, atenta ao processo de conformação do real, se observa a si mesma como contraditória e assim se abre ao princípio da crítica imanente” (*ibidem*).

¹⁶⁰ Schwarz identificou *in loco* esses contrassensos e escreveu um conto, muito divertido, chamado *Contra o retrocesso*, sobre a privatização de uma pinguela. Vale a rápida leitura, prestando atenção à personagem principal.

em vias de se urbanizar. Nessa obra, a análise interna opera a favor de desvelar a estrutura social seja no tratamento dos pobres, seja das classes dominantes nacionais. Oportunamente veremos o movimento do crítico. Cabe acompanhar como Arantes abordou o problema no texto que já citamos em mais de uma oportunidade.

Tem-se em vista que a primeira parte de *Sentimento da dialética* estuda Antonio Candido para atribuir a seu aluno Roberto Schwarz o devido lugar de seu continuador, de integrante de uma tradição de pensamento específica que parte da dupla posição do problema do crítico de obras de arte: ler a obra em função do mundo, ler a obra em função de si mesma, entender o que no mundo interroga a obra e na obra interroga o mundo. O que o subtítulo do indica: *Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, apresenta-se como, antes de tudo, surgida da parte que compete a Antonio Candido na descoberta de método para a teoria crítica da literatura e da identificação da dualidade básica brasileira¹⁶¹. Dualidades centrais entre uma longa série de dualidades, duas delas guardam um momento que diz respeito à dialética do espaço, entre mundo rural e mundo urbano, que dedicamos atenção, e também entre a norma burguesa e a cor local, mil vezes lembrada no texto e que pode ser resumida assim: “sem dúvida contradição que brota da ‘coerência’ deste novo mundo (trabalho escravo) com o velho de além-mar (trabalho livre), coerência de incompatíveis que se ajustam exatamente numa ‘unidade contraditória’” (Arantes, 2021, p. 130)¹⁶². Paulo Arantes remonta três posições de intelectuais que pesaram para o pensamento social de Roberto Schwarz, em estudos que partem do campo sociológico. Primeiro o longo trecho que trata das ideias da teoria

¹⁶¹ Paulo Arantes (2021, p. 55) mostra a origem do problema da formação, que passa pela presença constante de pares duais: “Ora, voltando ao que diz Antonio Candido de Raízes do Brasil, tudo indica que o assunto típico desse ensaio brasileiro solicita algo como uma “metodologia dos contrários”, centrada na exploração e enfoque simultâneo de conceitos polares – no caso, trabalho e aventura, método e capricho, norma impessoal e impulso afetivo etc, enfim tudo o que Davi Arrigucci Jr. gostaria de chamar ‘módulos de leitura’ característicos da imaginação ensaística, mas que agora reencontramos com sua carga histórica de origem” (*ibidem*), ora, a forma se calca de e na realidade. Deixando de lado a crítica de Davi Arrigucci, o par que Paulo Arantes não cita no trecho, para dispensar atenção em outro momento de sua exposição é o par rural-urbano, chave de leitura para a construção de Schwarz.

¹⁶² Ver item 6 em Arantes (2021, p. 121-2), onde o autor analisa lado a lado a ideia de contradição da forma social a partir de Paula Beiguelman e faz analogia com a posição de Fernando Henrique, ao criticar seu ponto de vista: “o capitalismo está de fato centrado no trabalho livre, porém este mesmo sistema (aí o enigmático paradoxo de sempre) reinventou o trabalho escravo na sua franja colonial. Isto posto, como explicar a destruição do capitalismo escravista, que não pode ter perecido por inconsistência lógica. Esta a brecha por onde se reintroduz o balanceio dual do esquema binário cujas metamorfoses estamos acompanhando: por um lado – prossegue a Autora – não procede a ideia de uma depuração progressiva do sistema, o capitalismo não elimina o regime escravista de produção como outrora suplantou o feudalismo, o escravo africano é uma criatura sua; por outro lado, também não se pode dizer que o capitalismo se estendeu até a periferia colonial, onde justamente ele tomou a forma escravista para se realizar enquanto tal. E assim por diante. Recordo para arrematar que Fernando Henrique também chegou a formular a questão nestes mesmos termos lógicos: no contexto único do capitalismo colonial moderno, a produção mercantil capitalista encarna o geral, cabendo às formas de organização da produção colonial encarnar a particularização dessa generalidade. Daí a contradição” (*ibidem*).

da dependência versão FHC, em seguida, a posição de Maria Sylvia, onde o pensamento da contradição passa a se resolver na “unidade contraditória”¹⁶³. A terceira posição do substrato de inspiração sociológica e histórica de Schwarz é a posição de Fernando Novais, que Paulo Arantes estudou assim: “Fernando Novais mostrou como, dentre as várias vias de passagem para a nova ordem internacional definida pela posição hegemônica do capitalismo inglês, o Brasil enveredou pela mais conservadora, mantendo a monarquia e preservando a escravidão” (idem, p. 162). Isto posto, o que parece à primeira vista uma contradição espacial, entre a realidade local e desajustada, “atrasada”, e o tempo capitalista mundial é, ao invés disso, uma unidade e não se mede de maneira escalar. Mede-se no entrechoque de duas configurações produtivas diferentes, mas que operam no mesmo sistema: eis a atividade escravista que produz para o mercado¹⁶⁴. A contribuição, pelo que nossas vistas nos levam a compreender, de Fernando Novais é a identificação dos dois momentos: o primeiro, algo marxiano, da verdade do centro se encontrar na periferia (Arantes, 2021, p. 160), mas, mais que isso, de os momentos dessa verdade, o casamento entre produção colonial e capitalismo, serem dois. A aceitação e dependência (no sentido de que o centro, a Europa em vias de modernização, precisava mandar que se faça, e que se busque, as mercadorias coloniais), e, na crise da face colonial de exploração capitalista, transformar sua verdade colonial, escravização e favor, em antinomia.

Um parêntese que merece destaque: veja só o que estava estudando Paulo Arantes nos anos 1990, revisitando a teoria social brasileira, incluindo principalmente o pensamento de Roberto Schwarz, e repisando o desvendamento de nossas formas duais de nascença. É que vinte anos depois esse autor pôde fazer surgir um ensaio como *O novo tempo do mundo*, ao tomar como ponto de partida que a verdade do sistema que se globaliza se dá na periferia do capitalismo. Lembre-se que o autor coloca como nexos iniciais o processo de globalização a partir do surgimento do sistema-mundo datado das grandes navegações e da conquista do novo mundo. De fato, foi o ponto de vista da periferia, o qual muito bem acompanhou e estudou, que

¹⁶³ Nos dispensamos de continuar a copiar os longos trechos conclusivos, uma vez que o esboço da questão já está montado. Apenas indicamos o trecho em: Arantes (*idem*, p. 112-30).

¹⁶⁴ Sobre o escravismo de mercado, Arantes (2021, p. 161) identifica: “Não que o contrassenso não exista, mas ele só se tornará efetivo quando se configurar a crise global do Sistema, aí sim virá para o primeiro plano a contradição da produção colonial, a um tempo mercantil e escravista. Novamente é o eixo mundial de um processo único, porém de duas caras que definirá a trajetória da contradição, pois onde havia sustentação recíproca passa a haver antinomia. O capitalismo introduziu a escravidão, que assim atuou na formação do capital industrial: quando então este entra em cena o Sistema entra em crise e o mundo criado pelos senhores entra em choque com o universo burguês de além-mar. Só que para nós a crise do Antigo Sistema Colonial nada resolveu” (*ibidem*) e essa irresolução, a dualidade sem síntese, é o assunto por excelência que Roberto desentranhou da segunda fase machadiana. Do contrário, a última jovem representada no último romance da primeira fase machadiana ia arranjar um trabalho no mercado, se casar com quem ama e não depender de Virgínia, sua dona – ou melhor, a senhora de patrimônio, dentro dele escravos, da qual dependia.

levou à elaboração teórica de tão alto nível, que por consequência coloca em xeque a visão mundializada do ponto de vista do centro. Assim, Arantes muito bem munido da produção intelectual que estudou localmente conseguiu operar, como resultado a crítica do Progresso, (grafado com letra maiúscula pelo autor)¹⁶⁵ *in toto*, com o perdão do latim.

Se a matéria de *Ao vencedor as batatas* é um fato sociológico e histórico de uma contradição: o paternalismo em meio escravista como ponto de partida, o ponto de chegada ilumina um fundamento de nossa crise de nascença. Os resultados aos quais chegou Schwarz, do ponto de vista da crítica dialética – não só literária, mas crítica da sociedade – devem-se a uma série de inspirações vindas das elaborações dos três professores de Schwarz acima passados em revista por Paulo Arantes, e mais da dupla herança legada por Antonio Candido (qual seja: metodológica e de vasculhar nossa estrutura social como cindida em sua mirada dialética própria de crítico literário e de pensador da experiência brasileira). Se essa sopa, muito proteica, faz parte do ponto de partida nacional, o ponto de chegada necessariamente é devido às contribuições machadianas, que logo veremos. Antes, veja-se a posição do problema realizada por Arantes ao acompanhar a ressalva de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Roberto Schwarz “seria vítima da mesma miragem [que os teóricos da dependência] ao imaginar que uma ‘diferença essencial’ distingue as nações metropolitanas, sede do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema, dos povos coloniais, subdesenvolvidos e periféricos” (Arantes, 2021, p. 83). Isto, porque:

Na raiz do modelo dualista operaria um modo de pensar contaminado por esquemas espacializantes: capitalismo metropolitano e escravismo colonial são concebidos “um ao lado do outro”, justapostos por uma “relação de exterioridade” que os concebe como termos discretos vinculados por uma causalidade linear. (*idem*, p. 84)

A condenação¹⁶⁶ de Maria Sylvia tem fundamentos teóricos e políticos e Roberto Schwarz como que a acompanha ao dizer que nos meios de *Um seminário sobre Marx* o marxismo tinha

¹⁶⁵ Coloque-se em balanço se, de fundo, na discussão do autor, a perspectiva de estudos brasileiros não ecoa reverberando em seus estudos dos autores europeus do século XX, em Arantes (2014, p. 45) por exemplo: Koselleck, interpelado pelo autor, “[...] sublinha em mais de uma ocasião, embora de passagem e sem maiores considerandos, o papel desempenhado pelo ciclo das Grandes Navegações e a consequente revelação do globo terrestre – independentemente da predação traumática da Conquista – na paulatina constituição de um ‘coeficiente temporal’ novo, reagrupando num só paradigma um bloco inusitado de experiências e expectativas [a das colônias, a da escravização, a de outros povos]. Denominar sem mais Progresso esse paradigma inédito encobre um ponto essencial, a percepção que começa então a se generalizar da contemporaneidade do não-contemporâneo – daí a percepção crescente de toda a espécie de *rattrapage* –, percepção esta deflagrada em grande medida pela expansão ultramarina na direção do Novo Mundo” (*ibidem*). Arantes erige sua crítica ao tempo do mundo como um todo e passa em revista o mundo das ideias a partir da sua produção do lado de lá do Atlântico. Ou seja, nosso intelectual dialoga a partir do momento de verdade refletida do ponto de vista da periferia!

¹⁶⁶ Paulo Arantes (2021, p. 81-2) mobiliza o termo: “Quando em 1973 Roberto Schwarz publicou o primeiro capítulo do seu ciclo machadiano [...] pudemos ouvir de Maria Sylvia de Carvalho Franco, autora de uma obra clássica da sociologia brasileira, o seguinte juízo crítico: trata-se, pura e simplesmente, de uma habilíssima restauração da velha explicação dualista do Brasil. Conhecendo-se a má fama do termo nos meios progressistas,

uma versão desenvolvimentista e industrializante. Veja-se se não é isso que objeta Maria Sylvia, na interpretação de Paulo Arantes¹⁶⁷. A resolução da questão toda só poderia vir a lume pela análise formal do narrador machadiano, no meio do ciclo de estudos que não se fecha com a descoberta de Schwarz, e sua elaboração sobre *As memórias póstumas de Brás Cubas*, outrossim, se encerra na escrita de *Uma outra Capitu*, ao tratar da modernidade na escrita de uma menininha provinciana, mas que avança ao lado de Machado com um estilo original. Deixemos Helena Morley, por ora, em suspenso para passar a acompanhar como o suposto dualismo se resolve na dialética da dupla negação.

II

O caminho trilhado por Paulo Arantes para expor o problema: i) trocar em miúdos as aflições com cujo pensamento do crítico operou; ii) ligar o programa dialético posto em prática por Candido – e sua visão original da dialética (negativa)¹⁶⁸; iii) a escolha de abordar *Um mestre na periferia do capitalismo* a partir do problema do narrador como o fez o Crítico; iv) e enfim o panorama, um sobrevoou, por toda a produção de Schwarz é instrutivo e nos ensina. Ele tanto sintetiza o movimento em geral, como aponta as descobertas, passo a passo, em particular. Arantes cita o trecho onde o Crítico constata o momento disruptivo da virada, (entre outras coisas e principalmente) do narrador machadiano pela impossibilidade de ver suas personagens iniciais, jovens e dependentes, no mercado de trabalho liberal saídas da sua posição, sempre a mesma, de dependência pessoal. Todo esse movimento está entre as duas capas do *Sentimento da dialética*, e mais alguns. O que intentamos agora é respirar o mesmo ar, remontar a exposição de Paulo Arantes e tocar na descoberta e recriação de Roberto Schwarz, mas discutir tal elaboração de uma maneira diferente, talvez mais simples, a partir do texto do próprio Schwarz, colocando em segundo plano o mais importante, a apreciação estética, formal, do crítico. Em primeiro plano coloca-se a resolução que toca o barramento, o

uma condenação inapelável. E ao que parece tanto mais urgente porquanto um estudo recente do insuspeito (à primeira vista, nunca se sabe) Francisco de Oliveira acabara de mostrar que a antiga tentação dualista continuava bem viva e animada pelas intenções reformistas de sempre” (*ibidem*).

¹⁶⁷ Arantes (2021) interpreta a objeção da autora: “todavia, Maria Sylvia não é desta opinião [que os estudos sobre a burguesia nacional teriam colocado por terra o dualismo]. A seu ver a Teoria da Dependência é responsável por um novo dualismo, tributário da velha dicotomia cepalina entre sociedades hegemônicas e periféricas, e padecendo dos mesmos prejuízos políticos e práticos do modelo anterior (por exemplo, valorização tácita da industrialização capitalista e seus supostos conteúdos civilizatórios)”. Schwarz diria que a autora acertou, contudo, a elaboração que propôs não explora essa forma de defrontação interna-externa, ou se explora, não da mesma maneira.

¹⁶⁸ Ver páginas 93 e 94 de Paulo Arantes (2021) sobre a consecução do programa crítico de Candido: “Dialética designa aqui a lei deste movimento, e se quisermos saber mais dela não há outro recurso além das expressões em que o próprio Antonio Candido a evoca: alternância, gangorra, balanceio etc. Só que agora sabemos que não se trata de uma simples simetria estrutural, mas de uma mediação ancorada num dinamismo social. São idas e vindas que comandam inclusive a oscilação característica das frases do romance, que mostram imparcialmente o outro lado de cada coisa. Uma dialética inconclusiva, portanto, que não parece ter fim, acomodando os campos opostos num sistema de equivalências e contaminações recíprocas” (*idem*, p. 72-3 et seq.) e páginas anteriores.

passo em falso, o momento não negativo, mas sem chão. Do ponto de vista dos pobres e do ponto de vista dos proprietários orquestrado e transformado em um dos mais belos textos que explicam o Brasil a partir da “vida” de algumas personagens de Machado. A dependência vê-se marcada nas mãos calejadas da velha pobre, Dona Plácida. A escravização e seus efeitos esdrúxulos na estilização da violência de um escravo liberto que comprou outro escravo: o pobre Prudêncio. *Os ricos entre si*, nome do sétimo capítulo, central no livro, trata da conveniência dos proprietários, do esdrúxulo das classes dominantes brasileiras, que também estando em vários lugares, um pé na Europa e no bom-mocismo, outro na violência de um senhor de escravos, acabam habitando o mesmo nada, que Machado criticou. Esse momento dos proprietários é o ponto de vista do narrador machadiano e o cunhado de Brás Cubas, Cotrim, é a alegoria com que os autores Machado e Schwarz operam a crítica aos “de cima”. Os de cima sangravam os escravos mais fujões até quase a morte com a mesma mão que doam o dízimo para a igreja. Partiremos nossas observações, portanto, entre o mundo “de baixo”, *a sorte dos pobres*, e o mundo “de cima”, *ricos entre si*. Títulos dos trechos onde o crítico literário, ao operar um pouco com a interpretação por meio da alegoria, desvela algumas verdades sobre a condição periférica¹⁶⁹.

Se terminamos na última nota por lembrar da favela, a isso se deve uma explicação, tem um porquê. Está claro que não nos mobilizamos na direção de pesquisa primária, nem mobilizamos toda a bibliografia – aliás muito vasta e multívoca – que avança a questão a partir

¹⁶⁹ O termo é mobilizado por Thiago Canettieri (2020), que desenvolve a ideia contemporânea de periferia ao estudar a crise do trabalho de um ponto de vista da formação social europeia, principalmente. O autor privilegia a ideia de um transbordamento das precariedades da periferia em direção ao sistema da mercadoria como um todo. No entanto, há que se levantar uma objeção, comparativamente aos estudos de Schwarz. Se Canettieri estuda o presente, algo como a expansão da meditação realizada no item *O admirável mundo novo do trabalho é aqui*, da *Fratura brasileira do mundo* de Paulo Arantes(2000); a condição periférica que estamos nos referindo não é a contemporânea, mas sim a condição dual e de gênese de uma sociedade que se conformou com uma cisão, escravista, sem termos de comparação – por ter se tornado antinômica–, desde o momento decisivo do século XIX. Esse, o traço original da condição de periferia. Canettieri (2020) conclui ao discutir os termos de exploração atuais do trabalho e o liga ao, digamos, admirável mundo novo aqui: “Não se trata mais da expressão pura e simples de dominação de classe, mas de uma dominação disciplinar da reprodução da vida. Uma vida ligada à reprodução do valor deve, necessariamente, se expressar como homogeneização de um tempo – quantificável, mensurável, calculável – um tempo abstrato. E a condição periférica indica uma diferença de intensidade dessa dominação social muito mais violenta e crua, em que a reprodução da vida coincide com a reprodução da força de trabalho, mesmo que ociosa. E o que importa, ao fim e ao cabo, é lembrar que a condição periférica avança sobre todo o conjunto da sociedade, estrangulando o centro e, por consequência, generalizando a questão de classe pela emergência da proletarização do mundo” (*idem*, p. 103). Ou seja, a expressão da dominação de classe (que não se trata mais de ser e que ao mesmo tempo se generaliza) se dá pelo aumento da intensidade da exploração? O problema final aparece apenas quando esse aumento chega a estrangular o centro? Do nosso modo de ver, a premência está para o entendimento de como, em função do capitalismo e da modernização, a periferia habitou dois mundos não se adequando, totalmente, à norma padronizada do trabalho abstrato e produzindo uma experiência social, no passado e que vai arrastando reminiscências violentíssimas até o presente – sendo a favela brasileira uma delas. Agora, na acepção atualizada de Canettieri esses interstícios do passado aparecem pouco, e a periferia de alguma forma se liga abstratamente (pelo trabalho abstrato?) à história do centro com uma diferença de intensidade, apenas(?), e sem particularidades.

dos estudos, e escritos, urbanos da segunda metade do século XX até hoje¹⁷⁰. Ora, a ideia é outra, sim mostrar a gênese de uma forma social, o colorido local que fez surgir a forma favela em especial no Rio de Janeiro, com a alma de uma nacionalidade. Essa alma Schwarz exorcizou de entre as capas de Machado de Assis com muita vida. Lembrando que *Um mestre na periferia do capitalismo* é de 1990. O que ora intentamos é mostrar que a exceção histórica que produziu os morros da Providência e do Castelo, os pobres da periferia Brasil, nascem do colorido local específico, com as mazelas específicas do paternalismo, que se devem ao processo de modernização. Foi Roberto Schwarz quem deu sentido pleno e contemporâneo, por exemplo, à teoria crítica da sociedade de Marx para a periferia, ao dar sentido à produção de um romancista assentado no galho secundário do jardim das musas, a literatura brasileira (Candido): Machado de Assis; e ao elevar sua dupla crítica ao duplo da cor local – em versão particularmente brasileira, mas também em versão mundializada do capitalismo. O autor colmata de sentido a formação nacional vendo em Machado de Assis uma crítica radical dos fundamentos, 1) do trabalho e 2) do descaramento da classe dominante local. Se no primeiro momento a crítica da esfera da reprodução se faz pelo trabalho, pela esfera da sociedade civil, da economia – que aqui não se instaura plenamente – do ponto de vista dos de baixo, o segundo momento se dá pela desfaçatez, não apenas moral, mas política das elites escravocratas se medirem entre si, verem-se mediadas com o mundo, sobre os ombros da escravização assentados¹⁷¹.

Os pobres na literatura machadiana representam, como quem diz mimetizam ou alegorizam – indiferenciadamente apenas por não recolhermos os meios de nos aprofundar na diferença dessas operações estéticas – a particularidade da (não-)formação e formação da categoria trabalho no Brasil. A reflexão sobre a miséria de uma velha pobre é, como todo parâmetro para a reflexão da segunda fase machadiana, enunciada do ponto de vista do narrador volúvel, filho da elite proprietária, transicionando e agindo como quer, ao bel prazer de suas vontades. É por sobre a ponta de suas botinas (e esse termo importa¹⁷²), que Brás Cubas

¹⁷⁰ Apesar de, nesse processo atribulado de estudos, termos travado conhecimento com obras – de estudos acadêmicos, documentários, peças literárias – que tocam a questão, muitas vezes frontalmente, e outras de viés, privilegiamos, e a bem da verdade é o que nos deu prazer e, ao mesmo tempo o que conseguimos fazer, acompanhar as elaborações de Schwarz acerca de um ciclo passado. Em relação aos *escritos urbanos*, que é o título de, salvo engano, do último livro de Lúcio Kowarick, podemos comentar quando outras oportunidades, talvez no futuro, surgirem – com grandes possibilidades de não integrar os debates que passam pela instituição universitária.

¹⁷¹ Ver quadro de Jean-Baptiste Debret, *Regresso de um proprietário*, de 1816, para se ter ideia do “assentar sobre os ombros”. Já que nos remetemos a um quadro, quase de conhecimento inconsciente geral de quem foi escolarizado no Brasil, é bom lembrar de dona Gilda de Melo e Sousa, quem traçou os *gestos*, relacionando os nexos formação nacional e pintura, estudados por Otília Fiori Arantes e Paulo Arantes (Op. cit., 1997).

¹⁷² Por quê? A importância se liga à crueldade característica das personagens, do ponto de vista das elites proprietárias, que sempre são as narradoras da segunda fase machadiana. Em uma página discutindo essa violência específica em relação a uma outra personagem, *Eugênia*, Schwarz (2012b) assume as palavras que designam tal violência ao notar o procedimento composicional do narrador e repeti-lo. Em um curto parágrafo, se contarmos os

descreve as agruras da posição social de Dona Plácida, uma dependente do favor e do dinheiro dessa personagem que, num determinado momento do enredo do romance encobria como profissão, sem poder ser chamado assim e entre várias outras: alcoviteira; como um álibi mal pago o amor extraconjugal entre Brás e Virgília, – que era casada com um outro que seguira carreira política, mais um dos muitos aspirantes a ministro na economia de personagens machadiana. Antes, Dona Plácida fora sempre ligada à Virgília, também rica “entre si”, ou seja, era sua dependente. Essa velha não tinha sorte e veremos a interpretação de Schwarz, que analisa os porquês de uma dupla determinação negativa.

Mas antes, há que se expressar um problema de continuidade, a bem dizer, de finais¹⁷³. A vontade é de copiar as páginas tais como escritas por Schwarz, e nos poupar de copiar a ideia de maneira fragmentada e inferior a original. Com Adorno, poupar-nos de nos considerar mais sagazes que o autor (op. cit., p. 41). No entanto, a discussão acerca de algo como uma definição de trabalho como categoria fundante, substância não apenas do valor, mas da organização do mundo moderno, seria requerida para se colocar em termos de comparação entre essa forma de reprodução e produção da sociedade em relação a sua negação específica pelo favor (como páginas atrás Schwarz espelha, ponto por ponto, na página 17 de *Ao vencedor as batatas*). Um subterfúgio seria remeter essa discussão ao livro de Thiago Canetti, *Condição periférica*, que apresenta as posições mais avançadas do debate e que são, por si, apontamentos em relação à posição dos pontos de vista em disputa das interpretações próprias à tradição da crítica do valor, nas últimas instâncias do debate (diga-se, europeu). Outra saída seria aqui remetermo-nos a um belo estudo de Jorge Grespan, *O negativo do capital*, que ao acompanhar a produção tardia da obra marxiana ao mapear nos escritos a noção de crise, desmedida, de seu momento mais

termos que encerram o anterior, *supressão* (de pontos de vista) e *dominação* (de classe) conta-se quatorze que remetem à destruição da “sorte dos pobres”, seu fim ou o meio de o atingir através de um verdadeiro festival de maldades: vale o exercício, prestando atenção ao conteúdo discutido, que se liga à botina de Brás Cubas: “Que pensar desse festival de maldades? Ele prossegue no plano da linguagem, cuja finalidade narrativa e expositiva periodicamente cede o passo à intenção primária de humilhar. Aqui e ali, sem razão de ser precisa e como pura contribuição escarninha ao clima geral, encaixam-se a palavra ‘pé’ e noções conexas. Assim, Brás está *ao pé* de Eugênia, que está *ao pé* dele, além de haver uma *coxa de Diana* e uma *Vênus manca*, bem como um sem-número de pés propriamente ditos, *bota*, *sapateiros*, *calos*, *pernas* que *manquejam*, e, por fim, uma tragédia humana que pode ser *pateada*. Ao todo, em poucas páginas, são mais de trinta alusões desta espécie duvidosa, dezessete concentradas no curto capítulo XXXVI, intitulado ‘A propósito de botas’. O procedimento é bruto, sem prejuízo da sutileza extrema do contexto: digamos que Machado tentava a sublimação da chalaça. De fato, como consequência da repetição, o desejo de tripudiar vai expondo novos perfis. Inicialmente tratava-se de soterrar, embaixo de remoques, a moça e o que ela significa [a pobreza]. Por outro lado, a baixeza ostensiva das alusões é também um modo de vexar o leitor e realçar a própria impunidade. Enfim, o encarniçamento em que o processo culmina, com acintes quase a cada linha, deixa ver a necessidade em que se encontra Brás de aniquilar a ‘alma sensível’ dentro dele mesmo. Tudo somado a tendência é para espezinhar as formas de espontaneidade que fujam à ordem da oligarquia” (*idem*, p. 96, *italico do autor*, destaque sublinhado nosso).

¹⁷³ Sem querer nos comparar a Schwarz, longe disso, se os inícios são difíceis, para os vagarosos, os finais são corridos. Veja-se as vinte últimas páginas de *Ao vencedor as batatas*, onde o ritmo se acelera e os assuntos se entrecrocavam.

abstrato a partir da formação das condições de possibilidade da troca mercantil, até a queda tendencial da taxa de lucro e subsequente crise de superprodução¹⁷⁴ como concreção, explica, também magistralmente, os movimentos conceituais dessa categoria moderna, surgida, antes de tudo, na Europa. Essa categoria, ou melhor, esse movimento categorial específico do Marx de *O Capital*, é, para nossos propósitos, o padrão normativo que vai ser colocado em suspeita, que vai ser acusado, de maneira espelhada nas relações sociais de base coloniais – mas não sem deixarem de ser tributárias do capitalismo – na periferia. Ora, a partir de um joguete lógico, se a “sociedade” brasileira não era plenamente capitalista, pois aqui o dispêndio fisiológico era realizado pelos escravizados que produziam: mercadorias(!) que entravam no sistema europeu – primeiro açúcar e tabaco, depois ouro e algodão, depois café (Caio Prado Jr.). (Sem contar o tropicalismo, depois da bossa nova.) Retomando: se ela não era capitalista como haveria de o trabalho como categoria, como essência da forma mesma de produzir, de fazer sobreviver as pessoas – mesmo que numa situação de exploração –, de se organizar o mundo, de se formar o indivíduo moderno, a política de Estado, entre outros pontos, como haveria de o trabalho existir? Do ponto de vista do povo assim foi estilizado por Machado de Assis: “forçando um pouco a nota, digamos que Brás adapta a inquietação fáustica às condições locais.” (Schwarz, p. 64, 2012b). O que isso quer dizer? Nos dispensamos de querer comparar o pactário Fausto a Brás, obviamente. Contudo cabe notar uma carta de Goethe (2020) a Humboldt onde aquele se pronuncia assim: “Sem dúvida alguma me daria alegria infinita comunicar e dedicar esses *gracejos muito sérios* aos meus queridos amigos [...]” (*idem*, p. 23, *destaque nosso*). Ou seja, o que Schwarz (2012b) pode ter ligado – mesmo que por coincidência, a qual aproveitamos –, é que os gracejos volúveis de Brás mantinham uma seriedade – diferente da de Goethe – na apreciação da cor local ao mostrar a verdade espúria das relações sociais ambíguas. Pois: “o

¹⁷⁴ É difícil resumir o que quer dizer trabalho abstrato em apenas uma linha, contudo, Grespan (2012, p. 52) contribui para desenhar uma ideia primeira, onde nos eximimos de copiar os longos trechos da letra marxiana debatidos pelo autor: “Chegamos, aqui, a um conceito central da análise marxiana do capitalismo, origem, porém, de dificuldades e controvérsias: o ‘trabalho abstrato’. O trabalho em geral, já referido, determinado pela abstração das qualidades específicas de cada ofício, é definido em várias passagens da obra de Marx a partir de um ponto de vista basicamente fisiológico [...]. O trabalho abstrato se define, portanto como gasto fisiológico-mental de energia humana ‘sem consideração à forma de seu dispêndio’; *abstrato*, na medida em que nele se prescindem das qualidades concretas que diferenciam os diversos trabalhos de acordo com seu ‘caráter útil’. Através dessa redução à sua qualidade ‘social comum’, a diferença entre eles passa a ser simplesmente quantitativa, estabelecida conforme o tempo de trabalho ‘socialmente necessário’ para a produção de mercadorias [...]” (*ibidem*) – tudo que está entre aspas são termos da letra de Marx. Para os nossos propósitos vale notar que o trabalho abstrato, e também o em geral, são determinações sociais e funcionam como categoria realmente existente num mundo onde a base da troca mercantil é medida – e mediada – pelo valor. Também vale notar que conceitualmente o trabalho abstrato, que se metamorfoseia em dinheiro, em capital, é o contrário do capital etc. participa de um movimento conceitual muito rico. Para os que se interessarem em acompanhar as origens históricas da forma valor-trabalho no próprio Marx ver o capítulo XXIV de *O capital*. Texto fundante para todos os debates que seguem a tradição e buscam marcar posição sobre *A assim chamada acumulação primitiva*.

acento satírico [em Machado] sugere que ciência, política, filosofia [moral] etc. não passam de afetação” (*idem*, p. 64). Voltando às inquietações fáusticas às condições locais e a pergunta de como poderia o trabalho, norma do moderno mundo além-mar, se dar entre nós: continua o crítico: “Por que não quereria *tudo* um burguês brasileiro? No caso, embora desrespeitoso de restrições, o espírito negador não agride as iniquidades consagradas pela História; mas a julgar pela conduta do memorialista, é certo que livra a classe dominante da obrigação para com os dominados, dando-lhe latitude total à irresponsabilidade” (*ibidem*). Vemos no capítulo sexto (e sétimo um pouco), para se dizer bem, que a violência e a crueldade¹⁷⁵ são o nexos de tratamento da elite proprietária. A ambiguidade, algo atroz, porém, posição corriqueira frente a determinadas camadas sociais bem conhecida dos que vivem no Brasil, ontem ou hoje, se mostra: “Assim, a dignidade que Brás não reconhece ao trabalhador, ele a exige do vadio. Nos dois casos trata-se para ele de ficar por cima, ou, mais exatamente, de ficar desobrigado diante da pobreza” (Schwarz, 2012, p. 104).

Vamos acompanhar esse nexos da desobrigação para com a pobreza ao montarmos a figura, o desenho de figura, de Dona Plácida. Porque é através dessa personagem, ao pé de Estela, última heroína na série de moças pobres “nascidas abaixo do seu merecimento” (Schwarz, 2012a, p. 88) da primeira fase machadiana, que se erige o problema da não formação da esfera civil da sociedade burguesa¹⁷⁶. O trabalho, no nosso mundo velho do trabalho – em oposição à fórmula de Paulo Arantes, aqui – no horizonte de formação nacional adquire os seguintes contornos:

¹⁷⁵ Aliás, termo que integra título do texto saído em separado na Novos Estudos, antes da obra *Um mestre da periferia do capitalismo* ser publicada como livro, chamado *O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis*, no livro o mesmo texto intitula-se, como primeiro da trinca de pobres analisados: *Eugênia* (a moça coxa que recebe os acintes como visto em nota anterior), Dona Plácida e Prudêncio.

¹⁷⁶ Rever o trecho onde Schwarz trata da passagem da primeira para segunda fase, nesta dissertação à p. 45, para voltarmos a este trecho, logo anterior, de Schwarz (2012b, p. 226): “Assim, o último romance da primeira fase trazia inscrito em negativo um outro livro – o seguinte? – onde a superação da dependência pessoal pelo trabalho livre, um avanço histórico, permitiria expor sem reboços o caráter inaceitável e destrutivo das relações de dominação próprias ao período *anterior*. Sabemos contudo que Machado não escreveu tal obra, e que o caminho do país tampouco seria este” (*ibidem*). O caminho do Brasil – sua não formação da esfera civil burguesa à maneira clássica, foi passado em revista pela dupla posição sem resolução alegorizada por Dona Plácida.



Desenho de Candido Portinari, realizado em 1943, para edição especial de *Memórias póstumas*

O retrato de D. Plácida, para além do traço de Candido Portinari, foi feito pelo próprio Brás Cubas, e analisado por Schwarz. O veremos como realçado pelo crítico. Dona Plácida habita dois mundos, concorrentes, ao mesmo tempo e colhendo a pior parte do trabalho abstrato, se lembrarmos o trecho de Grespan, o dispêndio fisiológico-mental, cujas atividades de lavadeira, cozinheira, mestre-escola, e à custa de um autodesprezo por um dinheiro encontrado no chão e chão frente aos cabedais de Brás Cubas, alcoviteira¹⁷⁷. Outra violência, nota Schwarz

¹⁷⁷ O crítico evoca o autodesprezo de Dona Plácida, mas a cristalização machadiana é de muito interesse apresentar, uma vez que faz sentir a indiferença do narrador, Brás, dispensada à velha: “Custou-lhe muito a aceitar a casa; farejava a intenção, e doía-lhe o ofício; mas afinal cedeu. Creio que chorava, a princípio: tinha nojo de si mesma. Ao menos é certo que não levantou os olhos para mim. [...] Não fui ingrato; fiz-lhe um pecúlio de cinco contos, – os achados em Botafogo – como um pão para a velhice. Dona Plácida agradeceu-me com lágrimas nos olhos, e

(2012b), incontornável se configura assim: “A pobre mulher costura, faz doces para fora, ensina crianças do bairro, tudo indiferentemente e sem descanso, ‘para comer e não cair’. Cair, no caso, serve de eufemismo para contingências como pedir esmola” (*idem*, p. 106). Sorte – má – e triste fim de Dona Plácida, muito parecido com o de Marcela, uma outra personagem que trabalhava na juventude de Brás como “moça de vida fácil”, como expressou Schwarz em uma entrevista, que se estrepa e o narrador a vê morrer – dito como um causinho de boteco em uma linha ao fim do romance –; ela morre num hospital de caridade, ao lado da mais que vilipendiada Eugênia, a moça manca, que narrado na linha abaixo da morte de Marcela, parece que também morreu pois, Brás: “visitando um cortiço, para distribuir esmolas, achei... Agora é que não são capazes de adivinhar... achei Eugênia a filha de Dona Eusébia e do Vilaça, tão coxa como a deixara, e ainda mais triste” (Assis, 1970, p. 177) como se morar em um cortiço e morrer ao léu num hospital se equivalesssem, e ainda dito em ritmo de quem conta uma piada...! Todas essas descobertas são de Schwarz, que não anotando esses casos específicos, descobriu a lógica formal por detrás da crítica machadiana a seu próprio tempo. Voltando ao que interessa, ao nexos do trabalho na colônia, Schwarz (p. 106) continua: “Cair, no caso, serve de eufemismo para contingências como pedir esmola na rua ou faltar aos bons costumes, degradações estas a que no entanto não haverá como fugir, conforme anota o narrador, com *evidente satisfação*” (*ibidem*, destaque nosso). Satisfações essas que o crítico compôs sob o guarda-sol da volubilidade, é a posição da elite dominante¹⁷⁸ que, pela dispensa do trabalho em geral, via nessa categoria uma forma baixa de se estar no mundo (lembramos de Antonio Candido e o dito dos três pês). Do ponto de vista do trabalho, veja o retrato de Dona Plácida, que se moía de tantas atividades em função de não cair:

Mas é inexato que a vida de Dona Plácida não tenha sentido. Se a triste senhora perguntasse por que viera ao mundo, Brás Cubas imagina que os pais lhe diriam o seguinte: “– *Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para o outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital: foi por isso que te chamamos, num momento de simpatia*” (Schwarz, 2012b, p. 108).

nunca mais deixou de rezar por mim [...]. Foi assim que lhe acabou o nojo” (Assis, 1970, p. 98) Pois Brás comprou a velha e ainda tirou um sarro, como quem mostra que seu dinheiro, mesmo que como sem valor, dissipou o enjoo da nova profissão.

¹⁷⁸ Qual seja: “A situação destas [das pessoas pobres], define-se completamente, e o que é margem de escolha para os ricos [uma dupla reprovação segundo sua conveniência, seja do ponto de vista da norma burguesa do trabalho, seja do desprezo patrimonialista-escravista por ela] – os dois pesos e as duas medidas – para o indivíduo sem posse é *falta de garantia*. Não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo do escravo, os homens pobres pisam terreno escorregadio: se não trabalham são uns desclassificados, e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos” (Schwarz, 2012b, p. 105).

A fome e o eterno dispêndio em função de saná-la, sem mercado para os homens livres e pobres, num meio que se urbaniza, coloca-os na condição de dependência, que foi assunto desde a primeira hora das elaborações críticas do autor. Vejamos bem, a posição que gira em falso (mas em sentido ao sofrimento), gira em torno da queda do fogo para a brasa, para realocar essa expressão que designou outro momento de comparação, digamos, entre estruturas sociais alhures. Nos vemos de frente para uma das conclusões da descoberta sociológica, que mostra o momento em que uma estrutura social se prega à forma literária, que foi um dos meios mais acabados de se debater ideias no Brasil. Aos pobres que habitavam os piores de dois mundos, dupla humilhação – cujo desdobramento da ideia de um duplo na formação nacional Schwarz elevava ao estatuto de descoberta original¹⁷⁹ –, só resta acabar um dia na lama ou no hospital, ou pior: num cortiço ao lado de Eugênia, a quem o escritor novecentista reservou essa sorte.

Antes de passar à análise do nexos duplo do dispêndio de energia humano (da dupla apreciação do trabalho no Brasil), notemos no trecho onde Schwarz opera essa análise – adiante copiado –, repetamos, com estatuto de desvendamento, a maneira com que apresenta a ideia. O duplo passa mesmo para a forma da escrita, e em diversos textos do autor, seu estilo opera singularmente, ele muda os pontos de vista e como que faz dançar o leitor ao apreciar ideias, análises, atos, fatos, personagens por meio de vários ângulos diferentes. Sendo assim, a riqueza da exposição como que constitui a própria forma de escrita do autor. Para não perdermos esse movimento, nos licenciamos em mostrar o parágrafo inteiro onde a ideia da formação do trabalho no Brasil, do ponto de vista dos pobres, aparece. Se Brás Cubas traça o desenho de Dona Plácida, a interpretação do crítico, Schwarz (2012b) cumpre com seu programa de conhecimento, seu programa, por assim dizer, teórico. Ele está desenhado, como que na esteira de *Candido* no trecho (do próprio Schwarz) à nota 155. Em resumo: “matéria marcada e

¹⁷⁹ Paulo Arantes (2021, p. 165), indica o programa do crítico literário. A descoberta da cisão entre dois mundos que se interpelavam torna-se um programa de interpretação da história colonial brasileira: “Roberto não só ia anotando o alcance mundial de nossas esquisitices nacionais como construindo uma plataforma de observação a partir da qual objetar a esta mesma ordem universal. O que reconhecerá em ato no pensamento literário de Machado” (*ibidem*). A ambivalência numa “mesma ordem mundial” é sociologicamente, e formalmente, montada por Fernando Novais, como apontada por Arantes. Mas, a dinamização dessa ideia se dá por: “a nova etapa do capitalismo acarretava uma inversão generalizada de sinais: com a persistência do Antigo Regime neste quadro modificado, o atraso entrava em cena, porém de ponta a ponta ambíguo, já que o seu fundo falso revela a verdade do progresso” (*idem*, p. 164), porque: “A reposição do antigo sistema produtivo pela nova ordem do capitalismo industrial, articulando Antigo Regime e civilização burguesa, lançava as bases histórico-mundiais de nossa dualidade. A razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática. O Brasil é dois em virtude do passo conservador da Colônia à nova periferia organizada pelo imperialismo. Nossa discrepância interna está por assim dizer mundialmente orquestrada. Agora sim podemos voltar a falar em dois Brasis, complementares e articulados, um colonial e outro burguês, um da ‘desordem’, outro da ‘ordem’, um da ‘infração’, outro da ‘norma’, com o acréscimo de que a convivência prática dessas esferas comunicantes confunde o juízo e provoca a interversão permanente que estamos chamando de dialética” (*idem*, p. 166). É essa dialética negativa, batizada por Paulo Arantes, que opera na estrutura do trabalho na periferia. Voltemos ao corpo deste texto e vejamos o balanceio estudado por Schwarz.

formada pela sociedade real, de cuja lógica passa a ser a representante no interior da literatura”. Vejamos essa descoberta em relação à matéria do trabalho na sociedade real pela literatura estilizada:

Mas, voltemos às canseiras de Dona Plácida. O trabalho indiferente à finalidade concreta (costurar, cozinhar ou ensinar), e sem objetivo além do salário, pertence ao universo do capitalismo. Ao passo que a nenhuma estima pelo esforço é do universo escravista. Paralelamente, note-se que os benefícios complementares daqueles males estão ausentes, a saber, a dignificação burguesa do trabalho “em geral”, bem como o ócio que o escravismo pode proporcionar aos não escravos. Noutras palavras, coube à Dona Plácida colher o pior de um e outro mundo: trabalho abstrato, mas sem direito a reconhecimento social. Seus esforços, cuja paga material é incerta e mínima, ficam sem compensação também no plano moral, o que talvez seja a explicação da singular tristeza da personagem. A dureza que não tem a redenção do sentido é absoluta. (Schwarz, 2012b, p. 107)

Os parâmetros se misturam e a dialética sem resolução à vista se instaura na (quase) formação da sociedade civil (informe) brasileira. Por isso, colher o pior dos dois mundos em contato e que decorrem um do outro, o colonial do capitalista, é a sorte que leva as camadas populares à lama e ao hospital. Até aqui, por uma explicação da alegórica Dona Plácida respiramos a verdade social que se instaurava no Brasil. Mas a análise crítica caminha um passo a mais. Da operação de Schwarz decorre uma interpretação formal, relacionada à forma literária ela mesma, e o crítico passa a interpretar a posição do ponto de vista do compositor do esquema: pelas mãos de Machado de Assis uma dupla crítica é elaborada. “Entretanto, a justeza de um retrato tem força literária só quando propicia perspectivas não evidentes” (Schwarz, 2012b, p. 107). A alma de uma nacionalidade que lega à posteridade algo sobre sua própria conformação mostra-se nessa força reflexiva – mesmo que no campo artístico particular – de raciocinar sobre aquele presente. Vejamos qual o alcance da verdade cristalizada em Machado, mais crítico assim por mover o “cinismo ‘excessivo’, que o transforma [o narrador] em delação de si mesmo, uma verdadeira traição de classe” (*idem*, p. 110-1). Veja como essa delação ocorre:

Neste sentido, veja-se que a pobreza despojada até mesmo de consolações é não só um retrato da destituição, como também um resultado crítico, um elemento de razão indispensável a uma concepção social mais avançada. Sem o gosto pré-capitalista pela particularidade dos ofícios e pela ordem corporativa (posto em xeque pelas realidades do trabalho abstrato), e sem a valorização burguesa desse mesmo trabalho (desmentida pelo instituto do cativo), *resta uma noção radicalmente desideologizada do esforço*, o qual é despido de mérito intrínseco. Essa noção não se presta à mistificação, e nos faz respirar o ar rarefeito da grande literatura. (*idem*, p. 108)¹⁸⁰

¹⁸⁰ Vale continuar a citação, uma vez que a mesma teoria pensada por Marx, relativizado no aproveitamento direto das ideias no centro do mundo capitalista pelo autor, reaparece, agora retomado do ponto de vista reflexo: “Com data diferente, uma conversão análoga de privação em lucidez anima os versos de Drummond: ‘Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas, e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue frio, a concepção’. Noutra plano, estamos próximos da fórmula de Marx, que atrás das elisões da riqueza moderna vê o dispêndio muscular e cerebral dos trabalhadores, e nada mais. Enfim, um sentimento materialista do trabalho – isto é, desabusado e

A realidade corporativa pré-burguesa, no juízo crítico que aqui Schwarz identifica ao autor, não pode balizar o pensamento de Machado. Ora, do alto da pré-proclamação da República a apreciação machadiana da realidade não é passadista, pelo contrário, está muito relacionada ao entendimento do que seria o trabalho abstrato moderno, a tal riqueza moderna. Vista com desconfiança ela não é comprada pelo elogio dessa forma de trabalho importada. A escravização também é ponto de crítica e faz com que o funcionamento da ordem burguesa, apreciada pelo juízo crítico de Machado, não se ligue à realidade vivida na periferia. Está aí a dupla negação do ponto de vista dos de baixo. Uma vida que, eivada pelo sofrimento dos pobres e pela série de *tristes sortes*, mostram nossa fratura brasileira (antiga) do mundo de um ponto de vista progressista e muito crítico.

Comentando sobre a formação do Crítico literário, sua predileção teórica e de crítica literária aponta para o pensamento de Adorno¹⁸¹. Esse filósofo, esse intelectual alemão, tinha como especialidade mostrar as faces mais vis das posições colocadas em perspectiva, cada posição caminha e gera outra que, levada seriamente em consideração, pode ser “pior” frente à regressão do mundo na era burguesa. Vemos aqui uma similaridade com Machado na chave dialética original montada da forma que Waizbort elaborou da maneira que está posta na última nota. Isto posto, o que nos resta mais?

A pergunta colocada por Schwarz é: “como ficamos?” e o caminho interpretativo do autor que, como lembrou Paulo Arantes em intervenção recente por ocasião de homenagem a Schwarz em Campinas, é antes de tudo um crítico literário (originalíssimo) mas, enfim, escolado em um campo do conhecimento específico. E o movimento de interpretação indica o achado específico acerca do narrador, que posto assentado sobre todos os privilégios específicos das elites nacionais à época, violenta os pobres como, esperamos, ter mostrado. Do ponto de vista dos proprietários paternalistas. Deixando de lado esse momento da colocação do arbítrio dos ricos, o problema de formação do campo de manobra dos pobres é este duplo desumano: a

esclarecido – cuja atualidade aliás transcende a ordem burguesa, já que o socialismo nosso contemporâneo é, por sua vez, *produtivista*.” (Schwarz, 2012b, p. 108). Três são os movimentos do trecho. O primeiro a pobreza já operando numa outra fórmula de Marx transcrita, vertida, contida, nos versos drummondianos: o mundo do trabalho que humilha, de forma secundária (Dieter), os pobres que se arrastam nas praças – já sem emprego que o valha. O próximo passo retoma Machado ao o contrapor à crítica marxiana da gênese das categorias mesmo que sustentam o mundo moderno, e – por fim – a crítica do produtivismo que, de certa maneira, opera com o mesmo conceito de trabalho abstrato. Em duas linhas, está delineada uma posição próxima ao de Robert Kurz, por Schwarz, antes de ler o Colapso da modernização (esse texto é de 1990, a teoria do pensador alemão data de um ano depois).

¹⁸¹ Sobre o duplo no passo machadiano e a relação do crítico com Adorno, quem chama atenção a essa possível relação é Waizbort (2007, p. 47) “Que o tradicionalista apareça como não-tradicionalista, que o não-moderno apareça como não-não-moderno (isto é, como um moderno próprio), são formas dialéticas da interversão, como ensinou Ruy Fausto, ou então um quiproquó similar ao mencionado por Adorno [em um texto sobre música], leitura da predileção do crítico em pauta” (*ibidem*).

pobreza moderna i) não tem sentido nem finalidades humanas uma vez que são irracionais, por seguirem algo de secularização das formas naturalizadas do trabalho numa visão religiosa da categoria e ii) pelo absurdo, irracionalidade, da pobreza em seu “ciclo regular”, numa visão “funcional”. (Schwarz, 2012b, p. 109).

Uma dupla negação, do ponto de vista tradicional e do ponto de vista moderno se monta, sendo que o narrador, da posição de privilégio, escarnece dos pobres em todos os sentidos.

A perspectiva de classe do narrador é colocada em questão. Para mostrarmos, mais brevemente, a posição desses “de cima”, os *ricos entre si*, acompanharemos o desenho e a interpretação acerca da figura de Cotrim, cunhado de Brás Cubas, ex-trafficante de escravizados os quais açoitava no calabouço até a quase-morte. Cotrim tem o perfil desenhado pelo narrador de Machado de forma sutil, elogiosa, desculpando (apesar de mostrando, e aí o jogo dos pontos de vista – especialidade de Schwarz) os atos mais atrozos do cunhado. Esses jogos de posição que o narrador erige e mobiliza para com a personagem são a matéria pela qual Schwarz mostra, interpreta e coloca no tempo histórico específico a classe dominante, a mesma que opera entre dois mundos, a norma e a irracionalidade. A mesma que se beneficia da escravização, que subordina a pobreza moderna a suas normas ambíguas de conduta, que se beneficia do comércio mundial e do mercado capitalista como produtores de mercadorias que não operam na colônia de maneira liberal, tal qual longamente estudada na economia política e em sua crítica, a partir da lei do valor. Vejamos, também pelo traço de Portinari antes de tudo, o esboço da figura de Cotrim. Depois, o narrador das *Memórias Póstumas*, Brás Cubas, e a interpretação de Schwarz dotarão, por sua vez, de sentido concreto, bastante refletido no caso do crítico, a posição engomada desde “cima” dessa personagem.



Outro desenho de Candido Portinari, realizado em 1943, para edição especial de *Memórias póstumas*

Paulo Arantes (2021) explora as consequências dos desenvolvimentos intelectuais de Fernando Novais tiradas por Roberto Schwarz. O ponto diz de uma interpretação histórica de nossa forma moderna de escravização, o sentido dessa forma de produzir como ponto de partida singular da formação da colônia entre metrópole e territórios produtivos. A verdade do sistema produtor de mercadorias acontecendo na e pela exploração “mais rentável” na colônia¹⁸².

¹⁸² Para citar, à propósito, lemos em Arantes (2021, p. 160-1): “A ampliação da economia de mercado reinventou a escravidão nas condições da exploração colonial, mais rentável que o trabalho assalariado. Fernando Novais vai ainda mais longe e chega a sustentar que é a partir do tráfico negreiro (o mais importante setor do comércio

“Colocar a nu”, “a pureza mais negra”, da “alavanca do crescimento do capitalismo” é o momento de verdade, onde ecoa a colocação de Marx – como apontara oportunamente o filósofo – numa analogia direta à escravização de pessoas africanas em toda sua violência¹⁸³.

O caminho percorrido pelo crítico literário no texto que abre o capítulo sete, *Ricos entre si*, de *Um mestre na periferia do capitalismo*, na análise da figuração de Cotrim opera mais detidamente a interpretação formal da obra em questão. Para termos uma ideia, vamos reduzir os passos do crítico no item em debate: *O cunhado Cotrim*. Desde o início do item, com um traçar rápido das características da personagem, Schwarz deixa claro que não se prenderá às atrocidades cometidas pelo ex-trafficante de pessoas escravizadas e à época da narrativa “comerciante estabelecido”¹⁸⁴. Outrossim, a análise caminhará do ponto de vista do narrador que compõe a imagem cujo cerne é a contradição. Cotrim e Brás Cubas são irmanados por integrarem a mesma classe social, a proprietária, e entrarem em uma sorte de “boa vontade recíproca” (Schwarz, 2012b, p. 118). O procedimento crítico se cola ao lado do ponto de vista do narrador, ou seja: da classe social a qual os dois personagens (Cotrim e o defunto Brás) habitam. É nesse capítulo que está exposta uma verdade prática acerca do momento de estabelecimento da periferia, se assim podemos nos expressar. Não acompanharemos todo o conteúdo dos passos analíticos dados pelo crítico literário, indicaremos apenas como ele se movimentou de forma concisa. O capítulo onde a figura do contrabandista de escravo recém capitalista – dono de comércio – e também corrupto: “a personagem está em vias de enriquecer através de negociatas com o arsenal da Marinha, arranjadas pelo parente deputado” (*idem*, p. 115) é curto, mas basta para que a dualidade do balanceio entre ordem e desordem – ou melhor –, entre norma e exceção do sentido da colonização se mostre. Ao analisar o episódio Schwarz

colonial) que se pode entender a escravidão e não o contrário. Ficava também demonstrado o dito de Marx acerca da verdade do capitalismo central que se revela na periferia: ‘enquanto na Europa moderna’, lembra Fernando Novais, ‘o desenvolvimento capitalista ‘libertava’ os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra’” (*ibidem*). O trecho de Novais, foi extraído do artigo *Escravidão: uma façanha do capital mercantil* na mesma edição da revista *Cadernos de debate*, ele ladeia o escrito de Maria Sylvia, *As ideias estão no lugar*.

¹⁸³ A ideia não é estilizar tal violência, mas acompanhar o caminho pelo qual Schwarz discerniu a classe dominante a partir do ponto de vista do narrador machadiano – o qual toca aquela crueza da instituição da escravidão. Ao contrário do que a literatura europeia, talvez, pôde notar em relação aos territórios coloniais, por assim dizer, externamente, erige aí uma posição complexa. Se por exemplo, em Joseph Conrad, no *Coração das trevas*, a ida à colônia e o contato com uma forma de violência colonial análoga é apreciada de fora para dentro, pelo ponto de vista europeu, nos parece, que a análise machadiana dota de riqueza a possibilidade de apreciação de outros pontos de vista.

¹⁸⁴ Os delineamentos dos traços em questão: “A figura de Cotrim enfeixa os aspectos marcantes da vida burguesa local, com especialidade os que, do ponto de vista civilizado, não deveriam conviver. Comerciante estabelecido, contrabandista de escravos, pai de família extremoso, membro de várias irmandades [...], patriota [...]” (Schwarz, 2012b, p. 115) e corrupto.

identifica uma diferença de “frações de classe” entre narrador e cunhado contrabandista. Se na primeira fase machadiana a riqueza moderna, a capacidade de cálculo econômico era atribuída diretamente à baixeza moral, agora na segunda fase, na análise do crítico, há uma igualdade camarada entre o paternalista de mão cheia, “bem-nascido e vivendo de rendas” e seu cunhado que se movimenta pela sanha de “ficar rico de qualquer maneira”. Tudo se passa na relação que essas duas alegorias de frações de classe distintas travam entre si¹⁸⁵. Complacentes entre si, e que não cravam os pés em nenhuma posição ideológica, apenas no próprio interesse de manutenção de classe, pouco importasse se às vistas da assim chamada civilização esclarecida liberal a escravização colonial fosse um acinte.

O próximo passo analítico é duplo e pode ser resumido assim: i) o narrador acusa Cotrim, o contrabandista atroz que açoita negros no porão até quase morrerem, ao defendê-lo. “Está nas desculpas que inculcam, nas atenuantes que agravam” (*idem*, p. 119), isso se levamos em consideração que a posição europeia do modo de vida é vencedora sobre a posição escravocrata, causando ao leitor a identificação da acusação; ii) que as elites brasileiras estão por cima e que a ignomínia da escravidão e dos costumes que elas gestaram são assim mesmo na vida nacional e que ninguém há de retorquir que assim o foram e sejam¹⁸⁶. (Entre parênteses, há algo do brado elogioso a um torturador da última ditadura civil-militar vindo do alto da tribuna do congresso nacional).

Tendo em vista as contradições e complexidades do narrador e do julgamento que coloca a nu, ferrenhamente, o retrato do cunhado Cotrim Schwarz analisa quatro perspectivas e a cada nova denotação analítica joga com as posições entre narrador e objeto da narrativa, cada uma assumindo entre si, ora a defesa das relações atrozizadas nacionais, ora a acusação do ponto de vista esclarecido. Indicamos vivamente a leitura àqueles que se interessarem pelo trecho, mostra-se muito rico para colocar de pé os problemas entre as perspectivas local e mundial, uma dualidade

¹⁸⁵ Tendo em vista a diferença de fração de classe, entre bem-nascido e enriquecimento pela via econômica, o crítico expõe a identidade que irmana as duas figuras: “Uma coisa é Brás Cubas atestar a Cotrim o respeito escrupuloso pela opção pessoal [de enriquecer modernamente], escancaradamente falso, mas que a todos [os dois personagens] enaltece: o interesse comum na conciliação entre prática clientelista e aparência liberal ou esclarecida ou moderna explica a boa vontade recíproca. [...] A civilidade intra-elite, fazendo mostra do melhor da cultura contemporânea, completa-se não obstante na brutalidade contra os cativos” (Schwarz, 2012b, p. 118-119). Se, por descuido, lermos o trecho que antecede a análise formal pensando não nos esboços do século XIX, mas no nosso século XXI, identificaremos ares hodiernos da política: “No caso, o contraste harmonizado entre complacência e formulação incisiva diz, entre outras coisas, que a pouca rigidez ideológica não abrandava a classe rica nem a impede de passar a extremos para defender o seu interesse” (*idem*, p. 118). Pasmem-se, o trecho foi escrito vinte anos antes de outubro de 2018.

¹⁸⁶ A elaboração de Schwarz (2012b, p. 120): “Brás e Cotrim, a dupla obscurantista, fazem figura ignóbil à luz do critério moderno. [Mas...!] Contudo, a mesma mescla de traços que lhes define o atraso e a comicidade os torna membros respeitáveis, nada risíveis, da classe dominante nacional. [...] Retomando o argumento anterior, digamos então que Brás concede e até detalha as brutalidades do cunhado, mas no afã de explicá-las como parte da ordem, que é esta mesma, e ponto final.” (*ibidem*)

da experiência brasileira de base que serve como eixo para o pensamento social do crítico. Ficaremos apenas com a resultante dessas posições do narrador, que para além dos resultados interpretativos resolve um antigo problema epistemológico, a saber o dualismo que estrutura o pensamento brasileiro e que o atravessa. Assim, ao acompanhar o narrador Brás Cubas, Schwarz supera as posições que contrapõe, atrasado e moderno, arcaico e atual, ao entender o lugar que a elite nacional se assentou no concerto das nações modernas – sobre trabalho escravo e relações coloniais atroz, seja para com os pobres e livres, seja para com as pessoas escravizadas. Anos depois a condenação de dualista montada por Maria Sylvia esteve passada a limpo nesse par de páginas: sobre a modernização nacional, um dos mais refinados entendimentos – ladeado talvez pelo pensamento de Francisco de Oliveira: a palavra é esta:

Entre nós, o rompimento com a Metrópole e a abertura para o mundo contemporâneo não foram acompanhados de revolução social, como é sabido, consistindo antes num arranjo de cúpula. Ficava intacto o imenso complexo formado por trabalho escravo, sujeição pessoal e relações de clientela, desenvolvido ao longo dos séculos anteriores, ao passo que administração e proprietários locais, sobre a base mesma desta persistência, se transformavam em classe dominante nacional, e mais, em membros da burguesia mundial em constituição, bem como em protagonistas da atualidade no sentido forte da palavra. A digressão mostra – espero – que a concomitância regular dos traços moderno e colonial não representa atraso nem disparate, como fazem crer a análise e o sentimento liberais [ou mesmo a posição dualista do problema], mas o resultado lógico e *emblemático* da feição que tomou o progresso no país. A situação vantajosa de personagens que a ideia de civilização implicada no capítulo faria ver como relíquias do passado é indicativa disso, no plano literário. (Schwarz, 2012b, p. 127).

As relíquias do passado são a base e o motor da modernização nacional. Essa ideia se estende até o século XX, onde o café guarda uma história toda própria, outro testemunho, vindo do espaço rural, da mudança das relações de produção. Outrora o café fora mobilizado por força cativa, mas, na viragem daqueles séculos, a terra cultivada torna-se uma forma de cativo. Também o homem pobre e livre fica estancado no século XIX e sua integração com a vida modernizada se estende ao século seguinte. São desenvolvimentos ulteriores da história que nos trouxeram questões irresolvidas recolocadas ao presente. O progresso, “a feição que este tomou”, está baseada de saída e se deve à manutenção das classes dominantes no poder em suas linhas fundamentais. De saída, nos defrontamos com nossa *nota específica*¹⁸⁷ que desde uma modernização conservadora direciona o futuro ao apontar para a crise da modernização nacional. A crítica de Machado de Assis aparece como um ponto de fuga da composição literária e pôde ser exposta pelo crítico:

¹⁸⁷ Vale a dupla de textos, que aparecem publicados em *sequências brasileiras*, em sequência: *A nota específica e Fim de século*. O primeiro é um resumo das contradições históricas da conformação da nação, enquanto o segundo atualiza a problemática até o presente nacional. Ambos em Schwarz (1999).

Colado ao Brás Cubas solidário de sua classe encontramos o seu *alter ego* esclarecido, com horror a ela, piscando o olho para o leitor e indicando como bárbaros a própria pessoa e o cunhado. Existe contudo uma terceira figura que, sem fazer uso direto da palavra, fala através da composição. Em silêncio, como lhe corresponde, o arquiteto das situações narrativas afirma que são compatíveis a efervescência do progresso, de que fazem parte as ideias liberais, e a iniquidade, que estas últimas condenam. A funcionalidade da barbárie colonial para o progresso [pararíamos aí] das elites brasileiras [...] (Schwarz, 2012b, p. 128)¹⁸⁸

Do ponto de vista dos ricos entre si, também o duplo se configura como espelho das relações coloniais. A apreciação da desfaçatez elitista diz da aceitação do iníquo. Assim, estava montada a crítica à posição dos “de cima”, ao lado da crítica da não-formação da sociedade civil burguesa pela esfera do trabalho.

III

Na introdução desta pesquisa elencamos alguns teóricos que, por um lado, abandonaram a favela como forma urbana explicativa das realidades sociais, políticas e econômicas ao privilegiarem outros recortes para pensar a *vida popular* – mesmo que o termo lukacsiano, no rol dos escritos urbanos de modo geral, não apareça. Schwarz não se liga de nenhuma forma a essa lista. Nos itens acima, acompanhamos a consecução do debate entre Schwarz e Maria Sylvania, ao mesmo tempo que alegoricamente a análise das deformações da esfera “pós-colonial” da sociedade civil metade burguesa, metade escravista em função da primeira. O retrato pintado das duas perspectivas distintas, a dos “de baixo” e a dos “de cima”, tinge a alvorada quando dotam de cor as relações locais, “uma situação histórica precisa que faz parte de um polo externo” (Schwarz, 2012b, p. 129). Como relações sociais não ocorrem no vácuo, tampouco num espaço isonômico onde cada elemento se relaciona com o vizinho por linhas de força equivalentes, economicamente iguais e socialmente equiparáveis, o espaço onde elas ocorrem também é daquelas relações constitutivo.

Já vimos que há uma virada na apreciação do objeto de Roberto Schwarz em relação ao de Maria Sylvania do rural ao urbano, mantido o nexos de análise das relações – mais de reprodução – sociais. Muito recentemente, por ocasião do aniversário de 70 anos de um amigo de Schwarz, Davi Arrigucci Jr., fora publicado um estudo curto, porém explicativo, acerca de um livro pouco comentado de Machado de Assis: *Esau e Jacó*. Esse texto dota de sentido, principalmente espacial, as relações analisadas aqui anteriormente. Há que se notar, com algum atraso, um procedimento de Schwarz explicitado em todos os seus estudos. Ele é a variação do ponto de vista que o autor adota para acompanhar criticamente determinado objeto, obra,

¹⁸⁸ Na nota específica, se especifica a crítica das posições liberais: “Desse ângulo, a cena brasileira lançava uma luz reveladora sobre as posições canônicas de civilização, progresso, cultura, liberalismo etc., que aqui conviviam em harmonia meio absurda com o trabalho forçado e uma espécie de “apartheid”, contrariando o essencial do que prometiam” (Schwarz, 1999, p. 188).

frações de classe, personagens etc. Esse referido estudo intitulado *Dança de parâmetros* não é exceção¹⁸⁹. Se afirmamos, junto com Mike Davis, que a forma favela tem um de seus berços no Brasil, especificamente na corte, o Rio de Janeiro (ou recém ex-corte da pós-colonização), isso sustenta-se por meio da atenção dispensada por Machado – aos olhos de Schwarz – à constituição espacial daquela cidade, ao lugar onde transpassa a história das personagens e seus interesses interpretativos. A dança é de muitos parâmetros e a variação do ponto de vista é o procedimento adotado, aqui, pelo crítico.

Em *Esaú e Jacó*, o tema da pobreza – não precisamos falar novamente urbana – abre a obra e diz da posição do narrador (que varia em relação às posições do narrador de *Memórias póstumas*). Schwarz, como vimos, identifica a passagem machadiana como “grande momento” da literatura brasileira, sendo que aqui o assunto da pobreza é tratado com a dignidade da qual se isentam os *Ricos entre si*. Em *Esaú e Jacó*, o espaço, em especial a favela, conduz o andamento e figura como chave principal tanto para a composição, tanto para sua interpretação: o trecho machadiano que se passa no Morro do Castelo opera “apontando para o caráter fluido e dividido da cidade, para a indiferença, os vetos e o interesse recíproco. Em chave implícita, além de minimalista, são frações [dos habitantes] da capital do país que rivalizam a propósito de um bairro habitado pelo povo pobre” (Schwarz, 2019, p. 380), onde se lê um bairro habitado pelo povo pobre, poderíamos ler: uma favela. Ou como o usou Schwarz, que empresta o termo para título desse capítulo: o morro.

O crítico literário sobe o morro e observa ao lado do narrador, à maneira de quem presta atenção a todos os timbres, notas e ritmos de uma composição musical, a cena inicial de *Esaú e Jacó*. De uma sorte original, o problema urbano se instaura na teoria de Schwarz, melhor dizendo, se reinstaura. No primeiro texto do longo ciclo de estudos sobre o escritor, Schwarz nota uma idiossincrasia da cor local, em relação à urbanização carioca e sua fachada, cópia arquitetônica do estilo metropolitano. Nesse mais recente estudo a cidade volta à preocupação crítica. Além da cidade, localmente apreciada por uma “dança abstrata das mais sutis” de “pronomes” que indicam aqueles que frequentam partes pobres no Rio de Janeiro: a saber, “as duas” senhoras ricas, “a muita gente” e “nem todos” (*idem*, p. 380). Está em cena, por um lado, a relação interna ao Rio de Janeiro, localista, provinciana, de tamanho fluminense. Por outro lado, essa cidade à época secundária no leque das nações também se vê relacionada à ordem

¹⁸⁹ Recolhido em *Seja como for* a locução *ponto de vista* não aparece nenhuma vez no texto. Contudo, no resumo onde foi publicado, na revista *Novos estudos CEBRAP*, pela primeira vez o termo resume todo o movimento: “A abertura de Esaú e Jacó é um dos grandes momentos da narrativa brasileira. Subjacente ao seu andamento errático, há um sistema engenhoso de tópicos e pontos de vista, em que está configurada a experiência histórica de uma ex-colônia”. Schwarz, Roberto. *Dança de parâmetros*. Novos estudos CEBRAP, n. 2014 (100), p. 163, nov. 2014.

internacional mais avançada. Está montada uma forma de, diga-se, primazia do espaço ao lado das relações sociais específicas e do tempo histórico mundial “para não dizer planetário” (*ibidem*).

Se a dança no início da análise se relaciona aos frequentadores abastados que cometem a proeza de subir um morro¹⁹⁰, o próximo passo da composição insere uma anedota de um velho inglês que preferira seu clube ao mundo “não sem antes percorrê-lo todo” (*idem*, p. 381). Essa anedota inglesa é que erige o presente espacial daquele Rio de Janeiro localista ao lado da experiência globalizada da metrópole londrina, à época (lembre-se de Lefebvre, Engels, Mumford) centro do mundo mundializado¹⁹¹.

Antes de acompanharmos o próximo passo, qual seja, uma visão de um grande momento da literatura brasileira, ao tratar os pobres com a devida “afinidade com o fundo popular do país, cuja composição cultural e social miscigenada, herdada da Colônia, era justamente o que interessava à classe alta esconder” (Schwarz, 2019, p. 383), há uma vírgula ainda sobre a operação crítica de Schwarz na análise. A premência do espaço e da geografia entendida como ponto de vista da periferia acerca da atualidade do mundo aparece novamente, aqui, sem a mediação da volubilidade de obras anteriores, pelo menos nessa passagem inicial. Na linha evolutiva da teoria crítica brasileira, a meditação que leva em conta o dado espacial reaparece movimentada – onde Antonio Candido falara balanceio, Schwarz sutilmente afirma: Dança. O parâmetro é, ainda, a contraposição entre padrão europeu e vida colonial, com uma indicação de resolução – que ao final veremos. A atualidade brasileira em comparação à do mundo se instaura e o *espaço* como categoria analítica esposa novamente uma posição de interesse ao lado do tempo mundial. O espaço, na análise, como que se desreifica¹⁹² e ocupa um lugar

¹⁹⁰ A cena, como resumido, representa duas senhoras ricas subindo a favela para consultar uma vidente. O intérprete faz dançar justamente os pronomes de quem frequentaria a favela e o que essa ida ao morro representaria, qual o sinal se acoplaria às andanças. O trecho, a bem dizer o texto todo, é muito belo; essa cópia que ora fazemos dá um testemunho da força da escrita de Schwarz (2019, p. 380), traduzindo Machado: “Quem são eles? Qual o sentido da comparação? Será favorável? Desfavorável? Por um lado, como sabiam os leitores, o morro não era frequentado por todo mundo e menos ainda pela gente bem-posta. Por outro, ter ido a um lugar que muita gente ignora ou evita não deixa de contar como uma superioridade, pois ‘nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira’. Embora não esteja dito que as anônimas conhecessem o Rio de Janeiro de fio a pavio, é certo que elas se aventuraram onde muita gente nunca esteve e que, em plano rarefeito, o cotejo as mergulhava em cheio na efervescência urbana – discretamente configurando uma situação de simultaneidade moderna” (*ibidem*).

¹⁹¹ Schwarz (2019, p. 381) faz dançar as escalas: “Seja como for, embora o paralelo faça sorrir, a comparação está feita [entre o Morro do Castelo e Londres]. Curiosamente, a despeito da ironia, ela não desqualifica a aventura fluminense das duas senhoras, a qual sai de seu enquadramento brasileiro e é erguida ao mesmo mundo e tempo do inglês *globe trotter* – a cena contemporânea – sem prejuízo da grande distância geográfica e social. Embora não pareça, o mundo é um só e pode despertar curiosidade em todos os seus pontos, mesmo os remotos. O morro do Castelo, a cidade inteira do Rio de Janeiro e a ordem internacional cuja metrópole é Londres são cenários imbricados, o que literariamente era e é uma proeza” (*ibidem*) e para os adeptos à geografia é também um achado. A dança de escalas governa a lista que encerra esse parágrafo.

¹⁹² A discussão filosófica interessa. Foi Paulo Arantes (2021) que a colocou de pé ao movimentar a crítica do dualismo de Maria Sylvia nesses termos. No início era a desconfiança do espaço: “Na raiz do modelo dualista

próprio na “harmonia da civilização” (Mário de Andrade). Vê-se um acorde, recolocando a um tempo – sem ser o da revolução como locomotiva da história – em questão as simultaneidades espaciais. Pulando um pouco no texto para mostrarmos como esse embate filosófico estruturante da modernidade como que se pinta, por uma perspectiva específica, de *cor local* e cria um espaço resgatado da reificação, acompanhemos:

Tomando recuo, digamos que a cabocla, o morro com seus populares, a senhora da alta roda e o narrador cosmopolita compõem uma situação cheia de complexidade real e literária, em que as imensas distâncias que separam os polos da sociedade brasileira se relativizam, criando um espaço comum. As posições sociais afastadas, os interesses contrários e as crenças incompatíveis se determinam mutuamente, ao contrário do que supõe o dualismo ilusório, para não dizer estúpido, entre civilizados e bárbaros, que estava em voga naquele começo de século e até hoje nos persegue. (Schwarz, 2019, p. 386)

Mesmo que o espaço comum criado pela composição variada entre camadas sociais relativize posições muito afastadas, o espaço criado, representado pela composição desativa uma série de posições dualistas. O que, como que resolve (de novo) a objeção de Paulo Arantes. A criação desse espaço comum localizado se liga diretamente ao espaço que se torna mundial num tempo uníssono do mundo, porque, repitamos, “embora não pareça, o mundo é um só e pode despertar curiosidade em todos os seus pontos, mesmo os remotos” (*idem*, p. 381). Estão entretocadas posições sociais diversas, as quais acompanharemos melhor o passo. Esse, que se bifurca em dois: a apreciação da vida popular com altivez, sem pechas e denotando, como no final da

operaria um modo de pensar contaminado por esquemas espacializantes: capitalismo metropolitano e escravismo colonial são concebidos ‘um ao lado do outro’, justapostos por uma ‘relação de exterioridade’ que os concebe como termos discretos vinculados por uma causalidade linear. Como na tradição moderna espaço e reificação costumam andar juntos, não custa imaginar que relações internas que exprimam a natureza do processo são, ao contrário, visadas na sua verdade quando a forma do tempo passa para o primeiro plano – por certo não uma temporalidade qualquer, pois então não haveria meio de distinguir Bergson de Lukács, mas uma temporalidade que abra caminho para a negação interna e a contradição. Não será necessário subir tão alto na via da especulação” (*idem*, p. 84-5). Lefebvre (1981, p. 29-30) trilha esse caminho da especulação com o que nos esclarece essa passagem de Paulo Arantes: “Para compreender o que se passou, deve-se remontar até a Hegel, essa praça da Estrela dominada pelo Monumento filosófico-político. Segundo o hegelianismo, o Tempo histórico engendra o Espaço por onde se estende e sobre o qual reina o Estado. A história não realiza o arquétipo do ser racional em um indivíduo, mas em um conjunto coerente de instituições, de grupos e de sistemas parciais (o direito, a moral, a família, a cidade, a profissão etc.) ocupando um território nacional dominado por um Estado. O Tempo, portanto, se consolida e se fixa na racionalidade imanente ao espaço. O fim hegeliano da história não arrasta consigo a desaparecimento do produto da historicidade. Ao contrário: esse produto de uma produção animada pelo conhecimento (o conceito) e orientada pela consciência (a linguagem, o *Logos*), esse produto necessário afirma sua pretensão. Ele persiste no ser por sua própria potência. Isso que desaparece é a história, que muda da ação em memória, de produção em contemplação. O tempo? Ele não tem mais sentido, dominado pela: repetição, circularidade, instauração de um espaço imóvel, lugar e meio da Razão consumada. [...] No hegelianismo anti-hegeliano de G. Lukács, o espaço define a reificação, assim como a falsa consciência. O tempo recuperado, dominado pela consciência de classe que se eleva até o ponto sublime onde ela agarra, de chofre, os meandros da história, quebra a primazia do espaço” (*ibidem*, tradução nossa, ainda que mambembe). O movimento de Schwarz, ao contrário, não parece ver uma saída que dota de tempo o espaço, antes, coloca o tempo e a sociedade nacionais ao lado do espaço mundial de forma particularizada – não linear, mas dialética.

análise de *Cabra marcado para morrer*, “um clima de seriedade e dignidade”¹⁹³ quando se vê as coisas do ponto de vista das camadas populares e intelectuais. O outro braço da bifurcação: a mistura de crenças, das matrizes afro-brasileiras – posição da “cabocla vidente” –, passando pela antiguidade clássica e pela religiosidade oficial local.

A cena toda se baseia em uma visita de duas dondocas, católicas e bem-postas, a uma cabocla que lê a sorte, por sua vez negra, com a mesma cor de pele de outros “populares” que compõe o centro da cena. A dança entre religiões se dá quando o narrador – aliás, em tempo identificado: trata-se de um conselheiro cosmopolita referido em trecho acima exposto – informa sobre o marido de uma delas, de Natividade, “um banqueiro que escarnece das ‘crendices de gente reles’” (*idem*, p. 383), mas que consulta o espiritismo tido, por ele, como científico. A posição das dondocas é de esconder a que foram ao morro, para não se confundirem, elas mesmas, com os pobres e para que, caso algum *rico entre si* as identificasse, não fazer feio diante de sua própria classe. Aqui, a posição dos de cima ainda cheira um pouco mal, mas, digamos, a sinceridade da visita à cabocla como que suaviza uma verdade enunciada pelo narrador cosmopolita por uma “piscadela”, “que faz saber aos atentos que a sociedade carioca era menos esclarecida do que pretendia, Veja-se nesse sentido o marido de Natividade [...]” (*idem*, p. 382) o banqueiro espírita.

Mas, onde a visita de Natividade à cabocla é suavizada em relação à posição corriqueira de sua classe, “que era menos evoluída do que se dizia”? Diz Schwarz (*idem*, p. 383): “diferentemente da consulta espírita do banqueiro [por ser pseudocientífica e estrangeirada?], a visita à cabocla deixava transparecer afinidades com o fundo popular do país, cuja composição cultural e social miscigenada, herdada da Colônia, era justamente o que interessava à classe alta esconder” (*ibidem*). Ainda, em análise direcionada à figura do narrador, cabe aqui acompanhar uma palavra de Schwarz. É que o conselheiro mistura ainda a religiosidade popular, cacoetes cristãos e... Grécia antiga. Essa posição “é lisonjeira [..., pois] se opõe ao pessimismo

¹⁹³ Em *Fio da meada* (Schwarz, 1983), a referida análise de cinema, está como que já delineada a posição prática-política do autor: “A despeito do que foi dito, *Cabra Marcado* dá impressão de vitalidade e esperança. Como explica-la? Algumas razões expusemos: a continuidade da vida popular, o sentimento de que o período ditatorial está terminando, a simpatia e inteligência dos tipos nordestinos, e por fim a demonstração de fibra dada pela própria realização do filme. Talvez contribua também o fato de as classes dominantes estarem ausentes. Tudo bem pensado e as coisas sendo o que são, seria imaginável no Brasil de hoje um clima de tanta seriedade e dignidade se estivessem presentes membros da classe dominante? Longe de mim supor a superioridade moral intrínseca das pessoas de uma classe sobre as de outra, não estou louco. Entretanto, se meditarmos no universo do filme, em que estão presentes populares e intelectuais, penso que reconheceremos que esta composição é o fundamento de seu clima tão particular. É como se no momento mesmo em que a parte melhor e mais aceitável da burguesia brasileira assume o poder – um momento a ser saudado! – o filme também melhor dos últimos anos dissesse, pela própria constituição estética e sem nenhuma deliberação que num universo sério esta classe não tem lugar. Mas é claro que nem sempre a vida imita a arte” (Schwarz, 1987, p. 77). A medida da ironia do autor contrapõe a posição de classe analisada para o narrador de *Memórias póstumas* e o fato de no poder, em 1987, estar situado José Sarney.

pseudocientífico das teorias naturalistas, da raça e do meio, que condenavam o nosso povo à inferioridade” (*idem*, p. 385) colocando suas formas de religiosidade ao lado do classicismo antigo: “relê as *Eumênides*”. Machado, respirando a alta literatura que Schwarz sabe muito bem indicar, a que aponta sentidos históricos claros e denuncia as iniquidades da alma nacional, novamente presta contas do quinhão perverso da classe dominante, assim: “a ironia que cerca o capítulo não se refere à vidente, que afinal de contas faz bem o seu ofício, mas à sua freguesa da alta roda, um tanto envergonhada de estar ali, que paga para saber de antemão o que não podia deixar de acontecer, ou seja, que os filhos dos ricos serão ricos e importantes” (*idem*, p. 386). Assim, a dança entre religiosidade popular e institucionalizada(s) aponta, senão para uma desforra, para o soerguimento da posição popular a um lugar destacado e ao lado das outras, um brio o qual merece¹⁹⁴.

Por fim, ou quase, as pessoas e o espaço habitado por elas também vêm à baila compondo o compasso que embala a dança, talvez a principal, na mudança de pontos de vista. Eis o morro do Castelo apresentado por Schwarz por meio da interpretação da letra machadiana, depois de um parágrafo comentado pelo autor, meio esquivo, que:

Evitava denominar a matéria das tensões sociais, entram em cena os contrastes de raça, cultura, religião e classe [...]. As cores agora são francas em oposição à tenuidade e à abstração eufemística que dominavam as linhas iniciais. Sem meias palavras, o povo do morro é pobre, composto de crianças, lavadeiras, crioulos, soldados, padres, lojistas etc. ao passo que as freguesas da adivinha, que preferem não ser identificadas, pertencem à chamada boa sociedade do Rio de Janeiro. (*idem*, p. 382)

Esta, a situação composicional separa, grosso modo, ricos e pobres, favelados e socialites *avant la lettre*, cidade e morro. O passo de Schwarz é de sambista e vai direto ao ponto, propicia um aprendizado e uma desenvoltura na forma de ler a situação singular da contraposição dualizada nacional. Mas, como já vimos, indo além dos pares dualistas estancados – e talvez por caminhos trilhados em paralelo, chegando a resultados diversos, a favela em sua gênese, com seu povo, vê-se representada de forma complexa e que nos faz pensar:

Por um momento, a narrativa adota a ótica dos de baixo, ao passo que a marca do exotismo se aplica aos de cima. O procedimento desautomatiza a hierarquia corrente e torna mais arejado o quadro, ao qual confere a dimensão policêntrica do conflito social. Graças a transformações pequenas mas decisivas, o que pode parecer uma simples crônica da periferia pobre da cidade, com seu pitoresco unilateral e sem surpresa, ganha a liberdade da verdadeira literatura. (*idem*, p. 386)

Outro centro do conflito social diz da raça e das relações coloniais próprias ao sentido da colonização. Em uma palavra, a escravização como processo e instituição não sai de foco,

¹⁹⁴ Referido assim na cena do transe, oracular (mas será mesmo?), da cabocla: “O discernimento com que é conduzida a cena em que Natividade consulta a vidente é admirável, sem concessão ao sobrenatural nem desprezo ilustrado pela vida popular – uma posição que até hoje não envelheceu. O transe da cabocla é descrito sobriamente, com leve estilização clássica, longe do exotismo ou sensacionalismo” (Schwarz, 2021, p. 385).

ela encerra tanto a cena inicial do romance machadiano, quanto a análise do crítico literário. O pai da cabocla canta uma cantiga¹⁹⁵ que é transcrita em ambos os textos, o artístico e o crítico. Nele, o sentido colonial da escravização negra, como aprendemos, moderna e inclinada ao espaço do capital, é tocado, mais uma vez, por Machado de Assis. A primeira parte da cantiga é escrita em português culto, ponto de vista da sinhá, a segunda em língua de preto, a menina torce para que o coco, o qual foi mandada tirar, rachar a cabeça da sinhá (*idem*, 387). Desforra? Não aconteceu ainda historicamente; pelo contrário, com o passar do tempo o rumo, as expectativas, da formação de um espaço comum à imagem da análise schwarziana, nos parece, reduzem-se. Assim a meditação que encerra o início de *Esau e Jacó* termina por apontar: “Aí está, como um comentário oblíquo sob forma de cantiga, um ponto de vista saído da escravidão, recém abolida no momento em que se escrevia o romance” (*idem*, p. 387). Ponto final?

IV

A história desnovelada no espaço nacional aponta mudanças que acompanham a história de crises do capitalismo mundial. Paulo Arantes, que tomamos como intérprete do intérprete dos (des)caminhos nacionais, tem uma palavra que indica o que já ocorreu, replicada, *a fortiori*, por uma percepção de Schwarz acerca da importância das posições novecentistas para o futuro do passado e, por que não, para o próprio presente. A resposta, dada antes da objeção, avalia os “interesses materiais, recursos literários e o repertório de ideias” machadianos. A elaboração de Schwarz dota de sentido a dispendiosa atenção que concedemos à estilização da pobreza específica colonial. Por todas as razões que – espero – tenham sido ao menos indicadas em suas linhas de força gerais, o trabalho e a pobreza na colônia puderam ser espelho e acusação da realidade mais humilhante do trabalho no centro do sistema produtor de mercadorias, hoje cada dia mais, nos parece, mundializado. “Os seus méritos [de Machado] contudo vão mais longe: através dele, a forma de pobreza em questão sai para fora do âmbito acanhado e intelectualmente segregado em que de fato ela tem uma condicionante efetiva, e é trazida ao sol da atualidade plena, ou seja, do conflito e da cultura contemporâneos” (Schwarz, 2012b, p. 111).

Contudo, *eppur si muove*. No movimento, o intérprete de Schwarz parece o objetar cobrando uma ligação concreta que se queime ao sol da atualidade, convidando-nos a percorrer o trajeto que liga o escarnamento da verdade da periferia – Dona Plácida como representação

¹⁹⁵ “Menina da saia branca/ Saltadeira de riacho/ Trepame neste coqueiro/ Bota-me os cocos abaixo./ Quebra coco sinhá./ Lá no cocá/ Se te dá na cabeça./ Há de rachá/ Muito hei de me ri/ Muito ei de gosta./ Lelê, cocô, naiá.” (Schwarz, 2019, p. 387).

do nosso espaço próprio – e o presente¹⁹⁶. Com a palavra, dotado do sentido da colonização e da *cor local*, Arantes (2000) propõe:

Na verdade, deu-se mesmo um encaixe pelo qual ninguém podia esperar. A alegada contaminação legitimadora da acumulação flexível pela fluidez da boa alternância brasileira de ordem e desordem, vanguarda produtiva e retaguarda social, veio de fato estilizar a convergência entre duas modernizações abordadas, ou consumadas, tanto faz [nem uma a menos que a estudada por Schwarz e a da ditadura civil-militar, erramos?], confluência entre aburguesamento das elites globais e o ‘mundo sem culpa’ plasmado na outrora promissora quase-anomia periférica. É que, neste meio tempo, os desclassificados da ordem colonial tornaram-se absolutamente modernos.

O pior dos mundos de ontem: i) a desordem e o desvio, ii) vanguarda produtiva e “retaguarda” social, iii) o culpado – veja a volubilidade do narrador machadiano – mundo sem culpa e iv) os desclassificados da ordem social do passado se batem com o caminho de dessolidarização social tomado pela modernização e pelo desenvolvimentismo (e seu ocaso) na sociedade brasileira. Mas como o absolutismo do “tornaram-se modernos” ocorreu? Baseamo-nos em um giro pelo século XX escrito em seu final, um balanço do século realizado por Schwarz (1999), vejamos como “enfim, o capitalismo continua empilhando vitórias” (*idem*, p. 199).

A condição pós-colonial nacional, como é arquisabido, passou por um duplo, a urbanização do ciclo pós-getulista e sua devida tentativa de proletarização, à moda da segunda revolução industrial, e a situação de fim de século propriamente descrita e batizada por essa fórmula em *Fim de século*. O primeiro ciclo, que insiste na passagem do rural para o urbano, já nos avanços do século XX pode ser descrito

com menos simpatia e mais acento na irresponsabilidade e na cegueira, pode-se dizer igualmente que os novos tempos desagregavam à distância o velho enquadramento rural, provocando a migração para as cidades, onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista. (*idem*, p. 192)

O primeiro passo se relaciona à industrialização e os estudos de Francisco de Oliveira acompanham o processo, dialético, que custa – uma mesma sorte de desinteresse pela determinação e superação da pobreza – que parece uma constante do dado nacional. Schwarz indica as possibilidades abertas pela urbanização, mesmo que a utopia que leva, por exemplo, à crítica da cidade do ponto de vista algo tradicional tenha esse período histórico como ponto positivo. Veja-se, por exemplo, a amplitude crítica do filme *O homem que virou suco*, que capta essa passagem do rural para o urbano erigindo uma crítica aos rumos da modernização.

¹⁹⁶ Não sem já, de antemão, saber que Schwarz o faz. O próprio Paulo Arantes indica os balanços como que de década em década realizados pelo crítico; esses textos algo direcionam essa linha entre passado e presente em série de reflexões políticas de peso. Veja-se fala recente acerca desses escritos, por assim dizer, mais conjunturais acerca do presente brasileiro em fala gravada no ano de 2017 intitulada “A atualidade do pensamento de Roberto Schwarz”. Disponível em: <<https://youtu.be/gKrvmo0KsC0>>.

Contudo, “o sentimento das coisas que se havia formado, reflexo agora meio irreal de uma responsabilidade histórica, cujas derrotas assinalam outros tantos avanços da nova dessolidarização social” (*idem*, p. 193).

Um passo à frente, houve o abandono dessa sorte de nacionalismo crítico e a instauração da ditadura-civil militar integrou-se por sua vez à aposta no desenvolvimentismo sem crítica. Outro passo: com a falha dessa postura, um *pétard mouillé*, expressão tão repetida por Paulo Arantes, Schwarz, ao caminhar pela crítica do campo afrancesado da crítica literária chama à baila as realidades produzidas pela “desintegração do projeto desenvolvimentista”. O resultado não se liga à desconstrução derridiana ou ao sumiço do sujeito foucaultiano¹⁹⁷, outrossim à produção de novos pobres entre si que são resultado da marcha histórica mundial, bem como da desintegração social em várias frentes. Schwarz (1999), agora concordando com a análise do colapso da modernização, dialogando a partir de sua recepção original do pensamento de Robert Kurz à época, traça um panorama social:

[...] o desenvolvimentismo arrancou populações a seu enquadramento antigo, de certo modo as liberando, para as reenquadrar num processo às vezes titânico de industrialização nacional, ao qual a certa altura, ante as novas condições de concorrência econômica não pode dar prosseguimento [lembre-se o Ornitorrinco, por exemplo]. Já sem terem para onde voltar, essas populações se encontram numa condição histórica nova, de sujeitos monetários sem dinheiro, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos. (*idem*, p. 196).

A “neopobreza”, para citarmos a “neofavela” de Paulo Lins em *Cidade de Deus*, está posta ao lado das condicionantes históricas de nossa não formação. Chutar e esmigalhar os de baixo, transformando-os em esbulhados do processo, é nossa nota específica e, na harmonia da civilização, talvez nossa triste melodia para infelicidade de Mário de Andrade. As fórmulas tomadas de empréstimo ao autor alemão Robert Kurz começam a aparecer na análise histórica e literária de Schwarz, aparecimento este que não é central para nós nos limites desse estudo, mas ligam um radar de “modo de usar” para a teoria do crítico social alemão. Interessa o próximo texto onde Schwarz analisa oportunamente *Cidade de Deus* (também título da crítica), o qual não teremos condições de acompanhar, pois demandaria a elaboração de uma segunda parte, um outro ciclo de estudos, o qual não temos condições de expor, mostrar e referenciar aqui. A vida popular, hoje, do ponto de vista do trabalho abstrato, lembremos Paulo Arantes

¹⁹⁷ A crítica da fraseologia francesa que em momento nenhum explicou satisfatoriamente nossa realidade particular aparece assim: “Tanto que a desconstrução filosófica, apesar do esoterismo, chega a parecer uma descrição vulgarmente empírica de notórios equívocos e desenganos contemporâneos. Contudo, basta pensar um pouco mais concretamente naquela desintegração [a do desenvolvimentismo] para lhe notar a materialidade prática, um peso de catástrofe real que não se compagina com o estatuto apenas discursivo da crítica filosófica e de seu objeto” (Schwarz, 1999, p. 196). Para compreender concretamente o trecho, basta pensar que num país onde uma professora da escola básica é esfaqueada e morre no local de trabalho as *diferentes gramáticas, la très belle différence*, por exemplo, parecem pouco dizer desse sangue.

com suas maneiras irônicas: os desclassificados do Brasil tornam-se absolutamente modernos: adquire novos contornos. Erigi-se nossa vida: uma vida que não se desliga da vida popular (nunca se desligou), que não é apenas do favelado, do pobre, do desempregado, dos que trabalham na viração, dos do “emprego de merda”, dos que vão tocando o barco:

Nas páginas seguintes [de *Cidade de Deus*], conduzidas de modo talvez um pouco indeciso, essa constelação cordata e otimista [do bom trabalhador que segue o bom exemplo familiar] vai ser questionada pela pobreza, o desemprego e, sobretudo, pelos primeiros cadáveres boiando no rio que corre ao lado da favela. O aspecto da vida popular que irá prevalecer é outro. A diferença, que ressurgue a todo momento, tem função estrutural e como que esboça uma perspectiva histórica (Schwarz, 1999, p. 201)

A crise do capitalismo, do trabalho e das nações complexifica o que historicamente, como esperamos ter visto nesse item, foi e talvez infelizmente será, nossa *Modernidade de nascença*.

(retrovisor)

Quando de nossa apresentação da qualificação, escrevemos essa intenção:

Intenção de delinear o problema a partir de um conjunto de textos de Roberto Schwarz onde, seja a pobreza como conceito chave que abrange parte da vida popular; seja a favela em si, no comentário ao trecho inicial de Esaú e Jacó, mas também nas análises de Cidade de Deus. Desse conjunto de incursões na obra de Roberto Schwarz, intenta-se aproximar o problema que compusemos entre crítica, favela e pobreza, num viés cujo pensamento do crítico possa contribuir para deslocar ao problema a fim de recolocá-lo frente a teoria mais ou menos tradicional. Bem como, seja também condizente ao entendimento da sociedade brasileira tendo em vista os aspectos que esse e outros autores puderam desenvolver em função de nossas ambiguidades, ou dualidades, constitutivas.

Esperamos ter caminhado mostrando os passos e as referências os quais estudamos. Contudo, avançar para uma segunda parte de estudos que tratam o presente e o passado recente nacional, numa mirada para a favela e para a pobreza recolocadas historicamente se mostra tarefa impossível para nossas limitações e possibilidades. Uma ligação ao presente foi tateada a partir da referência à própria tríade: Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz e Paulo Arantes – sem contar Antonio Candido, de outra feita. Tendo essas elaborações como referência, esperamos poder nos munir ética e esteticamente, moral e epistemologicamente desses pontos de vista em paralelo, que não podem ser deixados de lado.

4. O favelado: um abraço no Zé Kéti

O morro sorri a todo momento,
 O morro sorri, mas chora por dentro,
 Quem vê o morro sorrindo pensa que ele é feliz, coitado!
 O morro tem sede
 O morro tem fome
 O morro sou eu: o favelado
 O morro sou eu: o favelado
 (Zé Kéti)

Não podemos terminar esse registro sem apontar algumas considerações, em sua maioria de cunho individual, senão subjetivas.

Como que uma vigília fora cumprida, à esteira de Jorge Luis Borges abrimos os olhos para uma questão: se a favela aqui foi colocada em cena, ela aparece em suas gêneses remontando ao século XIX. Também, na esteira de Roberto Schwarz, gostaria de aproveitar um juízo seu quando disse que, em determinados momentos, “nem sempre a vida imita a arte”. Neles, pode ser que a vida seja muito pior. Se as cenas machadianas passadas na subida ao morro do Castelo indicavam um nexo de abertura à sociabilidade, um espaço comum de convívio das classes sociais e das formas de vida no Brasil, o massacre televisionado do/no Complexo do Alemão confirma essa objeção feita por Belchior: “a vida é muito pior”. Nosso esforço, por um lado passadista, mas que não deixa de compor uma pequena parte ajustada, integrada e compassada ao presente não chegou a ensaiar o entendimento da favela hoje (de novo com Paulo Lins, da *neofavela*). Não seguimos de maneira imanente a favela que dá-se a ver, dá-se a passear, a estar nela e, quem sabe, até dá-se a morar (é bom lembrar que as pessoas ali moram e vivem; talvez o único ponto positivo desse estudo: não fazer da favela, lugar de moradia e de vida de uma massa muito grande de pessoas, campo de estudo científico). Com as esperanças à contrapelo dos (des)caminhos da modernização e desenvolvimentos (econômicos) nacionais, o samba de Wilson das Neves parece ter sido desativado, fica adiado – aqui talvez mais que lá – *sine die* a esperança do “dia em que o morro descer e não for carnaval”.

Contudo, num domingo de carnaval, acordei na Ventosa, ou para equalizar o escrito, no morro da Ventosa. Era, ainda, a parte da manhã daquele dia. Carnaval, na verdade, não havia direito, pois institucionalmente a prefeitura estava operando em isolamento social. Só aos poucos a assim chamada normalidade estava sendo retomada. Era 2022 e eu acabara de defender um texto de qualificação. O sol da manhã, porém forte, havia queimado a parte do meu corpo que a ele se mostrava. Do sono, acordei sei lá como numa calçada perto da boca da Ventosa, favela aqui do lado de casa. No carnaval se bebe, e o bar do tal Alemão, que ninguém

quer lembrar que existiu (saiba lá o porquê). Se vendia latão, e como me faltava menos sede que coragem, lá vamos nós: munido, me pus a passear, lentamente pela cumeeira da Ventosa, na rua principal, que corta o morro de um lado a outro da favela. Aí, onde tínhamos de chegar no causo: se Odette Carvalho Seabra, em um documentário, também, sobre o time de futebol Açucena afirma: “O futebol é um fenômeno de uma sociedade se urbanizando, e é nessa fase que ele foi a grande festa. A grande festa do povo”. Pois se a favela é fenômeno comparado ao futebol, de uma sociedade se urbanizando, podemos afirmar que a rua principal, na manhã do domingo de carnaval do ano passado, estava acontecendo uma grande festa do povo. Ali, vi a favela sorrir e sorri também.

Passados quatro meses, em visita acompanhada ao boteco-mirante de dona Rosa, foi uma das muitas oportunidades de subir *esse* morro, as quais não deixei de aproveitar. Se o bar não chama Mirante, assim deveria chamar. Também na Ventosa e na mesma rua principal, foi que deu para ter ideia da segunda perspectiva que o samba – que copiamos como epígrafe – de Zé Kéti aponta. A sede e fome se transmutam nas agruras, as que foram reduzidas à fórmula de sujeitos monetarizados, porém sem dinheiro pelas quais passa esta população, aqui ao lado de casa. Aproveito a oportunidade e mando aqui um abraço para Diamante Negro, nosso interlocutor e parceiro na exímia tarefa de se comer Sambiquira, divididas entre nós por ocasião de meu aniversário. Além dele, Diamante e de mim, Raíssa e Bruno também conversaram regadamente e comeram. As esferas da violência (junte-se em grande medida às dos aparelhos de repressão e dos ideológicos de Estado), e da sociabilidade negativa pela mercadoria, apareceram na troca de ideias. O morro tem sede, o morro tem fome, o morro somos nós: os favelados. Aproveito a oportunidade, para lembrar a quem se interesse, que nesse dia Bruno incitou a composição de um filme-denúncia dos casos os quais, na conversa, travamos contato.

Nas andanças, aqui reivindico a geografia, outro morro passou-me um recado, mais que recado, mudou a minha vida. Se espaço de pesquisa, de escrita, se liga à vida vivida de modo acordado, foi na Pedreira Prado Lopes que, um amor pôde nascer. Aproveito para enviar o abraço da vez para Nívia, a dona do boteco onde sete senhoras, todas moradoras, puderam trocar – mais com Vitinho quem nos acompanhava –, um pouco da alegria e do sorriso que, apenas em mesa de bar, acontecem. Se Adorno concede à Baudelaire a bela estilização dos prazeres, entre a conversação, o perfume e o beijo, aqui, deve-se conceder à PPL, a presença, não como palco, mas como atriz, para o primeiro beijo.

No primeiro ou segundo encontro para coletivização das pesquisas dos(as) orientandos(as) das Professoras Doralice – a quem devo vários momentos decisivos para a consecução institucional desse texto – e Rogata, ao tentar me expressar sobre a ideia que

balizaria esse estudo, falei da posição moral – muito problemática em relação a ver de frente o assunto favela. Uma posição bem resolvida foi encontrada, a saber: a descoberta por Schwarz na primeira cena de *Esau e Jacó*. A partir desse espírito é que se deve manter o olhar para a questão. De alguma forma, o traço dessas linhas me ensinou algo que se deve carregar por toda a vida: uma posição moral, aberta para as formas progressistas de sociabilidade, que levem em conta a vida popular.

Para encerrar, a dança dos pontos de vista, percebê-la, é um ponto alto para o exercício do pensamento. Ao estudar momentos que se realizam – também mas não apenas – no espaço da favela, podemos dizer da sociedade em geral, bem como de sua crise. Vejamos a reflexão proposta por Schwarz ao fim do texto onde analisa *Cidade de Deus*:

“Segundo uma boa fórmula, a sociedade atual está criando mais e mais ‘sujeitos monetários sem dinheiro’. O seu mundo é o nosso, e longe de representarem o atraso, eles são resultado do progresso, o qual naturalmente qualificam. No íntimo, o leitor [de Cidade de Deus] sente-se em casa com eles, pois tendem a realizar o sonho regressivo comum da apropriação direta dos bens contemporâneos.” (Schwarz, 1999, p. 210).

Para encerramos, agora de fato, com a variação dos pontos de vista, como aprendemos com Schwarz, notemos esse poema do Drummond, nº 15 da série intitulada *Favelário nacional*, em especial:

Indagação

Antes que me urbanizem a régua, compasso,
 computador, cogito, pergunto, reclamo:
 Por que não urbanizam antes
 a cidade?
 Era tão bom que houvesse uma cidade
 na cidade lá embaixo.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Minima moralia**: reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: editora Ática, 1992.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Mário de. **De Paulicéia desvairada a Lira paulistana**. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O fio da meada**: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Livros, 2004.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da Dialética**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021. Livro Eletrônico.
- ARANTES, Otilia B. F.; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1970.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Todavia, 2018.
- BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. **Até o último** homem. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BORGES, Jorge Luis. **Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARINOS, Affonso; et al.. **Esboço de figura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CABRA marcado para morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Forte filmes e Quarup. 1984.
- CALDEIRÃO da Santa Cruz do Deserto. Direção de Rosemberg Cariry. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1986. Versão digital.
- CANDIDO, Antonio. **A passagem do dois ao três** (contribuição para o estudo das mediações na análise literária). *Revista de História*, 100, São Paulo, 1974.
- CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: ed. 34. 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Teresina etc.**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Candido, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **O significado de Raízes do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.

- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.
- CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CHUANG, Coletivo. **Contágio Social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. São Paulo: Veneta, 2020.
- COSTA, V. G. e; NASCIMENTO, J. A. S. **O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, p. 3794-3808, São Paulo: USP, 2005.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu editora, 2019.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FLUSSER, Vilém. **Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar**. São Paulo: É realizações, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do College de France: 1970-1982 – Segurança, território e população**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **As ideias estão em seu lugar**. Cadernos de Debate, n 1. 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes: 1937-2002**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia – Segunda parte**. São Paulo: Editora 34, 2020.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- HOLANDA, Chico Buarque de. **Estorvo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- KAFKA, Franz. **O castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lucio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lucio. **Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- KOWARICK, Lucio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx, Nietzsche** ou o reino das sombras. Lisboa: Editora Ulisseia, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MICELI, Sérgio. **O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência**. In: In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras. 2007.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- NIEZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- O SOM ao redor. Direção de Kleber Mendonça Filho. São Paulo: Vitrine Filmes, 2012. Versão digital.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. Espaço e Debates, n. 6, p. 36-54, jun/set, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. **De novo, o apocalipse: Ou da inutilidade de (o) ser humano**. Novos Estudos Cebrap. n.36, p.52-7, jul. 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Um crítico na periferia do capitalismo**. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras. 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura – FAU, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 157, 2007.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, Paulo. **Poesia Pau-Brasil**. In: Andrade, Oswald de. Poesias Reunidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 15-9

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTIAGO, Silviano. **Democratização no Brasil 1979-1981 (cultura versus arte)**. In: ANTELO, Raul (org.). Declínio da arte, ascensão da cultura. Florianópolis: Abralic, 1998.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?: Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2012a.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 2012b.

SCHWARZ, Roberto; ASSIS, Machado de. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c.

SCHWARZ, Roberto. **Prefácio com perguntas**. In: OLIVEIRA, Francisco **Crítica à razão dualista; o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: Ensaio selecionados**. São Paulo: Companhia das Letras, Penguin Books, 2014.

SCHWARZ, Roberto. **Seja como for: entrevistas, retratos e documentos**. São Paulo: Duas cidades: Ed. 34, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARZ, Roberto. **Rainha Lira: peça teatral**. São Paulo: Ed. 34, 2022.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação**: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. 2003. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SHOAH. Direção de Claude Lanzmann. Sem distribuidora, 1985. Versão digital.

SILVA, Eduardo Soares Neves da. **Schwarz-Adorno: Unbekannt verzogen** - endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 74, p. 330-344, 2019.

TEULIÈRES, Roger. **Favelas de Belo Horizonte**. Boletim Mineiro de Geografia, Belo Horizonte, N. 1, p. 7-37, jul.; 1957.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.